



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

**O PATRONO FANTASMA:
AUTORIDADE, PATROCÍNIO E DOAÇÃO DE DOIS BESTIÁRIOS
MEDIEVAIS**

TIAGO DE OLIVEIRA VELOSO SILVA

BRASÍLIA

2020

TIAGO DE OLIVEIRA VELOSO SILVA

**O PATRONO FANTASMA:
AUTORIDADE, PATROCÍNIO E DOAÇÃO DE DOIS BESTIÁRIOS
MEDIEVAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Cultural. Defendida no dia 17 de Novembro de 2020.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Edlene Oliveira Silva.

BRASÍLIA

2020

AGRADECIMENTOS

O ano de conclusão desta dissertação foi um ano difícil e atribulado. Talvez no futuro 2020 seja visto como um marco por sua atipicidade. Neste ano nós brasileiros vimos uma pandemia tomar conta do país de forma descontrolada, contribuindo para a destruição propagada por um governo ineficaz e elitista. Certamente 2020 não foi feito para iniciantes e produzir uma dissertação em meio ao caos, à incerteza e medo não foi tarefa simples. Não foi fácil ver a contagem de mortos subir e temer por aqueles que amo, mas foram estes que durante a tormenta me ofereceram abrigo. Dedico esta dissertação à todos vocês.

Agradeço em primeiro lugar às minhas orientadoras, sem vocês essa dissertação jamais teria acontecido. À Dra. Edlene O. Silva que aceitou me orientar e depositou em mim toda sua confiança e que diversas vezes me encorajou e reconheceu meu trabalho. À Dra. Maria Eurydice de Barros Ribeiro que, ainda em 2017, aceitou me encontrar e me orientar mesmo sem nunca ter me visto antes. Sua orientação me direcionou e me influenciou sem nunca fazê-la de forma impositiva por confiar em minha capacidade enquanto pesquisador. Essa dissertação não seria possível sem sua presença, e gosto de acreditar que saímos desse período como amigos.

Em segundo lugar, dedico essa dissertação para as duas pessoas mais importantes da minha vida, minha mãe e meu pai. À Dra. Márcia Ferreira de Oliveira que em sua tese de 2005 me pediu perdão pelas ausências, digo que não há nada a ser perdoado. Sua força e garra me deram o exemplo que busco seguir e a respeito e admiro como mulher, intelectual e mãe. Sem o seu amor incondicional, cuidados e constantes debates sobre minha pesquisa, essa dissertação perderia muito do seu conteúdo. Minha admiração e dedicatória se estendem também ao meu pai Dr. João Flávio Veloso Silva, que mesmo com seu jeito de homem da roça profunda, sempre deixou claro seu amor por mim e apoiou todos meus projetos, me incentivando, debatendo e auxiliando ao fazer o possível e impossível por mim. Minha admiração por você é infinita, por toda sua história, pelo profissional respeitado e imprescindível que é para o Brasil e pelo pai amoroso, incrível e corajoso que é. Tudo que faço é por vocês dois e busco sempre seguir seus passos e lhes dar orgulho. Amo vocês, obrigado por serem quem são.

Aos meus amigos que são muitos mas sempre estiveram ao meu lado, cito alguns que durante os últimos anos se tornaram muito mais que amigos: Flávio Castro, João Vitor de Oliveira, Leonardo Carvalho e Rafael Procópio. Apesar de não poder nomear

todos aqui, agradeço à todos dos núcleos de Samambaia, Taguatinga, UnB, 02 e 08. Estendo um agradecimento especial à minha “mãe” de Brasília, Tia Cida, que com seu enorme e áureo coração me aceitou em sua casa durante tanto tempo. À minha afilhada Elis que veio à este mundo enquanto escrevo estas palavras. Seja bem vinda.

À minha família materna e paterna que sempre me apoiaram. Aos animais que me acompanham e me acompanharam, Amarula, Cora, Django, Gesonel, Nico Robson e Tequila que tanto me deram alegria, risadas e apoio nos momentos difíceis.

Dedico também à todos meus professores e professoras da Universidade de Brasília, do Ensino Médio e Básico por terem tido a árdua tarefa de me aguentar como aluno, Deus sabe que não fui um aluno exemplar.

Por fim, à todos que me acompanharam nessa jornada intensa que é a vida, sou extremamente grato por ter tido todos vocês ao meu lado. Essa dissertação tem um pouco de cada um de vocês.

RESUMO

Esta dissertação visa refletir sobre o sistema de patrocínio medieval e sua relação com o sistema de dom e contradom através do estudo de dois bestiários medievais, Aberdeen University Library, MS. 24, o “Bestiário de Aberdeen” e Bodleian Library MS. Bodl. 1511. A partir de interpretações que localizam o ator-patrono no sistema de patrocínio e o doador no sistema de dom e contradom como elementos comuns que se expressam através de modulações autoritativas e identitárias do objeto vinculadas à figura do patrono-fantasma, pudemos evidenciar indícios dos patronos nas fontes manuscritas utilizadas mediante o estudo da materialidade e respectivos usos. As funções pré-estabelecidas dos bestiários analisados, relativas à educação e memória, ganham profundidade através do patrocínio e sua participação no sistema de dom e contradom caridoso uma vez que são objetos que carregam a identidade do doador e/ou patrono, se transformando assim em um bem cultural inalienável de alto valor. Através desta pesquisa, cujo principal objetivo é apontar o patrono-fantasma como elemento comum em ambos os sistemas, também propõe-se que o patrocínio e produção de ambos bestiários possivelmente ocorreu para comemorar um importante evento e ser doado. Identifica-se o evento como sendo a celebração de 50 anos da morte do santo Thomas Becket em Canterbury em 1220, estabelecendo Becket como um dos patronos, ainda que póstumo, dos bestiários.

Palavras-chave: Patrocínio; Dom e Contradom; Patrono-Fantasma; Bestiários; Bestiário de Aberdeen; Thomas Becket; Canterbury; Autoridade; *Donatio pro anima*; Materialidade.

ABSTRACT

This thesis aims to consider upon the medieval patronage system and its relationship with the gift and counter-gift system through the study of two medieval bestiaries, Aberdeen University Library, MS. 24, the “Aberdeen Bestiary”, and Oxford, Bodleian Library MS. Bodl. 1511. Through interpretations that locate the actor-patron in the system of patronage and the donor in the system of gift and counter-gift as common elements that are expressed through authoritative and identitary modulations of the object connected to the figure of the ghost-patron, we were able to indicate evidences of patrons in the manuscript sources used through the study of materiality and respective uses. The pre-established functions of the bestiaries analyzed, related to education and memory, gain depth through patronage and its participation in the gift and the charitable counter-gift system since they are objects that carry the identity of the donor and/or patron, thus becoming an inalienable cultural asset of high value. Through this research, whose main objective is to point out the ghost-patron as a common element in both systems, it is also proposed that the sponsorship and production of both bestiaries possibly occurred to commemorate an important event and to be donated. The event is identified as the celebration of 50 years of the death of Saint Thomas Becket in Canterbury in 1220, establishing Becket as one of the patrons, albeit posthumously, of the bestiaries.

Keywords: Patronage; Gift and counter-gift; Ghost-patron; Bestiaries; Aberdeen bestiary; Thomas Becket; Canterbury; authority; *Donatio pro anima*; Materiality.

SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1 - Incipit Liber de Naturis Bestiarum	18
Capítulo 2 — <i>Caritas</i> e dom	44
Capítulo 3 - <i>Volant Libri</i>	77
Capítulo 4 - Materialidade e Arqueologia do manuscrito	109
Capítulo 5 - <i>Patrocinium</i> e <i>Auctoritas</i>	140
Conclusão	205
Referências	207

Introdução

A presente dissertação trata sobre o sistema de patrocínio medieval e sua relação com o sistema de dom e contradom através do estudo de dois bestiários medievais, Aberdeen University Library, MS. 24, o “Bestiário de Aberdeen” e Bodleian Library MS. Bodl. 1511.

O interesse pelo estudo do patrocínio de bestiários medievais surgiu a partir da observação de alguns poucos bestiários de luxo e de questionamentos a respeito da sua audiência e utilização, onde buscamos identificar seus processos de produção para compreender o motivo de tamanha onerosidade. Como não houve uma resposta conclusiva da literatura a respeito do uso e audiência, desenvolveu-se uma inquietação que culminou nesta pesquisa. Nossa investigação inicial a respeito das funções do bestiário apontam que possivelmente os bestiários analisados foram produzidos para serem doados, desta forma incorporamos em nosso estudo a análise conjunta do sistema de dom e contradom e do sistema de patrocínio, onde a produção de objetos através do patrocínio de obras servia para serem objetos de doação no sistema de dom e contradom. Conforme desenvolvemos a investigação vimos que existe um mesmo agente presente nos sistemas de patrocínio e de economia simbólica do dom e contradom, onde ambos dialogam através da autoridade. Uma vez identificada a autoridade como representativa de um patrono e/ou de um doador, buscamos nos bestiários as evidências de autoridade que são deixadas pelo patrono ou matrona através da análise material e imagética das fontes.

Esta pesquisa busca colaborar com o campo do estudo do patrocínio medieval ao aproximar a teoria do patrocínio e o sistema de dom e contradom sob um conceito comum, a autoridade, e identificar e contextualizar historicamente as modulações autoritativas em nossas fontes desta forma apontamos Canterbury como centro de produção dos MSS. 24 e 1511 e Thomas Becket como um dos patronos dos MSS., neste caso configurando um patrono póstumo e santo.

Um de nossos métodos consiste principalmente em aprofundar e ampliar a reflexão histórica a partir da materialidade das fontes. Este método nos fornece ferramentas e auxilia a compreender o patrocínio dos manuscritos analisados dentro de seu processo de produção e do contexto sociocultural no qual foram elaborados. Podemos estabelecer o método codicológico dentro do campo que é chamado de “Arqueologia do

Manuscrito”, onde procuramos vestígios que nos forneçam informações auxiliares para o estudo histórico, similar ao que Ricoeur coloca:

No entanto, existem traços que não são “testemunhos escritos” e que são igualmente aberto para a observação histórica, nomeadamente, “vestígios do passado”, que são o alvo favorito da arqueologia: urnas, objetos, moedas, imagens pintadas ou esculpidas, objetos funerários, restos de construções, e assim por diante.¹

Na pesquisa historiográfica também é possível aplicar a técnica de análise de detalhes que podem nos fornecer dados para complementar a análise histórica ou mesmo construir uma base evidencial de arguição a respeito das fontes, mas para que elas façam sentido em um estudo histórico devem ser necessariamente colocadas sob um fundo cronológico, pois “Só se estabelece, de fato, uma data, só se controla e, em suma, só se interpreta um documento por sua inserção em uma série cronológica ou um conjunto sincrônico”². O trabalho do historiador está invariavelmente ligado aos ditos indícios, os quais Paul Ricoeur diz que são, junto com documento e questão (pergunta para fonte), parte do tripé do conhecimento histórico³.

Vimos que os indícios e vestígios ocupam um lugar de destaque na pesquisa histórica e Ricoeur aponta que:

Para um historiador, tudo pode se tornar um documento, incluindo detritos vindos de uma escavação arqueológica e outros vestígios, mas de uma maneira mais impressionante outros tipos de informação tão diversas e vivas quanto curvas de preço, registros paroquiais, testemunhos, database de estatística e assim por diante.⁴

Fontes tradicionais do historiador, manuscritos podem ser considerados “testemunhos escritos”, mas empregando as perspectivas de Bloch, Ginzburg⁵ e Ricoeur podemos abordar também os “testemunhos não escritos” de um manuscrito, assim como seus indícios e vestígios, realizando assim uma “Arqueologia do Manuscrito”.

¹ Original: “However, there exist traces that are not “written testimonies” and that are equally open to historical observation, namely, “vestiges of the past”, which are the favorite target of archeology: urns, tools, coins, painted or sculpted images, funerary objects, the remains of buildings, and so forth.”. Tradução própria. RICOEUR, Paul. **Memory, History, Forgetting**. University of Chicago Press: CHicago, 2004, p. 170.

² BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Zahar, 2002, p. 111.

³ RICOEUR, Paul. **Memory, History, Forgetting**. Chicago: University of Chicago Press, 2004, p. 177.

⁴ Original: “For a historian, everything can become a document, including the debris coming from archeological excavations and other such vestiges, but in a more striking way kinds of information as diverse and mercurial as price curves, parish registers, wills, databases of statistics, and so on”. Tradução própria. RICOEUR, Paul, op. cit., p. 178.

⁵ Quando trata do paradigma do saber indiciário. Ver: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

O que chamamos aqui de “Arqueologia do Manuscrito” se insere nas pesquisas codicológicas e paleográficas, sobre as quais Albert Derolez diz que:

Isso não pode ser um impedimento para abranger todos os elementos acima mencionados em uma disciplina comum, baseada em pesquisas arqueológicas, mas permitindo chegar a uma síntese da história cultural dos manuscritos.⁶

As condições materiais da produção de um manuscrito, contidas na materialidade, são um reflexo de uma cultura, e estudar a materialidade de manuscritos nos convida a observar a cultura de consumo literário medieval. Padrões de letras ou abreviações podem nos indicar um lugar geográfico para a produção, a qualidade do pergaminho e as cores utilizadas nos informam a riqueza do manuscrito e, conseqüentemente, um preço mais ou menos elevado de produção que pode nos indicar seu consumo, comparações textuais de evolução e adaptação do texto⁷ nos indicam o uso do manuscrito e sua transformação, etc, as possibilidades são enormes.

A inserção da materialidade em pesquisas sobre a cultura medieval não só nos permite ter uma visão mais ampla do contexto cultural de produção de manuscritos medievais, mas também as relações da sociedade e indivíduo com os diversos manuscritos produzidos durante o medievo. A “Arqueologia do Manuscrito” permite estudar a relação humana com o conhecimento, mediado pelo manuscrito, assim como a relação com o próprio mediador, a materialidade em si. Esta é uma das bases fundamentais desta pesquisa, a análise material “arqueológica” em busca de informações que permitem uma análise histórica cultural da sociedade medieval nos séculos XII e XIII que fornecem dados anteriormente ignorados e/ou agora analisados sob uma ótica histórica. Buscando pequenos detalhes de produção e uso do manuscrito e iluminuras, como marcas de *pouncing*⁸, poderemos compreender melhor como os bestiários analisados foram produzidos e como foram utilizados, nos fornecendo assim mais material para a inserção do patrocínio em um contexto sociocultural medieval.

Nosso segundo método consiste em analisar as imagens dos bestiários, elementos chave em nossa investigação, em diálogo com os estudos sobre a imagem e suas funções durante a Idade Média Ocidental. Além das funções das imagens, utilizamos estudos

⁶ Original: “Cela ne peut être un empêchement à englober tous les éléments précités dans une discipline commune, basée sur une recherche archéologique mais permettant d'arriver à une synthèse d'histoire culturelle des manuscrits”. Tradução própria. DEROLEZ, Albert. *Codicologie ou archéologie du livre?*. In: **Scriptorium**, Tomo 27 n°1, 1973, p. 49.

⁷ Abordadas pela crítica textual.

⁸ Pequenos furos na iluminura utilizados para transferir o modelo da imagem para outro manuscrito.

sobre as relações entre texto e imagem, amplamente debatidos pela teoria, crítica e história da arte e estudada pelos medievalistas do grupo da Antropologia Histórica, liderado por Jacques Le Goff, desde a segunda metade do século XX, quando introduziram o estudo das imagens como fonte.

É desta forma que apresentamos as iluminuras dos manuscritos MS. 24 e MS. 1511, as abordamos buscando entender suas funções nos bestiários MSS. 24 e 1511 e a relação entre imagem e texto. Neste sentido concorda-se com Belting quando diz que, “A função pode alterar uma forma pictórica existente e a forma pictórica pode assumir novas funções.”⁹ visto que as imagens dos bestiários assumiram novas formas e novas funções quando interagiram com a autoridade do patrono.

Dispondo de conceitos estabelecidos por Ernst Panofsky¹⁰, Pierre Bourdieu¹¹ e Ernst Gombrich¹², apontamos que quando há uma mensagem codificada em uma imagem supratextual (talvez também pudéssemos categorizá-la como supra-objeto) que não é mediada através de alternativas comuns, como um sujeito, ela pode ser decodificada através do hábito mental do consumidor que lhe oferece as chaves socioculturais necessárias para interpretar a imagem. Essas mensagens codificadas podem, entre diversas possibilidades, fazer referências às identidades codificadas na imagem onde acreditamos ser possível avaliar as evidências de um patrono(a) e apontar os processos de incorporação de elementos identitários em objetos. No entanto, com informações muitas vezes limitadas, existe um limite para nossas afirmações, e apontar um nome pode se tornar contra-produtivo ao esperar identifiquemos individuais sem que tenhamos hábito mental necessário, como aponta Belting, “O espectador de hoje que deseja reviver a reação do espectador naquele momento, não possui o modelo interpretativo deste e portanto não consegue compreender o código da imagem”¹³, o mesmo empecilho se aprofunda quando vemos que este hábito mental muitas vezes não nos é diretamente acessível visto que a sociedade medieval até o século XIV ainda era centrada na oralidade,

⁹ Original: “Function can change an existing pictorial form, and the pictorial form can assume new functions”. Trad. própria. BELTING, Hans. **The Image and Its Public in the Middle Ages: Form and Function of Early Paintings of the Passion**. New Rochelle, NY: AD Caratzas, 1990, p. 50.

¹⁰ PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média**. Martins Fontes, 2001.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. **The Field of Cultural Production**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.

¹² Gombrich, Ernst Hans. **Art and illusion**. New York: Pantheon Books, 1961.

¹³ Original: “The beholder of today who wants to reexperience the reaction of the viewer at that time, does not possess the latter’s interpretive model and therefore fails to understand the image’s code”. Trad. própria. BELTING, Hans. **The Image and Its Public in the Middle Ages: Form and Function of Early Paintings of the Passion**. New Rochelle, NY: AD Caratzas, 1990, p. 62.

portanto, “O problema das culturas orais, em oposição às culturas letradas do passado, é sua irrecuperabilidade”¹⁴.

Este problema se torna central em nosso estudo, pois muitas vezes somos incapazes de apontar nominalmente um patrono, o sujeito performático, pois não dispomos das chaves de decodificação que podem ser inalcançáveis ou dependem de intensa e incessante pesquisa a respeito da sociedade e cultura medieval com enfoque nas redes de contato. Nossa metodologia e conclusões talvez possam, *a priori*, parecer que vão de encontro com a teoria ANT (Actor-Network-Theory), onde “[...] não é permitido dizer: ‘Ninguém o menciona. Não tenho provas, mas sei que há algum ator oculto trabalhando aqui nos bastidores’. Esta é a teoria da conspiração, não a teoria social. A presença do social tem que ser demonstrada cada vez de novo; nunca pode ser simplesmente postulado.”¹⁵, no entanto, vista a incapacidade de suprir um nome, buscamos alternativas para nossa metodologia. Primeiramente, nossa metodologia busca apresentar provas da existência de um ator-patrono através do extenso trabalho de contextualização sociocultural, estudo material de nossas fontes e análise iconológica das imagens. Em segundo lugar, nossa metodologia fornece uma forma de observar o vulto do patrono, por isso o chamamos de patrono fantasma, através das modificações de cunho autoritativo e identitário. Portanto, nossa metodologia não deve ser considerada limitada por não oferecer um nome, pois não é necessário apontar um nome para identificar a obra de um patrono. Woodfield atesta essa afirmativa ao apontar que:

Nosso próprio conjunto mental insiste na obra de arte como a produção de um indivíduo e de uma pessoa identificável, mas, como Gomperz havia apontado, essa é uma ideia relativamente moderna e uma ideia mais antiga a veria como um objeto artesanal produzido para um patrono. Tem-se então o direito de perguntar como o artista pretendia satisfazer as necessidades expressivas do patrono. Ao contrário de uma declaração verbal proferida por um indivíduo para atingir um efeito com referência àquele indivíduo expressivo, um objeto trabalhado foi produzido por um exercício de habilidade em resposta a uma demanda. O artista era um agente do patrono.¹⁶

¹⁴ Original: “The problem with oral as opposed to literate cultures of the past is their irretrievability”. Trad. própria. CAMILLE, Michael. *Seeing and reading: some visual implications of medieval literacy and illiteracy*. *Art History*, v. 8, n. 1, 1985, p. 36.

¹⁵ Original: “[...] it is not permitted to say: ‘No one mentions it. I have no proof but I know there is some hidden actor at work here behind the scene.’ This is conspiracy theory, not social theory. The presence of the social has to be demonstrated each time anew; it can never be simply postulated.” Trad. própria. JOHNSTON, Michael; VAN DUSSEN, Michael (Ed.). *The Medieval Manuscript Book*. Cambridge University Press, 2015, p. 2, *apud* LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 53.

¹⁶ Original: “Our own mental set insists on the work of art as the production of an individual and identifiable person but, as Gomperz had pointed out, this is a relatively modern idea and an older idea would see it as a crafted object produced for a patron. One is then entitled to ask how the artist was intended to satisfy the patron’s expressive needs. Unlike a verbal statement uttered by an individual to achieve an effect with

No primeiro capítulo desta dissertação buscamos discutir aspectos do patrocínio de bestiários medievais na historiografia revisada e atual a respeito da temática. Trata ainda das organizações prévias de bestiários conduzidas por diferentes pesquisadores. Nomeadamente utilizaremos as organizações feitas por M. R. James¹⁷ em seu texto *The Bestiary* de 1928, Florence McCulloch em seu livro *Medieval French and Latin Bestiaries*¹⁸ de 1962 e Willene B. Clark em *A Medieval Book of Beasts: The Second Family Bestiary - Commentary, Art, Text and Translation*¹⁹ de 2006. Cada livro apresenta uma organização diferente do outro visto que foram produzidos por perspectivas diferentes, no entanto, todos utilizam como base a classificação original de M. R. James, que dividiu os bestiários em quatro famílias. McCulloch utiliza a organização feita em 1928 e a expande, criando algumas subdivisões familiares que em alguns casos ajudam a compreensão do leitor, e, em outras, acabam por confundir quem está ingressando no estudo dos bestiários. Concomitantemente, antigas reflexões feitas por outros pesquisadores como M. R. James²⁰, John R. Allen²¹, Georges Druce²², A. H. Collins, E. Saunders²³ e M. Anderson²⁴ serão contrapostas com teorias como as de Émile Mâle²⁵ e Florence McCulloch²⁶, onde esta primeira onda do estudo de bestiários será contraposta com estudos feitos pela segunda onda historiográfica, conduzida especialmente por Xênia Muratova, Willene B. Clark, Ron Baxter, Jane Geddes e, parcialmente, por Michel Pastoureau. Da mesma forma, este capítulo aborda as relações entre o *Physiologus* e os bestiários, descendentes de uma tradição textual e moral iniciada pelo primeiro.

reference back to that expressive individual, a crafted object was produced by an exercise of skill in response to a demand. The artist was an agent for the patron.” Trad. própria. WOODFIELD, Richard. Ernst Gombrich: Iconology and the 'linguistics of the image'. *Journal of Art Historiography*, n. 5, 2011, p. 25.

¹⁷ JAMES, M. R. *The Bestiary*, **Roxburghe Club**, London: Oxford University Press, 1928.

¹⁸ MCCULLOCH, Florence. **Medieval Latin and French Bestiaries**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1962.

¹⁹ CLARK, Willene B. **A medieval book of beasts: the second-family bestiary: commentary, art, text and translation**. Boydell press, 2006.

²⁰ JAMES, M. R. *The Bestiary*, **Roxburghe Club**, London: Oxford University Press, 1928.

²¹ ALLEN, John R. **Early Christian Symbolism in Great Britain and Ireland Before the Thirteenth Century**. Londres: Whiting & Co., 1887.

²² DRUCE, Georges. The Symbolism of the Crocodile in the Middle Ages. *Archeological Journal*, n. 67, pp. 285-317, 1910.

²³ SAUNDERS, O. E. **A History of English Art in the Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 1932.

²⁴ ANDERSON, M. D. **Animal Carvings in British Churches**. Cambridge: Cambridge University Press, 1938.

²⁵ MÂLE, Émile. **L'Art Religieux du XIIIe siècle en France**. Paris: Librairie Armand Colin, 3 ed., 1910.

²⁶ MCCULLOCH, Florence. **Medieval Latin and French Bestiaries**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1962.

São expostas neste capítulo algumas tabelas que permitem ter uma compreensão visual da organização de famílias, sub-famílias e grupos de bestiários medievais, que se estendem do século XI até o século XIV. Acompanhando as tabelas, foi feita uma breve exposição da lógica organizacional da classificação de cada autor, para que possamos entender o que influenciou essa formatação e o que cada arranjo se propôs a responder. Essa revisão da disposição dos bestiários é de suma importância para o entendimento do nosso objeto de pesquisa.

No segundo capítulo nos dedicamos a compreender as conexões entre as esferas secular e sagrada no sistema do dom e contradom para que possamos sugerir a possibilidade dos MSS. 24 e 1511 terem sido criados para serem doados. A sugestão da possibilidade da participação dos bestiários no sistema de dom e contradom parte da incongruência entre função sugerida dos bestiários (educação primária) e características materiais das quais destacam-se o luxo e expertise artística, características estas comumente associadas à objetos comemorativos e de relevância sociocultural. Os questionamentos iniciais (Para que? Para quem?) e a observação de variantes imagéticas nos levaram a conceber a idéia de participação no sistema de dom.

O sistema de economia simbólica do dom e contradom espiritual tem como base sua vertente secular, sobre a qual partimos de de perspectivas maussianas para compreender seu funcionamento no contexto do medievo Ocidental, e a partir de referências especializadas vemos que este sistema auxiliava a busca pela integridade através da acumulação de honra, acumulação essa que se estruturava em estruturas sociais hierarquizadas inseridas em um *champ* (termo emprestado de Bourdieu) e que poderia se converter em vantagens sociopolíticas. Uma vez estabelecido o sistema secular, transpomos e adaptamos seu funcionamento para compreender o dom em uma escala sagrada que se baseia na caridade. Dividimos o dom sagrado em *caritas* (prestação total não-cíclica) e *donatio pro anima* (prestação total de múltiplos agentes), onde a primeira aborda a relação entre indivíduo e Deus e a segunda comporta as relações e obrigações sociais-terrenas entre indivíduos e Deus.

O terceiro capítulo ocupa-se de explorar movimentos e desenvolvimentos intelectuais medievais que se compreendem através da expansão e amadurecimento da cultura literária que se diversifica e estabelece diferentes círculos de consumo e produção. Como aponta Lynette Muir, o século XII já indicava que bestiários poderiam ter lugar no círculo literato laico:

Para satisfazer as necessidades daqueles que buscavam para suas mentes alimento com mais substância do que mero entretenimento, os escritores vernáculos dos séculos XII e XIII produziram traduções e antologias de textos filosóficos e científicos [...]. Algumas dessas obras já estavam sendo escritas no século XII - o Bestiário de Philippe de Thaon ou a redação em versos de Wace da História dos Reis da Grã-Bretanha de Geoffrey de Monmouth [...].²⁷

Vista nossa inquietação inicial a respeito dos patronos dos bestiários MS. 24 e MS. 1511, nossa principal preocupação situa-se na análise do sistema de patrocínio durante a Idade Média Ocidental, onde, corroborando com a historiografia, identificamos certas categorias do estágio de produção de obras: iniciador, financiador, idealizador, consumidor (primário, secundário e terciário). Buscado responder a pergunta “O que é e quem é um patrono medieval?” fomos capazes de dissociar a obrigatoriedade da fusão compulsória entre a figura do patrono, que aqui chamamos de ator-patrono, e as categorias supracitadas, assim o situando como uma condição performática do sujeito que é capaz de modular consciente e inconscientemente um objeto através de sua autoridade, conceito chave de nosso estudo.

O quarto capítulo trata do estudo da materialidade, parte essencial e insubstituível no estudo de manuscritos uma vez que através dela podemos identificar as marcas autoritárias de identidade referentes ao patrocínio. O primeiro passo da análise material é o referido trabalho codicológico. Neste capítulo abordamos também a hierarquia das imagens conforme estabelecidas por Michel Pastoureau. Esta inicia-se através da análise das iluminuras, onde avaliamos o tamanho relativo das iluminuras visto que:

Alguns animais considerados mais importantes tem direito de uma pintura de página inteira, algumas vezes vários registros ou compartimentos [...]; outros têm direito à grandes miniaturas [...]; outros ainda, à miniaturas menores, ou mesmo um simples medalhão[...]. Estas distribuições não são neutras ao contrário, expressam hierarquias e sistemas de valores que permeiam a cultura medieval inteira.²⁸

²⁷ Original: “To satisfy the needs of those who sought for their minds food with more substance than mere entertainment, the vernacular writers of the twelfth and thirteenth centuries produced translations and anthologies of philosophical and scientific texts [...]. A few such works were already being written in the twelfth century - the Bestiary of Philippe de Thaon or Wace's verse redaction of Geoffrey of Monmouth's History of the Kings of Britain [...]”. Trad. Própria. MUIR, Lynette R. **Literature and Society in Medieval France: The Mirror and the Image 1100–1500**. Macmillan International Higher Education, 1985, pp. 109-110.

²⁸ Original: “Certains animaux jugés plus importants ont droit à une peinture en pleine page, avec parfois plusieurs registres ou compartiments [...]; d'autres ont droit à une miniature de grande taille [...]; d'autres encore, à une miniature plus petite, voire à un simple médaillon [...]. Ces distributions ne sont pas neutres mais expriment au contraire des hiérarchies et des systèmes de valeurs qui imprègnent toute la culture médiévale.”. Tradução própria. PASTOUREAU, Michel. **Bestiaires du Moyen Âge**. Paris: Seuil, 2011, p. 39.

A hierarquia de imagens parte de um pressuposto de que quanto maior a iluminura, maior sua importância nos bestiários. Esta afirmação baseia-se no custo estimado da produção de manuscritos medievais e de suas iluminuras visto que pergaminhos e pigmentos eram caros (especialmente os materiais de alta qualidade como pergaminho fino e o azul ultramarino), e, portanto, o tamanho, cor e qualidade de uma iluminura influenciava o preço de fabricação de um bestiário. Logo, as maiores iluminuras eram destinadas à animais cujos papéis eram mais importantes em bestiários, estando assim diretamente ligados à função e uso.

O tamanho das iluminuras pode estar relacionado a duas coisas: modelos padrões de bestiários ou modificações características, onde ambos acusam uma forma de utilização. Uma vez que os bestiários medievais eram cópias de outros bestiários, presume-se que uma cópia “fiel” siga os mesmos tamanhos de iluminura estabelecidos pelo modelo, o que indica uma continuidade de forma de uso. No entanto, percebe-se que em alguns bestiários, algumas iluminuras são maiores ou menores que as de outros manuscritos, o que pressupõe uma mudança consciente da hierarquia das iluminuras, modificando assim sua importância relativa às outras iluminuras e ao modelo. À esta mudança consciente, é sugerido por Baxter que é relativa a mudanças de uso do bestiário.

Uma grande preocupação do presente trabalho é mostrar que variações em conteúdo, particularmente entre Bestiários de luxo do final do século doze e século treze, foram frequentemente ditadas pelas necessidades dos usuários e não podem simplesmente estar vinculadas a considerações de recensão textual, juntamente com a suposição associada que os produtores de Bestiários simplesmente copiaram os modelos com os quais estavam familiarizados ou que tinham em mãos.²⁹

Partindo do mesmo pressuposto de hierarquia de imagens e relevância de acordo com seu tamanho, podemos supor a mesma aplicabilidade para ao menos um outro ponto significativo em manuscritos: as letras iniciais e as capitulares. Observando as fontes, identifica-se padrões de repetição de certas categorias de iniciais, umas destinadas a início de tratados animais e outras empregadas no início de capítulos. A categorização é possível vista a grande diferença na ornamentação das letras, nas quais as capitulares são

²⁹ Original: “A major concern of the present work is to show that variations in content, particularly among late twelfth and thirteenth-century luxury Bestiaries, were often dictated by the needs of users and cannot simply be tied to considerations of textual recension, along with the associated assumption that the producers of Bestiaries simply copied whatever models they were familiar with, or happened to have to hand”. Tradução própria. BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 127.

claramente mais trabalhadas, ricas e maiores, indicando assim um sistema de hierarquia caligráfica análoga à hierarquia de imagens de Pastoureau.

No quinto e último capítulo abordamos três elementos, educação, imagem, e o estudo de caso do patrocínio dos MSS. 24 e 1511. Primeiramente buscamos compreender através da bibliografia a função presumida dos bestiários, função esta que Clark aponta ser a educação moral básica. Explorando essa possibilidade, nos aprofundamos na possibilidade da relação entre educação e bestiários buscando determinar o(s) uso(s) dos MSS. 24 e 1511 que podem nos indicar seus usuários e, talvez, patrono(s).

Em seguida buscamos tratar a imagem, onde dispomos de três conceitos que são fundamentais para a análise dos bestiários: as funções da imagem; a relação texto-imagem; e interpretação da imagem e *habitus*. Para os elementos imagéticos dispomos principalmente de estudos conduzidos por Hans Belting³⁰, Ralf Bohnsack³¹, Erwin Panofsky³² e Mary Carruthers³³.

Acredita-se que em bestiários, a imagem e o texto são unidades dialéticas interligadas em razão do uso do manuscrito e do uso da própria imagem como um meio pedagógico³⁴ e mnemônico, mas que podem se dissociar de suas funções originais uma vez que não há mais um mediador externo para o conhecimento (texto, tutor, etc), portanto a função suposta para a imagem é estabelecida como supratextual (diálogo se estabelecer além do texto) ou intra-imagética (diálogo ocorre entre elementos imagéticos). Para identificar a imagem enquanto elemento supratextual ou intratextual dispomos de pesquisas sobre a correspondência entre texto e imagem, permitindo assim que identifiquemos imagens que fogem desta relação. Nos MSS. 24 e 1511 identificamos uma iluminura onde não há conformidade entre texto e imagem, e a comparação com outros bestiários evidenciou a desconexão entre imagem e texto visto que não é fruto de um modelo comum, e, vista a dissociação, compreende-se que a mudança da iluminura nestes

³⁰ BELTING, Hans. **The Image and Its Public in the Middle Ages: Form and Function of Early Paintings of the Passion**. New Rochelle, NY: AD Caratzas, 1990.

³¹ BOHNSACK, Ralf. *A interpretação de imagens e o método documentário*. **Sociologias**, n. 18, p. 286-311, 2007.

³² PANOFSKY, Erwin. **O significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

³³ CARRUTHERS, Mary J. **The book of memory: A study of memory in medieval culture**. Cambridge University Press, 1992.

³⁴ A relação entre imagem e iletrados foi estabelecida no ocidente após duas cartas do Papa Gregório I (599 e 600 C.E) para o bispo Serenus de Marselha. Diversos autores citam o aprendizado medieval por imagens em diferentes contextos (idolatria, estudo de imagens, semiótica, etc) e se baseiam no mesmo evento. Ver: CHAZELLE, Celia. Pictures, books, and the illiterate: Pope Gregory I's letters to Serenus of Marseilles, **Word & Image: A Journal of Verbal/Visual Enquiry**, 6:2, 1990, pp. 138-153.

bestiários provém de um fator externo ao conhecimento transmitido pelo texto, logo, é resultado de uma modificação referente à audiência ou patrocinador(a).

Capítulo 1 - Incipit Liber de Naturis Bestiarum

O objetivo deste estudo é compreender o patrocínio de bestiários medievais, e para tal busca situar-se na historiografia revisada e atual a respeito do tema. Neste estudo, buscamos estudar o patrocínio dos bestiários tomando como fonte os manuscritos MS. Lib. 24 (Bestiário de Aberdeen) e Bodleian MS. Ashmole 1511, dois bestiários ingleses da segunda família, criados no final do século XII³⁵ ou começo do século XIII³⁶ que despertaram o nosso interesse por serem quase idênticos e luxuosos. Acredita-se aqui, que os manuscritos medievais, incluindo bestiários, são produtos materiais socioculturais de uma sociedade, e sua produção corresponde a demanda de seus usuários. Intrinsecamente interligados e mesclados à cultura de consumo literário, os bestiários também respondem a mudanças sociais, culturais e filosóficas que permeiam sua elaboração, mudanças essas que nos são identificáveis mediante análise de texto, imagem e materialidade dos manuscritos.

Ainda não foi possível identificar a localização da produção dos bestiários selecionados, e as várias tentativas feitas até o momento pelos especialistas discordam entre si, nomeadamente entre as pesquisas desenvolvidas por Clark e Muratova, que creditam a criação do manuscrito a Canterbury³⁷ ou a Lincoln³⁸. A proveniência de ambos manuscritos, e suas respectivas trajetórias até o local atual, são bastante diferentes. O MS. 24 foi catalogado pela primeira vez em 1542 por John Leland na *Upper Library* do palácio de Westminster³⁹ e atualmente se encontra na seção de Manuscritos da Biblioteca da Universidade de Aberdeen, em Aberdeen na Escócia e está disponibilizado em formato digital⁴⁰. Sabe-se que o MS. 1511 estava nas mãos de William Mann Esquire antes do ano

³⁵ Existem 7 famílias de bestiários latinos: Primeira Família B-I, Primeira Família B-H, Primeira Família Transicional, Segunda Família, Terceira Família, Quarta Família e DC (Dicta Chrysostomi). Ambos os bestiários fontes deste trabalho são da Segunda Família. MURATOVA, Xenia. *Workshop Methods in English Late Twelfth-Century Illumination and the Production of Luxury Bestiaries*. In: CLARK, Willene B.; McMUNN, Meredith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989, p. 53.

³⁶ CLARK, Willene B. **A medieval book of beasts: the second-family bestiary: commentary, art, text and translation**. Suffolk: Boydell Press, 2006, p. 223. Escolhe-se nesta pesquisa trabalhar com as datas de Clark, pois são resultado de estudos mais aprofundados e embasados. As datas estipuladas são 1200-1210, que diferem apenas em uma ou duas décadas de Muratova.

³⁷ CLARK, op. cit., 2006, p. 71.

³⁸ MURATOVA, Xenia. *Bestiaries: An Aspect of Medieval Patronage*, In: Sarah Macready & F.H. Thompson, ed., **Art and patronage in the English Romanesque**, London: Society of Antiquaries, 1986, 120.

³⁹ CARLEY, James. *Books seen by Samuel Ward 'in bibliotheca regia' circa 1614*, **The British Library Journal**, 16, 1990, p. 90.

⁴⁰ <<https://www.abdn.ac.uk/bestiary/ms24>>. Acessado em: 19/06/2019.

de 1609, mas sabe-se que após 1609 o manuscrito foi apresentado à Peter Manwood, conforme a anotação feita por Manwood no fólho 1r do manuscrito⁴¹. Atualmente, o MS. 1511 se encontra na *Bodleian Weston Library*, da Universidade de Oxford, em Oxford, na Inglaterra⁴².

Ambos manuscritos são bastante similares, quase idênticos, e por isso Muratova os chama de *manuscripts frères*⁴³ quando fala sobre a similaridade do estilo de iluminação. De fato, não há nenhum outro par de bestiários que apresenta similaridades tão profundas quanto as compartilhadas pelos MS. 24 e MS. 1511. Por isso, estima-se que tenham sido feitos no mesmo *scriptorium*. As semelhanças imagéticas e textuais entre os bestiários e a produção dos mesmos no mesmo mosteiro, na mesma época⁴⁴, proporciona uma oportunidade única para a pesquisa.

As fontes selecionadas para essa pesquisa podem ser acessadas por meio digital, conferindo variedade analítica e possibilidade de comparação. A luxuosidade dos manuscritos, decorados com folhas de ouro, grandes iluminuras com diversas cores, incluindo a onerosa azul ultramarino, permite restringir ainda mais a possibilidade de patrocínio e cria uma base comparativa mais interessante com os outros bestiários de luxo que como se sabe, constituem a minoria dos bestiários.

Definidas as fontes dessa pesquisa, cabe explicar o que são e em que consistem os bestiários. Tratam-se de manuscritos que abordam a moral cristã utilizando características e comportamentos de animais como metáforas representadas por símbolos e alegorias⁴⁵. Foram produzidos durante parte da Idade Média⁴⁶, experimentando um grande crescimento durante os séculos XII e XIII e um franco declínio nos séculos XIV e XV. Os bestiários possuem um amplo conteúdo, no qual são representadas várias bestas, aves, serpentes e, presente em alguns manuscritos, plantas, minerais e características

⁴¹ Bodleian MS. Ashmole 1511, f. 1r.

⁴² <<https://digital.bodleian.ox.ac.uk/inquire/p/fb43631c-1f61-4865-806c-9fe59b5753ff>>. Acessado em: 19/06/2019.

⁴³ MURATOVA, Xenia. *Workshop Methods in English Late Twelfth-Century Illumination and the Production of Luxury Bestiaries*. In: CLARK, Willene B.; MCMUNN, Meredith T. (Orgs.). **Beasts and Birds of the Middle Ages**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989, p. 53.

⁴⁴ Ainda não se sabe se foram feitos simultaneamente ou com uma pequena diferença de tempo, da mesma forma não foi possível estabelecer qual poderia ter sido criado primeiro.

⁴⁵ Umberto Eco em **Arte e Beleza na Estética Medieval** faz uma interessante distinção entre o simbólico-alegórico, metáfora e pensamento analógico no medievo baseado em uma filosofia de ‘leitura’ do mundo natural enquanto uma mensagem divina, ‘*aliud dicitur, aliud demonstratur*’. Cf. ECO, Umberto. **Arte e Beleza na Estética Medieval**. Rio de Janeiro: Record, 4ª ed., 2018.

⁴⁶ O mais antigo bestiário é o Bodleian MS. Laud Misc. 247, datado do início do século XII (1110-1130) e faz parte da Primeira Família versão B-I. Ron Baxter estima que a produção de bestiários possivelmente ocorria anteriormente à esta data, mas não sobreviveram exemplares. Cf. BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998.

humanas. Uma descrição bem sucinta dos bestiários nos é fornecida por Willene B. Clark e Meredith McMunn: “Os bestiários, ou livros de bestas, são coleções de descrições e conhecimento animal, ambos reais e fantásticos, que são interpretados como lições morais ou espirituais e muitas vezes providos de ilustrações.”⁴⁷.

Os bestiários derivam do *Physiologus*, um manuscrito que provavelmente foi escrito em Alexandria por volta do século II⁴⁸. Traduzido em várias línguas⁴⁹, acreditava-se que a popularidade do *Physiologus* ficava atrás apenas da Bíblia no quesito de versões e cópias⁵⁰, mas Ron Baxter desenvolveu uma teoria diferente e afirma que os bestiários, não eram tão populares quanto se acreditava⁵¹. Utilizando alegorias para lições morais, o bestiário medieval se mostrou um desenvolvimento do clássico *Physiologus* que tendia a focar em questões teológicas⁵² sobre virtude e vício. As razões do grande desenvolvimento medieval do gênero bestiário (e aviário, um outro tipo de bestiário com representações exclusivas de aves) são amplamente discutidos por Clark⁵³ e Muratova⁵⁴, mas podemos afirmar que o padrão textual e iconográfico estabelecido pelo *Physiologus*, que mais tarde foi seguido pelos bestiários, sem dúvida impactou a sociedade medieval, especialmente visualmente, como sugere Rowland⁵⁵.

O desenvolvimento da pesquisa a respeito de bestiários inicia-se em 1887 com *Early Christian Symbolism in Great Britain and Ireland before the Thirteenth Century* de John Romilly Allen⁵⁶, obra na qual o bestiário, abordado no sétimo capítulo intitulado

⁴⁷ Original: “The bestiaries, or books of beasts, are collections of animal descriptions and lore, both real and fantastic, which are interpreted as spiritual or moral lessons and often provided with illustrations”. Tradução própria. CLARK, Willene B., McMUNN, Meredith T. (eds.). **Beasts and birds of the Middle Ages: the bestiary and its legacy**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989, p. 1.

⁴⁸ MERMIER, Guy R. The Phoenix: Its Nature and Its Place in the Tradition of the Physiologus. In: CLARK, Willene B., McMUNN, Meredith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, 1989, p. 69. Apesar de serem similares, o *Physiologus* e os bestiários são diferentes e não devem ser confundidos.

⁴⁹ CLARK, Willene B., McMUNN, Meredith T. (eds.). op., cit., p. 2.

⁵⁰ MERMIER, Guy R. op., cit., p. 70.

⁵¹ Cf. BAXTER, Ron. op. cit. p. 145 passim.

⁵² CLARK, Willene B., McMUNN, Meredith T. (eds.). op., cit., p. 3.

⁵³ FOUILLOY, Hugh of, CLARK, Willene (trad. & ed.). **The Medieval book of birds: Hugh of Fouilloys's Aviarium**. Binghamton: Medieval & Renaissance Texts & Studies, 1992; e CLARK, Willene B. *The illustrated medieval aviary and the lay-brotherhood*. **Gesta**, v. 21, n. 1, p. 63-74, 1982.

⁵⁴ MURATOVA, Xenia. Workshop Methods in English Late Twelfth-Century Illumination and the Production of Luxury Bestiaries. In: CLARK, Willene B.; McMUNN, Meredith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989, p. 53-68.

⁵⁵ ROWLAND, Beryl. *The art of memory and the Bestiary*. In: CLARK, Willene B.; McMUNN, Meredith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 12-25, 1989.

⁵⁶ ALLEN, John R. **Early Christian Symbolism in Great Britain and Ireland Before the Thirteenth Century**. Londres: Whiting & Co., 1887.

The Medieval Bestiaries, é sugerido como simbolicamente relacionado com arte em madeira e esculturas religiosas que abordam animais. A proposição feita por Allen teve grande repercussão na primeira fase da pesquisa acerca dos bestiários, e é claramente identificada em abordagens posteriores de Georges Druce⁵⁷, O. E. Saunders⁵⁸, M. D. Anderson⁵⁹ e Arthur H. Collins⁶⁰. Esses foram alguns dos primeiros pesquisadores a abordar o bestiário, ainda na primeira metade do século XX. Esses autores acreditavam que o significado metafórico dos animais em bestiários era tão difundido que ultrapassava os limites do códice e poderia ser compreendido em esculturas de madeira e pedra em catedrais, igrejas e mosteiros. A exportação do simbolismo presente nos bestiários causou uma percepção que mais tarde foi abandonada, que os bestiários possuíam uma unidade discursiva e de sentido universal, uma espécie de sistema de zoologia mística⁶¹. Essa foi de fato uma das linhas de pensamento mais difundidas durante o início das pesquisas sobre os bestiários, mas que encontrou resistência em Émile Mâle. Em *L'Art Religieux du XIIIe siècle en France*⁶², Mâle sugere cautela na análise de possíveis correspondências entre bestiários e esculturas ou vitrais, mas seguiu largamente ignorado pela corrente inglesa.

Posteriormente, e ainda em uma linha de reflexão similar, surgem pesquisadores como T. H. White⁶³ e Brunsdon Yapp⁶⁴, que partilham, salvo suas especificidades, uma visão embasada em Allen, Druce e Collins, da unidade de discurso do bestiário, e a hipótese de que o bestiário era uma espécie de tratado zoológico. Yapp focava sua pesquisa nas aves, graças à sua formação como ornitólogo, e Wilma George⁶⁵ publicou um artigo tentando identificar a besta *Yale*. Ambas pesquisas foram publicadas na segunda metade do século XX. As questões sobre a zoologia dentro de bestiários no geral foram abandonadas, assim como as tentativas de identificar e relacionar animais

⁵⁷ DRUCE, Georges. *The Symbolism of the Crocodile in the Middle Ages*. **Archeological Journal**, n. 67, pp. 285-317, 1910.

⁵⁸ SAUNDERS, O. E. **A History of English Art in the Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 1932.

⁵⁹ ANDERSON, M. D. **Animal Carvings in British Churches**. Cambridge: Cambridge University Press, 1938.

⁶⁰ COLLINS, Arthur H. *Some Twelfth-Century Animal Carvings and their Sources in the Bestiaries*. **Connoisseur**, n.106, pp. 238-243, 1940.

⁶¹ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**. Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 3.

⁶² MÂLE, Émile. **L'Art Religieux du XIIIe siècle en France**. Paris: Librairie Armand Colin, 3 ed., 1910.

⁶³ WHITE, T. H. **The Book of Beasts**. London: Dover Publications, 1954.

⁶⁴ YAPP, Brunsdon. **Birds in Medieval Manuscripts**. London: British Library, 1981.

⁶⁵ GEORGE, Wilma. *The Yale*. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, XXXI, pp. 275-278, 1968.

conhecidos na contemporaneidade com aqueles descritos em bestiários⁶⁶, e assim uma outra linha de pensamento que descende das classificações de Montague Rhodes James e Florence McCulloch se tornou dominante.

Podemos apontar alguns problemas para o tipo de pesquisa desenvolvido desde Druce até Yapp e a razão para o declínio de tal vertente. A busca por referências zoológicas em bestiários não é tão propícia quanto poderia parecer para um códice que trata de animais, devemos primeiramente refletir sobre o propósito existencial, a *raison d'être*, deste tipo de manuscrito. É possível afirmar seguramente que a função do bestiário certamente não recai sobre a taxonomização zoológica uma vez que, apesar de tratar de animais, sua função é pedagógica moral cristã e não zoológica. No século XIII com Alberto Magno e o códice *De Animalibus*⁶⁷ temos um dos primeiros sinais medievais de uma proposta de taxonomização e estudo empírico da natureza que se baseiam nos livros de Aristóteles⁶⁸. Esse retorno à Aristóteles se propaga especialmente no fim do século XII e século XIII com a ascensão das universidades e da filosofia escolástica que, munida de *auctores* clássicos, propunha a conciliação entre razão e fé e, portanto, estabelecia uma filosofia mais racionalista. Ao estabelecer um quadro comparativo entre dois *Physiologus*, um bestiário da Segunda Família, Alberto Magno e Aristóteles, podemos observar as claras semelhanças e diferenças entre as abordagens.

Bern, Burgerbibliothek, Cod. 318⁶⁹:

*Physiologus dicit quia inimicus draconis est persequitur occidere eum vult [...] dracones magnum diabolum.*⁷⁰

Physiologus Versão Y⁷¹:

Como é dito no Salmo 41, “Assim como o cervo anseia córregos fluidos, minha alma anseia por ti, ó Deus” [Ps. 42:1] O cervo é inimigo do dragão. Além disso, o dragão foge do cervo nas fendas da terra, e o cervo, indo e bebendo de um

⁶⁶ Obviamente esta conexão só era feita em casos cujo nome do animal era ambíguo ou desconhecido. Não há conhecimento de nenhum autor sério que tenha admitido a possibilidade de um dragão estar relacionado à um animal conhecido, por exemplo.

⁶⁷ SAINT ALBERTUS (MAGNUS); STADLER, Hermann. **Albertus Magnus De animalibus libri XXVI**: nach der Cölner Urschrift. Aschendorff, 1916.

⁶⁸ ARISTÓTELES. **História dos Animais** (trad. Maria de Fátima Sousa Silva) Tomo I - II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

⁶⁹ Bern, Burgerbibliothek, Cod. 318, f. 17r. Disponível em: <<https://www.e-codices.unifr.ch/en/bbb/0318/17r/0/Sequence-34>>.

⁷⁰ Trad. própria: Physiologus diz que o inimigo dragão persegue sua presa [...] o dragão é o grande diabo.

⁷¹ CURLEY, Michael J. **Physiologus: A Medieval Book of Nature Lore**. University of Chicago Press, 2009, p. 58.

córrego até que seu focinho esteja cheio, então cospe a água nas fendas e traz para fora o dragão e o pisoteia e o mata. Assim como nosso Senhor matou o enorme dragão, o diabo, com águas celestiais de sabedoria indescritíveis.⁷²

Aberdeen, Aberdeen University Library MS. 24⁷³:

Do cervo. A palavra cervi (cervo) vem de ceraton, 'chifres', pois os chifres são chamados de cerata em grego. Os cervos são inimigos das cobras; quando se sentem oprimidos pela fraqueza, puxam cobras de seus buracos com o sopro do nariz e, vencendo a natureza fatal de seu veneno, comem-nas e são restaurados. [...] E se encontram um lugar de pecado, pulam sobre ele de uma vez, e depois da encarnação do Diabo, ou seja, depois de cometer um pecado, correm, por sua confissão, a Cristo, a verdadeira fonte; bebendo em seus mandamentos, eles são renovados, se livrando de seus pecados como a velhice [...]⁷⁴

Alberto Magno⁷⁵:

Cervus animal notum est pro aetate culmos augens in cornibus et hoc usque sex annos, ut dicit Solinus: tunc enim non ultra culmos ut dicit producunt, sed in spissum cornua grandescunt. [...] Dicunt etiam experti quod tam cervus quam aliae bestiae dytumno ela et spinas membris infixas eiciunt, quando edunt eum. Percussi autem a phalancio quod genus araneorum est, caneros si habere possunt, comedunt et sic vincunt veneni virtutem.

Aristóteles⁷⁶:

Quando os veados são mordidos por uma tarântula, ou algo do gênero, apanham caranguejos e os comem. Parece que também é bom para o ser humano beber lhes o suco, apesar de ter um paladar desagradável. As fêmeas do veado, depois de parir, devoram logo o cório, sem dar tempo para que sejam

⁷² Original: It is said in Psalm 41, "As the stag longs for flowing streams, so longs my soul for thee, O God" [Ps. 42: 1]. The stag is an enemy of the dragon. Moreover, the dragon flees from the stag into the cracks in the earth, and the stag, going and drinking from a stream until his muzzle is full, then spits out the water into the cracks and draws the dragon out and stamps on him and kills him. Thus did our Lord kill the huge dragon, the devil, with heavenly waters of indescribable wisdom. Trad. própria.

⁷³ Aberdeen, Aberdeen University Library, MS. 24, f. 13v. Disponível em: <<https://www.abdn.ac.uk/bestiary/ms24/f13v>>.

⁷⁴ Original Latino: *De cervis Cervi dicti, apo ton ceraton, id est, a cornibus, cerata enim grece cornua dicuntur. Hii serpentium inimici, cum se gravatos infirmitate persenserint, spiritu narium eos extrahunt de cavernis et superata pernicie veneni eorum papulo reparantur. [...] Et si locum peccandi inveniunt, statim transiliunt, et post incorporationem diaboli, id est post peccata perpetrata, ad Christum qui verus fons est confessione currunt et precepta eius haurientes deposita peccati vetustate renovantur.* Tradução própria: Of deer The word cervi (deer) comes from ceraton, 'horns', for horns are called cerata in Greek. Deer are the enemies of snakes; when they feel weighed down with weakness, they draw snakes from their holes with the breath of their noses and, overcoming the fatal nature of their venom, eat them and are restored. [...] And if they find a place of sin, they leap over it at once, and after the incarnation of the Devil, that is, after committing a sin, they run, by their confession, to Christ, the true spring; drinking in his commandments, they are renewed, shedding their sin like old age.

⁷⁵ SAINT ALBERTUS (MAGNUS); STADLER, Hermann. **Albertus Magnus De animalibus libri XXVI**: nach der Cölnner Urschrift. Aschendorff, 1916, p. 1372.

⁷⁶ ARISTÓTELES. **História dos Animais** (trad. Maria de Fátima Sousa Silva), Tomo 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014, p. 74.

retirados, porque o abocacham antes mesmo que caiam no chão. Parece que tem propriedades medicinais.

Vemos uma similaridade entre Alberto Magno e Aristóteles que é explicada pelo claro posicionamento aristotélico de Alberto⁷⁷. Nos dois *Physiologus* e no Ms. 24 percebe-se que há certa diferença na forma que a mensagem é entregue ao leitor, mas, apesar da falta de fólios no MS. 318, entende-se que o foco do texto não é a descrição do animal em questão, ou da exatidão dos pormenores do funcionamento do animal, e sim na instrução moral que se utiliza das características do animal como uma metáfora. Portanto, esperar que os bestiários sejam algum tipo de tratado zoológico, como esperavam Druce, Allen e Yapp, é uma abordagem fundamentalmente errônea. É essencial salientar que é possível fazer algumas identificações de animais através de iluminuras, mas o pesquisador em questão deve ter noção de que este, salvo possíveis exceções, não era o intuito do iluminador.

As questões referentes à unidade discursiva dos bestiários foram reverberadas por Montague Rhodes James em *The Bestiary* ainda em 1928⁷⁸, pesquisa que de fato fundou e embasa a maioria das pesquisas atuais sobre o tema. Apesar de James estudar a estrutura dos bestiários latinos e dividi-los em famílias e ter estabelecido a pedra fundamental da pesquisa de bestiários, o autor corroborou com a ideia da zoologia mística de Allen, Druce e Collins. Suas maiores contribuições foram as datações e estabelecimento do pico de produção de bestiários entre os séculos XII e XIII, e o sistema de genealogia que foi largamente esquecido até que Florence McCulloch resgatou a genealogia latina.

A pesquisa de James consistiu em organizar 41 bestiários em uma ordem familiar com base em diferenças estruturais e ordenação de capítulos, e assim foram estabelecidas 4 famílias que formaram uma “genealogia” textual. Florence McCulloch, em seu livro *Medieval French and Latin Bestiaries*⁷⁹ de 1962, adiciona alguns manuscritos e adapta famílias para o padrão que utilizamos atualmente, que consiste em um total de seis famílias. Os estudos foram produzidos levando em consideração as variações textuais dos bestiários, e a sequência de tratados. A presente pesquisa utiliza a classificação das famílias latinas reformulada por McCulloch, assim como todos os outros trabalhos atuais sobre bestiários que abordam manuscritos e/ou famílias específicas. Apesar de ser

⁷⁷ CLARK, Willene B. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary: Commentary, Art, Text and Translation.** Boydell press, 2006, p. 29.

⁷⁸ JAMES, M. R. *The Bestiary*, **Roxburghe Club**, London: Oxford University Press, 1928.

⁷⁹ MCCULLOCH, Florence. **Medieval Latin and French Bestiaries.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1962.

fundamental para o estudo de bestiários, assim como é James, McCulloch também reproduz parcialmente a noção de que os bestiários seriam tratados zoológicos, ou, em suas palavras quando se refere ao *Physiologus*, “O *Physiologus* é um compilado de pseudo-ciência no qual a descrição fantástica de animais, aves e até rochas reais ou imaginários eram utilizadas para ilustrar pontos do dogma e moral cristã.”⁸⁰. Percebe-se que apesar da descrição dos manuscritos como “tratados de pseudo-ciência”, há o reconhecimento da função de instrutor da moral cristã.

Estudos conduzidos nomeadamente por Xênia Muratova, Willene B. Clark, Ron Baxter, Jane Geddes, Cynthia White, Meredith McMunn, Elizabeth Morrison, etc., marcam a nova geração de pesquisadores que ainda hoje pautam os estudos e influenciam esta dissertação. Todos esses nomes fizeram valiosas contribuições para o estudo de bestiários, mas apresenta-se aqui quatro autores específicos que terão um grande valor para a presente dissertação. Dois pesquisadores fundamentais são Clark e Baxter, pois partem de óticas de análise bastante interessantes e relevantes e apresentam uma sugestão de organização de bestiários que não se desvincula da base familiar estabelecida, mas que a reestrutura com bases diferentes da textual pura.

Ron Baxter desenvolve uma organização similar, na qual também analisa as variações textuais e utiliza as categorias familiares, no entanto, o objetivo de Baxter foi utilizar a análise textual para identificar e compreender padrões de *uso* de bestiários que se refletem no texto. Desenvolvendo sua análise, Baxter subdivide diferentes famílias em pequenos grupos que aparentam possuir uma similaridade textual que efetivamente reflete um critério de uso. O livro *Bestiaries and their Users in the Middle Ages* (1998)⁸¹ de Baxter é uma das pouquíssimas referências encontradas que tratam especificamente a relação entre o bestiário e seu uso/usuários, e será constantemente citado nessa pesquisa. Uma das principais análises de Baxter refere-se à disposição da imagem em relação ao texto, afirmando a posição da imagem em relação ao texto (começo ou fim) indica a sujeição do texto à imagem ou da imagem ao texto. Baseado nisso, afirma que existem duas formas de compor uma imagem no bestiário: composicional, que depende do bestiário modelo; ou funcional, dependendo do uso.

Para demonstrar como a posição da imagem em relação ao texto é significativa, Baxter utiliza-se de uma teoria desenvolvida pelo próprio autor: a posição da iluminura

⁸⁰ MCCULLOCH, op. cit., p. 15.

⁸¹ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998.

está diretamente relacionada ao modelo⁸², e qualquer mudança é significativa pois implica ciência da mudança de um padrão e, portanto, possivelmente é resultado do uso. Acredita-se aqui que é realmente essencial a identificação dos padrões de modelo e modificação, pois uma iluminura pode estar tanto acima quanto abaixo do texto sem que isso signifique uma mudança do modelo e, portanto, dificulta a apreciação da evidência de uso.

Concorda-se que a imagem está diretamente ligada ao texto, e em grande parte das vezes subordinada a ele⁸³, e de fato podemos identificar mudanças constantes e graduais no posicionamento de iluminuras em relação ao texto (seja acima ou abaixo), que, nesse caso, é passível de análise, mas seria necessária uma pesquisa inteiramente dedicada a isso e que contasse com o auxílio de teorias semióticas, como a desenvolvida por Roland Barthes⁸⁴. Ainda sobre o trabalho de Baxter, salienta-se que o autor atribui o patrocínio do manuscrito MS. Bodley 764 à uma família baronial com embasamento em símbolos heráldicos, este estudo é de suma importância pois influencia a discussão sobre o patrocínio dos MS. 24 e MS. 1511, e será discutido em profundidade nos próximos capítulos.

O trabalho de Baxter, ainda que apresente questões que não podem ser respondidas, é bastante completo e possui interessantes contribuições, como a aplicação do modelo de análise *actancial* de A. J. Greimas⁸⁵, e o emprego de W. J. Ong⁸⁶ na análise do padrão discursivo do bestiário como indicador de transmissão oral. Ressalta-se também o longo e denso trabalho estatístico feito em registro de bibliotecas medievais para sugerir a porcentagem de produção de bestiários na Inglaterra em comparação com outros manuscritos (2,6/1000) entre 1100 e 1500. Ademais, este é um dos poucos autores

⁸² Quando refere-se aqui ao modelo, trata-se especificamente da matriz da cópia.

⁸³ A afirmação é um tanto quanto complicada, pois a imagem e o texto são unidades expressivas diferentes e independentes, pois cada um cumpre um propósito que diferencia um do outro. Um exemplo simples é entender que a imagem e o texto são formas diferentes de comunicação que utilizam uma signos completamente diferentes. Portanto, são unidades que se diferenciam, entre outras coisas, na forma de comunicação e absorção da mensagem. No entanto, em bestiários a iluminura tem sua função primária revelar imageticamente o que foi escrito no texto, e quando não reflete o texto são consideradas desviantes e portanto tem um discurso e propósito que pode estar dissociado do texto. Em virtude da exibição imagética coesa com o texto, pode-se presumir que a imagem está submetida ao texto.

⁸⁴ Barthes tratou no capítulo *Retórica da Imagem* em *Image-Music-Text* a relação entre imagem e texto e as classificou em ao menos dois tipos: *relay* e *anchorage*. Além destas duas categorias, Barthes também trabalhou com o conceito de *illustration*. Para abordar as várias formas da relação entre texto e imagem, seria interessante que Baxter abordasse melhor conceitos já bem estabelecidos pela semiótica. Cf. BARTHES, Roland. **Image-Music-Text**. Londres: Macmillan, 1988.

⁸⁵ GREIMAS, A. J. **Sémantique Structurale: Recherche de Méthode**. Paris, 1986.

⁸⁶ ONG, W. J. **Orality and Literacy: The Technologizing of the World**. Londres, 1982.

que se preocupa com o uso e usuários de bestiários⁸⁷, uma das questões discutidas na presente dissertação.

Diferentemente do pesquisador anterior, Willene B. Clark desenvolve agrupamentos de bestiários não só se baseando no texto, mas também na representação e no desenho. Grupos de bestiários são definidos pela sua proximidade estilística, o que fornece ao leitor uma perspectiva singular dos bestiários e suas relações artísticas. É importante notar que Clark tratou apenas de bestiários da Segunda Família⁸⁸, o que limita um pouco seu contraste com outros autores, mas pela importância de seu trabalho faz-se essencial. Assim como Clark, o presente estudo tratará apenas de bestiários da Segunda Família, com breves e ocasionais menções a manuscritos de diferentes famílias.

Xênia Muratova é a terceira historiadora a quem esse estudo irá recorrer com ênfase devido à importância de sua contribuição para a historiografia dos bestiários. O debate entre a autora e Clark sobre a localização dos manuscritos⁸⁹ é de grande utilidade para a presente pesquisa. A abordagem de Muratova é similar a de Clark, partindo da representação da imagem, e é ela que melhor aborda a ‘fraternidade’ entre os MS. 24 e MS. 1511. Todavia a dificuldade de acesso ao trabalho de Muratova tem prejudicado a compreensão da tese central da autora, dependendo assim dos comentários feitos ao seu trabalho por outros autores.

Finalmente, enfatizamos o trabalho de Michel Pastoureau, medievalista francês com diversas contribuições na área do uso dos símbolos no medievo⁹⁰. Seu livro *Bestiaires du Moyen Âge*⁹¹, é essencial para compreender bestiários. A experiência e conhecimento de Pastoureau são uma grande contribuição, e fornecem informações que são de suma importância para esta pesquisa: relação imagem-texto e hierarquia de imagens⁹².

Fica evidente pela breve descrição do caminho da pesquisa de bestiários que houve um avanço importante desde seu início em 1887, até o mais recente trabalho publicado. As perspectivas de percepção simbólica presentes em Allen, assim como a unicidade do discurso do bestiário, sugerida por Druce e outros, foram amplamente

⁸⁷ Um problema encontrado não só na pesquisa de bestiários, mas manuscritos em geral. São raros os livros dedicados e artigos são tão raros quanto ou excessivamente específicos, tardios ou sem metodologia clara.

⁸⁸ CLARK, Willene B. **A medieval book of beasts: the second-family bestiary: commentary, art, text and translation**. Suffolk: Boydell Press, 2006.

⁸⁹ Cf. CLARK, Willene B.; MCMUNN, Meradith T. **Beasts and birds of the Middle Ages: the bestiary and its legacy**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press Philadelphia, 1989.

⁹⁰ Cf. PASTOUREAU, Michel. **Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental**. Paris: Seuil, 2015.

⁹¹ PASTOUREAU, Michel. **Bestiaires du Moyen Âge**. Paris: Seuil, 2011.

⁹² Ambas são abordadas na seção teórico-metodológica com maior desenvolvimento.

questionadas por Mâle ainda em 1910 e em análises mais recentes. A presente dissertação se apoia nas pesquisas mais recentes. No entanto, isso não impede que a obra de Allen, Druce e Yapp possam ser revisitadas, como um encontro no dia 14/05/2019 no *Getty Museum* em Los Angeles, Califórnia, nos mostrou. Elizabeth Morrison, curadora e organizadora do evento reuniu no museu $\frac{2}{3}$ de todos os bestiários do mundo e convidou para palestras nomes como Jane Geddes e Xenia Muratova, que se reuniram para abordar questões recentes que circundam o estudo de bestiários, incluindo patrocínio e o que aparenta ser uma revisão das teorias de Allen sobre o respaldo simbólico e imagético de bestiários em esculturas e *wood carvings*. Apesar de ter se mantido periférico tanto na historiografia quanto na história da arte, o estudo de bestiários e história dos animais se desenvolveu muito a partir da metade do século XX, especialmente na *medieval*, desenvolvendo este que alguns caracterizam como um *animal turn*⁹³.

A seguir, a tabela abaixo explicita as divisões formadas por McCulloch e seus respectivos números de exemplares, séculos de produção e número de tratados para que se possa compreender melhor o que significa essa divisão.

Tabela 1

Relação das Famílias Latinas

	Primeira Família (B-I + H)	Família Transicional	Segunda Família	Terceira Família	Quarta Família	Dicta Chrysostomi	Theobaldi
N.º Exemplares	12 (B-I) 2 (H)	9	50	5	1	38	70
Séculos de produção	X - XIII (B-I) $\frac{2}{3}$ XIII (H)	XII - XIV	XII - XVI	XIII	XV	X - XV	XI - XV

⁹³ Cf. WOLFE, Cary. *Moving forward, kicking back: The animal turn. Postmedieval*, v.2, issue 1, pp. 1-12, 2011.

N.º de Tratados	36 (B-I) 44 (H)	100	123	123+	100+	27	13
-----------------	--------------------	-----	-----	------	------	----	----

A tabela acima mostra alguns números relevantes que nos informam um pouco sobre a produção de bestiários latinos medievais⁹⁴. Antes de seguir com a divisão familiar dos bestiários latinos estabelecida por James e McCulloch, devemos voltar nossa atenção aos últimos itens da tabela: *Dicta Chrysostomi (D.C)* e *Theobaldi*. Ambos não fazem parte da divisão familiar latina, mas possuem um elevado número de exemplares. Sua exclusão da divisão é explicada pois a *D.C* apresenta uma ordem diferente de apresentação dos tratados, e a *Theobaldi* é escrita em prosa. Os grandes números de manuscritos sobreviventes são testemunhas da relevância que tiveram durante os séculos em que foram produzidos, e, especialmente, nos locais de maior produção que hoje correspondem aos territórios da Alemanha, Itália e França. Apesar de vermos esforços recentes para o dissipamento das fronteiras nas pesquisas destes manuscritos⁹⁵, suas diferenças e desdobramentos fazem com que suas análises sejam comumente deslocadas das famílias latinas.

Iniciando com a primeira família, os bestiários da tradição B-I foram produzidos primeiro e em maior quantidade que a outra versão, H. Apesar do pequeno número de manuscritos sobreviventes, a versão B-I influenciou as famílias seguintes e estabeleceu *de facto* o bestiário latino. Com a base da versão B do *Physiologus*, diversos outros capítulos foram adicionados seguindo o conteúdo e ordem das *Etymologiae* de Isidoro, por isso são chamadas de B-I. Estima-se que sua produção se inicia no século X, data que o manuscrito mais antigo desta família⁹⁶, Palat. Lat. 1074⁹⁷ foi produzido, mas possivelmente a produção dos B-I precedem tal manuscrito. Segue a distribuição de capítulos baseado no bestiário Stowe 1067⁹⁸:

⁹⁴ Dados retirados do site <bestiary.ca> e do artigo de KAY, Sarah 'The English bestiary', the continental 'Physiologus', and the intersections between them. **Medium Aevum**, v. 85, n. 1, p. 118-142, 2016.

⁹⁵ Um exemplo é Sarah Kay que neste artigo procura unificar a pesquisa de bestiários latinos e vulgares. KAY, Sarah. 'The English bestiary', the continental 'Physiologus', and the intersections between them. **Medium Aevum**, v. 85, n. 1, p. 118-142, 2016.

⁹⁶ KAY, Sarah. 'The English bestiary', the continental 'Physiologus', and the intersections between them. **Medium Aevum**, v. 85, n. 1, 2016, p. 123.

⁹⁷ <https://opac.vatlib.it/mss/detail/Pal.lat.1074>

⁹⁸ Disponível em: <http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Stowe_MS_1067>.

Tabela 2

Ordem de tratados da Família B-I (Stowe 1067)

1. Leo	16. Mustela	31. Syrena
2. Aulalaps	17. Cervus	32. Ibex (ave)
3. Onocentaurus	18. Elephans	33. Fulica
4. Herinatio	19. Lupus	34. Aspidochelone
5. Vulpis	20. Canis	35. Perdix
6. Unicornis	21. Ibex	36. Aspis
7. Castor	22. Lapidis Igniferis	37. Assida
8. Ydrus	23. Serra	38. Turtur
9. Crocodrillus	24. Caladrius	39. Salamandra
10. Hiena	25. Pelicanus	40. Columba
11. Onager	26. Noctua	41. Peredixion
12. Simius	27. Aquila	42. Amos propheta
13. Caper	28. Fenix	43. Adamas
14. Pantera	29. Huppupa	44. Mermecolion
15. Draco	30. Formica	

Os manuscritos da Primeira Família do subgrupo H são chamados assim por sua criação ter sido creditada à Hugo de São Vitor e se aproximam muito da versão B-I, mas possuem um conteúdo adicional que é conhecido como Aviário. Apesar da criação do Aviário ter sido creditada também à Hugo de São Vitor, o manuscrito foi criado por Hugo de Folieto no século XII⁹⁹. Os poucos manuscritos sobreviventes datam do último terço do século XIII e possuem um número maior de tratados que a versão B-I. Apesar da versão H de não ter sido tão influente quanto os B-Is, o Aviário foi incorporado em diversos outros manuscritos de outras famílias, especialmente à um subgrupo da Segunda Família. A versão B-H consiste da união dos tomos I e II do *de bestii et aliibus*, ao qual McCulloch nos fornece a seguinte ordem de tratados para o B-H¹⁰⁰:

Tabela 3Livro 1 - *de bestiis et aliibus*

1. Columba	6. Pelicano	13. Milvo
2. Aquilone et Austro Ventis	7. Nycticorace	14. Hirundine
3. Accipitre	8. Corvo	15. Ciconiis
4. Turture	9. Gallo	16. Merula
5. Libano et Cedro et Passeribis	10. Strutione	17. Bubone
	11. Vulture	18. Graculo
	12. Grue	19. Ansere

⁹⁹ FOUILLOY, Hugh of; CLARK, Willene B. **The Medieval Book of Birds**: Hugh of Fouillooy's Aviarium. Edition, translation and commentary by Willene B. Clark. (Medieval & Renaissance Texts & Studies. 80.) xvii, v. 73, 1992, p. 7.

¹⁰⁰ MCCULLOCH, Florence. **Medieval Latin and French Bestiaries**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1962, p. 33.

- | | | |
|-----------------------------|--------------------------|---------------------------------|
| 20. <i>Ardea</i> | 25. <i>Upopa</i> | 29. <i>Aquila</i> |
| 21. <i>Caladrio</i> | 26. <i>Olore</i> | 30. <i>Ibe seu Ibide</i> |
| 22. <i>Phoenixe</i> | 27. <i>Classe</i> | 31. <i>Fulica</i> |
| 23. <i>Perdice</i> | <i>Salomonis</i> | |
| 24. <i>Coturnice</i> | 28. <i>Pavone</i> | |

Livro 2 - de bestiis et alibus

- | | |
|---|--|
| 1. <i>Leone</i> | 20. <i>Luporum natura</i> |
| 2. <i>Antula</i> | 21. <i>Viperæ natura</i> |
| 3. <i>Onocentauro</i> | 22. <i>Serra belua marina</i> |
| 4. <i>Herinaceo seu hericio</i> | 23. <i>Pantheræ natura</i> |
| 5. <i>Vulpe</i> | 24. <i>Dracone</i> |
| 6. <i>Monoceros sive unicorni</i> | 25. <i>Elephantis natura</i> |
| 7. <i>Hydro et Hydra</i> | 26. <i>Elephantis natura iterum</i> |
| 8. <i>Crocodili natura</i> | 27. <i>Pellicani natura</i> |
| 9. <i>Castoris natura</i> | 28. <i>Lacerto, Stelione et Lacerta</i> |
| 10. <i>Hyaena</i> | 29. <i>Formicæ natura</i> |
| 11. <i>Onagro</i> | 30. <i>Aspidis natura</i> |
| 12. <i>Simiis</i> | 31. <i>Charadrio seu charadro</i> |
| 13. <i>Capri natura</i> | 32. <i>Sirenarum seu sirenum natura</i> |
| 14. <i>Cervorum natura</i> | 33. <i>Onocentauro rursus</i> |
| 15. <i>Ibice</i> | 34. <i>Adamantis Virtute</i> |
| 16. <i>Stellione et Salamandra</i> | 35. <i>Concha seu concha</i> |
| 17. <i>Canibus</i> | <i>margaritifera</i> |
| 18. <i>Mustela et Aspide</i> | 36. <i>Aspidochelone</i> |
| 19. <i>Lapide Igniferis</i> | |

Em seguida temos a Família Transicional, criada por McCulloch e de aceitação mista entre outros pesquisadores¹⁰¹.

Tabela 4

Ordem de tratados da Família Transicional MS Royal 12 (Transição) Séc. XIII

- | | | |
|------------------------|-----------------------------|----------------------|
| 1. Leo | 12. Simia | 23. Assida |
| 2. Aulalops | 13. Satyrus | 24. Tigris |
| 3. Onocentaurus | 14. Pantera | 25. Pardus |
| 4. Herniatio | 15. Elephans | 26. Manticora |
| 5. Vulpis | 16. Lupus | 27. Parandrus |
| 6. Unicornis | 17. Canis | 28. Eale |
| 7. Castor | 18. Cervus | 29. Ovis |
| 8. Hiena | 19. Mustela | 30. Vervex |
| 9. Ydrus | 20. Formica | 31. Agnus |
| 10. Hydra | 21. Ibox | 32. Hyrcus |
| 11. Caper | 22. Lapides Igniferi | 33. Iuvenus |

¹⁰¹ CLARK, Willene B. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary: Commentary, Art, Text and Translation.** Boydell press, 2006, p. 11; BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages.** Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 13.

34. Bovem	51. Corvus	68. Regulus
35. Camelus	52. Cornix	69. Anguis
36. Equis	53. Hirundo	70. Viper
37. Musio	54. Coturnice	71. Aspis
38. Mus	55. Apes	72. Emorois
39. Talpa	56. Caladrius	73. Ydrus
40. Leucrota	57. Pellicano	74. Lacerto
41. Aquila	58. Nicticorace	75. Salamandra
42. Vultur	59. Fenix	76. Boa
43. Cigno	60. Hupupa	77. Iaculus
44. Grue	61. Ibex (ave)	78. Siren
45. Psitacus	62. Fulica	79. Seps
46. Altion	63. Perdix	80. Lacertus
47. Ciconia	64. Turtur	81. Saura
48. Perdicibus	65. Columba	82. Stellio
49. Accipitre	66. Draco	83. Serpe
50. Pica	67. Basiliscus	

A terceira Família possui um número maior de tratados que a Segunda Família por conter uma seção sobre raças monstruosas de Isidoro¹⁰² e o bestiário inicia-se com os tratados dos animais domésticos, em seguida os selvagens, depois peixes, serpentes e insetos. Percebe-se que inverte a ordem da segunda família e traz os animais domésticos antes dos silvestres, se aproximando de vez de Isidoro¹⁰³. A inversão é bastante interessante pois ao inverter a ordem dos tratados, inverte também a ordem hierárquica animal. Se aproxima cada vez mais dos crescentes tratado enciclopédicos ao incluir o tratado de raças fantásticas e *De mundi universitati* de Bernardus Silvestris. A tabela 3 traz a ordem dos tratados de acordo com o manuscrito Cambridge, University Library MS Kk.4.25¹⁰⁴.

A última, Quarta Família, possui apenas um exemplar: Cambridge University Library Gg.6.5, f. 1-100¹⁰⁵, que é do século XV. Pouca informação nos é fornecida pela bibliografia a respeito deste manuscrito, mas de acordo com McCulloch este manuscrito se baseia amplamente no tratado enciclopédico *De Proprietatibus Rerum* de Bartolomeu Anglicus.

¹⁰² Florence. **Medieval Latin and French Bestiaries**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1962, p. 39.

¹⁰³ MCCULLOCH, Florence. **Medieval Latin and French Bestiaries**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1962, p. 39. Ver: <http://bestiary.ca/articles/family/mf_latin.htm>.

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://cudl.lib.cam.ac.uk/view/MS-KK-00004-00025>>.

¹⁰⁵ Apesar de estar localizado na biblioteca da Universidade de Cambridge, não foi possível localizar a versão digitalizada no site. Ver: <<http://cudl.lib.cam.ac.uk/>>.

Deixamos por último a maior família em números de cópias sobreviventes, a Segunda Família, que soma um total de 50 exemplares. Talvez uma das famílias latinas mais pesquisadas, e fonte desta pesquisa, é a que apresenta uma maior estabilidade textual, iconográfica e uma variedade de qualidade de produção, desde manuscritos de relativamente média qualidade até altíssimos padrões de luxo. Sua produção foi centrada na Inglaterra e França durante os séculos XII e XIII e alguns manuscritos possuem o texto do *Aviarium* de Hugo de Folieto.

Ao passo que Willene Clark dedicou um livro completamente voltado ao estudo da Segunda Família¹⁰⁶, família à qual pertencem os dois manuscritos analisados neste estudo, aqui faremos apenas uma breve apresentação de algumas de suas características principais e relevantes para esta pesquisa, uma vez que a Segunda Família será copiosamente referenciada e explorada ao longo da pesquisa.

Primeiramente, o que caracteriza de fato um bestiário como sendo pertencente da segunda família é sua organização e seu *incipit*. Existem duas frases introdutórias possíveis: *Bestiarium vocabulum proprie convenit leonibus, pardis...Leo fortissimus*¹⁰⁷; e *Omnibus animantibus*¹⁰⁸. Ambos *incipit* existem no MS. 24, onde nota-se que o primeiro introduz a nomeação de animais por Adão e o segundo *incipit* trata especificamente do bestiário abordando o leão e a pantera para então iniciar o tratado do leão, o mais forte dos animais. A frase introdutória que trata de Adão só ocorre quando antes de se iniciarem de fato os tratados do bestiário houver uma seção sobre o Gênese, ilustrando a criação do firmamento, mundo, homens e animais, respeitando a ordem bíblica. Caso a frase de Adão não se encontre no início, estará no meio do bestiário, introduzindo as bestas. Clark chama atenção para o fato de que ao iniciar o bestiário com *Leo fortissimus* a relação entre a divindade, realeza e poder de Cristo e, quando há, a existência da referência do poder de Adão sobre os animais, pode estar ligada à uma exibição da ligação entre o âmbito religioso e secular do poder real¹⁰⁹.

A segunda forma de identificação de um bestiário como sendo pertencente da segunda família é a ordem de tratados. Certamente esta é a família que apresenta a maior estabilidade na de organização de tratados, ou seja, a ordem é sempre bastante similar

¹⁰⁶ CLARK, Willene B. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary: Commentary, Art, Text and Translation**. Boydell press, 2006.

¹⁰⁷ Aberdeen Library MS. 24, f. 7r.

¹⁰⁸ Aberdeen Lib. MS. 24, f. 5v.

¹⁰⁹ CLARK, Willene B. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary: Commentary, Art, Text and Translation**. Boydell press, 2006, p. 37.

entre os manuscritos dessa família. A ordem da tabela 3 é resultado da observação dos manuscritos MS. 24, London, British Library MS. Add. 11283 e da bibliografia disponível.

Nesta família, nos chama atenção o grande número de tratados, totalizando 123 entradas diferentes de animais e tratados menos específicos. Há uma diferença de 23 tratados quando comparada à Família Transicional e quase 100 se comparada à Primeira Família B-I. A segunda família, assim como as outras latinas, têm base nas *Etymologiae* de Isidoro e *Physiologus* Versão B, excepcionalmente nesta família são introduzidas referências à Solinus *Collectanea Rerum Memorabilium*; *Historia Naturalis* de Plínio, O Velho; e *Hexameron* de Santo Ambrósio. Também é indispensável o papel da Bíblia na produção de todos bestiários, não só os da Segunda Família, pois era na Bíblia que se buscavam as relações animais com a moral.

A adição de novos tratados trouxe duas inovações que podem ter fornecido à Segunda Família vantagens e a destacado das demais famílias: maior número de animais europeus; e maior número de animais fantásticos. Determinados pelo livro base de toda cristandade, a Bíblia, é natural que o *Physiologus* e outras famílias com menos tratados trouxessem um número maior de animais característicos da fauna do Oriente Médio, como o elefante, tigre, pantera ou íbis, e o mesmo vale para animais fantásticos como a fênix ou o dragão. A renovação e adição de novos capítulos com animais de habitat europeu, e que, portanto, poderiam ser reconhecidos por qualquer europeu, pode indicar uma mudança nos hábitos e preferências de consumo, uma estratégia que possibilita aumentar o alcance e eficácia da literatura.

A segunda vantagem foi a inclusão de novos animais fantásticos, como o *Bonnacon*, que foi uma estratégia de apelo para uma crescente tendência no século XII de interesse pelas *mirabilia*. A atração pelo maravilhoso (*mirabilium/mirabilia*) explica-se por um contexto histórico propício de expansão econômica e cultural vivido nos séculos XII e XIII que em breve vamos abordar, mas também por uma atração natural do ser humano pelo diferente, raro e exótico.

O domínio sobre os animais sempre foi restrito e, conseqüentemente, um símbolo de poder, seja esse controle exercido na forma do estabelecimento de florestas reais, restrições de caça e falcoaria ou no consumo de certos animais como forma de alimentação. Desde a Antiguidade animais exóticos são caçados para a satisfação da

curiosidade humana¹¹⁰ e da ostentação dos mesmos como um símbolo do poder. No período medieval existiram os chamados *ménageries*, concentrações de animais exóticos que eram exibidos em instalações reais. O primeiro *ménagerie* inglês foi estabelecido por Henrique I¹¹¹ em Woodstock e exibido em Caen, e podemos apenas imaginar o impacto que tal apresentação causaria em pessoas cujo acesso à informações e viagens era normalmente limitado à região em que nasceu, como era o caso da maioria da população europeia durante os séculos XII e XIII. Os animais exibidos evocavam um poder real antigo, no caso do leão, bíblico, e palpável, a subjugação de feras tão exóticas e sua apresentação diante de um público definitivamente ajudaria a intimidar a oposição e reafirmar a autoridade. Em outros casos, como a cacatua de Frederico II¹¹² e o urso polar de Henrique III¹¹³, os animais nos ajudam a perceber o quão longe ia-se para obter um animal exótico e, portanto, até onde chegavam as redes de trocas durante o período medieval impelidas pela vontade de governantes.

Como pudemos observar anteriormente, a divisão costumeira dos tratados em bestiários segue a ordem bestas/aves/serpentes/peixes/vermes, mas uma das especificidades que destacam a organização da Segunda Família de outras famílias é a separação dos tratados em subseções dentro do segmento das bestas, dividindo-se em animais selvagens¹¹⁴, domésticos¹¹⁵ e pequenos animais selvagens¹¹⁶, que é essencialmente uma maneira reformulada da ordem de Isidoro (domésticos - selvagens). Essa reorganização traz uma modificação que, apesar de sutil aos olhos modernos, significa uma grande mudança não só na forma de organizar a informação, mas de interagir com o bestiário.

Baxter dedica grande parte de seu estudo à análise do *Physiologus* e sua organização, que de acordo com o autor é organizado em blocos de lições morais¹¹⁷, sendo então uma orientação mais espiritualizada do conteúdo. O desenvolvimento no conteúdo

¹¹⁰ HUGHES, J. Donald. *Europe as consumer of exotic biodiversity: Greek and Roman Times*. **Landscape Research**, v. 28, n. 1, p. 21-31, 2003.

¹¹¹ CLARK, Willene B. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary: Commentary, Art, Text and Translation**. Boydell press, 2006, p. 18.

¹¹² DALTON, Heather et al. *Frederick II of Hohenstaufen's Australasian cockatoo: Symbol of detente between East and West and evidence of the Ayyubids' global reach*. **Parergon**, v. 35, n. 1, pp. 35-60, 2018.

¹¹³ OLESON, Tryggvi J. *Polar bears in the middle ages*. **Canadian historical review**, v. 31, n. 1, p. 47-55, 1950.

¹¹⁴ *Leo, Tigris, Pardus, Panthera, Autalops, Unicornis, Lynx, Grifis, Elephants, Castor, Ibx, Hyaena, Bonnacon, Simia, Satyrus, Cervus, Caper, Caprea, Monoceros, Ursus, Leucrota, Cocodrillo, Manticora, Parander, Vulpe, Eale, Lupo.*

¹¹⁵ *Canis, Ove, Vervece, Agno, Hyrco, Apro, Iuvenco, Bos, Camelo, Dromedario, Asino, Onagro, Equo.*

¹¹⁶ *Musione, Muribus, Mustela, Talpa, Ericiis, Formicus.*

¹¹⁷ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**. Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 36.

durante a transição *Physiologus* até as últimas famílias de bestiários passa por uma gradual reformulação na organização, que aos poucos passa a deixar de lado seu valor puramente moralizante transita para novas formas de organização que seguem a influência do tratado de Isidoro, profundamente inspirado por enciclopédias romanas, e pela lógica aristotélica que estabelece novas forma de se relacionar com o conhecimento. Isso não significa que os bestiários se deslocam totalmente de seu sentido moralizante inicial, ainda são livros que expõe lições divinas através da natureza, apenas se adaptaram para uma nova demanda amplamente influenciada por textos aristotélicos e escolásticos.

As divisões familiares aqui explicitadas são essenciais para compreender este estudo, assim como qualquer outro que aborda bestiários. O sistema familiar de James e McCulloch é o sistema comum utilizado por todos que tratam de bestiários de forma mais aprofundada, mas existem também outras categorizações que tomam aqui seu espaço. Estas categorizações respeitam a cadeia familiar, e foram criadas por Willene Clark em seus diversos estudos, os quais sistematizei em tabelas simples. A tabela 5.1 trata da relação entre grupos textuais estabelecida por Clark¹¹⁸, que será bastante útil para nossa análise sobre os manuscritos 24 e MS 1511 uma vez que vemos estes manuscritos como peças-chave na cadeia textual que envolve os bestiários da Segunda Família, sugerindo que seu texto repercutiu suficientemente na Inglaterra medieval.

A tabela 5.2 explicita a relação entre os aviários presentes em manuscritos relevantes para nossa análise, e foram retirados de seu estudo sobre os aviários¹¹⁹, e a última divisão feita por Clark está na tabela 5.3, que expõe as relações iconográficas entre os bestiários. Ambas têm um grande valor para esta pesquisa, pois apontam, assim como na tabela 5.1, para a relevância dos manuscritos aqui analisados e sua repercussão. Ao determinar suas relações textuais e iconográficas poderemos então limitar o raio de influência dos manuscritos e talvez propor um local de uso.

A sexta e última tabela traz um levantamento de todos os bestiários de luxo, independente da família a qual pertencem. Para tal nos dispusemos do levantamento de Clark da Segunda Família, do site bestiary.ca e de um grande número de arquivos digitalizados por bibliotecas que guardam os manuscritos medievais. Apenas inclui-se aqui os manuscritos ao qual foi possível ter acesso aos fólhos e iluminuras para que

¹¹⁸ CLARK, Willene B. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary: Commentary, Art, Text and Translation.** Boydell press, 2006, p. 256.

¹¹⁹ FOUILLOY, Hugh of; CLARK, Willene B. **The Medieval Book of Birds: Hugh of Fouilloy's Aviarium.** Edition, translation and commentary by Willene B. Clark. (Medieval & Renaissance Texts & Studies. 80.) xvii, v. 73, 1992, p. 28 passim.

pudessem ser apurados os materiais utilizados. Dada a qualidade das observações feitas por Clark, leva-se em consideração suas anotações sobre os materiais, logo, caso a autora tenha reconhecido a utilização de materiais luxuosos em manuscritos cujo acesso não foi possível durante esta pesquisa, mantém-se a observação de Clark e os manuscritos incluem-se nesta lista.

Para sermos objetivos na qualificação de um manuscrito como luxuoso, adota-se a diretriz de que deve obrigatoriamente conter ouro em ao menos um local, seja este presente em letras iniciais/capitulares ou iluminuras. Desconsidera-se aqui a expertise da iluminação pois procura-se evitar um debate acerca de uma qualidade que deve ser preferencialmente reservada a historiadores da arte. Definir um manuscrito enquanto luxuoso a partir do emprego do pigmento azul ultramarino também não é possível uma vez que isto exigiria uma análise de química dos pigmentos azulados de todos os bestiários. Com as informações de localização dos manuscritos inclui-se também a data provável de produção e família correspondente para que posteriormente possa-se estabelecer um paralelo com o grupo e data de produção dos MS 24 e 1511.

Por tanto, as diversas tabelas apresentadas abaixo apontam para uma miríade de possíveis divisões, classificações e similaridades entre manuscritos que nos indicam que as relações entre eles podem ser mais próximas que se imagina, a apresentação das informações em tabelas concisas permite uma visualização dos dados. No total pudemos identificar 19 manuscritos de luxo, sendo que destes 14 são do século XIII, e deste número um total de 9 manuscritos faz parte da Segunda Família, atestando assim para sua importância e consumo, assim como marcando definitivamente a “era e família de ouro” dos bestiários. Essa relevância é confirmada pelos estudos da “segunda onda” de estudos de bestiários personificada em nomes como Baxter, Clark e Muratova. A partir da revisão de estudos anteriores e da utilização e desenvolvimento da classificação de bestiários, estes autores foram capazes de apontar significativas mudanças e estratégias empregadas na construção dos bestiários da Segunda Família, assim como estabelecer bases para o estudo da produção e usos de bestiários. As estratégias da Segunda Família dialogam intimamente com situações socioculturais, como o já referido crescimento de uma curiosidade por *mirabilium*. O contexto educativo-intelectual que foi, durante o século XIII, amplamente afetado pelo surgimento de universidades e escolas que espalhavam a lógica aristotélica certamente tiveram impacto na produção de bestiários da segunda família, e são essas condições históricas que veremos nos próximos capítulos, nos equipando assim com o conhecimento necessário para abordar as questões centrais deste

estudo: Para quem os MS. 24 e 1511 foram feitos? Por qual motivo foram feitos? Como foram utilizados? Se nossa análise busca responder estas perguntas, devemos nos voltar ao estudo das sociedades e culturas medievais, para então tentarmos atingir uma resposta.

Tabela 4

Ordem de tratados da Segunda Família

1. Leo	41. Dromedario	81. Hirundus
2. Tigris	42. Asino	82. Coturnix
3. Pardo	43. Onagro	83. Pavo
4. Pantera	44. Equo	84. Hupupa
5. Antalops	45. Musione	85. Gallus
6. Unicorne	46. Muribus	86. Anas
7. Lince	47. Mustela	87. De Avium Generatione
8. Grife	48. Talpa	88. Apis
9. Elefans	49. Ericiis	89. Periden
10. Castore	50. Formicus	90. Incipit de Serpentibus
11. Ibex	51. Incipit de Avibus	91. Draco Maior
12. Yena	52. Aquila	92. Basilisco
13. Bonnacon	53. Vultur	93. Regulus
14. Sime	54. Grus	94. Vipera
15. Satiris	55. Psitacus	95. Aspide
16. Cervis	56. Caladrius	96. Scitalis
17. Capre	57. Ciconia	97. Anphivena
18. Caprea	58. Olor	98. Ydro
19. Monocero	59. Ybis	99. Boa
20. Urso	60. Assida	100. Iaculo
21. Leucrota	61. Fulica	101. Sirenis
22. Cocodrillo	62. Altion	102. Seps
23. Manticora	63. Fenix I	103. Dipsa
24. Parander	64. Fenix II	104. Lacerto
25. Vulpe	65. Cinomologus	105. Salaman dra
26. Eale	66. Ercinea	106. Saura
27. Lupo	67. Epopus	107. Stellio
28. Canis I	68. Pelicanus	108. De Generibus serpentibus
29. Canis II	69. Noctua	109. De Natura Serpentibus
30. Canis III	70. Siren	110. Inc. de Vermibus
31. Quotienscumque	71. Perdix I	111. De Vermibus Carnium
32. Omnibus animantibus	72. Perdix II	
33. Ove	73. Pica	
34. Vervece	74. Accipter	
35. Agno	75. Lucinia	
36. Hyrco	76. Vespertilio	
37. Apro	77. Corvus	
38. Iuvenco	78. Cornix	
39. Bos	79. Columba	
40. Camelo	80. Turtur	

- | | | |
|---|--|--|
| <p>112. Incipit
de Piscibus</p> <p>113. Aspidad
elone</p> <p>114. Balena</p> <p>115. Serra</p> <p>116. Delfinib
us</p> | <p>117. Porcis
Marinis</p> <p>118. Cocodrill</p> <p>119. De
Diversis Piscium
Generibus</p> <p>120. De
Arbore</p> | <p>121. Natura
dicta eo quod</p> <p>122. Gradus
etatis sex sunt</p> <p>123. Igniferis</p> |
|---|--|--|

Tabela 5

Ordem de tratados da 3a familia Camb. 4.25

- | | | |
|--|---|--|
| <p>1. Bos</p> <p>2. Bubalus</p> <p>3. Vaca</p> <p>4. Taurus</p> <p>5. Vervex</p> <p>6. Aries</p> <p>7. Ovis</p> <p>8. Onager</p> <p>9. Equus</p> <p>10. Mulus</p> <p>11. Camelus</p> <p>12. Dromedarius</p> <p>13. Cervus</p> <p>14. Dama</p> <p>15. Caprea</p> <p>16. Aper</p> <p>17. Leo</p> <p>18. Pardus</p> <p>19. Linx</p> <p>20. Pantera</p> <p>21. Ursus</p> <p>22. Rinoceros</p> <p>23. Monoceros</p> <p>24. Tigris</p> <p>25. Grifes</p> <p>26. Antalops*</p> <p>27. Elephans*</p> <p>28. Manticora</p> <p>29. Parandrus</p> <p>30. Eale</p> <p>31. Simia</p> <p>32. Castor*</p> <p>33. Lupus</p> <p>34. Vulpis</p> <p>35. Yena</p> <p>36. Bonnacon*</p> <p>37. Ibex*</p> <p>38. Canis</p> | <p>39. Lepus</p> <p>40. Istrix</p> <p>41. Cunicul</p> <p>42. Melo</p> <p>43. Musio</p> <p>44. Muspidillum</p> <p>45. Mustela</p> <p>46. Talpa</p> <p>47. Glires</p> <p>48. Cyrogrillus</p> <p>49. Ericius</p> <p>50. Formica</p> <p>51. Ydrus</p> <p>52. Gorgona</p> <p>53. Scilla</p> <p>54. Syrena</p> <p>55. Cerberus</p> <p>56. Ypocentauro</p> <p>57. Onocentauro</p> <p>58. Aves</p> <p>59. Aquila</p> <p>60. Vultur</p> <p>61. Grue</p> <p>62. Cycone</p> <p>63. Olor</p> <p>64. Bucio</p> <p>65. Ardea</p> <p>66. Ybis</p> <p>67. Quattuor Modis
Peccatum*</p> <p>68. Quattuor Coloris
Caelestis*</p> <p>69. Assida</p> <p>70. Fulica</p> <p>71. Alcion</p> <p>72. Fenix</p> <p>73. Caradrius
(Calarius)</p> | <p>74. Mergus</p> <p>75. Hericenee</p> <p>76. Fulica</p> <p>77. Coturnices</p> <p>78.</p> <p>79. Anas</p> <p>80. Psitacus</p> <p>81. Pelicanus</p> <p>82. Upupa</p> <p>83. Meropes</p> <p>84. Accipiter</p> <p>85. Milvus</p> <p>86. Perdix</p> <p>87. Cynomologus</p> <p>88. Epopus</p> <p>89. Pica</p> <p>90. Graculo</p> <p>91. Cuculos</p> <p>92. Cornus</p> <p>93. Cornix</p> <p>94. Corvus</p> <p>95. Monedula</p> <p>96. Vespertilione</p> <p>97. Noctua</p> <p>98. Bubo</p> <p>99. Lucinia</p> <p>100. Turtur</p> <p>101. Columba</p> <p>102. Alauda</p> <p>103. Cornix</p> <p>104. Hyrundo</p> <p>105. Merula</p> <p>106.</p> <p>107. Turdos</p> <p>108. Furfurio</p> <p>109. Ficedule</p> <p>110. Carduell
us</p> |
|--|---|--|

111.	Pavo	113.	Peridens	114.	Incipit
112.	Gallo				pisces

Tabela 5.1

Grupos textuais da 2a família de Clark

- I. Grupo I - BL. Add. 11283**
- A. Bruxelas, Bibl. Roy. 8340
 - B. Londres, BL. MS. Harley 3244
 - C. Cambridge, CCC. MS. 53
 - D. Cambridge, Fitz. M. MS. 379
 - E. Cambridge, GC. 109/178
 - F. Cambridge, St. John's Coll. MS. C12
 - G. Cambridge, Trinity Coll. R.14.9
 - H. Douai, Bibl. Mun. 711
 - I. Hague, MMW. 10.B.25
 - J. Le Mans, Bibl. Mun. 24
 - K. Paris, BnF lat. 3630
 - L. Paris, BnF lat.6838B
 - M. Paris, BnF lat. 14297
 - N. Paris, Mazarine 742
 - O. Oxford, St. John's Coll. 61
 - P. Oxford, St. John's Coll 178
 - Q. Vaticano, lat. 2770
 - R. Wormsley MS. 3731
- II. Grupo II - Aberdeen, MS. 24/ MS. Ashmole 1511**
- A. Cambridge, GC. Coll. 372/62
 - B. Cambridge, St. John's Coll. A15
 - C. Cambridge, Univ. Lib. Ii.4.26
 - D. Londres, BL. Harley MS. 4751
 - E. Nova Iorque, Morgan Lib. 890
 - F. Oxford, Bodleian Lib. MS. Bodley 764
 - G. Oxford, Bodleian Lib. MS. Douce 151
 - H. Oxford, Bodleian Lib. Univ. Coll. MS. 120
- III. Grupo III - Bodleian Lib. Douce 88A**
- A. Canterbury, Cath. Lit. D.10
 - B. Copenhagen, Royal Lib. 1633. 4o
 - C. Londres, BL. Roy. 12.F.13
 - D. Londres, BL. Lib. Sloane 3544
 - E. Oxford, Bodleian Lib. MS. Bodley 533
- IV. Grupo IV - Sui Generis**
- A. Londres, BL. Bruney 327
 - B. Nova Iorque, Morgan Lib. 890
 - C. Oxford, Bodleian Lib. Tanner 110

D. Tübingen, Univ. Lib. Mc 365

Tabela 5.2

Grupos imagéticos de aviários de Clark

- Paris Group
 - Chalon-su-Saone
 - Valenciennes

- Ter Duinen Aviary Group
 - XV. 3
 - XV.4

- Aberdeen MS. 24/Ashmole MS. 1511 Bestiary Group
 - Douce 151
 - Oxford Univ. Coll. MS. 120
 - Cambridge, GC. COLL. MS. 372/621
 - Londres, Harley MS. 4751
 - Bleian MS. 764

Tabela 5.3

Grupos imagéticos de bestiários de Clark

Bestiário:	Influenciado por:	Influenciou:
BL. Add. 11283	CCC. 22 (Primeira Família B-I)	Aberdeen, MS. 24/MS. Ashmole 1511; Copenhagen, Royal Lib. 1633. 4o; Oxford, St. John's Coll. 61; Cambridge, CCC. MS. 53; Douai, Bibl. Mun. 711; Cambridge, GC. 109/178; Oxford, St. John's Coll 178; Bruxelas, Bibl. Roy. 8340; Bodleian Lib. Douce 88A

Aberdeen, MS. 24/MS. Ashmole 1511	BL. Add. 11283	Oxford, St. John's Coll. 61; Oxford, Bodleian Lib. Univ. Coll. MS. 120; Nova Iorque, Morgan Lib. 890; Oxford, Bodleian Lib. MS. Douce 151; Cambridge, CUL. MS. Ii 4.26; Paris, BnF lat. 3630
Cambridge, CUL. MS. Ii 4.26	Aberdeen, MS. 24/MS. Ashmole 1511	Oxford, Bodleian Lib. MS. Bodley 764; Londres, MS. Harley 4751; Oxford, St. John's Coll. 61
Londres, MS. Harley 4751	Cambridge, CUL. MS. Ii 4.26	Oxford, Bodleian Lib. MS. Bodley 764
Paris, BnF lat. 3630	Aberdeen, MS. 24/MS. Ashmole 1511	Tübingen, Univ. Lib. Mc 365
Douai, Bibl. Mun. 711	BL. Add. 11283	Cambridge, CCC. MS. 53; Hague, MMW. 10.B.25; Wormsley MS. 3731; Cambridge, Fitz. M. MS. 379

Tabela 6

Manuscritos de luxo

- Aberdeen, Aberdeen Lib. MS. 24* (1200 - 1210) (2a fam)
- Londres, BL. MS. Roy. 12 F.13* (1230) (2a fam)
- Londres, BL. MS. Harley 4751* (1230 - 1240) (2a fam)
- Cambridge, CUL. MS. Ii 4.26* (1200 - 1210) (2a fam)
- Oxford, Bodleian MS. Ashmole* 1511 (1200 - 1210) (2a fam)
- Oxford, Bodleian MS. 764* (1225 - 1250) (2a fam)
- Oxford, St. Johns MS. 61* (1180 - 1250) (2a fam)
- Cambridge, Fitzwilliam Museum MS. 379* (1300-1325) (2a fam)
- Douai, Bibliothèque Municipale de Douai MS. 711* (1270 - 1275) (2a fam)
- Cambridge, Corpus Christi College MS. 53* (1304 - 1321) (2a fam)

- Cambridge, Trinity College MS. R.14.9* (séc. XIII) (2a fam) (compilação)
- Malibu, Getty Museum MS. Ludwig XV 3 (1270, Flanders) (1a família B-I)
- Los Angeles, Getty Museum MS. Ludwig XV 3 (1270) (B-I)
- Los Angeles, Getty Museum MS. Ludwig XV 4 (1277) (B-I)
- Bibliothèque Municipale de Chalon-sur-Saône, MS 14 (1240) (usa ouro nos cantos) (B-H)
- Manuscript: Royal MS 2 B. vii (Queen Mary Psalter) (1310-1320) (Transicional)
- London, British Library Royal 12.C.xix (1200-1210) (Transicional)
- Munich, Bayerische Staatsbibliothek gall. 16 (Queen Isabella of France Psalter) (1303-1308) (Transicional)
- Morgan Library, MS M.81 (Workshop Bestiary) (1185) (Transicional)

Capítulo 2 — *Caritas* e dom

O século XII, período de grande produção de bestiários, viu crescer dentro da fé uma perspectiva mais humana de Cristo, progressivamente mais emotiva e sensorial, cujas evocações do amor e do sofrimento tiveram respaldo artístico na representação da crucificação de Cristo como um evento árduo, o martírio original de alto impacto visual nos observadores¹²⁰. Houve também respaldo na cultura literária, durante a qual crescentemente vivenciava-se e escrevia-se sobre as experiências do sofrimento, como Matilda de Ypres¹²¹ ou Ricardo de St. Vitor em *De Quatuor Gradibus Violentae Caritatis*¹²².

Esta visão mais humana de Jesus foi uma das mudanças que vieram com os séculos XI e XII, onde os predicados do amor e sofrimento causavam não só comoção ou sofrer pelo sofrimento de Cristo e ser grato, mas ver na figura de Cristo uma humanidade que poderia ser contemplada, reproduzida e experienciada, *imitatio Christi*. Esse “novo” ímpeto de imitar Jesus, ou melhor, a humanidade de Jesus, refletia não apenas na experiência do amor ou da dor (stigmata de S. Francisco), mas também nas ações. As doações (presentes, dom, *alms*) se tornaram uma parte importante da caridade que, ultimamente, remetiam aos conceitos *imitatio Christi* (imitar Cristo) e *caritas* (caridade). A eucaristia e o rito sacramental em torno dela se tornou importantíssimo durante o século XII, não apenas em um projeto de homogeneização sacramental e doutrinário¹²³, mas também como uma forma de aproximação do amor de Cristo através da comunhão física e espiritual entre crente e Cristo por meio do consumo da carne e sangue em conjunto com a fé caridosa. Como comunhão regular, a eucaristia foi estabelecida no 4º Conselho Laterano em 1215 e a comunhão ao menos anual se tornou um “pré-requisito” para fazer parte da comunidade cristã¹²⁴. A conexão entre caridade e eucaristia é estabelecida por Anselmo, que diz que “o princípio e o fim de toda a coisa boa está na fé que opera através da caridade, mas se não for possível realizá-la o simples desejo de a fazer é já

¹²⁰ COTTS, John D. **Europe's long twelfth century: order, anxiety and adaptation, 1095-1229**. Macmillan International Higher Education, 2013, p. 113.

¹²¹ COTTS, op. cit, p. 107.

¹²² ROSS, Ellen M. **The Grief of God: Images of the Suffering Jesus in Late Medieval England**. Oxford University Press, 1997, p. 125.

¹²³ A problemática doutrinária circula em torno do milagre da transubstanciação. Sobre eucaristia ver: CARVALHO, Joaquim Félix. *Sacramentalidade da fé e simbólica eucarística*. **Theologica**, v. 43, p. 65-102, 2008

¹²⁴ COTTS, John D. **Europe's long twelfth century: order, anxiety and adaptation, 1095-1229**. Macmillan International Higher Education, 2013, p. 116.

suficiente”¹²⁵. Vemos, portanto, que para Anselmo a prática da fé é feita através do exercício da caridade.

A historiografia reunida por Adam J. Davis¹²⁶ nos fornece uma multiplicidade de elementos que podem ser responsabilizados pelo crescimento da piedade e caridade durante um contexto bastante específico da história da Europa medieval Ocidental. Elementos econômicos como o crescimento dos mercantes durante os séculos XI, XII e XIII, e a urbanização, ou mesmo o desenvolvimento da espiritualidade através da escolástica e individualização¹²⁷, formam um conjunto que cria uma atmosfera propícia para o surgimento do fenômeno da caridade. No entanto, seria imprudente dedicar-se a apontar apenas um motivo para o crescimento da piedade diversas questões envolvendo as revoluções do século XII fazem parte do contexto formativo do crescimento da caridade e piedade. Formas populares da prática de caridade eram hospitalidade, serviços e presentes, dos quais veremos mais à frente.

A palavra caridade vem do termo latino *caritas* que refere-se ao amor de Deus, e a noção da performance de caridade, capaz até mesmo de purificar o agente de seus pecados, tinha raízes na filosofia patrística de Ambrósio e Agostinho¹²⁸. A prática da caridade é sem dúvida uma das partes fundamentais do cristianismo, pois está embasado no ato voluntário de fé, *fides*¹²⁹ e da humildade. A fé enquanto ação caridosa se torna cada vez menos relacionada ao amor de Deus e aproxima mais da prática de ações em prol de pobres e humildes, que são os receptáculos comuns dos atos caridosos¹³⁰, e a salvação da alma, consequência da caridade. A pobreza e humildade são exaltadas pela aproximação que tem com o Jesus e sua prática, ambas da caridade e humildade, deriva diretamente de fontes canônicas, como vemos:

Ser bondoso com os pobres é emprestar ao Senhor, e ele nos devolve o bem que fazemos.¹³¹

Quem recusar ouvir o grito do pobre também gritará e não será ouvido.¹³²

¹²⁵ CARVALHO, Joaquim Félix. *Sacramentalidade da fé e simbólica eucarística*. **Theologica**, v. 43, 2008, p. 85.

¹²⁶ DAVIS, Adam J. The social and religious meanings of charity in medieval Europe. **History Compass**, v. 12, n. 12, 2014

¹²⁷ DAVIS, op. cit., p. 936.

¹²⁸ DAVIS, op. cit., loc. cit.

¹²⁹ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo I. São Paulo: Editora Unesp, 2017, Tomo I, p. 460.

¹³⁰ BUHRER, Eliza. *From caritas to charity: How loving God became giving alms*. In: **Poverty and prosperity in the Middle Ages and Renaissance**, 2012, p. 115 passim.

¹³¹ Prov. 19:17

¹³² Prov. 21:13

Feliz as pessoas humildes pois receberão o que Deus tem prometido. Felizes são as pessoas que têm fome e sede de fazer a vontade de Deus pois ele as deixará completamente satisfeitas. Felizes as pessoas que têm misericórdia dos outros, pois Deus terá misericórdia delas.¹³³

Hospedem uns aos outros, sem reclamar.¹³⁴

Porque para isto sois chamados; pois também Cristo padeceu por nós, deixando-nos o exemplo, para que sigais as suas pisadas.¹³⁵

Antes, ele dá maior graça. Portanto diz: Deus resiste aos soberbos, mas dá graça aos humildes. Sujeitai-vos, pois, a Deus, resisti ao diabo, e ele fugirá de vós. Chegai-vos a Deus, e ele se chegará a vós. Alimpai as mãos, pecadores; e, vós de duplo ânimo, purificai os corações. Senti as vossas misérias, e lamentai e chorai; converta-se o vosso riso em pranto, e o vosso gozo em tristeza. Humilhai-vos perante o Senhor, e ele vos exaltará.¹³⁶

As passagens bíblicas acima nos permitem afirmar que a caridade, piedade e humildade eram formas de conduta respaldadas pela Bíblia que encontraram nos séculos XII e XIII um ambiente propício ao seu desenvolvimento. No entanto, a prática da caridade não era composta apenas pela tradição cristã, possuindo em seu *corpus* de práticas elementos que podem ser traçados à uma multiplicidade de tradições, como a economia simbólica do dom, que tem fortes influências culturais germânicas¹³⁷.

Na Bíblia, Mateus 6:1-4¹³⁸ fala sobre caridade e como deve ser praticada, vetando da prática o exibicionismo do doação, no entanto vemos que ao contrário de serem secretas, as práticas de caridade eram altamente publicizadas por seu significado simbólico, a ação da doação conferia aos agentes uma forma de estabelecer laços de proximidade com o sagrado e reconhecimento por tal. Todavia, como um conceito cristão, não devemos negar a força restitutiva supernatural da *caritas*, pois como vemos em Provérbios 19:17 e Mateus 6:4, a prática da caridade estabelece uma ligação salvacionista de reciprocidade, de doação e recepção ou dom e contradom, com Deus.

¹³³ Mat. 5:3-7

¹³⁴ 1Pedro 4:9

¹³⁵ 1Pedro 2:21

¹³⁶ Tiago 4:6-10

¹³⁷ DAVIS, Adam J. *The social and religious meanings of charity in medieval Europe*. **History Compass**, v. 12, n. 12, 2014, p. 937. Apesar da sugestão das raízes germânicas do dom, podemos traçar tradições características de trocas e presentes simbólicos em diversos outros lugares e períodos do mundo.

¹³⁸ Guardai-vos de fazer a vossa esmola diante dos homens, para serdes vistos por eles; aliás, não tereis galardão junto de vosso Pai, que está nos céus. Quando, pois, deres esmola, não faças tocar trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem glorificados pelos homens. Em verdade vos digo que já receberam o seu galardão. Mas, quando tu deres esmola, não saiba a tua mão esquerda o que faz a tua direita; Para que a tua esmola seja dada em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, ele mesmo te recompensará publicamente. Mateus 6:1-4.

O objetivo da caridade é a salvação da alma, e uma das formas de atingir tal finalidade era através do auxílio dos pobres por meio da doação de esmolas. O pobre foi “inventado” no século IV¹³⁹, mas o crescimento da prática da caridade coincide (ou faz parte de uma relação de causa-efeito) com o crescimento da pobreza, instigada pela urbanização da sociedade medieval. De acordo com Duby, foi “No meio urbano, a noção de pobreza transformara-se. Surgiu a noção de indigência. Porque os pobres não eram aqui figurantes; sofriam. E descobriu-se então uma nova forma de dar esmolas, uma outra concepção de caridade.”¹⁴⁰. A caridade enquanto conceitualização da prática da fé cristã, *fides et caritas*, não surgiu no século XII, mas neste século se revolucionou, adquiriu novas figurações.

O conceito de pobre depende inteiramente da divisão hierárquica da sociedade medieval. Pobres não são aqueles que não tem dinheiro ou formas de se sustentar, pobres são aqueles que não cumprem suas funções sociais¹⁴¹. No entanto, o pobre adquire durante o século XII uma função que vai além da subordinada ao rico, pois é através dele que é praticada a fé e alcançada a salvação da alma¹⁴², admira-se no pobre sua condição similar a Cristo, *pauperes Christi*¹⁴³, uma das facetas de *imitatio Christi* incitada por São Francisco. A desigualdade e a pobreza se tornaram então mais desejáveis no sentido de que eram os pobres que praticavam o desapego material, vivendo de esmolas e caridade. Obviamente existiam diferenças entre o pobre “desejável” e digno, aquele que por devoção (e opção) tomava o voto de pobreza, daqueles não tão desejáveis, que eram pobres a despeito de sua devoção, pobres por obrigação.

A caridade era praticada através de uma multiplicidade de elementos que se relacionavam não só com a espiritualidade cristã, mas com desenvolvimentos paralelos como a cultura cortês no caso da hospitalidade para os cavaleiros, sendo observável em diversos romances medievais¹⁴⁴. Em uma sociedade cujas movimentações territoriais

¹³⁹ DAVIS, Adam J. The social and religious meanings of charity in medieval Europe. **History Compass**, v. 12, n. 12, 2014, p. 937.

¹⁴⁰ DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário medieval**. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 239.

¹⁴¹ DUBY, op. cit., loc. cit.

¹⁴² Anselmo escreve em *Cur Deus Homo* que: “For instance, when we say that the poor ‘ought’ to receive alms from the rich, this is no different from saying that the rich ‘ought’ to give alms to the poor. For the debt owed here is not something to be exacted from a poor person, but from a rich one.”. É através dos pobres, mendigos e doentes que se exercia a caridade, demonstrando assim uma profunda reafirmação da hierarquização social medieval. ANSELM, Saint; DAVIES, Brian; EVANS, Gillian R (eds.). **The major works**. Oxford University Press, USA, 1998, p. 349-350.

¹⁴³ LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 171.

¹⁴⁴ Ver: BARDZELL, Shaowen. **Hospitality and gift exchange: Reciprocity and its roles in two medieval romance narratives**. Indiana University, 2004.

aume. A hospitalidade fazia parte, além de ser uma prerrogativa cristã de respaldo bíblico como em 1 Pedro 4:9¹⁴⁵, da cultura das cortês, e era apresentada como uma virtude exponencialmente desejável em vista da urbanização¹⁴⁶, crescimento do comércio de longa distância, peregrinações e, ainda que instituída a Paz de Deus, guerras que demandavam a constante movimentação de reis, aristocracia e exércitos, a hospitalidade se torna cada vez mais importante e relevante dentro do contexto de exercício da fé. A hospitalidade, quando deslocada de ambientes aristocráticos, era praticada por hospitais¹⁴⁷, cujo funcionamento era comandado por ordens religiosas. A hospitalidade e o hospital são a ocupação inicial de uma das mais importantes Ordens Militares medievais, os Hospitalários.

O patrocínio da criação de mosteiros e casas religiosas se somava à criação de hospitais, que derradeiramente se conecta com a hospitalidade e dons. Miri Rubin diz que houve o estabelecimento de 220 hospitais na Inglaterra apenas durante o século XII, e 310 no século XIII¹⁴⁸, indicando que houve um grande interesse da elite e de casas religiosas em estabelecer postos hospitalares. Hospitais medievais tinham como função, nas palavras de Carole Rawcliffe:

[...] cuidar dos velhos, pobres e enfermos, que de outra forma não poderiam se sustentar [...] [mas] o hospital medieval não era apenas uma instituição para cuidar dos enfermos: de acordo com as tradições monásticas de longa data às quais a maioria das casas era herdeira; hospitalidade, embora de um tipo frequentemente rudimentar, era oferecida a viajantes de todas as classes.¹⁴⁹

Alguns hospitais¹⁵⁰ eram especializados no combate de certos quadros, como o ergotismo ou o resgate e cuidado de escravizados cristãos capturados por muçulmanos¹⁵¹,

¹⁴⁵ 1 Pedro 4:8 “Sendo hospitaleiros uns para com os outros, sem murmurações”.

¹⁴⁶ LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 172.

¹⁴⁷ Daí a razão da mesma raiz etimológica das palavras portuguesas *hospitalidade*, *hospital*, *hostilidade*, *hospedeiro*, *hóspede*, etc.

¹⁴⁸ RUBIN, Miri. **Charity and community in medieval Cambridge**. Cambridge University Press, 2002, p. 1.

¹⁴⁹ Original: “[...] looking after the old, poor, and sick, who could not otherwise support themselves [...] [but] the medieval hospital was not merely an institution for the care of the sick: In keeping with the long-established monastic traditions to which most houses were heir, hospitality, albeit of an often rudimentary kind, was offered to travellers of all classes.”. Trad. Própria. RAWCLIFFE, Carole. *The hospitals of later medieval London*. **Medical History**, v. 28, n. 1, 1984, p. 3.

¹⁵⁰ Para estudos relacionados à hospitais, ver também os trabalhos de Ana Rita Saraiva da Rocha que trata especialmente de Coimbra e Portugal em: ROCHA, Ana Rita Saraiva da. **A assistência em Coimbra na Idade Média**: dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI). 2019. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.

¹⁵¹ LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 172.

enquanto outras tinham como principal função o abrigo de peregrinos¹⁵² em suas diferentes rotas que iam desde Santiago de Compostela na Espanha até Jerusalém¹⁵³.

O grande crescimento de hospitais foi identificado por Davis como um modelo institucional de caridade que se contrapunha com modelos informais¹⁵⁴. A informalidade, de acordo com as pesquisas de Sharon Farmer¹⁵⁵ e Judith Bennett¹⁵⁶, compunha grande parte dos atos caridosos durante o medievo tardio através de auxílios fornecidos por vizinhos e fundos levantados por meio do que chamam de *help-ales*, ou de *potationes*¹⁵⁷. Contestado por Maria Moisa, a autora chega a uma conceitualização idealizada do que considera caridade: doação que não espera retorno do receptor (mas espera *post-mortem* de Deus). Seguindo sua própria definição, afirma que dificilmente os processos de doação seguiam o modelo ideal, mas que as instituições de caridade, hospitais, comumente esperavam o contradom por parte do receptor, como mostra Rawcliffe¹⁵⁸, e que os *help-ales* não constituíam atos de caridade no sentido ideal, mas um sistema de crédito e reciprocidade que se aproxima mais do dom e contradom¹⁵⁹, como veremos a frente.

A maioria dos hospitais fundados eram casas Agostinianas pois tinham menos afazeres espirituais e eram mais voltados ao serviço da comunidade¹⁶⁰, outros motivos para a preferência de casas Agostinianas, confirmada a partir da observação dos padrões de patrocínio monástico e hospitalar de Henrique I, são o baixo custo de construção e posição intermediária entre clérigos seculares e ordens regulares¹⁶¹. A construção de hospitais por Henrique I foi, de acordo com Judith Green, profundamente influenciada por sua primeira esposa Matilde¹⁶², cujo papel no patrocínio de mosteiros, igrejas e literatura foi essencial para o desenvolvimento e estimulação do patronato inglês durante

¹⁵² LE GOFF, op. cit., 1992, p. 173.

¹⁵³ COTTS, John D. **Europe's long twelfth century: order, anxiety and adaptation, 1095-1229**. Macmillan International Higher Education, 2013, p. 120.

¹⁵⁴ DAVIS, Adam J. The social and religious meanings of charity in medieval Europe. **History Compass**, v. 12, n. 12, 2014, p. 938-939.

¹⁵⁵ FARMER, Sharon A. **Surviving poverty in medieval Paris: Gender, ideology, and the daily lives of the poor**. Cornell University Press, 2005.

¹⁵⁶ BENNETT, Judith M. Conviviality and Charity in Medieval and Early Modern England: Reply. **Past & Present**, n. 154, p. 235-242, 1997.

¹⁵⁷ MOISA, Maria. *Conviviality and charity in medieval and early modern England*. **Past & Present**, n. 154, 1997, p. 233; DUBY, Georges. **The early growth of the European economy: Warriors and peasants from the seventh to the twelfth century**. Cornell University Press, 1978, p. 53.

¹⁵⁸ RAWCLIFFE, Carole. *The hospitals of later medieval London*. **Medical History**, v. 28, n. 1, 1984, p. 3.

¹⁵⁹ DAVIS, op. cit., p. 940.

¹⁶⁰ RAWCLIFFE, op. cit., p. 5.

¹⁶¹ GREEN, Judith A. 'A Lasting Memorial': The Charter of Liberties of Henry I. In: **Charters and charter scholarship in Britain and Ireland**. Palgrave Macmillan, London, 2005, p. 4

¹⁶² GREEN, op. cit., p. 4.

o século XII. Observamos o eco produzido na aristocracia ao identificar o grande número de casas Agostinianas sendo patrocinadas pela aristocracia inglesa na primeira metade do século XII, como fizeram Richard Basset, Bertram de Bulmer, Geoffrey de Clinton, Miles de Gloucester e William de Pont de l'Arche¹⁶³, claramente seguindo uma tendência ditada pela realeza.

O estabelecimento de padrões de conduta de patrocínio¹⁶⁴ em uma forma hierarquizada descendente, que vinha da realeza e era replicado pela aristocracia e, posteriormente, pelas elites urbanas, é um importante elemento que nos permite presumir que práticas bem documentadas da realeza podem ter encontrado respaldo na aristocracia, mesmo que a presunção da segunda seja limitada por fontes diretas. Partindo de um olhar ilustrativo inicial, podemos observar que em 1101 há criação de hospitais por parte da nobreza inglesa¹⁶⁵, em 1130 a já temos fontes que explicitam a participação da aristocracia inglesa na criação de casas Agostinianas, já em 1247-1248 há no Norte da França relações entre confrarias e práticas caridosas¹⁶⁶.

Hospitais eram de grande valor para seus patronos seculares uma vez que, como sugerido, formavam um conjunto institucionalizado da caridade, que é essencialmente a prática da fé. Patrocinar a criação de hospitais tinha valor simbólico social secular pois criava ligações sociais entre indivíduos e grupos de círculos seculares e eclesiásticos, mas também tinha valor salvacionista pois hospedava e auxiliava os pobres, e ampará-los na esfera terrestre significaria receber benesses espirituais mediadas pelas ordens religiosas e pobres.

No entanto, criar um hospital é apenas o início de um projeto caridoso, pois estas instituições dependem de doações, que é também uma forma de praticar a caridade. As doações de cunho caridoso se inserem em uma relação antiga de dom, que, como já dito anteriormente, pode ter relações com hábitos culturais germânicos. A cultura de doações de natureza caridosa foi exemplificada previamente de forma conceitual seguindo a lógica de Moisés, no entanto faz-se necessário explicitar aqui o que se entende por caridade e suas ramificações.

¹⁶³ GREEN, op. cit, p. 153.

¹⁶⁴ Nosso interesse primário diz respeito ao patrocínio e consumo literário, mas a criação de tendências de consumo não se restringia a tais, abrangendo uma variedade de elementos, como roupas.

¹⁶⁵ RAWCLIFFE, Carole. *The hospitals of later medieval London*. **Medical History**, v. 28, n. 1, 1984, p. 6.

¹⁶⁶ LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 110. A mais antiga identificada por David Nicholas foi a Caridade dos Valencianos, cujo estatuto data de 1066, ver: NICHOLAS, David. *Lords, Markets and Communities*. IN: NOBLE, Thomas, ENGEN, Thomas (eds.). **European transformations: the long twelfth century**. University of Notre Dame Press, 2011, p. 237.

Crê-se que uma vez que as obras canônicas cristãs e suas respectivas exegeses adotam o conceito de *caritas*¹⁶⁷, inicialmente amor de Deus, como um conjunto de práticas da fé, a caridade se torna uma atividade, no caso de doações informais, que possui ao menos três agentes: o doador como agente ativo, o destinatário como agente passivo, e o terceiro agente, divino, duplo, simultaneamente ativo e passivo. No caso de doações institucionalizadas, Marie-Catherine Paquier em sua análise sobre o consumo de produtos monásticos na contemporaneidade cria um modelo que podemos aplicar no medievo, o sistema sugerido apresenta 4 agentes: O doador¹⁶⁸ que faz doações de bens materiais para instituições religiosas que atuam como mediadores entre os receptores e o divino¹⁶⁹

Concordando com Moisés e outros autores¹⁷⁰, crê-se que há uma impossibilidade de existirem práticas caridosas estritamente altruístas uma vez que a doação caridosa se insere na lógica do dom e contradom, ainda que altamente especializada e adaptada, e portanto, seguindo as teorias sobre o dom, indicando que a doação criaria um vínculo de hierarquização e dominação entre os agentes ativo e passivo, neste caso entre ricos e pobres, ou entre ativos e mediadores. Acredita-se que a relação de caridade se insere neste contexto pois ao apropriar o sistema socioeconômico e simbólico do dom, sacraliza e ritualiza sua natureza, criando assim uma economia espiritual simbólica¹⁷¹ de implicações ambivalentes, sacras e seculares.

Para continuarmos devemos primeiramente estabelecer um léxico classificatório para então compreender o funcionamento o sistema de dom e contradom na sociedade medieval e conseqüentemente a caridade. Esta pesquisa baseia-se amplamente na historiografia inglesa tanto quanto na francesa, mas uma vez que o presente é um tópico tradicionalmente tratado pela antropologia estruturalista cujos nomes como Bronislaw Malinowski e Claude Lévi-Strauss apontam para a utilização costumeira do vocabulário francês. Portanto, utilizar-se-á o termo dom e dádiva como sinônimos para presente (*gift*); seguindo o padrão imposto, será utilizado contradom como sinônimo de contra presente

¹⁶⁷ Ver: DOWNS, David J. **Alms: Charity, Reward, and Atonement in Early Christianity**. Baylor University Press, 2016.

¹⁶⁸ A autora os classifica como: Rico, Monges, Deus e Santos e Pobres. Prefere-se aqui uma denominação mais ampla de: Doador, Mediador, Divino e Receptor.

¹⁶⁹ PAQUIER, Marie-Catherine. *Buying monastic products, gift or purchase?* **Journal of Management, Spirituality & Religion**, v. 12, n. 3, 2015, p. 266.

¹⁷⁰ Marco von Lewen - Caridade como estratégia de negociação entre elite e pobres. Espera-se retribuição. Ver: VAN LEEUWEN, Marco HD. *Logic of charity: poor relief in preindustrial Europe*. **Journal of interdisciplinary history**, p. 589-613, 1994. Miri Rubin - Não acredita em caridade puramente altruísta no medievo e se torna até interesse pessoal de se “mostrar”. Ver: RUBIN, Miri. **Charity and community in medieval Cambridge**. Cambridge University Press, 2002.

¹⁷¹ Ver: SWEETINBURGH, Sheila. **The role of the hospital in medieval England: gift-giving and the spiritual economy**. Four Courts Pr Ltd, 2004.

(*counter gift*). O dom se refere aos presentes ou ato de presentear que não se insere no contexto primário de caridade pois fazem parte da esfera da economia simbólica da honra e estruturação social, enquanto a caridade se aproxima do sistema mas em conjunto com suas particularidades se relaciona com o sagrado. Ao utilizar a palavra dom segue-se a referência francesa, mantém-se a palavra que se aproxima mais do latim, *donum*, *dono*, *donatio*¹⁷². Chamaremos de doação aquilo que Pasquier e outros autores¹⁷³ chamam de *donatio pro anima*¹⁷⁴, que são as doações feitas com intuito salvacionista, que aqui entende-se que não necessariamente é direcionada aos pobres, que se inserem no contexto primário de caridade. Por fim, as esmolas (*alms*), do latim *eleemosyna*, são doações cuja finalidade é o auxílio direto dos pobres.

Quando aborda-se o dom e, especialmente, o ato de doar, é inevitável tocar no nome do antropólogo Marcel Mauss, que, em *Ensaio Sobre a Dádiva*¹⁷⁵, aborda amplamente o assunto e se torna, de forma inquestionável, um dos maiores e mais influentes antropólogos do século XIX. A análise de Mauss se torna indispensável uma vez que seu estudo perpassa por uma multiplicidade interdisciplinar de estudos, inclusive nos estudos medievais. Para utilizarmos suas categorias de análise de forma crítica, primeiro devemos compreender suas sugestões.

Mauss estabelece em *Ensaio* alguns parâmetros para a dádiva: o ato de doar cria uma espécie de obrigatoriedade de retorno do dom; o dom possui um valor simbólico, gerando assim uma certa economia simbólica¹⁷⁶ que não se relaciona com a economia material de *commodities* chamada por Mauss de prestação total; o dom está ligado à prestação total de grupos a outros. Essas noções básicas do pensamento de Mauss nutrem a base da pesquisa e da definição quase universal de dom que podemos aplicar contexto medieval. Baseando-nos nisso, podemos estabelecer que o ato de receber não é gratuito, mas gera uma obrigatoriedade de retorno por parte do **receptor**, criando assim uma relação de débito cíclico entre os agentes. O débito cíclico é resumido no conceito de prestação total, que significa débito no sentido antropológico¹⁷⁷ relacionado ao dom, que trata-se da economia de dom compulsória. Este mesmo débito criado baseia-se no valor

¹⁷² DA SILVA, Amós Coêlho; MONTAGNER, Aírto Ceolin. *Dicionário latino-português*, Ed. Vozes: Petrópolis, 2005, p. 134.

¹⁷³ HILSDALE, Cecily J. *Gift*. *Studies in Iconography*, v. 33, p. 171-182, 2012.

¹⁷⁴ Trad. própria: Doação para alma.

¹⁷⁵ MAUSS, Marcel. *The gift: The form and reason for exchange in archaic societies*. Routledge, 2002.

¹⁷⁶ Referente ao capital simbólico conceituado por Bourdieu, que expressa a acumulação de prestígio que é baseada no conhecimento e reconhecimento. Ver: BOURDIEU, Pierre. *The field of Cultural Production*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.

¹⁷⁷ Ou no sentido medieval relativo às obrigações referentes às relações feudais.

polivalente do dom, material e simbólico, pois é a partir do valor que se estabelece um sistema de retribuição que restitui o crédito em valor igual ou superior ao dom recebido anteriormente¹⁷⁸, alimentando assim o ciclo.

Duby nos diz que presentes eram comuns durante o medievo como uma forma de estabelecer laços, e de fato podemos pressupor a partir de uma perspectiva psico-comunicacional que “[...] o presente é uma provável atividade comunicativa: dar um presente significa tornar explícita ou implícita significados comunicacionais.”¹⁷⁹, logo, é uma forma de comunicação que estabelece laços entre os agentes envolvidos no ato de presentear. Os laços sociais entre os agentes eram estabelecidos respeitando a hierarquia estabelecida no *champ* e a hierarquia sociopolítica e econômica, de forma que o dom contribuía para a manutenção e expansão do valor social, capital simbólico, dos agentes, assim aponta Duby ao dizer que “este compartilhamento e consagração eram a própria condição de poder empregado sobre seus companheiros por um senhor e deletado à ele pelos deuses.”¹⁸⁰. Como Andrew Cowell nota, o múltiplo e repetido processo de dom criava uma rede social entre agentes que favorecia aqueles que davam mais, assim transmitindo a idéia para a rede social de que o valor material (economia de *commodity*) do objeto era irrelevante o suficiente para ser dado, fazendo com que o ato de dar fosse mais efetivo no recrutamento político e econômico de agentes¹⁸¹. Em suma, quanto mais se dá e se mantém (como veremos), mais laços são criados e fortalecidos entre os agentes ativos e passivos, fortalecendo a posição hierárquica do doador. Podemos observar este fenômeno em diferentes momentos durante o medievo, como durante o século XII quando aqueles que disputavam o trono inglês buscavam o apoio de barões através da cooptação por meio do dom, demonstrando assim sua capacidade e disposição de doar, pois “Quanto

¹⁷⁸ MAUSS, Marcel. **The gift: The form and reason for exchange in archaic societies**. Routledge, 2002, p. Xi. Eliana Magnani afirma que a mesma lógica é notada anteriormente nos estudos de Jacob Grimm, que trata do contradom no âmbito legal das leis germânicas.

¹⁷⁹ Trad. própria: “[...] the gift is a likely communicative activity: to give a gift means making explicit or implicit communicational meanings.”. TEODORESCU, B.; CALIN, R. A.; BUSU, O. V. *Communication Gift Code. New Approaches in Social and Humanistic Sciences*, v. 1, 2016, p. 503.

¹⁸⁰ Tradução própria: “This sharing and consecration were the very condition of the power wielded over his companions by an overlord and delegated to him by the gods.”. DUBY, Georges. **The early growth of the European economy: Warriors and peasants from the seventh to the twelfth century**. Cornell University Press, 1978, p. 50.

¹⁸¹ Cowell afirma que “The direct pursuit of autonomy was clearly through military means, but military power rested on the lord’s ability to recruit sufficient followers and allies, and this recruitment itself depended on strategies of competitive giving.”. COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 33.

aos reis, seu prestígio era o reflexo de sua liberalidade; eles pilhariam com avareza aparentemente insaciável apenas para dar mais generosamente”¹⁸².

Para Duby, o dom era uma forma essencial de manutenção das relações sociais durante o medievo, não só entre indivíduos, que também tinha a capacidade de manter a paz entre grupos distintos. Ambos Mauss e Duby citam literaturas escandinavas como exemplificação para o papel social do dom, o primeiro *Havamal* e o segundo *Beowulf*. O verso que mais nos chama atenção em *Hamaval* é o de número 42, onde se lê: “Um deve ser amigo/ Para seu amigo/ E dar presente por presente/ Um precisa ter risada por risada/ E tristeza por mentiras”¹⁸³. Já em *Beowulf* vemos a utilização recorrente das palavras *ring-giver*, *gold-giver*, *treasure-giver* como referências à líderes que distribuía dons¹⁸⁴. Não é necessário recorrer apenas às literaturas escandinavas, Shoen Bardzell nos demonstra em sua tese a centralidade da troca de dons em *Roman de Horn*, uma literatura anglo-normanda do fim do século XII.

A retórica do dom identificado por Bardzell no *Roman de Horn* se distancia do modelo teórico antropológico clássico em virtude do afastamento retórico utilizado pelas personagens no tratamento do próprio ritual de dom. É através da análise de *Horn* que vemos que há uma preocupação por parte de uma personagem doadora de mascarar o peso das classes sociais e da inequidade social apresentadas no ritual do dom, e obrigatoriedade da retribuição, utilizando o subterfúgio retórico da aproximação social e linguagem comercial¹⁸⁵. Além de nos mostrar modelos alternativos para atingir objetivos específicos, este artifício criado pela personagem nos confirma os caracteres sociais hierárquicos e obrigatórios na sociedade medieval envolvidos na trama do dom.

Vemos portanto que há a possibilidade de existirem outras formas da relação de presenteamento uma vez que podem ser inseridas particularidades retóricas no discurso, implicando assim em diferenças em pontos chave como a obrigatoriedade da retribuição, o que não significa que o modelo antropológico inicial não se aplica ao contexto geral do

¹⁸² Trad. própria: “As for kings, their prestige was a reflection of their liberality; they would plunder with seemingly insatiable greed only to give more generously.”. DUBY, Georges. **The early growth of the European economy: Warriors and peasants from the seventh to the twelfth century**. Cornell University Press, 1978, p. 51.

¹⁸³ Trad. própria: “One must be a friend/ To one’s friend/ And give present for present/ One must have laughter for laughter/ And sorrow for lies.”. Escolhe-se fazer a tradução literal do texto, comprometendo um pouco a compreensão, mas mantendo a escolha original de palavras feitas pelo tradutor ao traduzir o original. MAUSS, Marcel. **The gift: The form and reason for exchange in archaic societies**. Routledge, 2002, p. 2.

¹⁸⁴ HEANEY, Seamus (trad.). **Beowulf**. Faber & Faber, 2009.

¹⁸⁵ BARDZELL, Shaowen. **Hospitality and gift exchange: Reciprocity and its roles in two medieval romance narratives**. Indiana University, 2004, p. 137.

medieval, mas que deve ser repensado e ter seus conceitos clássicos expandidos a partir da leitura e crítica de novas teorias em conjunto com o estudo do medieval.

Eliane Magnani¹⁸⁶ diz que o uso dos medievalistas do conceito de dom se limita, no geral, entre os séculos V e XII pois se apoiam na premissa evolucionista da transição da economia do dom para a economia mercantil estabelecida por Mauss, encontrando suporte na “revolução” comercial do século XII. A economia do dom (*Gebentausch* ou *Geschenktausch*) e do contradom (*Gegengabe, Widergabe*) foi inicialmente explorada por estudos acerca do conjunto de práticas legais medievais referentes às leis germânicas¹⁸⁷. Como bem apontado por Magnani, a teoria maussiana compartilhada pela historiografia medievalista tradicional segue uma linha evolucionista que postula a superação de um sistema econômico (simbólica dom x *commoditie* mercantil) por outro, assim como a autora, não concorda-se aqui com esta premissa pois durante o medieval, como veremos, houve **simultaneamente** a economia de dons e mercantil, pois uma não nega a outra, uma vez que a primeira torna-se crescentemente simbolizada, performática e identitária, enquanto a outra torna-se cada vez mais financeira, monetizada e impessoal.

Cowell postula que a *commoditie* é:

[...] um bem socialmente definido, cujo significado é generalizado e homogêneo através da cultura - uma espada padronizada é apenas uma espada, um cavalo é apenas um cavalo. Os itens podem significar cavaleirismo, mas eles não simbolizam nenhuma identidade particular¹⁸⁸

Para o autor o que separa as duas economias não parte de uma evolução, como propõe Mauss, mas a imposição de identidade sobre o objeto. Esta impressão de identidade era capaz de caracterizar o objeto como um item que expressava e impelia a identidade do doador sobre o receptor. Os objetos imbuídos da *persona* do doador conservavam o que Bourdieu chama de capital simbólico, remetendo assim ao seu prestígio e honra, fundamentais nas relações sociais medievais. Como notado por Cowell, a inalienabilidade do objeto também se relaciona com a identidade do doador impressa

¹⁸⁶ MAGNANI, Eliana. Les médiévistes et le don. Avant et après la théorie maussienne. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre** (BUCEMA), n. Hors-série n° 2, pp. 1-15, 2008.

¹⁸⁷ MAGNANI, op. cit., p. 3 passim.

¹⁸⁸ Original: “[...] a commodity is a socially-defined thing, whose meaning is generalized and homogenous across the culture – a standard sword is just a sword, a horse is just a horse. The things may signify knighthood, but they symbolize no particular individual identity.”. Trad. Própria. COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 43.

no objeto, carregando assim o status social, capital simbólico, do agente¹⁸⁹. O objeto também pode ter em si também a identidade do receptor, a depender da dinâmica hierárquica das relações entre os agentes participantes.

Shawon Bardzell afirma que o objetivo da economia com base na *commodity* é a maximização do ganho pessoal, enquanto para a economia do dom, o objetivo é estabelecer uma relação mutuamente benéfica de longo termo entre os agentes¹⁹⁰. Esta relação é citada por Bardzell e definida por C. A. Gregory que, apesar de um posicionamento demasiadamente positivo na análise do dom, apresenta-o de forma que “[a] troca de presentes estabelece uma relação entre agentes, enquanto troca de *commodities* estabelece uma relação entre objetos trocados”¹⁹¹.

Portanto, observando pela perspectiva adotada pelos autores supracitados, a troca do dom tem como objetivo o estabelecimento de uma relação social entre agentes através da troca ritualizada de objetos que são imbuídos, de forma simbólica, da personalidade do doador e, em alguns casos, também do receptor. Esta caracterização do objeto como algo pessoal faz com que ele se torne especial e passível de fazer parte na economia simbólica. Se o que move a economia de *commodity* é o capital financeiro que se expressa através do dinheiro ou da equivalência entre bens banais, o que move a economia simbólica é o capital simbólico intangível do prestígio e honra, substancializado através da matéria de objetos. Portanto, os objetos são mediadores das relações sociais por seu valor ambivalente contendo dupla utilidade, material e simbólica.

A economia do dom, ao forçar doador e receptor em uma cíclica relação de prestação, coloca em circulação objetos que, por seu valor heterogêneo, podem transitar por diversas mãos e assim estabelecer uma trama social entre os agentes. Se levarmos em consideração a teoria de Annette Weiner¹⁹² em sua análise de sociedades localizadas na Oceania durante o século XX a respeito de itens inalienáveis na economia do dom, vemos

¹⁸⁹ COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 16.

¹⁹⁰ BARDZELL, Shaowen. **Hospitality and gift exchange: Reciprocity and its roles in two medieval romance narratives**. Indiana University, 2004, p. 131.

¹⁹¹ Trad. própria: “[...] gift exchange establishes a relation between the transactors, while commodity exchange establishes a relation between the objects transacted”. Escolhemos a palavra agente para traduzir *transactors* visto que a tradução literal “transatores” é incomum no português e a palavra “agente” vem sido utilizada repetidamente nesta dissertação para se referir aos indivíduos que tomam parte na transação do dom ou da *commodity*. BARDZELL, op. cit., p. 131, apud Gregory, C. A. **Gifts and Commodities**. London: Academic Press Inc., LTD., 1982.

¹⁹² Ver: WEINER, Annette B. **Inalienable possessions: the paradox of keeping-while giving**. Univ of California Press, 1992.

que alguns pontos são necessários para caracterizar um objeto como inalienável, ou seja, intransferível:

Não sujeitas a transações mundanas; Raramente circulam ou não circulam amplamente; Consideradas repositórios de conhecimento; Requerem conhecimento especial para produzir; Produção usualmente altamente relacionada com gênero; Comumente singulares; Utilizadas em cerimônias de autenticação e comemoração; Utilizadas para autenticar individuais assim como identidades coletivas; Importante tanto para o estabelecimento quanto para a derrota da hierarquia.¹⁹³

A definição de Weiner toca um ponto previamente não abordado por Mauss, a retenção do dom por seu caráter inalienável. Haviam portanto itens cujo valor acumulado de capital simbólico e econômico em conjunto com sua exclusividade e particularidade fariam-no desejável para se reter ao invés de colocá-lo novamente em circulação. Para Weiner, participar da economia do dom e contradom, ou como a autora chama de “manter enquanto dá”, é uma forma de manter os itens que são mais valiosos, valor este que é culturalmente, socialmente definido e transitório, a manutenção do item é o que define a relação de dar e receber, estando simultaneamente dentro (dando sentido) e fora (inalienável) da economia simbólica¹⁹⁴. Participar ativamente em relações de dar e receber permite que o agente se proteja e proteja seu item mais precioso de presentes agressivos de alto valor simbólico, ou seja, quanto mais se dá e mais se recebe e consequentemente mais se mantém. Itens inalienáveis durante o medievo podem ter sido, por exemplo, a coroa, terras, e itens sacros, como relíquias¹⁹⁵.

Cecily Hilsdale sugere duas formas de inalienabilidade do objeto: a sacralização a partir da doação caridosa ou relação com o divino; ou tornando o objeto parte de uma herança, apesar de vermos com o exemplo do vaso de Eleanor fornecido pela própria autora que a inalienabilidade do objeto se mantém através da herança apenas enquanto a aliança familiar se mantém intacta, portanto só é visto como inalienável enquanto ainda há sentido para que seja. Ao contrário do último, uma vez sacro o objeto estará quase

¹⁹³ Trad. própria: “Not subject to mundane exchange transactions; Rarely circulate or do not circulate widely; Considered to be repositories of knowledge; Require special knowledge to produce; Production usually highly gendered; Often singularities; Used in ceremonies of authentication and commemoration; Used to authenticate individual as well as collective identities; Important for both the establishment and the defeat of hierarchy.” MILLS, Barbara J. *The establishment and defeat of hierarchy: Inalienable possessions and the history of collective prestige structures in the Pueblo Southwest*. **American anthropologist**, v. 106, n. 2, p. 238-251, 2004, p. 240.

¹⁹⁴ COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 90.

¹⁹⁵ Ver: GEARY, Patrick J. **Living with the Dead in the Middle Ages**. Cornell University Press, 1994.

permanentemente fora da economia de dom secular, e inserido efetivamente na economia espiritual. Há uma grande circulação de itens sacros, especialmente do século XII em diante, com a popularização das relíquias dos santos como mediadores entre humanos e divino, o que pode incluir itens sacralizados e doados à santos. Cowell expõe a inalienabilidade de terras tradicionais familiares, e diz que “essas inalienáveis, terras mantidas eram na verdade ocasionalmente alienadas e dadas, mas usualmente apenas em uma instância – como presentes para igrejas e monastérios”¹⁹⁶. Podemos observar que os itens inalienáveis caracterizados por Weiner e Cowell eram **mantidos** pelos agentes e protegidos pelo sistema de dom e contradom para o qual davam sentido e do qual idealmente estavam deslocados. A alienabilidade dos itens alienáveis era possível através da ausência da capacidade de reciprocidade do dom, tomada violenta ou sacralização. Por seu valor identitário e exclusivo, perder um item inalienável significava um golpe devastador e normalmente fatal¹⁹⁷.

Enquanto prática social e mediador das relações sociais, o dom deve ser compreendido em seu sentido amplo, não só enquanto objeto, mas também prática ritualizada que envolve diversos agentes inseridos dentro do jogo e habilitados socioculturalmente para decodificar os símbolos da linguagem da estrutura da dádiva. Isso significa que a economia de dom pode ser definida a partir da concepção de *champ* de Bourdieu, que define o *champ* como um âmbito social hierarquicamente estruturado com suas próprias formas de funcionamento que se relaciona em diferentes intensidades com o campo econômico e político¹⁹⁸. Podemos estabelecer uma correlação analógica entre

¹⁹⁶ Trad. própria: [...] these inalienable, kept lands were in fact occasionally alienated and given away, but usually in only one instance – as gifts to churches and monasteries.” COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 91.

¹⁹⁷ COWELL, op. cit., loc. cit.

¹⁹⁸ O uso do conceito de Pierre Bourdieu de *champ* é utilizado aqui de forma metodológica para que possamos tratar a dádiva enquanto um fragmento de um cosmos social que simultaneamente faz parte do campo social e que dialoga com outros campos como o cultural, religioso, etc. Compreende-se que durante o período medieval os papéis socioculturais dos chamados campos se mesclavam e estavam mais firmemente entrelaçados que nunca e esta pesquisa corrobora com esta visão de mútua interferência. Ainda sim, escolhemos tratar o dom e o contradom através do conceito de *champ* de Bourdieu por algumas questões que se fazem pertinentes. Ainda que nos seja claro que a separação entre os campos possa prejudicar uma visão mais ampla das relações sociais no medievo, a consciencia desta ferramenta metodológica nos permite evadir suposições demasiadamente simplistas ou separatistas das relações sociais. Primeiramente, a utilização de *champs* neste estudo cumpre uma função similar a de um desenho técnico ou um diagrama de Venn, este último amplamente utilizado por Bourdieu e comentadores na explicação do conceito de *champ*. Nosso intuito não é separar um campo do outro, mas apontar que no complexo sistema social como estruturado por Bourdieu e adaptado e aplicado ao período medieval, existem campos **dentro** de campos e campos **que se ligam a** outros campos. Esta ferramenta metodológica nos possibilita não apenas criar uma estruturação visual de macro-campos sociais, mas também destacar os mais diversos microcosmos sociais que, dentro do macro-campo, possuem certa autonomia de seu campo dominante. Neste sentido, tratar o dom como um *champ* não é excluir dele qualquer relação com outros campos sociais, mas indicar que existe neste sistema um conjunto de diretrizes que conduzem o jogo das

ser um agente no campo da economia do dom com um agente tornado jogador ao tomar parte no jogo pois em ambos os casos o jogador agente deve compreender as regras do jogo, para isto Bourdieu chama de *habitus*, um termo emprestado da escolástica através de Panofsky. O hábito mental é um “lugar-comum em seu sentido exato, escolástico, como ‘princípio que rege a ação’, *principium importans ordinem ad actum*”¹⁹⁹ e é às vezes descrito como:

[...] um ‘sentido do jogo’, um ‘senso prático’ (*sens pratique*) que inclina agentes a agir e reagir em situações específicas de uma maneira que não é sempre calculada e que não é simplesmente uma questão de consciente obediência às regras. Ao invés disso é um conjunto de disposições que geram práticas e percepções.²⁰⁰

O *habitus* é, portanto, o discernimento consciente e/ou inconsciente da forma do jogo que através do *capital cultural* decodifica o *champ* do dom. Os agentes-jogadores se inserem ou são inseridos em um jogo com um quadro específico de regras que o regem de forma hierárquica, onde os agentes-jogadores jogam com peças-objetos imbuídas de significado remetente à sua própria identidade, visando assim a multiplicação, acumulação e reconhecimento do capital simbólico que é produto e produtor do jogo cíclico e infundável, jogo este que influencia e media as relações sociais e possuindo diferentes reflexos no campo político e econômico. O jogo não é mera analogia, Duby identifica a eventos de presentamentos onde a elite se encontrava em cortes para uma

relações sociais e que podem ou não serem similares ao campo dominante. É partindo deste pressuposto que veremos mais a frente que posições ocupadas por indivíduos no campo intelectual não necessariamente refletem suas posições no macro-campo social, podendo haver uma certa discrepância entre ambos ainda que a pressão exercida pelos macro-campos possa influenciar em diferentes graus as disposições no microuniverso social analisado, mas onde o elemento fundamental de disposição hierárquica é o acúmulo de capital simbólico. Pudemos perceber que o conceito de Bourdieu se encaixava também no sentido teórico visto que, de acordo com a definição de *champs* dada por Bourdieu em *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 200, no. 5, 2013, p. 13 “[...] l’analyse structurale [*champ*] traite les relations entre les individus, ou plus exactement, les relations entre des positions qui peuvent être occupées par un nombre variable d’individus”, estabelece também que o *champ* “[...] désigne un système de relations objectives entre des positions, implique une autonomie relative, etc., mais elle est difficile à mettre en pratique.”. Estas duas definições são de suma importância para este estudo visto que ao final veremos que a área de contato entre patrocínio e doação funciona através de uma posição compartilhada, a autoridade, posição esta que pode ser ocupada por qualquer pessoa que disponha dos requisitos para exercer autoridade sobre o objeto doado e produzido. Portanto, o uso de *champ* neste estudo não visa a desestruturalização das redes sociais, pelo contrário, visa a caracterização de microuniversos sociais para sua tipificação e análise que, posteriormente, são inseridas num contexto mais amplo.

¹⁹⁹ PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média**. Martins Fontes, 2001, p. 14.

²⁰⁰ Trad. própria: “[...] a ‘feel for the game’, a ‘practical sense’ (*sens pratique*) that inclines agents to act and react in specific situations in a manner that is not always calculated and that is not simply a question of conscious obedience to rules. Rather it is a set of dispositions which generates practices and perceptions.”. BOURDIEU, Pierre. **The Field of Cultural Production**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993, p. 5.

espécie de competição de presenteamentos, o vencedor seria aquele que houvesse dado o mais impressionante e esplêndido dos presentes²⁰¹. Vencedor e vencido, o jogo jogado pelos agentes era caracterizado por regras e objetivos bem estabelecidos, ainda que não conscientemente, compreendido pelos agentes através do hábito mental, *habitus*, onde havia uma hierarquia interna que dialogava com o *status* político-social, e que determinava e era determinada pelo mesmo.

O *habitus* referente à compreensão do sistema simbólico do dom era, como dito, comumente um hábito inconsciente, tão profundamente enraizado na sociedade feudal por conta de suas raízes germânicas, que o jogo da economia simbólica, a cultura da dádiva, e suas regras se tornava para a população inserida nesta lógica cultural uma das formas de se relacionar que estariam obrigatoriamente inseridos, como colocado por Cowell, “todos os membros de uma cultura de presenteamento vivem sob esses imperativos, logo presentes no geral são vistos menos como atos voluntários do que como parte da obrigação envolvida em fazer parte da cultura.”²⁰². Vemos na citação abaixo a exemplificação da cultura do dom fornecida por Anselmo:

Existe uma necessidade que remove a graciosidade de alguém que está agindo beneficentemente, ou a diminui, e há uma necessidade onde o débito da gratidão devida à um benfeitor é aumentada; Pois quando alguém age beneficentemente contra sua vontade em razão da força inevitável das circunstâncias às quais ele é sujeito, à ele não é devida nenhuma gratidão ou menos gratidão. Quando, por outro lado, ele sujeita-se voluntariamente à uma força que inevitavelmente requer que ele faça bem, e não é relutante em suportar-la, então ele certamente merece mais gratidão por sua boa ação. Agora, essa ação não deve ser chamada como um ato de necessidade, mas um ato de graça, pois não é sob a força de ninguém que ele encarrega-se e realiza-a, mas livremente. Pois suponha que você promete hoje que você irá dar um presente amanhã e amanhã você dá o presente de seu próprio e livre arbítrio: apesar de ser uma questão de necessidade para você manter sua promessa, se você puder —do contrário você será um mentiroso— a pessoa para quem você está presenteando não está menos em débito com você do que se você não tivesse feito a promessa, porque você não hesitou em fazer-se seu devedor antes de apresentar o presente.²⁰³

²⁰¹ DUBY, Georges. **The early growth of the European economy: Warriors and peasants from the seventh to the twelfth century**. Cornell University Press, 1978, p. 52.

²⁰² Trad. própria: “All members of a gift culture live under these imperatives, so gifts in general are seen less as voluntary acts than as part of the obligation involved in being part of the culture.” COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 16.

²⁰³ Trad. própria: “There is a necessity which removes graciousness from someone who is acting beneficently, or diminishes it, and there is a necessity whereby the debt of gratitude owed for a benefaction is increased. For when someone acts beneficently against his will due to the unavoidable force of circumstances to which he is subject, he is owed either no gratitude or less gratitude. When, on the other hand, he subjects himself freely to a force which inevitably requires him to do good, and is not reluctant to endure it, then he certainly deserves greater gratitude for his good deed. Now, this action is not to be called an act of necessity but an act of grace, because it is under no one’s compulsion that he undertakes it and carries it out, but freely. For, suppose you promise today that you will give a present tomorrow and

O trecho retirado de *Cur Deus Homo* de Anselmo exemplifica, nas palavras de um dos maiores pensadores dos séculos XI e XII, como via-se a cultura do dom durante o medievo, quanto mais voluntária e livremente dava-se, mais gratidão se devia ao doador, reconhecendo assim, simultaneamente, que haviam forças circunstanciais que obrigavam o ato de presentear. A sujeição arbitrária do agente ativo ao passivo, receptor, dura proporcionalmente o intervalo entre promessa e transferência do dom, a partir da qual o agente passivo fica em dívida com o agente ativo. Nota-se que a obrigatoriedade de presentear frente à promessa estabelece uma correlação direta com o capital simbólico do agente ativo, sua honra, e por isso a pena inicial por não corresponder com as promessas significa perda do capital simbólico, neste caso a credibilidade. A falta de credibilidade estabelece um precedente que pode potencialmente gerar consequências onde o agente perderá influência política e econômica visto que seu crédito enquanto doador é diminuído, por conseguinte sua capacidade de distribuir. A destituição do capital simbólico do agente no *champ* do dom acarreta um déficit no capital simbólico que é diretamente proporcional à relação do *champ* com os outros *champs*. O trecho de Anselmo nos demonstra que, apesar de estar invariavelmente e inconscientemente inseridos no *champ* do dom, os agentes participantes deveriam participar ativamente nas relações de trocas em uma espécie de livre participação compulsória.

Esta falsa autonomia que prevê simultaneamente a participação e não-participação é o propósito final e inalcançável da economia de dom, pois prevê a absoluta acumulação do capital simbólico, honra, de forma que se desliga completamente da hierarquia compartilhada entre os outros jogadores no *champ*, estando assim em um patamar diferente e superior em relação aos outros. A acumulação total do capital simbólico, chamado por Cowell de integridade²⁰⁴, transporta o agente para um outro *champ*, onde existem outras regras, tornando possível assim que o agente recuse presentes e deixe completamente a economia de dom ao não ser mais socialmente obrigado a retribuir. A obrigação, referida por Anselmo como a “força inevitável das circunstâncias”, certamente é o sistema de dependências sociais do qual o agente tentava se livrar e se tornar

tomorrow make the gift of your own free will: even though it is a matter of necessity for you to keep your promise, if you can —otherwise you will be a liar— the person to whom you are making the gift is no less indebted to you than if you had not made the promise, because you did not hesitate to make yourself his debtor before presenting the gift.” ANSELM, Saint; DAVIES, Brian; EVANS, Gillian R (eds.). **The major works**. Oxford University Press, USA, 1998, p. 318.

²⁰⁴COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 49.

independente, autônomo e anti-social²⁰⁵. Portanto, vemos que a economia do dom tinha como propósito muito mais que simplesmente estabelecer laços sociais, mas também proteger-se e proteger os bens mais preciosos e, como objetivo último e inalcançável, se ausentar da própria sociedade. Todos, no entanto, se relacionam de uma forma ou outro com aspectos simbólicos, mentais, psicológicos e sociais da sociedade medieval, relação esta que nem sempre equilibrada ou horizontal.

Como proposto por Bourdieu, cada *champ* possui hierarquia própria, o que não é diferente na economia do dom, onde o ato de dar e receber objetos imbuídos de valor material e simbólico cria uma disparidade entre os agentes que se torna mais ou menos pronunciada a depender das relações estabelecidas com outros espaços, como o social e econômico. A hierarquização das relações sociais não deixa de ser uma forma de vinculação entre dois agentes, mas é uma interação negativa que gera laços sociais através do endividamento e dominação, que se contrapõe à relação positiva que cria laços onde a transferência do dom gera redes sociais e circulação de bens. A busca idealizada pela integridade, *status* idílico, medieval visava justamente se livrar da dominação, ou seja, não se subordinado à ninguém, visava portanto se livrar da interação negativa ao se criar um abismo hierárquico intransponível entre os agentes.

Maurice Godelier afirma que as duas formas de interação do dom coexistiam durante o medievo, ao doar e compartilhar o que se tem e o que se é através do presente criava também dependências em vista do débito²⁰⁶, enquanto Bardezel reconhece que o dom cria laços sociais através da dominação do doador sobre o receptor. Portanto, podemos afirmar que quanto menos se recebia e mais se dava, mais alto na cadeia hierárquica o agente estaria, visto que teria débito com poucos e crédito com muitos. O lugar na escala social está relacionado com a capacidade do agente em reciprocitar o dom de forma crescente e continuamente, visto que o dom deve ser retribuído em valor igual ou superior ao recebido, capacidade de proteger seus bens inalienáveis e considerando a ludicidade do *champ*, eliminar outros jogadores do jogo, ou seja, dominando outros jogadores através da tomada de seus bens inalienáveis ao oferecer dons que não seriam capazes de retribuir, colocando-os em débito virtualmente vitalício.

A hierarquia da estrutura social do dom poderia ser proporcional e horizontal ou vertical e desproporcional, nas quais são três: trocas entre semelhantes; trocas entre

²⁰⁵ COWELL, op. cit., p. 50.

²⁰⁶ BARDZELL, Shaowen. **Hospitality and gift exchange: Reciprocity and its roles in two medieval romance narratives**. Indiana University, 2004, p. 127, apud GODELIER, Maurice. **The Enigma of the Gift**. Trans. Nora Scott. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

inferiores e superiores e/ou troca entre superiores e inferiores. Nas trocas proporcionais, havia a criação de laços sociais a partir da relação cíclica e dos predicados característicos da economia simbólica do dom mas sem que houvesse necessariamente uma dominação *de facto* ou total sobre o outro, uma vez que suas capacidades de dar são semelhantes. Nas transações verticais, havia a dominação do agente ativo superior sobre o inferior passivo visto que o receptor não seria capaz de retribuir o dom, sendo necessário retribuir com serviços. No caso das transações verticais de baixo para cima, quando o agente ativo é inferior na estrutura social, o agente ativo não pode dominar o agente passivo, mas visa estabelecer uma conexão social utilizando objetos com dupla personalidade (dos agentes ativo e passivo) onde poderá, através do poder econômico, político e simbólico do agente passivo, adquirir meios para obter capital econômico, político e principalmente simbólico, honra²⁰⁷. As relações verticais são amplamente atestadas no período medieval, como nota Duby ao dizer que “Nós sabemos que os nobres obtinham sua riqueza dos presentes dispensados pelo soberano, divisões das pilhagens que eram mais generosas para os amigos dos reis [...]”²⁰⁸. Exemplos de relações horizontais podem ser observadas quando há a troca de presente entre reis.

Duas formas de receber poderiam ser perigosas para o agente, as que vem de agentes acima hierarquicamente e às de iguais (horizontais) pois poderiam contestar a idealizada integridade e colocar o agente sob o domínio de outro. Com o perigo estabelecido pelas ameaças predatórias à posição de agentes na estrutura social, vemos que dois terços das formas de relações sociais efetuadas no *champ* da economia de dom medieval eram laços criados a partir da dominação, da agressividade, mostrando a periculosidade de se jogar o jogo culturalmente obrigatório da dádiva no medievo.

A violência na cultura do dom é multifacetada, Cowell afirma que inicialmente a violência poderia ser um marcador mnemônico da cerimônia do rito, criando testemunhas, Cowell diz que “Estes atos de violência praticados nos corpos das testemunhas do presente que atestavam a oralidade da cultura medieval, e ao fato de que sem tais testemunhas e suas memórias, não havia presente nenhum.”²⁰⁹. Vemos aqui várias

²⁰⁷ COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 16.

²⁰⁸ Trad. própria: “We know that nobles derived their wealth from gifts dispensed by the sovereign, shares in booty which were more generous for the king's friends [...]”. DUBY, Georges. **The early growth of the European economy: Warriors and peasants from the seventh to the twelfth century**. Cornell University Press, 1978, p. 37.

²⁰⁹ Trad. própria: “These acts of violence practised on the bodies of the witnesses to the gift bear witness to the orality of medieval culture, and to the fact that without such witnesses and their memories, there was

camadas que nos informam sobre a cerimonia do dom. Era marcada pela violência pois fazia parte da esfera da cultura oral, ou seja, os atos de violência cerimonializados reduziram em número a partir do crescimento da cultura escrita em prol da oral, e a violência foi substituída por símbolos de violência, como a anexação de facas à manuscritos que atestavam o presente²¹⁰. Concordando com a conceitualização de capital simbólico de Bourdieu, onde há a necessidade de haver **reconhecimento**, as cerimônias de dom eram publicizadas e expostas pelos mesmos motivos que outros juramentos medievais, a cerimônia da dádiva era uma forma de explicitar para os outros agentes a construção de um laço social através da dominação. A exposição é um dos três princípios do dom expostos por Magnani, cujos objetivos são a reprodução e estabelecimento da ordem social:

A publicidade: O dom deve ser feito em público na frente dos parentes e dos vassalos. Ele explicita assim a diferenciação social, a hierarquia e a união; A competição: É o sistema de potlatch, pois a demonstração permanente da capacidade de doar em profusão é um hábito na aristocracia na qual a *largitas* é uma sinal de autoridade, de prestígio e de poder; A aceitação obrigatória: O contradom é uma forma universal de relações sociais de acordo com qual cada doação cria uma obrigação. Desde a Antiguidade tardia até a Alta Idade Média, laços e obrigações passavam pelos rituais de reciprocidade, de doação e de tomar.²¹¹

Portanto, a cerimônia do dom por seu caráter público de demonstração de união e dominação pode ser considerada como parte fundamental da economia simbólica do dom, por tal razão Hilsdale afirma que “Um relato das dimensões visuais da prestação implica uma examinação de como as dinâmicas de obrigação e reciprocidade são visualmente codificadas—não só em objetos e imagens, mas também nos espaços de sua performance ritual e exposição ou encobrimento”²¹². Dessa maneira, a violência desorganizada era

really no gift at all.”. COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 8.

²¹⁰ COWELL, op. cit., p. 9.

²¹¹ Trad. própria: “la publicité: le don doit être fait en public devant la parentèle et les fidèles. Il explicite ainsi la différenciation sociale, la hiérarchie et l’union; la compétition: il s’agit du système de potlatch, car la démonstration permanente de la capacité de donner à profusion est une habitude dans l’aristocratie dont la largitas est un signe d’autorité, de prestige et de pouvoir; l’acceptation obligatoire: le don-contre-don est une forme universelle de relations sociales selon laquelle chaque don crée une obligation. Depuis l’Antiquité tardive jusqu’au haut Moyen Âge, des liens et des obligations passent par des rituels de réciprocité, de donner et de prendre.”. MAGNANI, Eliana. Les médiévistes et le don. Avant et après la théorie maussienne. **Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre** (BUCEMA), n. Hors-série n° 2, 2008, p. 6.

²¹² Trad. própria: “An account of the visual dimensions of prestation therefore entails an examination of how the dynamics of obligation and reciprocity are visually encoded—not only in objects and images, but also in the spaces of their ritual performance and display or concealment.”. HILSDALE, Cecily J. *Gift. Studies in Iconography*, v. 33, 2012, p. 173.

estruturada em respeito às regras do jogo, estabelecendo uma coexistência pacífica mediada pela violência simbólica regulamentada²¹³.

A mediação e construção das relações sociais através da violência controlada também era efetuada fora do âmbito cerimonial do rito, em especial nas trocas de dons. O reconhecimento da economia simbólica do dom medieval como compulsório e competitivo (similar ao *potlatch* norte-americano identificado por Mauss) abre margem para o que Cowell chama de presenteamento por antagonização, que é uma forma de violência. Rejeitando a oposição entre presente e violência estabelecida por Mauss e nutrindo-se da percepção do papel da violência na sociedade ocidental medieval, o autor trata a possibilidade de que o dom pode ser um ato de violência. A violência é especialmente observável quando observada o abismo na hierarquia social entre os participantes, diferença de valor material e imaterial através do capital simbólico dos valores morais e sistema de honra.

Considerando o dom, estipula-se que deve-se dar o máximo que puder para o maior número possível de pessoas enquanto recebe-se o mínimo, a afirmação se mantém verdadeira quando consideramos o antagonismo. Como já explicado anteriormente, o presente cria um débito material e imaterial, movimentando e distribuindo, de acordo com Duby²¹⁴, a economia medieval. O ato de presentear agressivamente faz parte da economia do dom medieval, e, portanto, baseia-se no débito e no princípio de reciprocidade, onde procura-se dar algo valioso (material e imaterial) de forma que dificulte ou impossibilite a retribuição no mesmo nível. A doação de terras poderia ser uma das formas de endividamento praticadas pelo presenteamento agressivo uma vez que a terra era um dos recursos mais valiosos no ocidente medieval²¹⁵, portanto a concessão de terras dava ao receptor um valioso presente, mas um débito praticamente impagável. Os presentes antagônicos visavam causar uma pressão de endividamento irretribuível, que normalmente eram dados de uma classe superior para uma inferior, buscavam a dominação do agente passivo através da imposição de sua personalidade, honra e poder, e tomando assim seus bens inalienáveis, colocando o agente passivo em uma posição de subordinação.

²¹³ COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, pp. 8-9.

²¹⁴ COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 48 passim.

²¹⁵ COWELL, op. cit., p. 25.

A antagonização do presente também deve considerar uma nova dimensão: o público. Bourdieu afirma que há sempre a dimensão externa da troca entre dois agentes²¹⁶, à esta dimensão externa podemos chamar de observadores. Estes observadores simultaneamente testemunhavam a efetivação da troca, efetivamente validando e reconhecendo a identidade dos agentes, enquanto simultaneamente sofriam uma forma de violência ao serem preteridos por ambos agentes entretidos na troca. A possibilidade de estabelecer múltiplos laços sociais consequentemente criava um sentimento de competição, como atestado por Duby, entre os agentes semelhantes, que disputavam entre si. Estabelecer laços com um indivíduo, ou mesmo uma instituição, significa entrar em sua rede de relacionamentos e se submeter (ou submeter o outro) às alianças criadas neste círculo, logo, a troca de dons não era violenta apenas com o que era dominado, mas era também uma ameaça aos outros agentes.

O dom durante o medievo fazia parte de uma economia simbólica cíclica, prestação total, cujo capital simbólico se referia à honra e identidade do agente que, a partir de uma série de cerimônias, era reconhecido por outros agentes. Hierarquizada, a performance ritualizada do dom estabelecia graduações que baseavam-se no capital simbólico, permitindo ao agente participante permutar seu capital simbólico, assim criando laços sociais (sentido positivo) com seguidores vassálicos através da dominação (sentido negativo). O objeto, de valor material e imaterial, utilizado na troca, o presente em si, era embutido com a persona e identidade do doador (em alguns casos também do receptor) e poderia ser alienável ou inalienável. A alienabilidade do item na economia simbólica implica que havia necessariamente nele valor simbólico, e pelo caráter duplo do objeto, havia também valor comercial indicando que a oposição entre economia do dom e economia mercantil deve ser reconsiderada e proposta como coexistente. A inalienabilidade do item refere-se não à uma impossibilidade de fazer parte da economia de dom, mas à intenção de deixá-la fora da economia pois sua perda significaria ser totalmente dominado. O objetivo do jogo do dom é dar o máximo que puder de forma agressiva e receber o mínimo, assim acumulando capital simbólico e protegendo seus bens inalienáveis, dessa forma dominando os outros agentes e atingindo a integridade para que o agente se torne independente. Funcionando de forma em que o capital simbólico também pudesse ser trocado por serviços, a economia do dom também era uma forma de manutenção e reestruturação do status social na sociedade medieval, que gozava

²¹⁶ COWELL, op. cit. p. 9. Apud BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Richard Nice (trad.). Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

de certa mobilidade durante o crescimento dos “senhores banais”²¹⁷ entre os séculos X ao XII quando também grupos urbanos, comerciantes e letrados, subiam rapidamente na escadaria social e formavam verdadeiras elites urbanas que competiam com a aristocracia tradicional “banal”.

Definindo o que entende-se aqui como dom, podemos então compreender quais as semelhanças e diferenças entre o sistema de caridade e o sistema de dom. Duby sugere que durante o medievo existiram dois círculos de dom, ou melhor, dois destinos: o secular e o religioso²¹⁸, que aqui chamamos de dom (secular) e doação (religioso). O dom secular, para o autor, é aquele no qual o objeto retém seu valor econômico e se mantém na esfera terrena, enquanto a doação religiosa é, ou se torna, um objeto sacro que está na esfera do divino. Podemos observar que ambos o dom e a doação retêm seu valor material, a partir da observação do teor das doações feitas para igrejas e mosteiros, que posteriormente alimentaram as ferrenhas críticas à acumulação material de certos ordens, como a de Cluny. Se bem interpretamos corretamente Duby, vemos que o valor simbólico do dom e da doação é possivelmente mais importante que seu valor material, mas eles, se encontram em esferas distintas, *champs* diferentes. No entanto, um objeto secular pode tornar-se sacro a partir da concessão do objeto para Deus através de mediadores, sacralizando-o²¹⁹.

A caridade, *caritas*, coincide com a postulação de Mauss de que a dádiva pode ser expressa através da hospitalidade, serviços e coisas imateriais²²⁰, mas considerando o dom em um contexto medieval onde a *caritas* se diferencia do último, sua distinção se encontra em suas essências: de forma geral o dom é uma economia cíclica que, *a priori*, **requer** uma retribuição por parte do receptor fazendo com que agentes ativos e passivos revezem sua disposição, ao passo que a caridade é uma economia cíclica onde o débito do agente ativo é mantido **permanentemente** em relação ao passivo, onde, ao final da vida do agente ativo poderá haver ou não a retribuição através da salvação da alma.

Nesse sentido, podemos pensar a caridade, e, portanto, também a doação, como um fenômeno bidimensional que não só faz parte do *champ* do sagrado e se relaciona com outros campos em intensidades diferentes, mas como efetivamente participante de ao

²¹⁷ COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 32; LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo II. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 319.

²¹⁸ DUBY, Georges. **The early growth of the European economy: Warriors and peasants from the seventh to the twelfth century**. Cornell University Press, 1978, p. 48 *passim*.

²¹⁹ DUBY, *op. cit.*, *loc. cit.*

²²⁰ COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 16.

menos dois *champs*, o sacro, e o secular. O primeiro nível do significado da caridade no medievo se encontra no plano superior, em Deus, é definida por Ele e pelo amor personificado no Espírito Santo²²¹, *caritas*. Simultaneamente, vemos que caridade enquanto prática do amor pode ser realizada tanto através de hospitalidade quanto de serviços ou objetos. Logo, enquanto sua essência faz parte do *champ* sacro e intangível, sua prática perpassa pelo mundano, sendo invariavelmente influenciado e influenciando aspectos políticos e econômicos.

A *caritas* não pode demandar uma retribuição por parte de Deus no sentido que funciona no dom, pois Deus não deve nada à humanidade, mas partilhar a *caritas* presume partilhar um sentimento divino e atingir a salvação. No entanto, a operação caridosa na prática medieval assume papéis de comutação que se inserem parcialmente na lógica do dom.

Magnani afirma que:

Porque o dom pro anima é representado como uma troca com Deus, suas apostas vão além da estrutura da reciprocidade inerente à noção de dom e contradom. A doação às comunidades religiosas é uma maneira de estabelecer a “circularidade” das trocas, embora desiguais, entre o aqui embaixo e o além, em vista da vida eterna.²²²

Enquanto uma troca com Deus (âmbito espiritual), a doação jamais tem caráter agressivo pois a compreensão da relação entre humanos e Deus durante o medievo era de que a humanidade é serva de Deus e conseqüentemente não pode o dominar. Aqui podemos sugerir que a doação é uma constante tentativa de sanar ao máximo a dívida com Deus, ainda que seja impossível pagá-la. Ulrich Stutz nos informa que existe uma contrapartida “espiritual” às transferências de bens “materiais”, sendo a salvação a correspondência à contraprestação (*Gegenleistung*) compensatória pela transferência de bens feita por laicos (ou mesmo religiosos) em benefício de um mosteiro ou outra instituição religiosa²²³. A corrente de pensamento presente nas afirmações feitas por Stutz

²²¹ Como reconhecido por Guerreau-Jalabert: “Una vez más, es en Dios y en la Trinidad donde se expresa el modelo social del cristianismo: el don por excelencia es el del amor a Dios por el hombre, que es también el del Espíritu Santo, que pone la caridad en los corazones.”. GUERREAU-JALABERT, Anita. *Caritas y don en la sociedad medieval occidental*. **Hispania**, v. 60, n. 204, 2019, p. 48.

²²² Trad. própria: “Parce que le don pro anima est représenté comme un échange avec Dieu, ses enjeux dépassent le cadre de la réciprocité inhérente à la notion de don et contre-don. La donation aux communautés religieuses est une façon d’établir la « circularité » des échanges, bien qu’inégaux, entre l’ici-bas et l’au-delà, en vue de la vie éternelle.”. MAGNANI, Eliana. Le don au moyen âge. **Revue du MAUSS**, n. 1, 2002, p. 319.

²²³ Trad. própria: “Pour lui, il (Ulrich Stutz) s’agit d’une contre-prestation (*Gegenleistung*) exigée pour compenser, payer (lohn) tout transfert de biens fait par des laïcs au profit d’un monastère. Il introduit ainsi l’idée, souvent reprise, d’une contrepartie « spirituelle » à des transferts de biens « matériels ».”.

e Magnani, e sem dúvida um grande número de outros autores, deve ser ponderada com certa cautela pois pode colocar equivocadamente Deus em uma situação de dívida com àqueles que praticam a caridade, estabelecendo assim a prática da caridade inteiramente na lógica do dom²²⁴. Inversamente, Guerreau-Jalabert acredita que o dom se insere na lógica cristã de *caritas* pois toda troca efetuada através do dom implica na circularidade do amor²²⁵. Ambas formas de observar o dom se relacionam de alguma forma com o que já foi exposto aqui anteriormente, por tal razão tomamos um terceiro caminho que se situa entre ambos pólos de pensamento. É verdade que a caridade não pode criar uma situação de débito com Deus, no entanto, vista a bidimensionalidade do fato, devemos considerar que o ato de doar não cria uma obrigação de retribuição por parte de Deus, mas do receptor primário da doação, cuja obrigatoriedade se torna não o retorno da doação, mas a obrigação da mediação entre agente passivo (doador) e passivo (Deus). A circulação do amor cristão se instala numa lógica pré existente do dom presente nas sociedades germânicas, e, apesar de ser central na lógica teológica medieval, não consegue dominar totalmente a esfera do dom e por esta razão identifica-se uma dupla atividade no dom, positiva (criadora de laços sociais) e negativa (dominadora).

Uma vez que a relação de caridade não se limita à espiritualidade, a doação ao ser observada fora do âmbito sacro pode viabilizar violências e dominação. Esta dominação pode remeter tanto às capacidades mundanas, como estabelecer um vínculo público de dominação política e econômica entre um senhor e uma comunidade monástica, ou capacidade de comunhão sacra, como uma forma de reiterar a hierarquia referente ao cargo eclesiástico. Presume-se que a violência mundana no contexto caridoso volta-se especialmente para a terceira dimensão, o público em geral.

O sentimento da *caritas*, amor, foi definido por Anselmo como uma virtude.

Virtudes interiores” incluem “caridade, humildade, paciência, bondade,” enquanto “virtudes exteriores” são coisas como “jejum, dar esmolas, manter vigia em orações, prantear, e outras coisas do tipo.” O interior sustenta o exterior, para que caso uma pessoa não possua o estado interior de virtude

MAGNANI, Eliana. Les médiévistes et le don. Avant et après la théorie maussienne. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre** (BUCEMA), n. Hors-série n° 2, 2008, p. 3.

²²⁴ Criticando esta visão, Guerreau-Jalabert diz que “[...] si Dios es el protagonista real al que se dirige el donante, no puede en realidad tratarse de una cuestión de don y contradón. ¿Cómo obligar a Dios a «devolver» algo, sea lo que fuere, cuando lo único que se hace es restituirle lo que él ha confiado temporalmente a los hombres, indefinidamente en deuda con él”. GUERREAU-JALABERT, Anita. *Caritas y don en la sociedad medieval occidental*. **Hispania**, v. 60, n. 204, 2019, p. 56.

²²⁵ Guerreau-Jalabert diz que “Toda forma del don está pensada en el marco de la caridad, es decir del amor espiritual. Desde este punto de vista, la cuestión 38 de la Summa Theologica (2-2) de santo Tomás se limita a enunciar un dato básico: el don es efecto y señal de la caridad, y lo que circula es ante todo el amor, lo que quiere decir un elemento inmaterial.”. GUERREAU-JALABERT, op. cit., p. 47.

desenvolvida, não será possível manter a aparência exterior e performar ações associadas por muito tempo.²²⁶

Conforme dito por Anselmo, a caridade era uma virtude interior, da mesma forma identifica Anita Guerreau-Jalabert, “Se a Igreja se funda na caridade, se o corpo de Cristo está sem ela destinado à morte, a caridade se mostra logicamente como a virtude suprema para os cristãos, mas também como o valor social fundamental.”²²⁷. O amor caridoso deveria ser praticado sem desejar nada em troca, recebendo como retribuição obrigatória a *gratia*, e a falta de gratidão configuraria pecado. A gratidão deveria ser também gratuita, *gratia es quod gratis datur*, e o débito do amor deveria ser sempre aceita de forma livre²²⁸. Conforme identificado por Anselmo, o sentimento da *caritas* se insere num âmbito emocional interno que precede a prática, sendo assim determinante para a externalização da caridade prática, corroborando assim com a teoria trabalhada por Guerreau-Jalabert. Tal concepção teórica por parte dos eclesiásticos não nos surpreende visto que a filosofia cristã é absolutamente dominante durante o medievo, mas vemos que a prática nem sempre seguia estritamente a teoria²²⁹.

Voltando nossa atenção aos objetos doados, Guerreau-Jalabert afirma que os itens doados consistiam em sua maioria de terras, mas também eram doados produtos agrícolas, animais, objetos preciosos, servos e dinheiro²³⁰. As doações se multiplicam a partir do século X²³¹, quando houve uma crescente preocupação com o destino *post mortem* da

²²⁶ Trad. própria: ““Interior virtues” include “charity, humility, patience, kindness,” while “exterior virtues” are things like “fasting, giving alms, keeping vigil in prayers, weeping, and other things of this sort.” The interior sustains the exterior, so that if a person lacks the interior state of developed virtue, it will not be possible to maintain the outward appearance and perform associated actions for long. SADLER, Gregory. *Interpreting Anselm of Canterbury as a Virtue Ethicist*. **St. Anselm Journal**, v. 14, n. 2, 2019, p. 110.

²²⁷ Trad. própria: Si la Iglesia se funda en la caridad, si el cuerpo de Cristo está sin ella destinado a la muerte, la caridad se muestra lógicamente como la virtud suprema para los cristianos, pero también como el valor social fundamental.”. GUERREAU-JALABERT, Anita. *Caritas y don en la sociedad medieval occidental*. **Hispania**, v. 60, n. 204, 2019, p. 36.

²²⁸ GUERREAU-JALABERT, op. cit., p. 50.

²²⁹ É ao tentar compreender a relação entre teoria e prática vemos que esta necessita de um estudo aprofundado e dedicado visto a facilidade de entrar em paradoxos, como é o caso do propósito salvacionista da caridade. Sabemos que o objetivo é a salvação, mas como podemos conceber uma caridade sem que haja obrigatoriedade de retorno por parte de Deus na forma da salvação? Sem que seja uma troca? A prática da caridade almejava uma finalidade bem clara, sem a salvação ela se torna vazia e não oferece retribuição espiritual. Qual o objetivo final, salvação ou comunhão com Deus? Pode existir gratuidade se há expectativa de salvação no ato? Essas reflexões devem ser estudadas mais à fundo e invariavelmente são limitadas pela incapacidade de experienciar e compreender o divino da mesma forma que durante o medievo, sendo necessário um olhar antropológico.

²³⁰ GUERREAU-JALABERT, op. cit., p. 54-55.

²³¹ Trad. própria: “les dons adressés aux églises et monastères, pour le salut de l’âme, ces donations qui apparaissent dès le VIIe siècle et se multiplient de façon exponentielle à partir du Xe siècle.”. MAGNANI, Eliana. Les médiévistes et le don. Avant et après la théorie maussienne. **Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre** (BUCÉMA), n. Hors-série n° 2, 2008, p. 5.

alma na geografia do além, incitando doações para instituições religiosas em busca da própria salvação ou de outrem, causando o que Ilana Silber chama de “‘Comodificação da graça’, crescentemente permitindo que qualquer pessoa pudesse efetivamente ‘comprar’ intercessão e absolvição eclesial por seus pecados”²³². A prática da caridade através de doações ou esmola “[...] tem uma função redentora e ritual: permite apagar os pecados reproduzindo a *caritas* divina e sacrificar em nome do Senhor.”²³³.

Ilana Silber corrobora com a afirmação feita por Guerreau-Jalabert e afirma que os bens mais doados eram terras e “toda uma gama de fontes de renda conectada à propriedade fundiária, bem como dinheiro e outros tipos móveis de bens (jóias, artefatos religiosos, relíquias etc.)”²³⁴. Observando a lista de objetos e bens, vemos que em comparação com os objetos supracitados na análise do dom (não religioso) vemos que há uma correspondência invertida, onde itens como terras, artefatos religiosos, relíquias e jóias (especialmente as identitárias) compõe o *corpus* de objetos inalienáveis, objetos cuja circulação é indesejável. A partir de tal podemos desenvolver a teoria de que itens inalienáveis, protegidos pelo sistema econômico simbólico do dom, são colocados em circulação no circuito sacro, onde itens seculares inalienáveis se tornam desejavelmente alienáveis. A resposta para tal alienação de itens inalienáveis repousa no que caracteriza os itens como inalienáveis, onde, seguindo o sistema apresentado por Weiner²³⁵, as características de um item inalienável estão intimamente relacionadas com a identidade do proprietário, seja da terra, seja de um objeto artístico. A marca identitária sobre os bens e sua inalienabilidade cria uma atmosfera que valoriza simbolicamente a doação, esta mesma marca pode também funcionar um registro que identifica o doador dentro da esfera sacra e aos olhos de Deus.

²³² Trad. própria: “‘Commodification of grace’, increasingly allowing any person to actually ‘buy’ ecclesiastic intercession and absolution of his sins.”. SILBER, Ilana F. *Gift-giving in the great traditions: the case of donations to monasteries in the medieval West*. **Archives Européennes de Sociologie/European Journal of Sociology/Europäisches Archiv für Soziologie**, 1995, p. 214.

²³³ Trad. própria: “À la fois aumône et offrande, le don « pour le salut de l’âme » a une fonction rédemptrice et rituelle: il permet d’effacer les péchés en reproduisant la *caritas* divine et de sacrifier au nom du Seigneur.”. MAGNANI, Eliana. *Le don au moyen âge*. **Revue du MAUSS**, n. 1, 2002, p. 319.

²³⁴ Trad. própria: “Composed of donations of land in particular, but also of a whole range of sources of income connected to landed property, as well as money and other mobile types of goods (jewelry, religious artefacts, relics etc.)”. SILBER, Ilana F. *Gift-giving in the great traditions: the case of donations to monasteries in the medieval West*. **Archives Européennes de Sociologie/European Journal of Sociology/Europäisches Archiv für Soziologie**, 1995, p. 210.

²³⁵ As categorias apresentadas anteriormente são: “Não sujeitas a transações mundanas; Raramente circulam ou não circulam amplamente; Consideradas repositórios de conhecimento; Requerem conhecimento especial para produzir; Produção usualmente altamente relacionada com gênero; Comumente singulares; Utilizadas em cerimônias de autenticação e comemoração; Utilizadas para autenticar individuais assim como identidades coletivas; Importante tanto para o estabelecimento quanto para a derrota da hierarquia.”.

No caso do modelo secular o contradom deve ser feito em valor igual ou superior ao objeto recebido, colocando em movimento o papel dos agentes, transformando em ativo o passivo e vice versa. No caso do âmbito sacro o contradom pode ser dado, de forma optativa, por Deus, mas diferentemente da primeira situação o papel dos agentes nunca se transforma, é uma prestação total imutável pois apenas Deus encarnado (Jesus) pôde pagar a dívida dos humanos com Deus quando veio a Terra e se sacrificou pelos pecados humanos, como nos informa o pensamento de Anselmo.

[...] não era correto que a restauração da natureza humana fosse deixada desfeita, e que ela não poderia ser provocada a não ser que o homem pagasse o que ele devia a Deus. Esse débito era tão grande que, apesar de ninguém além do homem a devesse, apenas Deus era capaz de retribuir, presumindo que deveria haver um homem idêntico a Deus.²³⁶

Eu diria que Deus não demanda mais de um pecador do que ele deve, mas uma vez que ninguém pode retribuir tanto quanto deve, apenas Cristo paga em favor de todos que são salvos mais do que devem.²³⁷

Neste processo cria-se outra dívida com Deus por seu sacrifício, que por sua vez também é impossível de ser paga em sua totalidade. O sacrifício de Jesus estabelece assim método de fornecer a Deus um contradom apropriado (ainda que não suficiente), e estes sacrifícios são feitos, desde o Novo Testamento, através da devoção física, intelectual, espiritual e, a partir das doações, material²³⁸. Em essência, o sacrifício se transforma no capital simbólico da *caritas*.

Considerando que *caritas* é o dom do Espírito Santo para a humanidade e Deus encarnado se sacrificou²³⁹ para expiar os pecados da humanidade por amor, *caritas*, logo o sacrifício é *caritas*. Considerando a lógica salvacionista do cristianismo, podemos estabelecer uma correlação proporcional entre sacrifício e salvação, onde o maior sacrifício, maiores as chances de ter seus pecados expiados e atingir a salvação. Dentro

²³⁶ Trad. própria: “[...] it was not right that the restoration of human nature should be left undone, and that it could not have been brought about unless man repaid what he owed to God. This debt was so large that, although no one but man owed it, only God was capable of repaying it, assuming that there should be a man identical with God”. ANSELM, Saint; DAVIES, Brian; EVANS, Gillian R (eds.). **The major works**. Oxford University Press, USA, 1998, p. 379.

²³⁷ Trad. própria: I would say that God does not demand more from a sinner than he owes, but since no one can repay as much as he owes, only Christ renders on behalf of all who are saved more than they owe. ANSELM, Saint, op. cit., p. 379.

²³⁸ ANGENENDT, Arnold. Donations pro anima: Gift and Countergift in the Early Medieval Liturgy. In: DAVIS, Jennifer R.; MCCORMICK, Michael (Ed.). **The long morning of medieval Europe: new directions in Early Medieval studies**. Ashgate Publishing, Ltd., 2008, p. 131; ANSELM, Saint, op. cit., p. 348.

²³⁹ Também é importante notar que Jesus sacrificou a si, o indivíduo, pelo todo, corroborando com a tese de Guerreau-Jalabert de que *caritas* também remete à um vínculo social entre todos os iniciados na fé cristã.

desta lógica, podemos reafirmar que o sacrifício é o capital simbólico do *champ* da caridade. A *caritas* idealizada deveria ser feita através do sacrifício total, e que mesmo assim não seria suficiente para pagar por todos os pecados, pois apenas Deus é capaz de pagar a dívida do homem com Deus, como foi necessário através do sacrifício de Cristo. Portanto, o “[...] sacrifício cristão requeria a entrega intelectual e espiritual de si”²⁴⁰, podendo este também ser também material, como é o caso das doações.

Arnold Angenendt, reiterando as afirmações feitas previamente, identifica em *Donationes pro anima: Gift and Countergift in the Early Medieval Liturgy*²⁴¹, que há uma conexão entre as *donatio pro anima* com os ritos de sacrifício onde, além da oferta espiritual e intelectual do agente, se desenvolve também a oferta material do objeto. O sacrifício da matéria em uma relação de dom e contradom que pode provocar a retribuição divina é analisado através de um número de fontes, incluindo o testamento do bispo Berthramn (século VII), que nos mostra como a grande preocupação com a salvação da alma através das doações e esmolas, devidamente segmentadas, funcionavam na lógica salvacionista do dom e contradom espiritual. A possibilidade de sacrifício material gera o que Silbert chamou de “comodificação da graça”, permitindo a compra de intercessões salvatórias, cuja prática levantou críticas contra uma suposta simonia e acumulação financeira de monges e ordens, especialmente a de Cluny.

Duby afirma que “Presentes piedosos representaram uma perda crucial à custa da produção e consumo uma vez que, diferentemente de presentes desfrutados por lordes e reis, eles não eram compensados por qualquer redistribuição de vantagens visíveis.”²⁴². Ou seja, sob uma ótica econômica, o sacrifício ao cumprir seu papel ritualístico causava efetivamente um impacto na economia medieval ao retirar o bem de circulação e colocando no circuito sacro. Hilsdale faz uma observação similar ao afirmar que “O objeto artístico é removido da troca política e matrimonial e posto dentro da economia sagrada, onde inaugura um laço sagrado.”²⁴³. No entanto, complementando a afirmação da autora, observamos que em virtude da natureza dupla na caridade (sentimento/prática)

²⁴⁰ ANGENENDT, Arnold. *Donationes pro anima: Gift and Countergift in the Early Medieval Liturgy*. In: DAVIS, Jennifer R.; MCCORMICK, Michael (Ed.). **The long morning of medieval Europe: new directions in Early Medieval studies**. Ashgate Publishing, Ltd., 2008, p. 132.

²⁴¹ ANGENENDT, op. cit., p. 134.

²⁴² Trad. própria: “Pious gifts represented a crucial loss at the expense of production and consumption since, unlike gifts enjoyed by lords and kings, they were not compensated for by any redistribution of visible advantages.”. DUBY, Georges. **The early growth of the European economy: Warriors and peasants from the seventh to the twelfth century**. Cornell University Press, 1978, p. 53-54.

²⁴³ Trad. própria: “the art object is removed from political and marital exchange and set within a sacred economy, where it inaugurates a sacred bond.”. HILSDALE, Cecily J. *Gift. Studies in Iconography*, v. 33, 2012, p. 177.

a remoção do âmbito político em virtude do sagrado é um movimento que tem grandes repercussões políticas, intelectuais, sociais e culturais, pois doar um objeto inalienável implica na capacidade de acumulá-los, indicando também os posicionamentos (políticos e sociais) do doador, como notado a partir da análise de Green onde as crescentes doações de Henrique I e sua corte para mosteiros e instituições religiosas no território inglês poderiam indicar a preferência por instituições inglesas sobre as normandas/continentais, território tradicional e original da elite inglesa, apontando para uma intensificação da identificação da elite com o território inglês.

A doação implica, assim como no dom, em um ato ritualizado e carregado de significação, que é “[...] ao mesmo tempo objeto de um registro escrito e de uma cenificação provavelmente muito solene, que tem lugar em público e em torno do altar”²⁴⁴, fato que é reafirmado por Duby “A obra de caridade permanecia como uma das figuras de um bailado montado no grande teatro da soberania.”²⁴⁵ e Teófilo Ruiz, que afirma que após o século XIII mesmo as doações privadas para pobres eram cerimonializadas, ainda que e vazias de “amor”²⁴⁶, fazendo com que não possuíssem *caritas*, mas eram em sua maioria motivadas pelo intuito salvacionista da *donatio pro anima*. Essas cerimônias serviam propósito similar que ao dom, eram demonstrações políticas públicas.

Apesar de vermos na prática da caridade um modelo quadripartido, a partir do século XIII inicia-se uma crescente secularização da caridade quando os agentes seculares doadores passam a dar esmolas diretamente aos pobres e outros grupos elegíveis para a caridade (poderiam ser mediadores), que Sharon Farmer identifica como sendo mulheres viúvas ou em idade de casar cujo aceite da esmola poderia as colocar sob o controle do(a) doador(a)²⁴⁷. Ruiz afirma que o séc XIII foi decisivo no Norte da Castilla ao indicar que anteriormente ao ano 1200, os testamentos indicavam grandes doações para instituições únicas, e após 1200 eram feitas pequenas doações para várias instituições e eram impostas várias condições e serviços em nome do falecido. Similarmente, este fenômeno também

²⁴⁴ Trad. própria: “[...] al mismo tiempo objeto de un registro escrito y de una escenificación probablemente muy solemne, que tiene lugar en público y en torno al altar.” GUERREAU-JALABERT, Anita. *Caritas y don en la sociedad medieval occidental*. *Hispania*, v. 60, n. 204, 2019, p. 55.

²⁴⁵ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário medieval*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 239.

²⁴⁶ DAVIS, Adam J. The social and religious meanings of charity in medieval Europe. *History Compass*, v. 12, n. 12, 2014, p. 938, apud RUIZ, Teófilo F., ‘*The Business of Salvation: Castilian Wills in the Late Middle Ages*’, IN: KAGAY, D. J.; VANN, T. M. (eds.). *On the Social Origins of Medieval Institutions: Essays in Honor of Joseph F. O’Callaghan*, (Leiden: Brill, 1998), 63–90.

²⁴⁷ DAVIS, op. cit., p. 941, apud FARMER, FARMER, Sharon A. *Surviving poverty in medieval Paris: Gender, ideology, and the daily lives of the poor*. Cornell University Press, 2005.

foi observado por Joel Rosenthal em *Wealth and Philanthropy in Late Medieval England: The Purchase of Paradise: Gift Giving and the Aristocracy 1307-1485*²⁴⁸. Estes dados mostram que durante os séculos seguintes houve um decaimento na utilização de monges e instituições monásticas como mediadoras entre os seculares e o sacro através dos pobres, indicando uma mudança para a secularização e individualização da fé. A existência de uma aproximação entre doador e pobre possivelmente tem como uma de suas origens a gradual urbanização da Europa, onde o aumento do abismo socioeconômico proporcionado pelas atividades terciárias e acumulação de capital fosse visto e sentido através contato mais constante entre ricos e pobres. Duby afirma que as críticas à Igreja acumuladora e às Ordens como Cluny que “levavam os laicos a assumir, eles próprios, as funções de justiça distributiva que muitos servidores de Deus, à falta de haverem refletido sobre o Evangelho, deixavam de praticar.”²⁴⁹, seguindo assim a tendência do século XII com as Ordens Mendicantes urbanas.

Em conclusão, pudemos estabelecer assim alguns parâmetros que permitem a separação do dom da esfera secular da caridade na esfera sagrada. No entanto, como sugerido, a caridade possui diversas diferenças e reformulações da lógica inicial do dom, sendo que a primeira delas é a possível divisão da caridade em *caritas* e *donatio pro anima*, a primeira sentimento a segunda prática. A *caritas* enquanto sentimento de amor compartilhado por Deus é um sistema de prestação total não-cíclica, onde o agente ativo (humano) está eternamente em dívida com Deus e não há obrigatoriedade de retribuição por parte de Deus, assim subvertendo a lógica antropológica do dom. Na *donatio pro anima* podemos propor que há uma prestação total que coloca mediadores na obrigação de interceder no plano sagrado pelo agente ativo terreno (doador), ou mesmo obrigação de retribuir a doação ou esmola, como visto no caso dos hospitais. O capital simbólico de ambos *caritas* e *donatio pro anima* é o sacrifício, que pode ser imaterial (espiritual e intelectual) e material (terras, objetos), efetuado em uma cerimônia pública que possui caráter positivo e negativo, em *caritas* a publicidade da prática caridosa simboliza a manifestação dos laços amorosos, virtuosamente amando o próximo; por outro lado, o ato público de *donatio pro anima* pode servir propósitos políticos e sociais, estabelecendo vínculos de dominação, inexistentes em *caritas*, sobre as instituições e indivíduos mediadores, e simultaneamente violando a terceira dimensão, o público, de forma similar

²⁴⁸ Ver: ROSENTHAL, Joel T. **The Purchase of Paradise: The social function of aristocratic benevolence, 1307-1485**. Routledge, 2013.

²⁴⁹ DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário medieval**. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 239.

ao que ocorre no dom. A permuta do capital simbólico sacrifício não funciona exatamente como uma permuta em *caritas*, mas mais o ato de amar é como uma comunhão (que é salvatória) com Deus, enquanto a *donatio pro anima* visa a acumulação do capital simbólico para que a salvação, objetivo final da *donatio pro anima*, seja mais provável e o status de pureza adquirido através do sacrifício pode influenciar outros *champs* como o social e econômico. Exemplos de vantagens políticas adquiridas através da acumulação de capital simbólico caridoso são as relações mais sólidas com as elites eclesiásticas e com o papado. O sacrifício dos objetos, ao contrário do dom, tinha como maior relevância os que são classificados como inalienáveis justamente por seu caráter único e pessoal/familiar como terras e objetos sagrados/artísticos valiosos simbólica e materialmente. Por fim, considerando que a *caritas* se encontra no *champ* sagrado e sentimental, sua hierarquia baseava-se firmemente nas Escrituras onde em Mateus 22:37-39 diz que “Ame o Senhor, o seu Deus, de todo seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu entendimento, [...] E o segundo [mandamento] é semelhante a ele: Ame o seu próximo como a si mesmo [...]”, deixando clara a hierarquia do amor, ame a Deus e seus vizinhos, pois Deus é merecedor de todo o amor, logo Deus é o topo da cadeia hierárquica, e ame o próximo da mesma forma que a si, aqui a cadeia é horizontal pois todos os iniciados são dignos de amor.

Uma vez definidas as diferenças e similaridades entre dom, e caridade (amor e prática) veremos no próximo capítulo como essa lógica da doação pode se inserir no contexto literário. As economias do dom e da caridade de elites que competiam por prestígio se tornam campos férteis que impulsionam cada vez mais a produção de objetos únicos e valiosos, alimentando uma rede que de patrocínio²⁵⁰ criando assim uma demanda pela produção de livros, seja de literatura, religiosos ou de outro gênero, como bestiários.

²⁵⁰ DAVIS, op. cit., p. 941, apud CAVALLO, S., **Charity and Power in Early Modern Italy: Benefactors and Their Motives in Turin, 1541-1789**, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Capítulo 3 - *Volant Libri*²⁵¹

Foi também no século XII, a partir do contexto urbano, que explodiu um movimento intelectual cuja energia anteriormente se enclausurava nos mosteiros rurais e se limitava àqueles monges que diligentemente copiavam textos patrísticos e doutrinários e os liam em voz alta, e aos poucos monges que produziam textos e livros de sua própria reflexão espiritual. É neste século que este padrão seguido por séculos inicia um movimento de revolução e popularização das letras, onde cada vez mais pessoas terão acesso à educação letrada e conseqüentemente mais é produzido e consumido, gerando assim uma cultura literária.

Os intelectuais medievais não são uma exclusividade do século XII e XIII, não podemos ignorar a erudição e amplas contribuições de letrados anteriores como aqueles que fizeram parte das cortes carolíngias ou otonianas, ou mesmo as autoridades como Hrabanus Maurus, Agostinho, Isidoro de Sevilha, Gregório Magno, etc. No entanto, são nos séculos XII e XIII que vemos a proliferação e estruturação do intelectual enquanto classe. Anteriormente a estes séculos, e admitindo a tripartição das ordens feudais, *ordo*, em *bellatores*, *oratores* e *laboratores*²⁵², podemos situar os intelectuais na segunda classe pois sua função era, antes de ser reconhecido como parte da classe intelectual, ser um membro funcional do corpo eclesiástico, responsável por conduzir ritos e se preocupar com as tarefas de cunho sagrado. Durante os séculos XI e XII vemos as primeiras mudanças nas relações entre intelectualidade e função eclesiástica quando das grandes escolas episcopais de Chartres, Laon, Liège, Reims, Orleães e Notre Dame²⁵³ surgem nomes como Anselmo de Laon, Pedro Abelardo, Bernardo de Chartres, Gilberto de La Porrée e João de Salisbury. Anteriormente a estes, podemos identificar que seu desenvolvimento remete à mestres como Anselmo de Canterbury e a escola de Bec. As mudanças neste momento são principalmente de ordem filosófica, mutuamente incentivada e incentivadora do influxo de autores clássicos como Aristóteles, iniciando assim um rompimento com a filosofia tradicional patrística e platônica anteriormente adotada.

²⁵¹ Tradução: Livros voam. Frase de Bernardo de Clairvaux sobre a rápida transmissão de livros. JOHNSTON, Michael; VAN DUSSEN, Michael (Ed.). **The Medieval Manuscript Book**. Cambridge University Press, 2015, p.144.

²⁵² DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário medieval**. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

²⁵³ HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Santa Catarina: Livraria Danúbio, 2015, p.29.

Diferentes fontes citam Boécio (séc. VI) como o primeiro passo em direção à escolástica²⁵⁴. De fato, sua alcunha é tida como “o último romano e primeiro escolástico”²⁵⁵, assim nos permitindo afirmar que as passagens da Antiguidade ao feudalismo necessariamente perpassam por suas obras. Boécio tem sido considerado como um dos primeiros escolásticos por ser responsável por traduzir e comentar por completo o *Organon* de Aristóteles e iniciar o movimento de introdução do aristotelismo em união com a exegese cristã. A introdução de Aristóteles no século VI encontra uma tradição filosófica já amplamente difundida e estabelecida no pensamento cristão do Ocidente Medieval, o neoplatonismo. Agostinho (séc. V), que talvez tenha sido o maior nome da filosofia Patrística medieval e certamente está no rol de maiores pensadores da tradição cristã, foi amplamente influenciado por autores como Cícero (séc. I), Quintiliano (séc. I), Platão e Plotino assim como seu mestre, Santo Ambrósio, o foi por Orígenes²⁵⁶. Agostinho chega a admitir que é a doutrina de Platão que “estava mais em conformidade com a revelação cristã”²⁵⁷. Etienne Gilson afirma que:

Quanto mais se estuda a Idade Média, mais se nota o polimorfismo da influência platônica. Platão mesmo não está em lugar nenhum, mas o platonismo, por toda parte. digamos, antes, que há platonismos por toda parte: o de Dionísio, o Areopagita, e de Máximo, o Confessor, que passa por Escoto Erígena e cuja presença acabamos de perceber em Bernardo de Chartres; o de santo Agostinho, que domina o pensamento de santo Anselmo; o de Boécio, que comanda a obra de Gilberto de la Porrée.²⁵⁸

De fato, é a doutrina platônica que domina o cenário filosófico e teológico do início do medievo até o século XII, doutrina esta que deve sua propagação e desenvolvimento neoplatônico, em geral, graças à alguns Pais da Igreja reconhecidos como autoridades, *auctoritas*. É apenas nas escolas, como Chartres, durante o século XII que os textos diretos de Platão encontram seu auge e são amplamente comentados²⁵⁹ (em contrapartida sua influência indireta é sentida desde o início do período medieval), e assim “John [de Salisbury] também registra como Bernard [de Chartres] comentou sobre

²⁵⁴ Em particular em: REALE, Giovanni; ANTÍSERI, Darío. **História da filosofia**: Patrística e Escolástica, v. II, (Trad. Ivo Storniolo), São Paulo: Paulus, 2003; LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo I. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 465; e GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**, (trad. Eduardo Brandão), São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 204.

²⁵⁵ REALE, Giovanni; ANTÍSERI, Darío. **História da filosofia**: Patrística e Escolástica, v. II, (Trad. Ivo Storniolo), São Paulo: Paulus, 2003, p. 130.

²⁵⁶ GILSON, op. cit., p. 204.

²⁵⁷ DA COSTA NUNES, Ruy Afonso. *Platonismo e Aristotelismo no século XII* (I). **Revista de História**, v. 37, n. 75, 1968, p. 35.

²⁵⁸ GILSON, op. cit., p. 326.

²⁵⁹ AERTSEN, Jan A. *Platonism*. IN: PASNAU, Robert (org.). **The Cambridge History of Medieval Philosophy** v. 1, 2011, p. 77.

os clássicos latinos, extraindo seus ensinamentos morais e o homenageia como o principal platônico de seu tempo”²⁶⁰. O resgate de obras clássicas encontra sua máxima na amplamente citada frase de Bernardo de Chartres que diz “Somos anões sentados nos ombros de gigantes. Portanto, vemos mais coisas que os antigos e mais distante, não pela penetração de nossa própria vista ou pela elevação de nossa estatura, mas porque eles nos erguem e nos alteiam de toda sua gigantesca altura”²⁶¹.

Apesar de ter sido no século XII que Platão encontra seu ápice, foi também neste século que se intensificaram os estudos das traduções de Aristóteles feitas por Boécio, à qual se uniram as traduções das obras completas de Aristóteles trazidas do Oriente e as influências aristotélicas em textos Orientais como de Averróis e Avicena. No entanto, o influxo de obras não explica a transição do platonismo para o aristotelismo, talvez, visto pelo caminho inverso, devemos considerar que o influxo é o resultado de uma mudança muito mais profunda, como Jan Aertsen diz:

A ciência da natureza Platônica foi suplantada pela física de Aristóteles no século treze. A virada de Platão para Aristóteles, que se tornou “O Filósofo” neste século, é um dos desenvolvimentos mais notáveis na filosofia medieval. A mudança não pode ser compreendida apenas como o resultado de fatores externos, como textos se tornando disponíveis através da tradução. A razão essencial deve ser buscada em uma reorientação fundamental na vida intelectual em direção a um novo modelo de racionalidade científica, que era melhor atendido pelo Aristotelismo.²⁶²

Apesar de sermos um tanto quanto cautelosos ao utilizar a palavra “científica” em um contexto medieval, este novo modelo de intelectualidade que foi melhor atendido por Aristóteles era a Escolástica, cujos prelúdios vemos em João Escoto Erígena²⁶³, Anselmo de Canterbury (ou Aosta) e Pedro Abelardo. Santo Anselmo (santificado em 1163),

²⁶⁰ Original: “John [de Salisbury] also records how Bernard [de Chartres] commented on the Latin classics, drawing out their moral teaching and he commemorates him as the leading Platonist of his time.”. Trad. Própria. MARENBNON, John. *The Twelfth Century*. IN: MARENBNON, John. **Routledge History of Philosophy medieval philosophy**. v. III, p. 154.

²⁶¹ João de Salisbury citando Bernard de Chartres. GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**, (trad. Eduardo Brandão), São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 315.

²⁶² Trad. própria: “The Platonic science of nature was supplanted by Aristotle’s physics in the thirteenth century. The turn from Plato to Aristotle, who became “The Philosopher” in this century, is one of the most remarkable developments in medieval philosophy. The change cannot be understood merely as the result of external factors, such as the texts becoming available in translation. The essential reason must rather be sought in a fundamental reorientation in intellectual life toward a new model of scientific rationality, which was better met by Aristotelianism.”. AERTSEN, Jan A. *Platonism*. IN: PASNAU, Robert (org.). **The Cambridge History of Medieval Philosophy** v. 1, 2011, p. 78.

²⁶³ Viveu durante o século IX e pré-estabeleceu a importância da razão como método, *ratio*, e da possibilidade da relação entre razão e fé através da teologia. ANTÍSERI, Darío. **História da filosofia: Patrística e Escolástica**, v. II., (Trad. Ivo Storniolo), São Paulo: Paulus, 2003, p. 138.

dispondo ainda da obra incompleta de Aristóteles²⁶⁴, deu os primeiros passos para uma nova relação entre cristianismo e filosofia em Bec ao teorizar a relação entre fé e razão, onde a fé é **necessária** para compreender a realidade através da razão, sendo assim a razão submetida à fé e à doutrina cristã, *credo ut intelligam*. O argumento ontológico da existência de Deus é o auge de seu pensamento, onde prova para um crente²⁶⁵ a existência de Deus através da razão, é o uso da dialética pura²⁶⁶.

Posteriormente, o aprofundamento filosófico patrístico e clássico das escolas catedráticas francesas culminam na filosofia escolástica, cujo “ato fundador dessa nova orientação pode ser encontrado no *Sic et Non*, de Abelardo, cujo prólogo mostra que a doutrina cristã transmitida pelos Pais parece em geral obscura, contraditória [...]”²⁶⁷. Pedro Abelardo, um dos maiores filósofos e teólogos da Idade Média, desenvolve uma metodologia de inquérito baseada em Aristóteles (ainda que tivesse apenas acesso ao *Organon*) e comentaristas do filósofo, como Boécio, Escoto de Erígena e autores árabes como Averróis. Abelardo estimula assim a construção do conhecimento através da racionalidade da pesquisa²⁶⁸, chegando ao ponto de comentar Boécio e “[...] longe de se deixar conquistar pelas tendências platônicas dos mesmos [trabalhos de Boécio], corrigem os cientemente no sentido que crê ser o verdadeiro pensamento de Aristóteles”²⁶⁹. Apesar de ter sido amplamente controverso durante sua época e ter colecionado inimigos, como Bernardo de Clairvaux, em razão de suas contestações e visões sobre a trindade ou seu relacionamento com a jovem intelectual Heloísa, é inegável que suas contribuições criaram uma base indispensável para o desenvolvimento da lógica e metodologia aristotélica no Ocidente medieval que, ao acessar outras obras de Aristóteles como Física, puderam aprofundar-se no aristotelismo.

Esta nova concepção filosófica abala o sistema de *ordo* das classes medievais uma vez que é a escolástica o instrumento de uma nova ocupação, o novo intelectual dos séculos XII e XIII aos poucos busca se afastar de suas funções como *orator* e se aproxima

²⁶⁴ GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**, (trad. Eduardo Brandão), São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 293.

²⁶⁵ Este adendo é especialmente significativo uma vez que é resultado das críticas feitas por um monge chamado Gaunilon e, posteriormente por Tomás de Aquino. Ver: REALE, Giovanni; ANTÍSERI, Dario. **História da filosofia: Patrística e Escolástica**, v. II., (Trad. Ivo Storniolo), São Paulo: Paulus, 2003, p. 154.

²⁶⁶ GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**, (trad. Eduardo Brandão), São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 298.

²⁶⁷ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo I. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 467.

²⁶⁸ REALE, Giovanni; ANTÍSERI, Dario, op. cit., p. 163.

²⁶⁹ GILSON, op. cit., p. 344.

cada vez mais dos *laboratores* pois se torna um produtor, um artesão uma vez que estes “Vendem sua ciência e seu ensinamento como os artesãos vendem seus produtos”²⁷⁰.

[...] a terceira função é um “resto” apto a acolher grupos tão diversos como os agricultores da Alta Idade Média e, a partir dos séculos XI e XII, os diferentes componentes das classes urbanas [...] constituído de burgueses, mercadores e múltiplos grupos e subgrupos nascidos do desenvolvimento das cidades, é um lugar de indeterminações socialmente fecundas [...] que vêm com frequência perturbar as hierarquias ideias elaboradas pelos clérigos.²⁷¹

A escolástica, a qual podemos apontar como um dos mais importantes instrumentos do intelectual medieval, foi auxiliada por um grande esforço em traduzir obras que vinham de bibliotecas árabes. Os tradutores foram os primeiros na linha de frente para a revolução intelectual do século XII e XIII, onde muitos localizavam-se nos limites do Ocidente, como Sicília, Espanha e Itália, nos quais os contatos entre árabes e ocidentais eram frequentes, mas também aproveitavam-se dos comércios de longa distância que facilitavam a propagação de tais livros árabes. O esforço de tradutores normalmente eram direcionados à livros “científicos”, tratados clássicos, comentários e obras árabes originais chegavam às bibliotecas monacais por sua demanda, mas os tradutores também eram empregados como soldados em uma guerra intelectual na qual o cristianismo se empenhava em conhecer seu inimigo, o Islã, para combatê-lo, como é o caso da tradução do Alcorão feita por Pedro, o Venerável em 1142²⁷². Outros nomes foram igualmente responsáveis por apostar em grandes empreendimentos de tradução, como é o caso de Adelardo de Bath, um dos mais importantes intermediários entre Ocidente e Oriente, sendo responsável por introduzir parte do conhecimento árabe na Europa²⁷³, Constantino, o Africano²⁷⁴, Tiago de Veneza, Hermann, o Dálmata, Gerardo de Cremona, etc²⁷⁵.

As obras traduzidas foram amplamente utilizadas nas universidades. Nos cursos de medicina, lideradas pelas universidades de Montpellier²⁷⁶ e Salerno²⁷⁷, eram utilizados

²⁷⁰ LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p. 125.

²⁷¹ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo II. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 352.

²⁷² LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p. 40.

²⁷³ GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**, (trad. Eduardo Brandão), São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 358.

²⁷⁴ COTTS, John D. **Europe's long twelfth century: order, anxiety and adaptation, 1095-1229**. Macmillan International Higher Education, 2013, p.154.

²⁷⁵ LE GOFF, op. cit., p. 40.

²⁷⁶ DEMAITRE, Luke. *Theory and practice in medical education at the University of Montpellier in the thirteenth and fourteenth centuries*. **Journal of the history of medicine and allied sciences**, v. 30, n. 2, 1975, p. 105.

²⁷⁷ COTTS, op. cit., loc. cit.

clássicos como *Ars Medicinae*, uma compilação de Constantino, o Africano, que era composta por obras de Galeno e Hipócrates²⁷⁸, mais tarde, no século XIII, temos a presença de nomes árabes como Avicena, Rasis, Averróis²⁷⁹. Nas faculdades de Teologia, encabeçadas pelas universidades de Paris e Oxford, via-se uma dominação das obras de Aristóteles: *Physica, de Anima, de Generatione, Corruptione Animalium*²⁸⁰ que resistiram até mesmo as proibições de 1210. Outras obras de Aristóteles aos poucos chegaram ao Ocidente, como *Historia Animalium*. Steven Marrone diz que “A cosmovisão platônica moldou a maioria das abordagens da natureza na Europa Ocidental no século XII”²⁸¹, a partir do século XIII no entanto “[...] se inspirarão em Aristóteles para interpretar a ordem do sensível e em Platão para interpretar a ordem do divino.”²⁸².

Outra ferramenta do intelectual medieval eram os livros. O livro era o mediador entre indivíduo e saber, era através dele que a cultura Ocidental se conservava. Objeto cultural de grande valor material e imaterial que retêm sua importância mesmo após séculos após sua produção. Os livros medievais, escritos à mão e resultado de um longo processo de fabricação, eram os repositórios culturais de sociedades que transitavam entre o oral e o escrito, que por vezes, durante períodos de estímulo cultural como o período carolíngio, eram elaborados em abundância, e em períodos de estiagem preservavam o conhecimento previamente elaborado. Sua preservação não recai apenas no destino, como talvez tenha sido o caso de um ou outro objeto, mas é responsabilidade humana. Cada códice, rolo, papiro medieval foi cuidado e selecionado por indivíduos ou instituições que prezavam por sua preservação, seja por sua importância cultural, política ou por seu conteúdo. Dessa forma foi redescoberto o *Digesto* de Justiniano no século XI, por volta de 1070 na Bolonha, que, em pouco tempo, se tornou a base do estudo legal medieval a partir da lei romana. Similarmente, certos manuscritos cuja relevância para estes mesmo indivíduos ou instituições era mínima, seu interesse por sua preservação seguia o mesmo fluxo e assim se perdiam algumas obras.

O processo para se produzir um livro era complexo e demorado, por tal razão foi durante muito tempo um objeto caro, de elite. A pele utilizada na confecção de

²⁷⁸ LE GOFF, op. cit., p. 106.

²⁷⁹ DEMAITRE, op. cit., loc. cit.

²⁸⁰ RASHDALL, Hastings. **The universities of Europe in the middle ages**. Clarendon Press, 1895, p. 153

²⁸¹ Trad. própria: “Platonic worldview did shape most approaches to nature in western Europe in the twelfth century.”. MARRONE, Steven P. *Medieval Philosophy in Context*. IN: MCGRADY, A. S. **Cambridge Companion to Medieval Philosophy**, Cambridge, 2003, p. 26.

²⁸² GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**, (trad. Eduardo Brandão), São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 361.

manuscritos era retirada de animais, normalmente ovelhas, que em si já eram caros para manter. Após a retirada da pele, ela era lavada com água e cal, e então processada através da raspagem com facas específicas, *lunellum*, e pedras pomes, *pumices*, para eliminar as partes irregulares e os pelos. Após limpar novamente e secar a pele, ela era raspada novamente com *pomices* para deixá-la fina e suave e assim cortada para atingir o tamanho desejado. Quanto mais fina e branca era a pele, melhor seria a qualidade do manuscrito e, conseqüentemente, mais caro seria o custo de produção²⁸³. Animais novos eram excelentes fontes de peles de alta qualidade, mas sua extração requer o abatimento prematuro do animal, limitando assim os outros recursos, como carne, que poderiam ser retirados. Durante o período medieval vemos que documentos que não eram preservados poderiam ter um outro destino, onde os manuscritos eram reutilizados, raspados novamente para que perdessem seu texto antigo e reutilizados, palimpsestos, recortados para servirem como capas de proteção para novos manuscritos ou até mesmo obras impressas, *endbands* ou *flyleaves*.

Obviamente, perdas extraordinárias ocorriam, como quando livros eram destruídos durante um cerco ou quando eram pilhados por saqueadores. Poderiam ser alvo de perseguições, como foram livros de Abelardo sobre a Trindade, acusados de heresia. Vemos que essas extraordinariedades persistem em ocorrer até mesmo na contemporaneidade, como o foi durante a Segunda Guerra Mundial. Livros não são simples objetos culturais, são objetos políticos, sociais, repositórios móveis de identidade (individual ou de grupo) que podem tanto ser utilizados para se defender ou atacar. Com suas devidas especificidades, essas generalidades a respeito do papel do livro não eram diferentes no medievo, o livro era o instrumento do intelectual artesão e a arma do soldado intelectual.

Os Dominicanos, por exemplo, renunciavam todos os bens materiais, menos os livros, que eram utilizados como armas contra a heresia. Os livros e manuscritos também eram os instrumentos de notários e escribas que produziam, a depender do lugar e época, uma quantia considerável de material escrito. Após a vitória do *codex* sobre o *rotulus* (*rolls*) no início da era cristã²⁸⁴, ainda que utilizado para algumas atividades como mostram os *rolls* dos reis da Inglaterra, o livro no período medieval vê uma nova transformação quando, no século XIII, a grande demanda por parte dos alunos das

²⁸³ BENTON, Janetta Rebold. **Materials, methods, and masterpieces of medieval art**. ABC-CLIO, 2009, p. 3.

²⁸⁴ BENTON, Janetta Rebold. **Materials, methods, and masterpieces of medieval art**. ABC-CLIO, 2009, p. 2.

universidades, visto que deveriam comentar e glossar textos, cria um novo formato que secciona os livros em partes²⁸⁵, e eram escritos de forma simples e em pergaminhos de baixa qualidade para baratear o custo de produção e se tornarem assim acessíveis para os alunos. Le Goff aponta que esta mudança do livro ocorrida no século XIII “Marca o triunfo de uma nova forma e de um novo uso do livro: este deixa de ser, como antes, um livro-objeto, um livro-tesouro, que não foi escrito para ser lido, com os mestres da escolástica e seus alunos, torna-se de modo dutável um livro-instrumento”²⁸⁶.

Podemos também apontar a escolástica como a ferramenta mental do intelectual medieval, era a escolástica que proporcionava ao intelectual seu método e a lógica atrelada ao seu ofício. Escolástica era também “[...] o magistério de um corpo profissional que se apoia sobre o estatuto sancionado pelo papa e se compõe de mestres encarregados de comentar textos consagrados que têm autoridade.”²⁸⁷ uma vez que remetia à organização escolar (daí vem o nome escolástica) de onde surge. No entanto, a escolástica enquanto instrumento pode ser sumarizada em seu conceito pois “Se há uma unidade da escolástica, ela reside inteiramente no método, na invariabilidade das regras e das técnicas que o escolástico observa quando comenta os textos canônicos.”²⁸⁸.

Le Goff diz que “É do *Organon* que a escolástica retira a técnica lógico-linguística que lhe permite organizar seus comentários”²⁸⁹, logo, podemos apontar para a escolástica como a responsável pela metodologia epistemológica do Ocidente. A palavra utilizada, “sumarizar”, em si faz uma referência direta ao poder da escolástica pois deriva de *summae*, resumo ou circunstância principal²⁹⁰, que define o modelo característico da escolástica, a *summa*. A *summa* foi “inicialmente empregado pelos juristas como título de livro, passou a significar ‘breve sumário’ [...] e, em seguida, exposição exaustiva e sistemática, assumindo sua acepção atual apenas por volta do final do século XII”²⁹¹. Este modelo de livro foi amplamente reproduzido durante a predominância escolástica dos intelectuais medievais, e representava o ápice do método escolástico. Diversas *summaes*

²⁸⁵ Esta prática ainda é amplamente reproduzida nas universidades através da cópia de capítulos de livros.

²⁸⁶ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo I. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 413.

²⁸⁷ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo I. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 412.

²⁸⁸ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude, op. cit., p. 416.

²⁸⁹ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude op. cit., loc. cit.

²⁹⁰ DA SILVA, Amós Coêlho; MONTAGNER, Aírto Ceolin. **Dicionário latino-português**, Ed. Vozes: Petrópolis, 2005, p. 465.

²⁹¹ PANOFKY, Erwin. **Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média**. Martins Fontes, 2001, p. 5-6.

foram produzidas, como a *Summa Theologica*²⁹² de Tomás de Aquino, *Summa Logicae* de Guilherme de Ockham²⁹³ e *Summa Zoologica* de Alberto Magno²⁹⁴. As *summas* eram, de acordo com o Enciclopédia Filosófica da Universidade de Stanford um:

[...] método de confrontar problemas ou questões individuais. [...] a obra se encaixa na forma de *summa* em seu arranjo sistemático de tópicos e sua tentativa de incluir todos os argumentos possíveis para uma determinada posição e se opondo seu contrário [...] a *summa* se mantém uma forma para a organização sistemática de toda uma área de estudo, embora muitas vezes se torne um resumo, uma coleção de respostas, um manual no qual procurar respostas para perguntas específicas, em vez de uma série de perguntas.²⁹⁵

Este arranjo sistemático de tópicos era para Panofsky a *manifestatio*, explicação ou classificação, é o que o autor chama de primeiro “princípio organizador da escolástica em sua fase inicial e apogeu”²⁹⁶ (1130-1270). A *manifestatio* tem como princípio final explicar a fé pela razão. De acordo com Tomás de Aquino, “A Santa Doutrina utiliza o intelecto humano não para comprovar a fé, mas explicitar o que é exposto por aquela doutrina além da fé.”²⁹⁷. Logo, a explicação da fé pela razão não produz provas do que vem da fé, mas explica a doutrina e clarifica os mistérios da fé. Esta forma de explicação e explicitação causal, que é aristotélica, exige uma linguagem organizada dos processos mentais que explicam a fé e que, de acordo com Panofsky, tiveram seu apogeu com as previamente citadas *summae*, que exigiam:

[...] completude (enumeração); ordenamento segundo um sistema de partes equivalentes e partes de partes (estruturação); clareza e força probatória (relação de reciprocidade). Tudo isso ainda foi incrementado pela exigência relativa de expressão literária análoga às *similitudines* de Tomás de Aquino [explicitações de caráter analógico]: escolhas de palavras sugestivas; *parallelismus membrorum*; e rima. [...] desses dois últimos recursos estilísticos — ambos de sentido tanto artístico como mnemônico.²⁹⁸

²⁹² AQUINAS, Thomas. **Summa theologica**. Benzinger Brothers, 1702.

²⁹³ DE OCKHAM, Guilelmus; BOEHNER, Philotheus. **Summa logicae**. Franciscan Institute, 1954.

²⁹⁴ MAGNUS, Albertus. *On Animals: A Medieval Summa Zoologica*. 1999.

²⁹⁵ Trad. própria: [...] method of confronting individual problems or questions. [...] the work fits the *summa* form in its systematic arrangement of topics and its attempt to include all possible arguments for a given position and against its contrary[...] the *summa* remains a form for the systematic organization of an entire area of study, though often it becomes a summary, a collection of answers, a manual in which to look up answers to particular questions rather than a series of questions. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/medieval-literary/#Sum>>.

²⁹⁶ PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média**. Martins Fontes, 2001, p. 20.

²⁹⁷ PANOFSKY, op. cit., p. 19, apud Tomás de Aquino qu. 2, art .2 , c.

²⁹⁸ PANOFSKY, op. cit, p. 21-22.

Portanto, as *summas*²⁹⁹ demonstram ser o exemplo máximo de uma sistematização e organização do conhecimento. De acordo com o autor não se fazia este ordenamento sistemático antes da escolástica³⁰⁰ e foi apenas no século XIII que os grandes tratados começaram a ser organizados segundo um plano global. Uma vez que esta forma de sistematização definia o método escolástico, surge então uma preocupação pela clareza da razão que enfim resulta na criação de um *hábito mental*³⁰¹ que permeia a prática intelectual daqueles que são influenciados pela escolástica, em especial os intelectuais saídos das grandes universidades, como Paris.

São Bernardo disse “Fugi do ambiente da Babilônia, fugi e salvai vossas almas. [...] Encontrarás bem mais nas florestas do que nos livros. Os bosques e as pedras ensinar-te-ão mais do que qualquer livro”³⁰² em dura crítica ao ambiente das cidades e das universidades, ressoando na imponente voz de Bernardo um sentimento que encontrava respaldo em alguns indivíduos que rejeitavam a novo desenvolvimento urbano universitário. Essas críticas se baseavam na rejeição às cidades, que poderiam ser vistas como antros de pecado. Independente das críticas, a universidade triunfa enquanto instituição e é sua educação institucional que equipa os intelectuais com o referido capital cultural, que neste caso podemos chamar também de capital intelectual. Este capital intelectual será necessário para decodificar e estabelecer relações sociais dentro do *champ* da intelectualidade que, neste momento, era dominada pela escolástica.

Já no século XII e XIII inicia-se o processo de separação das obras influentes em duas correntes, observa-se tal divisão no apontamento de João de Salisbury que afirmava que “[...] os lógicos de sua época, os quais tinham um conhecimento superficial de literatura”³⁰³ e portanto “[...] já no século XIII, os estudos literários desapareceram do currículo das universidades completamente”³⁰⁴ quando entraram em choque com a escolástica que dava muito mais atenção à retórica e lógica. No entanto, há de se esperar que os clássicos continuaram a ser utilizados como instrumentos pedagógicos fora do círculo universitário, possivelmente na educação básica gramatical.

²⁹⁹ Outras formas de organização epistemológica também foram importantes durante o medievo, como as *sentenças* cujo maior exemplo são as Sentenças de Pedro Lombardo, mas são, até o ápice da escolástica, as *summae* o auge da sistematização do conhecimento.

³⁰⁰ PANOFISKY, op. cit., p. 22.

³⁰¹ PANOFISKY, op. cit., p. 25.

³⁰² LE GOFF, Jacques. Os intelectuais na idade média. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p. 44-45.

³⁰³ HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Santa Catarina: Livraria Danúbio, 2015, p. 47.

³⁰⁴ HASKINS, op. cit., loc. cit.

A literatura medieval também deve parte de sua existência aos textos vindos do Oriente, em especial os árabes, que tiveram grande impacto sobre as noções de amor³⁰⁵, seguindo a mesma linha que a cultura literária erudita das universidades que mais tarde desembocam na escolástica. Neste momento presume-se que há uma divisão entre o que é lido nas universidades e o que é produzido para as cortes, local que a escolástica não tocava. De forma contrária a este pensamento, Sarah Kay em *Courtly Contradictions*³⁰⁶ nos mostra que havia uma profunda interação entre a cultura cortesã, a lógica, e o pensamento religioso de sentido teológico na segunda metade do século XII. No entanto, as inspirações de escritores medievais eram variadas, incluindo mesmo textos escolásticos como enciclopédias e textos aristotélicos *per se*. Não é coincidência que em 1277 o tratado de André Capellano *De Amore*, que influenciou a criação de *Le Chevalier de la Charrette* de Chrétien de Troyes no círculo de Maria de Champanhe³⁰⁷, foi banido junto com alguns tratados de Aristóteles na Condenação de 1277³⁰⁸.

Os clássicos também influenciaram o movimento da literatura medieval, em especial na forma. Segismundo Spina classifica a literatura medieval em três categorias, empenhada, semi-empenhada e ficção³⁰⁹ e, apesar dos termos *umbrella*³¹⁰, podemos observar uma clara influência clássica no que Spina chama de ficção, que é o que também podemos chamar de literatura cortês. Estas literaturas laicas existiam anteriormente às influências clássicas tomadas no século XII e XIII, existiam sobretudo na forma versificada, poética, e representavam tradições literárias locais de textualização de histórias orais.

A literatura chamada de empenhada é caracterizada pelas literaturas de cunho religioso, onde o objetivo didático, moral e edificante dita o tom da obra. São exemplos desta categoria hagiografias, poemas sacros, lapidários e bestiários³¹¹. As semi empenhadas são caracterizadas pelo autor como um conjunto de obras de “moral profana”, como a poesia goliarda, alegórica (*Roman de la Rose*) e *fablieux*. Por último, temos a categoria de ficção, que abarca as *chanson de gesta*, romance cortês, etc. Esta

³⁰⁵ GALLOWAY, Andrew. **Medieval Literature and Culture**. Continuum, 2006, p. 126.

³⁰⁶ KAY, Sarah. **Courtly Contradictions: The Emergence of the Literary Object in the Twelfth Century**. Stanford University Press, 2001.

³⁰⁷ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo I. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 60.

³⁰⁸ ROBERTSON, Kellie. **Nature Speaks: Medieval Literature and Aristotelian Philosophy**. University of Pennsylvania Press, 2017, p. 2.

³⁰⁹ SPINA, Segismundo. **A cultura literária medieval: uma introdução**. Atelie Editorial, 1997.

³¹⁰ Após o desenvolvimento do estudo das formas literárias medievais, os termos se tornaram mais generalizantes e perderam parte de sua eficácia classificatória.

³¹¹ SPINA, op. cit., pp. 20-21.

última categoria pode ser identificada como contendo um *corpus* que corresponde, em geral, à uma literatura resultante da crescente demanda das cortes por literatura.

Os textos consumidos pela corte não se limitavam à textos literários, mas consistiam de uma gama de obras que poderiam ser, considerando as categorias a Spina, empenhadas, semi-empenhadas ou ficção. Vemos, por exemplo, que houve uma grande produção, e conseqüentemente consumo, de textos religiosos-devocionais como Livros de Horas. O inventário de livros em vernáculo (neste caso francês) presente na corte de William III, conde de Hainault no início do século XIV acusa a presença de um grande número de romances (Lancelot, Merlin, Garin le Loherain, etc), o que já era de se esperar visto que a lista é do século XIV, romances históricos (romanos, Atena), livro de canções, pedaço da Bíblia, etc. O que nos chama a atenção é a existência de um “livreto da natureza dos pássaros preço—30s”³¹² que podemos imediatamente relacionar com o conhecido Livro das Aves, parente bastante próximo dos bestiários. Andrea Navarro aponta também haver uma profunda conexão entre a corte e livros didáticos.

A este respeito, entre os séculos XIII e XV encontramos, na esfera castelhana, uma grande variedade de literatura didática, entre as quais se destacam os tratados sobre a educação dos príncipes, encomendados por iniciativa de reis e rainhas, para seus filhos herdeiros do trono. Tais obras constituíram um legado fundamental de sabedoria, doutrina e moral para aqueles que tiveram que ser formados no exercício do “bom governo” de seus reinos.³¹³

É necessário compreender que a corte medieval era um grande centro literário cuja gravidade puxava para si e estimulava em especial a produção de literatura, mas esta estava longe de ser a única opção. Outros textos eram também relevantes pois dialogavam com demandas sócio-culturais da elite medieval, textos estes que poderiam influenciar ou ser influenciados pela escolástica universitária ou mesmo por romances. Kellie Robertson, citando C. S. Lewis afirma que o autor

descreve os tipos de conhecimento natural de que os escritores medievais regularmente se valeram: teoria clássica dos sonhos; os modelos cosmológicos dos neoplatonistas chartrianos; Entendimentos boethianos da providência;

³¹² Original: *livret des natures des oisiauls prisiet—30s.*”. Trad. Própria. VALE, Malcolm. **Medieval Courts and Culture in North-West Europe, 1270-1380**, 2001, p. 369.

³¹³ Original: “A propósito de ello, entre los siglos XIII y XV encontramos, en el ámbito castellano, una amplia variedad de literatura didáctica entre la que resaltan los tratados de educación de príncipes, encargados por iniciativa de reyes y reinas para sus hijos herederos al trono. Tales obras han constituido un legado sapiencial, doctrinal y moral fundamental para quienes debían formarse en el ejercicio del “buen gobierno” de sus reinos.”. Trad. Própria. NAVARRO, Andrea. *Educación al príncipe y edificación de los grupos de poder de la casa, la corte y el reino de Castilla, siglos XIII-XV*. IN: GUIANCE, Ariel (ed.) **Cultura Letrada e Identidades Sociales en el Mundo Medieval Siglos IV-XV**. IMHICIHU-CONICET: Buenos Aires, 2019, p. 202.

bestiários e lapidários; Relatos aristotélicos da alma partitiva e do corpo em que estava alojada; e a estrutura acadêmica das sete artes liberais, que tentou costurar essas ciencias díspares.³¹⁴

Novamente, vemos que as literaturas se misturam, seria um erro nosso separar tão abruptamente obras que, ainda que com grandes diferenças, influenciaram-se mutuamente atestando à uma circularidade de idéias no Ocidente medieval. Até mesmo Jacques Le Goff em uma nota apologética no prefácio de *Os Intelectuais da Idade Média* diz que

Talvez eu não tenha tido razão em descartar os vulgarizadores, os compiladores, os enciclopedistas porque, passando pelas universidades, eles difundiram o material bruto da pesquisa e do ensinamento escolástico [...]. É absolutamente necessário que entendamos que as variadas literaturas compunham um quadro multifacetado que era abordado por diferentes vertentes da cultura letrada.³¹⁵

Os bestiários, foco de nosso estudo, são apontados diversas vezes como fontes para escritores e poetas medievais, como indicado por Spina e Lewis. Apesar de ambos autores citados terem escrito suas obras há algum tempo, Spina em 1973 e Lewis em 1964, e possivelmente terem sido influenciado pelas obras de Georges Druce, O. E. Saunders, M. D. Anderson e Arthur H. Collins, como visto no primeiro capítulos, vemos que trabalhos recentes sobre literatura medieval recorrentemente citam a influência dos bestiários sobre a literatura, como vemos abaixo.

O companheiro leonino de Yvain sai da tradição bestiário, tradições bíblicas e clássicas³¹⁶

Em outra analogia, novamente com base na tradição do bestiário, Ricardo II é representado como uma perdiz, que se apropria do ninho e dos ovos de outro, e Henrique IV como a verdadeira mãe para quem os filhotes retornam quando estão emplumados e fortes (III. 37- 61): eles agem de acordo com 'kynde' e rejeitam o intruso (Barr 1992).³¹⁷

³¹⁴ Original: “[...] outlines the types of natural knowledge that medieval writers regularly availed themselves of: classical dream theory; the cosmological models of the Chartrian Neoplatonists; Boethian understandings of providence; bestiaries and lapidaries; Aristotelian accounts of the partitive soul and the body in which it was housed; and the academic framework of the seven liberal arts, which attempted to stitch together these disparate scientiae.”. Trad. Própria. ROBERTSON, Kellie. **Nature Speaks: Medieval Literature and Aristotelian Philosophy**. University of Pennsylvania Press, 2017, p. 9.

³¹⁵ LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p. 12.

³¹⁶ Original: “Yvain’s leonine companion steps out of bestiary lore, biblical and classical traditions.”. Trad. Própria. BRUCKNER, Matilda T. *Chretien de Troyes*. IN: GAUNT, Simon; KAY, Sarah (Ed.). **The Cambridge Companion to Medieval French Literature**. Cambridge University Press, 2008, p. 87.

³¹⁷ Original: “In another analogy, again based on bestiary lore, Richard II is represented as a partridge, who appropriates the nest and eggs of another, and Henry IV as the true mother to whom the chicks return when they are fledged and strong (III. 37–61): they act according to ‘kynde’ and reject the interloper (Barr 1992).” Trad. Própria. SCATTERGOOD, John. *Alliterative Poetry and Politics*. IN: SAUNDERS, Corinne (Ed.). **A Companion to Medieval Poetry**. John Wiley & Sons, 2010, p. 327.

O público, como Elizabeth Bryan observou, é convidado a "ver Arthur simultaneamente como um dos sentados na Távola Redonda e como a própria mesa, nutrindo os contadores de histórias que se sentam nela" (Bryan 1992: 34). Nesta imagem análoga à do Pelicano em sua Piedade do Bestiário e evocando o sacramento da Eucaristia, a narrativa sugere paralelos entre Artur e Cristo.³¹⁸

[...] o animal no Parlamento vai além do arrasto comum das aves esopianas e do mundo exemplar familiar do bestiário medieval, enquanto, como os críticos notaram, se baseia fortemente nas convenções de cada um.³¹⁹

O número de citações a respeito da influência dos bestiários na literatura cortesã não surpreende. As quatro versões vernáculas do bestiário, Bestiário de Philippe de Thaon (séc. XII, para Adelise de Louvain [1103-1151]), de Gervaise (início do séc. XIII), de Guillaume le Clerc (início do séc. XIII) e de Beauvais (início do séc. XIII) cujas cópias sobreviventes totalizam mais de 50³²⁰, aparentemente foram populares nas cortes, assim como outras versões como o *Bestiaire d'Amour* de Ricardo Fournival do século XIII que tratava, num sistema similar ao bestiário, do amor cortês. As versões vernáculas, tanto em prosa quanto verso, tinham como base as versões latinas do *Physiologus*, bestiários, *Dicta Chrysostomi* e *Thebaldi*, cujo caráter inicialmente didático pode ter colocado não apenas os poetas em contato com as versões latinas, mas também o público cortês cuja educação básica certamente pode ter disposto de bestiários.

Relativo ao público desses textos, também é relevante tratar da forma como eram consumidos os textos, e não apenas o que era consumido. Os textos literários medievais eram, em um primeiro momento, lidos em voz alta, ou seja, eram performances públicas que constituíam diversas camadas de significação. A sobreposição de diferentes estratos significantes como gestos, modulação de voz, acentuação, roupas, cores, cheiros, etc, faziam parte da experiência da performance oral da leitura pública. Joachim Bumke nos lembra que Mark Chinca e Christopher Young que afirmam que “[...] na performance oral a voz não é o único canal de comunicação, mas vem acompanhada de expressão facial,

³¹⁸ Original: The audience, as Elizabeth Bryan has remarked, is asked ‘to see Arthur simultaneously as one of those seated at the Round Table and as the table itself, nourishing storytellers who sit at it’ (Bryan 1992: 34). In this image analogous to that of the Pelican in its Piety from The Bestiary and calling to mind the sacrament of the Eucharist, the narrative hints at parallels between Arthur and Christ.”. Trad. Própria. SAUNDERS, Corinne (Ed.). **A Companion to Medieval Poetry**. John Wiley & Sons, 2010, p. 231.

³¹⁹ Original: “[...] the animal in the Parliament goes beyond both the usual Aesopian avian drag and the familiar exemplary world of the medieval bestiary, while, as critics have noted, drawing heavily on the conventions of each.”. Trad. Própria. ROBERTSON, Kellie. **Nature Speaks: Medieval Literature and Aristotelian Philosophy**. University of Pennsylvania Press, 2017, p. 242.

³²⁰ CLARK, Willene B. **A medieval book of beasts: the second-family bestiary: commentary, art, text and translation**. Boydell press, 2006, p. 13.

gesto e postura [...]”³²¹, Bumke mesmo afirma que “[...] a literatura cortês era um acontecimento social, e seu propósito reside na criação e confirmação de um senso de comunidade”³²². A oralidade performática era responsável pela transmissão de tradições literárias entre as cortes européias medievais, pois o poema era escrito a partir de sua forma cantada, logo, “Como as obras transmitidas dessa forma foram escritas de forma intermitente, elas refletem a forma do texto em sua última execução e, portanto, revelam pressões locais de adaptação, com tendências a variações consideráveis.”³²³, eram responsáveis também pelas variações textuais ao impor a oralidade sobre a letra.

A oralidade performática estava profundamente ligada à sociedade medieval e não se limitava apenas à performance literária cortesã. Presente em diferentes esferas da sociedade, visto que o formato oral visa, entre outros, contornar o problema do letramento da sociedade, a oralidade performática era praticada também nas pregações, cerimônias, e aulas universitárias onde reinava o modelo aristotélico da *disputatio* e *quaestio*. No meio cortês, subsistia inicialmente nas tradições de trovadores e trovèurs que, uma vez escritas recorriam primeiramente ao verso, apenas posteriormente à prosa.

A oralidade performática estava profundamente conectada à poesia, e é com a predominância da prosa, iniciada no século XIII³²⁴, que aos poucos perde seu território para a leitura, mas nunca deixa de existir e ter um papel na sociedade. No capítulo sobre Escrito/Oral no *Dicionário Analítico do Ocidente Medieval* é dito que:

Ora, a obra medieval, até o século XIV, só existe plenamente sustentada pela voz, atualizada pelo canto, pela recitação ou pela leitura em voz alta. Em um certo sentido o sinal escrito é pouco mais que auxílio para a memória e apoio. [...] Porém, é preciso bater em retirada mal assinalamos essa preponderância do oral, porque a escrita, e somente a escrita, têm autoridade.³²⁵

³²¹ Trad. Própria: “[...] in oral performance the voice is not the sole channel of communication, but is accompanied by facial expression, gesture and posture [...]”. CHINCA, Mark; YOUNG, Christopher. *Orality and Literacy in the Middle Ages: A Conjunction and its Consequences*. In: CHINCA, Mark; YOUNG, Christopher. **Orality and Literacy in the Middle Ages: Essays on a Conjunction and its Consequences in Honour of DH Green**. 2005. p. 5.

³²² Trad própria: “[...] courtly literature was a social event, and its purpose lay in creating and confirming a sense of community.”. BUMKE, Joachim. **Courtly Culture: Literature and Society in the High Middle Ages**. Univ of California Press, 1991, p. 518.

³²³ Trad. Própria: “As works transmitted in this way were intermittently written down they reflect the form of the text at its latest performance and therefore reveal local pressures of adaptation, with tendencies to considerable variation.”. EDWARDS, A. S. G. *Manuscripts and Readers*. IN: BROWN, Peter (org.) **A Companion to Medieval English Literature and Culture c. 1350–c. 1500**, 2007, p. 102.

³²⁴ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo I. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 440.

³²⁵ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. Tomo II. São Paulo: Editora Unesp, 2017, pp. 92-93.

A autoridade textual, ausente na oralidade, se conecta com as tradições patrísticas, mantida na escolástica, de *auctoritas*, autoridade, a respeito da veracidade. Talvez seja esta uma das razões para a transição do verso para a prosa, Isidoro de Sevilla afirma que a prosa é mais direta e presta mais para verdades, ao contrário da prosa, ornamentada e fútil³²⁶.

[...] esse método [escolástico] não consiste somente numa técnica formal, mas comporta também um princípio diretor, o 'princípio de autoridade' [...] Ele impõe uma submissão deferente a textos quase sacralizados, que garantem por si próprios que são portadores da verdade.³²⁷

Na literatura cortesã essa autoridade da veracidade não era tão necessária quanto no âmbito universitário, talvez por isso textos em prosa, como bestiários latinos, com referências a textos autoritativos fossem versificados e vernacularizados. Se podemos falar de um vínculo autoritativo na literatura, ela reside na relação entre audiência e compositor/escritor/compilador³²⁸, cujas interpolações utilizando pronomes pessoais podem indicar um distanciamento entre sujeitos, como “nós” letrados e “vocês” audiência, “nós” grupo e “eles” grupo de qual não fazemos parte, e uma tentativa de controlar a narrativa³²⁹.

Finalmente, nos é especialmente relevante o papel da oralidade performática pois, como citado, a educação era também, durante grande parte do medievo, feita por meio oral, ainda que dependesse amplamente da cultura letrada. Sanchez afirma que “A oralidade conversacional que introduziu diferentes interlocutores ou personagens reais constituiu um bom método de retórica e dialética devido ao seu caráter argumentativo, além de ser uma boa fórmula para transmitir conhecimentos.”³³⁰. É através da oralidade que se instrui.

³²⁶ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude, op. cit., p. 104.

³²⁷ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude, Tomo I, op. cit., p. 416.

³²⁸ Existe uma grande tentação de chamar compositores/escritores/compiladores de autores pois muitos dos que produziram textos literários produziam sob sua própria alcunha. Para debate a respeito das teorias de autoria ver: FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce qu'un auteur?*. 1969; CHARTIER, Roger. *O que é um autor*. Revisão de uma genealogia. São Carlos: Edufscar, 2012; BARTHES, Roland. *The death of the author*. *Contributions in Philosophy*, v. 83, p. 3-8, 2001; MINNIS, Alastair. *Medieval theory of authorship: scholastic literary attitudes in the later Middle Ages*. University of Pennsylvania Press, 2012.

³²⁹ ELEY, Penny. *Author and Audience in the Roman de Troie*. IN: BUSBY, Keith et al. (Ed.). *Courtly Literature: Culture and Context: Selected Papers from the 5th Triennial Congress of the International Courtly Literature Society, Dalfsen, the Netherlands, 9-16 August, 1986*. John Benjamins Publishing, 1990, p. 183 passim.

³³⁰ Trad. Própria: “La oralidad conversacional que introducía a distintos interlocutores o personajes reales planteaba un buen método de retórica y dialéctica por su naturaleza argumentativa, a la vez que era una buena fórmula para transmitir conocimientos.”. NAVARRO, Andrea. *Educar al príncipe y edificar los*

A presença da autoridade textual em textos literários cortesões não necessariamente refletia a lógica da escolástica, no entanto, em vista do caráter oral da transmissão e performance, a autoridade em textos literários poderia se manifestar e influenciar o texto de diferentes formas, sendo capaz de modificar a performance e o texto. Diferentes formas de autoridade poderiam influenciar e modular o texto, como o público, mas uma outra origem de autoridade também pode ser responsabilizada pelas modulações, os patronos e matronas.

Normalmente apontados como patronos, devemos ter em mente que comumente os responsáveis por patrocinar obras literárias no medievo eram **matronas**, onde o papel feminino na criação de um sistema e rede (*network*) de patrocínio é determinante para estimular a produção literária medieval. Mulheres raramente eram permitidas entrar no mundo acadêmico, menos ainda nas universidades, apesar disto, um dos maiores exemplos de domínio do conhecimento acadêmico/clássico é de Heloísa, comumente apontada apenas como amante/esposa/aluna de Abelardo, mas se igualava em retórica ao tão aclamado mestre. Na corte, as mulheres da elite eram encorajadas a ler e saber escrever, fazendo assim a corte o núcleo do ambiente de consumo literário feminino. Através desta crescente cultura literária nas cortes, especialmente a feminina, os incentivos para o aumento da produção cultural literária e o patrocínio de artistas e escritores se tornou cada vez maior.

Assim como June Hall McCash aponta, o papel das mulheres no crescimento da produção de literatura nas cortes medievais está intimamente relacionado com a substituição de uma cultura heróica quase exclusivamente masculina, para uma cultura cortês que dialogava com ambos os sexos. Da mesma forma, o crescente papel feminino na promoção das letras se faz presente na transição do latim para o vernáculo, onde o primeiro é mais voltado ao público masculino e clerical com seus tratados morais religiosos e heróico-históricos, ao passo que o vernáculo ampliava seu escopo das traduções do latim aos romances e dialogava mais amplamente com o público feminino pois “[...] nem todas as mulheres receberam educação no convento, e mesmo aquelas que o fizeram, mas passaram a maior parte de suas vidas no mundo secular, nem sempre foram verdadeiramente proficientes em latim [...] a menos que se beneficiassem de um professor

particular [...].”³³¹. Durante o medievo a educação das mulheres foi propositalmente, por parte dos homens, restringida. Katherine Zieman afirma que “Ainda que muitas mulheres lessem, e pudessem até ter ensinado rezas em Latim e habilidades de leitura básicas para crianças, raramente as eram dadas o status de ‘litterata’”.³³², indicando que a educação feminina, nos séculos XII e XIII, ainda eram básicas o suficiente para impedir o acesso da maioria das mulheres à textos latinos, pois é a educação latina e a capacidade de ler os textos latinos, autoridades, e escrever em latim que configuram a *litterata*³³³.

O fundamental papel feminino na transição de uma cultura literária latina heróica masculinizada para uma cultura literária cortês vernácula romanceada e mais aberta para as mulheres se dá sobretudo no seu consumo e demanda textual. Neste sentido, são as mulheres que moldam cultura literária cortesã pois, excluídas do *champ* literário latino, encontram formas de se inserir na cultura vernácula e fazê-la florescer dispondo para isso de sua influência, poder e dinheiro. Por tal razão, podemos reafirmar “Que as mulheres foram fortalecidas pela ascensão do vernáculo como língua literária é inegável. Seu uso liberou seus talentos como poetas, patronos e tradutores, e em casos como o da Condessa Marie [de Champagne] seus esforços tomaram novas direções ousadas.”³³⁴. É através do patrocínio que as mulheres, e também os homens, definem o que desejam consumir e desafiam os limites da sociedade medieval. Tais redes de patrocínio sempre existiram nas cortes, mas é em especial no século XII em diante que os patronos e matronas da cultura literária despontam, Malcom Parkes “[...] atribuiu o ponto de viragem na alfabetização leiga ao século XII e a um meio particular, a aristocracia anglo-normanda, que patrocinava a produção de romance e história.”³³⁵. Sendo mais específicos, podemos

³³¹ Trad. Própria: “[...] not all women received convent educations, and even those who did but spent most of their lives in the secular world were not always truly proficient in Latin [...] unless they benefited from a private tutor [...]”. MCCASH, June Hall. *The Role of Women in the Rise of the Vernacular. Comparative literature*, v. 60, n. 1, 2008, p. 51.

³³² Trad. Própria: “Although many women read, and may even have taught children Latin prayers and elementary reading skills, they were rarely accorded the status ‘litterata.’”. ZIEMAN, Katherine. *Reading, Singing and Understanding: Constructions of the Literacy of Women Religious in Late Medieval England*. IN: JONES, Sarah Rees et al. (Ed.). *Learning and literacy in medieval England and abroad*. Brepols, 2003, pp. 97-98.

³³³ LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário analítico do ocidente medieval*. Tomo II. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 90.

³³⁴ Trad. Própria: “That women were empowered by the rise of the vernacular as a literary language is undeniable. Its use unleashed their talents as poets, patrons, and translators, and in cases such as that of Countess Marie [de Champagne] their efforts took bold new directions.”. MCCASH, June Hall. *The Role of Women in the Rise of the Vernacular. Comparative literature*, v. 60, n. 1, 2008, p. 53.

³³⁵ Trad. Própria: “[...] assigned the turning point in lay literacy to the twelfth century, and to a particular milieu, the Anglo-Norman aristocracy, who patronized the production of romance and history.”. BRIGGS, Charles F. *Literacy, reading, and writing in the medieval West. Journal of medieval History*, v. 26, n. 4, 2000, pp. 400-401

apontar Guilherme IX como um dos precursores das famílias que muito se empenharam em divulgar e expandir o consumo literário nas cortes européias. Mais conhecido por seus poemas trovadorescos que sobrevivem até hoje, Guilherme IX foi duque da Aquitânia durante o fim do século XI e início do XII e de sua linhagem saiu Eleanor de Aquitânia, antiga rainha francesa se tornou posteriormente rainha da Inglaterra ao casar-se com Henrique II. Casou-se primeiramente com Luís VII da França, com o qual teve apenas filhas, entre as quais figura preeminentemente Maria de Champanha, casada com Henrique I, O Liberal, cujo círculo literário se tornou bastante influente durante o século XII por ter abrigado nomes como Chrétien de Troyes e Andreas Capellanus. Eleanor por si só foi responsável pelo patrocínio de diferentes artistas como Marie de France na corte inglesa, responsável por escrever as *Lais de Marie de France*, e diferentes outros na corte de Poitiers, como é atestado por Andreas Capellanus.³³⁶

Antes mesmo de Eleanor de Aquitânia chegar na corte inglesa através de seu casamento com Henrique II e impulsionar a produção de literatura cortesã, Matilda da Escócia e Adeliza de Louvain, ambas esposas de Henrique I, já traziam à corte inglesa textos que transitavam do latim para o vernáculo, vemos que “Encontramos os primeiros exemplos da mudança para o vernáculo em tais textos "eruditos" pouco antes de meados do século XII na corte de Henrique I da Inglaterra. Os dois mais notáveis foram patrocinados pelas esposas de Henry.”³³⁷. Especialmente relevante para nossa pesquisa é o fato de que Adeliza de Louvain provavelmente foi responsável por patrocinar entre 1121 e 1135 a produção do primeiro bestário vernáculo, ainda em verso, feito por Philippe de Thaon, e a primeira obra histórica em vernáculo a respeito da vida de seu esposo³³⁸.

*Felipe de Taon para a língua Francesa
traduziu o Bestiário, um livro de ciência,
para a honra de uma joia, que é uma mulher muito bonita
Aliz é chamada, uma rainha ela é coroada,
rainha ela é da Inglaterra, que sua alma nunca tenha problema!*³³⁹

³³⁶ BENTON, John F. *The court of Champagne as a literary center*. *Speculum*, v. 36, n. 4, 1961, p. 580.

³³⁷ Trad. Própria: “We find early examples of the shift to the vernacular in such ‘learned’ texts just before the mid-twelfth century at the court of Henry I of England. The two most notable were both sponsored by Henry's wives.”. MCCASH, op. cit., p. 47.

³³⁸ MCCASH, June Hall. *The Role of Women in the Rise of the Vernacular*. *Comparative literature*, v. 60, n. 1, 2008, p. 47.

³³⁹ Original: “Philippe de Thaon into the French language/ has translated the Bestiary, a book of science,/ for the honour of a jewel, who is a very handsome woman,/ Aliz is she named, a queen she is crowned,/ queen she is of England, may her soul never have trouble!”. Trad. Própria. DE THAON, Philippe; WRIGHT, Thomas – *The bestiary of Philippe de Thaon. Popular Treatises on Science Written During the Middle Ages*: in Anglo-Saxon, Anglo-Norman, and English, 1891, p. 49.

Estas obras dificilmente foram as únicas a serem patrocinadas na corte inglesa de Henrique I, Matilda e Adeliza, visto que nesta corte era prolífica a produção de obras literárias, especialmente históricas³⁴⁰, atestando assim a importância das obras literárias e também das redes de demanda, patrocínio e agenciamento que permeavam as produções textuais.

Como apontado previamente, é difícil estabelecer um *corpus* textual consumido nas cortes medievais, a produção textual depende da demanda que é variável de acordo com o local e espaço temporal. Com exceção da literatura cortês, um fenômeno que domina a literatura das cortes medievais, podemos apontar textos como textos históricos, bíblias (especialmente as *moralisé*), Saltérios, Livros de Horas, enciclopédias e até mesmo, como apontado, bestiários. O consumo de qualquer texto era possível, eram tão múltiplas quanto a vontade e curiosidade de consumir dos indivíduos e grupos cortesões. Por exemplo, O poeta Benedito dedicou o texto *Navigatio Sancti Brendani Abbatis*, o qual June McCash chamou de romance hagiográfico, que é também uma literatura de viagem e *mirabilia*, para a primeira esposa de Henrique I, Matilda da Escócia, que mais tarde pediu que o mesmo traduzisse seus trabalhos em francês. A autora diz que não sabe se o texto latino foi comissionado por Matilda ou não, apenas que houve uma comissão para os textos em francês vernáculo³⁴¹. Da mesma forma que haviam inúmeras obras sendo consumidas em cortes, houve um padrão, às vezes claro e vezes não, no consumo de obras específicas por certos grupos os quais podemos chamar de círculos literários³⁴². A primeira distinção entre círculos, como afirma Katherine Zieman, pode ser apontada entre laicos e eclesiásticos, mas também pode haver distinção, como no caso exclusivo da corte, de diferentes círculos dentro do mesmo local cortesão, como aponta McCash e ilustrando assim que poderiam existir diferentes círculos de patrocínio dentro da mesma corte, círculos esses que dependiam da liderança de certas personalidades, neste caso Henrique I³⁴³ e Maria de Champagne³⁴⁴.

³⁴⁰ GREEN, Judith A. *Henry I and the Origins of the Court Culture of the Plantagenets*. In: **Plantagenêts et Capétiens: confrontations et héritages**. 1994. p. 485-495.

³⁴¹ MCCASH, June Hall. *The Role of Women in the Rise of the Vernacular*. **Comparative literature**, v. 60, n. 1, 2008, p. 47.

³⁴² Para consumo literário em cortes, ver: CABRÉ, Lluís; PUJOL, Josep. *The Books of the Kings of Aragon: From James II to Alfonso IV*. **Digital Philology: A Journal of Medieval Cultures**, v. 8, n. 2, p. 192-212, 2019.

³⁴³ Ver: EVERGATES, Theodore. **Henry the Liberal: Count of Champagne, 1127-1181**. University of Pennsylvania Press, 2016.

³⁴⁴ Ver: BENTON, John F. *The court of Champagne as a literary center*. **Speculum**, v. 36, n. 4, p. 551-591, 1961.

A distinção clerical foi mantida em parte pelo desenvolvimento de um repertório de textos exclusivamente leigo, como visto em Livros de Horas e miscelâneas devocionais, mas esse desenvolvimento foi fundamentalmente sustentado por uma redefinição dialética da relação dos intérpretes leigos e clericais com seus textos.³⁴⁵

Não há dúvida, porém, de que os textos em latim às vezes eram escritos para tribunais nos quais o soberano era alfabetizado e onde muitos clérigos ocupavam cargos. Um caso em questão foi o tribunal de Henri I de Champagne. Ao contrário de sua esposa, Marie de Champagne, que pedia apenas obras em língua vernácula, Henri lia latim e era o patrono de escritores latinos³⁴⁶

Esse desenvolvimento da cultura cortesã refletido especialmente no desenvolvimento literário das cortes, foi efetuado, além das razões previamente descritas, através do contato com outras regiões dos quais “As viagens de milhares de peregrinos, mercadores e cavaleiros foram certamente mais eficazes do que quaisquer atividades da condessa de Champagne em trazer o conhecimento da cultura do sul da França para o norte.”³⁴⁷. Essa reflexão de Benton expressa como as rotas comerciais³⁴⁸, previamente referidas, foram essenciais para a formação de redes de distribuição e propagação da literatura medieval e conseqüentemente para a formação de redes de patrocínio, com a qual Navarro concorda ao afirmar que “A eficácia do sistema de [cortês] permitiu criar laços de mecenato, vassalagem, alianças e relações clientelistas com os membros das principais casas nobres.”³⁴⁹.

A palavra patrocínio deriva do latim *patronus* que, de acordo com Corine Schleif, designava, na Roma Antiga, homens (pois vem de *pater*) que protegiam e cuidavam de

³⁴⁵ Original: “Clerical distinctiveness was maintained in part by the development of an exclusively lay repertoire of texts, as seen in Books of Hours and devotional miscellanies, but this development was fundamentally undergirded by a dialectical redefinition of the relation of lay and clerical performers to their texts.”. Trad. Propria. ZIEMAN, Katherine. *Reading, Singing and Understanding: Constructions of the Literacy of Women Religious in Late Medieval England*. IN: JONES, Sarah Rees et al. (Ed.). **Learning and literacy in medieval England and abroad**. Brepols, 2003, p. 101.

³⁴⁶ Original: “There is no question, however, that Latin texts were sometimes written for courts in which the sovereign was literate and where many clerics held posts. A case in point was the court of Henri I of Champagne. Unlike his wife, Marie de Champagne, who requested only works in the vernacular, Henri read Latin and was the patron of Latin writers.”. Trad. Própria. MCCASH, June Hall. *The Role of Women in the Rise of the Vernacular*. **Comparative literature**, v. 60, n. 1, 2008, p. 48.

³⁴⁷ Trad. Própria: “The travels of thousands of pilgrims, merchants, and knights were surely more effective than any activities of the countess of Champagne in bringing knowledge of the culture of southern France to the north”. BENTON, John F. *The court of Champagne as a literary center*. **Speculum**, v. 36, n. 4, 1961, p. 589.

³⁴⁸ Ver também: JAMROZIAK, Emilia. *Networks of markets and networks of patronage in thirteenth-century England*. **Thirteenth Century England** x, p. 41-49, 2005.

³⁴⁹ Trad. Própria: “La efectividad del sistema permitía crear lazos de patronazgo, de vasallaje, alianzas, relaciones clientelares con los miembros de las principales casas nobiliarias.”. NAVARRO, Andrea. *Educar al príncipe y edificar los grupos de poder de la casa, la corte y el reino de Castilla, siglos XIII-XV*. IN: GUIANCE, Ariel (ed.) **Cultura Letrada e Identidades Sociales en el Mundo Medieval Siglos IV-XV**. IMHICIHU-CONICET: Buenos Aires, 2019. 240-241

escravos, tomando-os em sua tutela³⁵⁰. De acordo com Aden Kumler, vem da palavra *patrocinium* (que deriva de *patronus*) e seu uso medieval designa as relações de obrigação que ligavam o santo patrono à uma comunidade e/ou jurisdição. A jurisdição do santo, sua área de ação de cunho legal, era relativa, poderia, por exemplo, ser uma igreja completa ou apenas um altar³⁵¹. Schleif acrescenta à fala de Kumler ao apontar que a definição medieval de *patrocinium* se relacionava intimamente com o conceito de *jus patronatus*. A conceitualização de *jus patronum* está ligada com a jurisprudência e, de acordo com a autora, se traduz como “direito de patrocínio”, que se resume no direito privilegiado de apontar pessoas para cargos clericais nas igrejas que patrocinavam³⁵². Outra forma de entender a jurisprudência do *jus patronum* é a responsabilização do patrono pela proteção e amparo do local pelo qual é responsável. Considerando o exemplo de Kumler, o santo patrono seria responsável por proteger sua congregação e devotos, e caso não fosse capaz de prover a proteção requerida, seus devotos da esfera clerical poderiam ser responsabilizados por tal.

Observando a reflexão de Kumler a respeito das categorias de configuração de autor e autoria considerados por Foucault, podemos refletir a respeito não só do autor, mas do que Kumler chama de função-patrão. Barthes em *Death of the Author*³⁵³ é categórico ao afirmar que o surgimento da figura do autor é um fenômeno moderno Ocidental, originado no empirismo inglês, racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma. Michel Foucault, no famoso ensaio *Qu'est-ce qu'un auteur?*³⁵⁴ de 1969 dá uma resposta para Barthes utilizando o conceito de “função-autor”, mas mantém o surgimento do autor na modernidade como uma reação à necessidade de punição do discurso e assume no século XVIII uma relação com a burguesia. Roger Chartier revisa essa datação e é capaz de trazê-la para o século XVII, atribuindo-a ao *copyright*, e observa processos da função-autor na análise do discurso do século XVI.

A partir da afirmação dos três, podemos apontar o berço do autor como sendo na modernidade, em conjunto com o desenvolvimento do sujeito moderno e o individualismo. Este mesmo individualismo, reflexo de uma transição do sujeito medieval

³⁵⁰ SCHLEIF, Corine. *Seeking Patronage: Patrons and Matrons in Language, Art, and Historiography. Patronage: Power & Agency in Medieval Art*, 2013, p. 209.

³⁵¹ KUMLER, Aden. *The patron-function. Patronage: Power and Agency in Medieval Art*, v. 316, 2013, p. 307.

³⁵² SCHLEIF, Corine. op. cit., p. 210.

³⁵³ BARTHES, Roland. *The death of the author. Contributions in Philosophy*, v. 83, p. 3-8, 2001.

³⁵⁴ FOUCAULT, M. (1969) “*What is an author?*”. In P. Rabinow (ed.) (1984) *The Foucault Reader*. New York: Pantheon Books, p.101-120.

para o moderno, abrange a literatura não só no surgimento do autor, mas também na própria literatura, como nos demonstra Ian Watt em “Mitos do Individualismo Moderno”.

Para Foucault, a figura do autor surge concomitantemente com a necessidade de punir discursos, apontar as origens de narrativas condenáveis, uma apropriação da “função-autor” pelo meio legal. No entanto, a figura do autor também surge em um momento em que a autoridade do discurso é embutida na figura individualizante do sujeito autor, um nome próprio que pode ser reconhecido enquanto um indivíduo. Este reconhecimento do sujeito-indivíduo enquanto autoridade e responsável (legalmente) pela autoria do discurso em muito difere-se da relação medieval entre o discurso e a autoridade.

Posta a relação proposta por Foucault e Chartier, podemos compreender a função-patrão de Kümmler como uma adaptação das proposições feitas. Uma delas sendo a ligação jurídica institucional da função-patrão e sua articulação no discurso³⁵⁵ que é percebida na possibilidade de condenação do patrono, no caso apresentado um santo, pelo desazo em proteger a comunidade do qual era responsável. A reflexão levantada por Foucault e Chartier a respeito da culpabilidade imputada ao indivíduo autor reconhecido pelo nome e a função-patrão nos apontam para refletir a respeito das condenações, como a de Andreas Capellanus cuja obra *De Amore* foi proibida em 1277 e as perseguições dos tratados de Abelardo, queimados por serem considerados heréticos.

Devemos considerar o sentido da palavra patrocínio no sentido de clientelismo, pois é neste também neste sentido que utilizamos a palavra. Michael Baxandall, possivelmente referindo-se às outras possibilidades de significado como as apontadas aqui diz que “O homem que pediu, pagou e encontrou um uso para a pintura pode ser chamado de patrono, exceto que este é um termo que carrega muitos aspectos de outras e bastante diferentes situações.”³⁵⁶, apontando posteriormente sua preferência pelo termo cliente. A palavra cliente é carregada por Baxandall de um sentido ativo: cliente é aquele que “[...] é um agente ativo, determinante e não necessariamente benevolente na transação da qual a pintura é o resultado: podemos justamente chamá-lo de cliente.”³⁵⁷. Tal

³⁵⁵ KÜMLER, Aden. *The patron-function. Patronage: Power and Agency in Medieval Art*, v. 316, 2013, p. 307.

³⁵⁶ Trad. Própria: “The man who asked for, paid for, and found a use for the painting might be called the patron, except that this is a term that carries many overtones from other and rather different situations”. BAXANDALL, M. *Painting and experience in fifteenth century Italy: a primer in the social history of pictorial style*. Oxford University Press, USA, 1988, p.1.

³⁵⁷ Trad. Própria: “...is an active, determining and not necessarily benevolent agent in the transaction of which the painting is the result: we can fairly call him a client”. BAXANDALL, M. *Painting and*

proatividade do chamado cliente expressa uma busca pela obra que, como veremos, não necessariamente reflete a completude do papel de patrono que buscamos apontar neste estudo. Apesar de Baxandall limitar-se ao século XV, veremos que as relações de clientelismo, ao apontar o patrono como aquele que busca ativamente o produto, ocorriam durante o medievo, mas o título de patrono poderia recair sobre uma gama de outros indivíduos que não necessariamente tinham um papel ativo na procura e produção de obras. A partir do esboço geral do livro de Baxandall podemos absorver alguns conceitos que coincidem com nossa pesquisa e outros que não, como a limitação do cliente enquanto sujeito ativo. Nosso estudo não visa analisar quadros italianos renascentistas do século XV, nossa realidade é diferente, tratamos de iluminuras góticas do século XIII, mas a proposta de Baxandall ao estudar as comissões feitas para artistas italianos que aqueles clientes/patronos que tinham papel ativo na procura de obras poderiam ser responsáveis por influenciar mudanças no resultado final da obras nos é bastante útil. De fato, vemos que muitas obras medievais foram influenciadas pelo gosto, desejo e demanda de seus patronos, sejam eles ativos ou não. Se relacionando também com Kumler e Schleif, Baxandall afirma que havia uma base legal para a relação entre cliente e artista, “[...] o cliente e o artista comumente firmam um acordo legal no qual este se compromete a entregar o que o primeiro, com maior ou menor detalhamento, havia previsto.”³⁵⁸, reforçando o papel das relações jurídicas que tomam forma na função-patrão.

A partir da perspectiva de Baxandall podemos estabelecer algumas definições para o patrono/cliente. É definido como agente ativo na busca por uma obra, onde é responsável por sustentar financeiramente o projeto que o mesmo idealizou, requerendo assim, formalmente, que um artista se responsabilize pela criação do produto conforme idealizado pelo cliente. No entanto, existiam no medievo uma gama de outras formas de patrocínio, e para compreendê-las devemos pensar as categorias utilizadas por Baxandall como capazes de serem performadas por diferentes atores. Na perspectiva de Baxandall, e considerando-a como definição de cliente, vemos que diversos papéis são performados por um mesmo indivíduo, um ator multifuncional que delega e impõe-se ao artista, *a priori*, passivo, passividade esta que muitas vezes pode ser contestada.

experience in fifteenth century Italy: a primer in the social history of pictorial style. Oxford University Press, USA, 1988, p.1.

³⁵⁸ Trad. Própria: “[...] the client and the artist commonly entered into a legal agreement in which the latter committed himself to delivering what the former, with a greater or lesser amount of detail, had laid down.”. BAXANDALL, M. **Painting and experience in fifteenth century Italy:** a primer in the social history of pictorial style. Oxford University Press, USA, 1988, p. 1.

As funções identificadas aqui são as de consumidor primário (*récepteur*), consumidor secundário, consumidor terciário, financiador (*donateur*), idealizador (*concepteur*) e iniciador. Definimos cada categoria da seguinte forma:

- Consumidor Primário (*récepteur*): Aquele que é o primeiro e principal consumidor da obra final.
- Consumidor Secundário: Aqueles que consomem a obra de forma colateral.
- Consumidor Terciário: Aqueles que consomem a obra após os consumidores anteriores.
- Financiador (*donateur*): Aquele que é responsável por custear a obra.
- Idealizador (*concepteur*): Aquele responsável por idealizar a obra de forma intelectual e/ou artística.
- Iniciador: Aquele que ativamente busca a realização da obra.

Chegou-se a estes conceitos utilizando amplamente as categorizações feitas por Jill Caskey³⁵⁹ e Benjamin Zweig³⁶⁰ de *récepteur*, *donateur* e *concepteur*. Caskey nos apresenta brilhantemente a forma como o caso das portas de bronze do santuário de São Michel em Monte Sant'Angelo nos apontam para distinguir entre o *concepteur* e o *donateur*, indicando assim que nem sempre eram a mesma pessoa. De forma similar, Zweig analisa iluminuras em livros do século XIII cujos *récepteurs* provavelmente estavam presentes na corte de Philippe II e Ingeborg da Dinamarca e refletiam tensões políticas vivenciadas na relação entre o casal real. Zweig em sua análise aponta que o *récepteur* poderia ser passivo, e não necessariamente ligado ao papel do *iniciador*. Esta análise também aponta que, assim como existia a possibilidade de múltiplas ocupações de funções por indivíduos na fase de elaboração da criação da obra, o mesmo é verdadeiro para atores participantes da segunda fase, de produção. Com isso queremos dizer que é possível que um artista ou copista fosse responsável por participar de qualquer uma das fases de elaboração. Considerando essas seis categorias iniciais, podemos sugerir, como dito acima, que a definição de cliente como utilizada por Baxandall é apenas uma das possíveis formas de patrocínio, visto que os papéis apresentados poderiam ser performados por ao menos seis pessoas, sendo possível muito mais visto que não é estabelecido que cada papel só pode ser atuado por um ator, mas sim por uma pluralidade de indivíduos. Por exemplo, de forma similar à fase de produção de certos manuscritos onde vemos diferentes pequenas (ou grandes) diferenças nas formas gráficas (chamadas

³⁵⁹ CASKEY, Jill. *Medieval Patronage & Its Potentialities*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 14.

³⁶⁰ ZWEIG, Benjamin. *Picturing the Fallen King: Royal Patronage and the Image of Saul's Suicide*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 164.

de mãos) que apontam para diferentes copistas trabalhando na mesma obra, podemos supor que os consumidores secundários normalmente constituíam mais de um indivíduo em razão do funcionamento do sistema de leitura que até o século XIV era majoritariamente oral, abarcando assim familiares, amigos e participantes de certo círculo social.

A respeito do consumidor primário, sua possibilidade de ser ativo ou passivo depende da sua ocupação do papel de *iniciador* (papel que outros poderiam simultaneamente ocupar). A título de exemplo, o projeto de Carlos V na construção de uma grande biblioteca, projeto este intitulado *Sapientia* por Deborah McGrady³⁶¹, sua procura por títulos específicos e indivíduos capacitados para efetuar projetos de escrita e/ou tradução pode ser considerada a performance do papel de *iniciador*. No entanto, o projeto político de legitimação de Carlos V não contava apenas com livros ativamente requeridos pelo rei, este contava com a contribuição de livros não requeridos que lhes eram apresentados, forma mais tradicional posse de livros, pela nobreza estrangeira, família e cortesãos³⁶². Estes dons eram dados, imagina-se, para conformarem-se aos desejos do soberano que os recebia, colocando o *récepteur* em uma condição passiva.

Conforme dito antes, os *récepteurs* ou *réceptrices* secundários consistem nos consumidores agregados ao consumidor primário. Novamente retornamos ao exemplo de Carlos V, o qual criou uma grande biblioteca com o intuito de criar uma imagem de “Rei Sábio” que auxiliaria a legitimar não apenas sua posição enquanto soberano, mas também de sua dinastia Capetiana. Os consumidores secundários eram aqueles que consumiam os livros de Carlos V e os quais estavam associados à imagem do soberano. Seu consumo poderia ser auditivo, através da participação na leitura oral conjunta de certos textos, ou, como no caso de Carlos V, na visita da biblioteca real que visualmente era bastante impressionante, consistindo de diversos andares e uma grande variedade de livros, muitos dos quais eram de luxo e apresentavam ricas iluminuras³⁶³. O consumo colateral poderia ser determinante para a própria constituição do manuscrito, cujos usos ao serem idealizados pelos produtores poderiam implicar mudanças textuais e/ou visuais, se adequando assim para a audiência geral, ainda que mantendo referências ao indivíduo ou instituição que é o *récepteur* primário. O consumidor terciário é o público geral que tem acesso ao texto, mas que não pode ser considerado colateral ou principal, mesmo que

³⁶¹ MCGRADY, Deborah. **The Writer's Gift Or the Patron's Pleasure?: The Literary Economy in Late Medieval France**. Toronto: University of Toronto Press, 2019.

³⁶² MCGRADY, Deborah. op. cit., p. 44.

³⁶³ MCGRADY, Deborah. op. cit. p. 43.

tenha sido previsto ou não o consumo de terceiros pelos produtores. Tal consumo está relacionado com a vida útil de manuscritos e livros e sua presença que vai além da vida de um indivíduo. Temos manuscritos de centenas e mesmo milhares de anos, que foram guardados em cavernas longe dos olhos humanos ou que foram sendo passados de geração em geração para diferentes indivíduos e diferentes utilizações. Nós pesquisadores podemos ser considerados como consumidores terciários pois lemos tais textos, ainda que não fossem destinados à nós ou que foram destinados à todos nós enquanto comunidade humana.

As categorias de *financiador* e *idealizador* já foram devidamente esclarecidas, mas devemos ficar atentos às nuances que se formam nas múltiplas possibilidades de ação. Podemos observar as alternativa de que o financiador possa ser passivo ou ativo, individualizado ou institucionalizado. Para tais possibilidades, concebe-se a hipótese de que o patrono de uma instituição religiosa poderia conceder uma certa quantia para os clérigos que, com o dinheiro recebido de caridade, investiriam certo montante na produção de uma obra, visto que era presumido que “[...] um mosteiro bem dotado deve financiar sua própria arte e arquitetura.”³⁶⁴, nota-se, no entanto, que objetos e obras que visavam a comemoração de certo indivíduo ou família poderiam ser financiados diretamente pelo comemorado, assim como pelo mosteiro em celebração a certo patrono ou fundador. Tal decisão de instituições em produzir obras era uma decisão, que competia simultaneamente ao indivíduo do topo da cadeia hierárquica, quanto à todos os clérigos participantes da instituição, como seriam os monges de um mosteiro que decide produzir um manuscrito. Tal financiamento é ao mesmo tempo institucional quanto plural e comunitário pois

Idéias sobre decisões de patrocínio (que muitas vezes afetavam os padrões de vida monástica por meio de coisas como dieta reduzida e mesada, interrupção da rotina e desconforto físico), o valor coletivo atribuído a determinados projetos e o recebimento do patrocínio monástico por observadores externos permanecem para beneficiar isso [teorias sobre ação coletiva].³⁶⁵

³⁶⁴ Trad. Própria: “[...] a well-endowed monastery should fund its own art and architecture.”. LUXFORD, Julian. *The Construction of English Monastic Patronage*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 42.

³⁶⁵ Original: Ideas about patronage decisions (which often affected monastic standards of living through such things as reduced diet and pocket-money, interruption of routine, and physical discomfort), the collective value placed upon given projects, and the reception of monastic patronage by external observers stand to benefit this.”. Trad. Própria. LUXFORD, Julian. *The Construction of English Monastic Patronage*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 51.

Considerando todas essas categorias, podemos compreender que o sistema de patrocínio não baseia-se em um indivíduo, mas é um fenômeno amplo e complexo cujas rede de relacionamentos é composta por diversos atores que poderiam compor o que chamamos de patrono da obra visto que ocupavam papéis determinantes na concepção da obra. No entanto, veremos que o que qualifica um indivíduo (ou mais de um) enquanto patrono é a sua autoridade. Kumler afirma em sua terceira categoria de função-patrono que “[...] ela [função-patrão] não se define pela atribuição espontânea de uma obra ao seu iniciador / patrocinador / comissário / financiador / doador ou beneficiário, mas sim através de uma série de operações precisas e complexas.”³⁶⁶. O que Kumler busca afirmar através de seu terceiro ponto e em seu ensaio é que a função-patrono depende da autoridade do sujeito e de que invariavelmente pode-se reconhecer discursos autoritativos em textos, imagens e obras no geral uma vez que isso se baseia em convenções visuais codificadas e “[...] convenção ou os protocolos da tradição visual para produzir se não sujeitos, então posições de sujeito legíveis”³⁶⁷ onde “[...] esses estratégias formais, tropos iconográficos e protocolos composicionais equivalem a uma coreografia habilidosa e eficaz de consistência visual e convencionalidade, bem como de significar, mesmo individualizar desvios de esquemas estabelecidos”³⁶⁸.

Ora, se as categorias de consumidor primário (récepteur), consumidor secundário, consumidor terciário, financiador, idealizador e iniciador não necessariamente são performadas pelo ator-patrono, como podemos identificar o patrono? Já apontamos aqui a primeira característica definidora da palavra patrono: responsabilidade legal. No entanto, no contexto de patrocínio de obras que desejamos abordar substitui-se parcialmente a responsabilidade formal jurídica pela possibilidade de múltiplas formas de responsabilização, seja ela formal jurídica ou informal não-jurídica. Talvez sob a influência da abordagem de Isidoro de Sevilla em suas *Etymologiaes*, podemos identificar que a palavra “responsabilidade” vem do latim *respondere*, que significa responder. Por conseguinte, a capacidade de oferecer uma resposta implica *autoridade*. Portanto, podemos identificar o patrono de uma obra ao identificar sob qual autoridade a obra foi

³⁶⁶ Trad. Própria: “[...] it [função-patrão] is not defined by the spontaneous attribution of a work to its initiator/sponsor/commissioner/funder/donor or recipient, but rather through a series of precise and complex operations.”. KUMLER, Aden. *The patron-function. Patronage: Power and Agency in Medieval Art*, v. 316, 2013, p. 307.

³⁶⁷ Trad. Própria: “[...] convention or the protocols of visual tradition to produce if not subjects, then legible subject positions”. KUMLER, Aden. op. cit., p. 312.

³⁶⁸ “[...] these formal stratagems, iconographic tropes, and compositional protocols amount to a skillful and effective choreography of visual consistency and conventionality, as well as of signifying, even individualizing departures from established schemas”. KUMLER, Aden. op. cit., p. 316.

feita. O/a responsável era aquele ou aquela que respondia por sua elaboração assim detendo autoridade e exercendo poder sobre a obra e sobre os outros atores. Se o que Baxandall chama de cliente é capaz de influenciar no produto final da obra é porque sua autoridade também o configura como ator-patrono.

Matthew Paris afirma que “uma obra é atribuída à pessoa em cuja autoridade é feita.”³⁶⁹, prontamente de acordo com a relação estabelecida entre autoridade e patrono. Caskey aponta que

[...] durante a Idade Média, [...] auctor, que acabou sendo denominado autor, afastou-se de suas raízes iniciais no augeo e passou a denotar uma autoridade reconhecida, o auctor in auctoritas. Essa ideia talvez seja mais bem ilustrada pelas visões escolásticas de escritores canônicos, mas no geral o termo transmitia um sentido mais geral de atores, produtores ou executores dotados de autoridade e autenticidade do que de compositores de textos *per se*.³⁷⁰

Além desta definição, a autora correlata autoridade e um conceito que foi abordado anteriormente, o prestígio. A *auctoritas* estava necessariamente relacionada com o patrono, pois é a autoridade que confere o papel de patrono ao ator. No entanto, a identificação da autoridade não é simples, a mesma consiste de uma complexa rede hierárquica cuja graduação varia de acordo com o *champ* analisado. Stephen Perkinson³⁷¹ e McGrady nos convidam a reconsiderar o papel-patrono como referente à um único indivíduo, sendo possível que fossem múltiplas pessoas visto que é possível que a autoridade, o poder, seja exercido por diferentes pessoas em diferentes etapas do processo de produção da obra. Perkinson nos dá o exemplo de Jean de Vaudetar cujo soberano Carlos V, já citado aqui por sua avidez em coletar livros e evidenciar sua *sapientia*, o incumbiu de organizar a produção de certos livros³⁷². A autoridade de Carlos V foi transferida para Vaudetar em uma operação que produziu ao menos dois patronos, Carlos V soberano, autoridade por si e por seu cargo, e Jean de Vaudetar que tinha sua autoridade vinda de Carlos V e exercia esta autoridade sobre os escritos e iluminadores. Tal

³⁶⁹ LUXFORD, Julian. *The Construction of English Monastic Patronage*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 35.

³⁷⁰ Original: “[...] during the Middle Ages, [...] auctor, which eventually was rendered as *autor*, moved away from its initial roots in *augeo* and came to denote a recognized authority, the *auctor* in *auctoritas*. This idea is perhaps best illustrated by Scholastic views of canonical writers, but overall the term conveyed a more general sense of actors, producers, or doers endowed with authority and authenticity, than of composers of texts *per se*.”. Trad. Própria. CASKEY, Jill. *Medieval Patronage & Its Potentialities*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 27.

³⁷¹ PERKINSON, Stephen. *Portraits & Their Patrons: Reconsidering Agency in Late Medieval Art*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 274.

³⁷² PERKINSON, Stephen. *Portraits & Their Patrons: Reconsidering Agency in Late Medieval Art*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 274.

bipolaridade da *auctoritas* apresentada por Perkinson nos é apresentada como vinda de uma mesma origem, a autoridade real, mas é possível também que a autoridade venha de origens diferentes, como nos mostra McGrady.

Analisando também a relação de produção e consumo de livros na corte francesa por Carlos V, McGrady aponta para o que podemos chamar de negociação de autoridade entre patrono, Carlos V³⁷³, e escritores. Considerando que a autoridade parte de uma estrutura social hierárquica rígida, como reconhecida nos *champs* teorizados por Bourdieu, a autoridade poderia vir de diferentes fontes contanto que viesse de diferentes *champs*. Nesta lógica, McGrady apresenta o questionamento que norteia seu estudo: o livro é um presente do escritor ou feito para o prazer do patrono? A identificação de Carlos V como patrono é inegável, sua autoridade não era questionada, mas poderia ser negociada pelos escritores que detinham a autoridade dentro do campo intelectual, autoridade essa que era reconhecida mesmo por Carlos V³⁷⁴. A insistência de escritores e tradutores em não citar as recompensas financeiras das comissões de Carlos V, ou seja, de não reconhecerem o retorno financeiro como um pagamento, mostra que a autoridade impositiva de Carlos V era negociada e transformada em uma autoridade equivalente cuja capacidade enquanto intelectual conferia possibilidades tanto para Carlos V (o reconhecimento enquanto intelectual era uma de suas motivações) quanto para os escritores que poderiam se relacionar com Carlos V fora de uma lógica clientelista e prestadora de serviço, mas de dom e contradom³⁷⁵, e por tal motivo, concordando com a teoria de dom e contradom anteriormente abordada, negavam qualquer tipo de retorno financeiro como sendo resultado de um pagamento, mas como sendo resultado de um contradom. A economia literária medieval não se desloca da lógica do dom e contradom. Finalizando, McGrady afirma que

Distinguir transações clientelísticas motivadas por interesse próprio como atos altruístas por meio do uso de linguagem e rituais de presenteamento aponta para o que CA Gregory define como uma "economia ambígua": isto é, um sistema no qual um objeto trocado funciona simultaneamente como presente e mercadoria ou exposições a capacidade clara de alterar o status com base na transação prescrita.³⁷⁶

³⁷³ Novamente, é importante frisar que o que constitui Carlos V como patrono é sua autoridade, e não por ser o iniciador ou consumidor primário.

³⁷⁴ MCGRADY, Deborah. **The Writer's Gift Or the Patron's Pleasure?: The Literary Economy in Late Medieval France**. Toronto: University of Toronto Press, 2019, p. 67.

³⁷⁵ Ibid., p. 51.

³⁷⁶ Original: "Distinguishing clientelistic transactions motivated by self-interest as altruistic acts through the use of gifting language and rituals points to what C. A. Gregory defines as an 'ambiguous economy': that is, a system in which an exchanged object functions simultaneously as gift and commodity or exhibits the clear capacity to change status based on the prescribed transaction.". Trad. Própria. MCGRADY,

Como manifestações do prazer do patrono, os livros eram mercadorias materiais que sinalizavam o poder e a autoridade do patrono; como presentes, o conhecimento contido foi confirmado como um tesouro incomparável com poderes transformadores. Como obras encomendadas celebraram o dono, como presentes, texto cultivado comunidade.³⁷⁷

Apesar das afirmações feitas por McGrady nas citações acima, é preciso cuidado ao tratar de livros ou quaisquer outro objeto como *commodities*, livros, pela capacidade autoritativa do patrono e sua ampla influência no resultado final da obra fazem com que fiquem imbuídos da *persona* e também da *auctoritas* do(s) patrono(s). Por exemplo, um livro pode ter sido produzido a pedido de um patrono para que posteriormente seja presenteado para outra pessoa cuja autoridade é sentida também na obra produzida. Assim, a obra é constituída de ao menos duas identidades autoritativas identificáveis na obra que pode ser palco de negociações, contestações e dominação. Da mesma forma, devemos ser cautelosos ao concordar com a afirmação de McGrady de que presentes eram responsáveis por cultivar a comunidade pois como vimos podem ser responsáveis por criar tensões ao serem objetos de dons e contradons agressivos. A própria autora aborda momentaneamente a possibilidade, mesmo sem abordá-la completamente, ao tratar do cenário de patrocínio competitivo identificado e explorado por Cristina de Pisano, que também aproveitou-se das relações de dom e contradom, e da competitividade geral das cortes medievais.

É importante salientar que o patrocínio de obras, que no medievo eram em sua grande maioria de cunho religioso, e a salvação da alma do patrono (e, portanto, necessariamente relacionadas com o sacrifício) intimamente conectadas. Não há ainda a arte pelo sentido da arte e preocupação com o desenvolvimento cultural da sociedade, o que existe é uma recorrente preocupação com a salvação da alma através de obras caridosas, como afirma Luxford “Como a aquisição de terras, digamos, ou o aumento das mesadas conventuais, [o patrocínio da arte] era um ato de devoção, caridade e responsabilidade, bem como um significante de virtude genérica.”³⁷⁸.

Deborah. **The Writer's Gift Or the Patron's Pleasure?: The Literary Economy in Late Medieval France**. Toronto: University of Toronto Press, 2019, p. 16.

³⁷⁷ Original: “As manifestations of the patron’s pleasure, books were material commodities that signalled the power and authority of the patron; as gifts, the knowledge contained within was confirmed as an incomparable treasure with transformative powers. As ordered works they celebrated the owner, as gifts, text cultivated community.”. Trad. Própria. *Ibid.*, p. 251.

³⁷⁸ Trad. Própria: “Like the acquisition of land, say, or augmentation of conventual allowances, it [art patronage] was an act of devotion, charity, and accountability, as well as a signifier of generic virtue.”. LUXFORD, Julian. *The Construction of English Monastic Patronage*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 36.

Por fim, podemos apontar que “O patrocínio pode vir de várias direções e pode assumir muitas formas, desde o pagamento direto por um projeto, ao patrocínio de longo prazo de um indivíduo, a decisões tomadas em resposta e antecipação aos desejos não declarados de uma pessoa poderosa”³⁷⁹, e que a figura do ator-patrono está, acima de tudo, ligada à autoridade. O patrocínio, por sua característica autoritativa e identitária (em função da caracterização e reconhecimento da autoridade do patrono na obra), está intimamente conectado com a relação de dom e contradom e do sacrifício-caridade, ao nosso ver mais ainda que pressupõe McGrady, e é esta relação que procuraremos explorar no último capítulo ao tratar do patrocínio dos bestiários Ms. 24 e 1511. Como diz Luxford, “Questões de honra e obrigação, ciclos de dar presentes e o poder dos presentes são retratados de maneiras que têm valor para o medievalista capaz de abandonar sua aversão aos paradigmas transculturais e transhistóricos.”³⁸⁰.

³⁷⁹ Trad. Própria: “Patronage can come from multiple directions, and it can take many forms, from direct payment for a project, to long-term sponsorship of an individual, to decisions made in response to, and anticipation of, a powerful person’s unstated desires”. PERKINSON, Stephen. *Portraits & Their Patrons: Reconsidering Agency in Late Medieval Art*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 274.

³⁸⁰ Trad. Própria: “Matters of honor and obligation, cycles of gift-giving, and the power of gifts are canvassed in ways that have value for the medievalist able to drop his or her aversion to transcultural and transhistorical paradigms”. LUXFORD, Julian. *The Construction of English Monastic Patronage*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 51.

Capítulo 4 - Materialidade e Arqueologia do manuscrito

Este capítulo trata da análise dos dois manuscritos propostos, MS. 24 e MS. 1511, identificação e características materiais de cada um dos bestiários, apresentando suas particularidades de produção. Iniciaremos com a análise do MS. 24 e em seguida do MS. 1511 para que ao final possamos salientar as características que nos são relevantes. Para se produzir manuscritos eram necessários grandes gastos e um longo período de preparação em especial para manuscritos de luxo, como os aqui analisados. Já abordamos anteriormente o processo de produção de manuscritos, mas cabe lembrar que inicialmente este processo era feito por monges e, após o século XIII, o local de produção de manuscritos aos poucos se transfere dos campos para as cidades, em especial para as cidades que tinham atividades universitárias, cuja demanda por textos é atendida pelos livreiros profissionais. Janetta Benton identifica ao menos 5 processos/profissionais pelos quais um manuscrito deveria passar antes de ser entregue ao consumidor primário.

Manuscritos eram produzidos de acordo com uma divisão de trabalho entre: (1) o pergaminheiro ou ‘percamenarius’, que fazia o pergaminho ou vellum, um membro de uma conhecida profissão durante a Idade Média; (2) o copista, um escriba profissional (talvez um clérigo) ou estudante, que trabalhosamente copiava os textos; (3) o iluminador da cópia que decorava as letras e bordas; (4) o miniaturista que pintava as iluminuras, trabalhando a partir de instruções escritas, esboços, e livros de modelos; e finalmente, (5) o encadernador que costurava os fólhos juntos.³⁸¹

Estas características da produção dos manuscritos são determinantes em nossa análise a respeito do patrocínio, pois acredita-se que a materialidade do manuscrito, ou seja, suas características físicas, são marcadas por complexos processos culturais e sociais. A corriqueira utilização de ouro, alta qualidade de pergaminho e bem definidas e coloridas iluminuras apontam para experientes profissionais cujo *scriptorium* era equipado para a produção de manuscritos de luxo, reduzindo assim as possibilidades do local de produção visto que não eram todas as instituições religiosas (como mosteiros e catedrais) que possuíam *scriptoria* ou, se possuíam, eram capaz de arcar ou tinham experiência com a produção de manuscritos de luxo. Da mesma forma, não eram todos

³⁸¹ Original: “Manuscripts were produced according to a division of labor between: (1) the parchmenter or ‘percamenarius,’ who made the parchment or vellum, a member of a well-known profession during the late Middle Ages; (2) the copyist, a professional scribe (perhaps a cleric) or student, who laboriously copied the texts; (3) the copy illuminator who decorated the letters and borders; (4) the illuminator who painted the illuminations, working from written instructions, sketches, and model books; and finally, (5) the binder who stitched the folios together.”. Trad. própria. BENTON, Janetta Rebold – **Materials, Methods, and Masterpieces of Medieval Art**. ABC-CLIO, 2009, p. 3.

os livreiros do início do século XIII que poderiam produzir manuscritos como estes, também limitando a possibilidade de produção laica. Desta forma, ao buscar respostas para nossas perguntas iniciais faz-se absolutamente necessário olhar para a materialidade dos manuscritos.

O MS. 24, conhecido como Bestiário de Aberdeen, é um manuscrito que se encontra atualmente na Seção de Manuscritos da Biblioteca da Universidade de Aberdeen, Escócia. O manuscrito foi datado pela primeira vez por Montague R. James, que estabeleceu a data de criação do bestiário no final do século XII³⁸², esta datação foi revisada posteriormente por Willene B. Clark que estipulou a data de criação entre 1200 e 1210³⁸³, esta é a datação atualmente aceita e utilizada em pesquisas de bestiários.

A trajetória conhecida do manuscrito inicia-se em 1542 na Royal Library do palácio de Westminster, onde foi identificado no catálogo do ano 1542 sob a entrada número 518. O número é perceptível a partir de uma marcação no primeiro fólio do manuscrito (f. 1r), e é atribuído à Royal Library em razão da marcação característica de John Leland feita no catálogo de 1542³⁸⁴. O manuscrito foi dado para Thomas Reid (m. 1627) que o entregou para Mariscall Colledge, que viria a se tornar a Universidade de Aberdeen, onde reside até hoje. Nossa tarefa de identificar precisamente a proveniência do manuscrito se torna bastante difícil visto que a digitalização do manuscrito, apesar de completa no sentido textual e imagética, não foi feita na *flyleaf* onde estão informações de catalogações feitas anteriormente. Para obter as informações completas, devemos à descrição codicológica feita por Clark, incluindo detalhes como tamanho dos fólios.

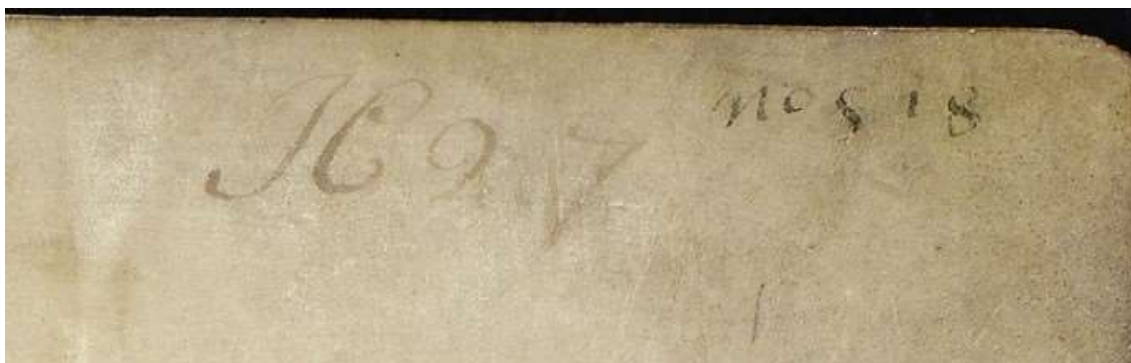
Podemos observar que no ano de 1542 o bestiário se encontrava em uma biblioteca real, mesmo não possuindo um patrono ou destinatário conclusivo. A biblioteca real (Royal Library) possuía um catálogo enorme de manuscritos que devem sua união principalmente à figura de John Leland. Em 1542, Leland encontrou na Upper Library, no palácio de Westminster, ao menos 910 livros que compuseram a biblioteca e os catalogou no que ficou conhecido como Catálogo de 1542. Estes livros, que formaram parte da base do que seria a Royal Library, sofreram com o descaso e a falta de uma política de estabelecimento de uma biblioteca real, que só foi ser firmada posteriormente

³⁸² JAMES, Montague R. **The Bestiary**, Oxford: Roxburghe Club, 1928, p. 55.

³⁸³ CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 68.

³⁸⁴ CARLEY, James. **Books seen by Samuel Ward 'in bibliotheca regia' circa 1614**, The British Library Journal, 16, 1990, p. 90.

com James I, o bibliotecário real Sir. Peter Young e seu filho Patrick Young³⁸⁵. Antes de se tornar uma verdadeira biblioteca real, a coleção sofria com descaso, vendas, destruição e subtração de itens por colecionadores³⁸⁶. Empréstimos ou doações também aconteciam, como nos parece ser o caso do Bestiário de Aberdeen, que saiu desta mesma coleção e terminou sua jornada na Universidade de Aberdeen.



(Fig. 1 - MS. 24, f. 1r.)

A segunda metade do século XVI em diante foi um momento especialmente interessante para a proliferação de colecionadores e antiquaristas, nomes como Thomas Bodley (1545 - 1613), Robert Cotton (1570 - 1631) e William Camdem (1551 - 1623) cujas grandes coleções literárias, que atualmente podem ser vistas em bibliotecas, foram diretamente construídas a partir da coleta e compra de livros de monastérios dissolvidos. A extinção dos monastérios iniciada em 1536 atingiu com força os mosteiros, igrejas, catedrais e locais religiosos ingleses em razão da Reforma Protestante conduzida por Henrique VIII, e conseqüentemente teve um grande peso na destruição, desaparecimento e venda de livros anteriormente lotados em bibliotecas católicas.

Imagina-se que haviam vários livros de coleções reais no catálogo de 1542, mas James Carley acredita que a maioria dos livros no catálogo eram fruto da extinção de monastérios³⁸⁷. Logo, existem duas possibilidades a respeito da proveniência do MS. 24: vieram de uma coleção real ou foram expatriados durante ou após a Reforma Protestante. Sobre seu destino final, se nota que Sir. Peter Young e seu filho Patrick Young eram escoceses e tiveram sua formação no Marischal College, onde conheceram Thomas Reid que era reitor dessa mesma universidade.

³⁸⁵ ³⁸⁵ CARLEY, James. **Books seen by Samuel Ward 'in bibliotheca regia' circa 1614**, *The British Library Journal*, 16, 1990, p. 90.

³⁸⁶ *Idem.*

³⁸⁷ *Ibid*, 89.

Extremamente rico, o manuscrito conta com diversas cores fortes e onerosas como o azul ultramarino, vermelho e ouro, indicando que o investimento na produção do manuscrito foi alto o suficiente para limitar o patrono do manuscrito em poucas pessoas, sejam elas seculares ou eclesiásticas. Clark comenta em *A Medieval Book of Beasts* que o bestiário de Aberdeen é provavelmente um dos bestiários mais bem iluminados, e mostra a *expertise* artística envolvida no processo³⁸⁸. No entanto, ambos manuscritos apresentam tal riqueza no processo de criação e a qualidade material e artística do MS. 1511 é similar à do MS. 24.

O *velum*, pergaminho feito da pele animal, provavelmente é bastante fino o que indica que manuscrito é de qualidade excepcional uma vez que quanto mais fino o pergaminho, melhor seria o resultado final do manuscrito. Encontra-se poucos danos relevantes no manuscrito, oito excisões podem ser observadas. A única cor do manuscrito que apresenta desgaste é a verde, que passou por um processo de oxidação e se tornou opaca e cinzenta na maioria das iluminuras.

O picotamento é visível em alguns fólios, assim como a justificação plumbagina. O documento foi escrito com a letra *textura formata* gótica por pelo menos três mãos, e possivelmente quatro. Duas delas são responsáveis por grande parte do manuscrito, uma aparece esporadicamente e a quarta aparece pontualmente no meio de tratados³⁸⁹.

O início de cada tratado possui uma letra inicial, e o início de cada capítulo (*incipit*) inicia com uma letra capitular. Foi possível classificá-las em quatro tipos de letras iniciais e duas variações³⁹⁰. A primeira, Tipo 1 (T1), é a mais comum, indicando junto com a rubrica, quando a há, o início de tratados. O corpo da letra é folheado a ouro e a coloração interior ou exterior é vermelha ou o azul. É ornamentada com filigranas brancas no interior da letra. A variação dessa letra é T1V1, esta possui filigranas fitomórficas policromáticas ou monocromáticas vermelhas e/ou azuis na parte exterior da letra que ocupam parte da margem ou goteira. A segunda variação (T1V2) se assemelha à primeira, mas as ornamentações filigranadas exteriores são curtas. Apenas 4 letras iniciais possuem uma caixa exterior (f. 1r, 5v, f. 36r e f. 49r), e a disposição das letras é sequencialmente alternada entre as cores de fundo vermelho e azul.

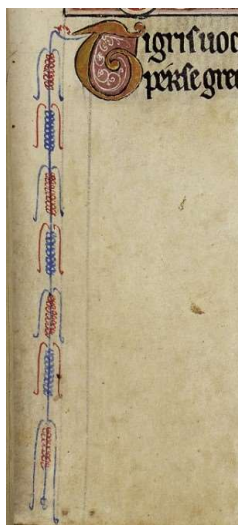
³⁸⁸ CLARK, Willene. *A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation*, 2006, p. 71.

³⁸⁹ Exemplos se encontram nos fólios f. 1r, f. 19r e f. 94r. Existe a possibilidade de existir uma quarta mão no fólio f. 26r.

³⁹⁰ As classificamos com as siglas “T” de “Tipo” e “V” de “Variação”. O número seguinte indica qual tipo e variação ela se insere.



(Fig. 2 - T1 - MS. 24, f. 68v)



(Fig. 3 - T1V1 - MS. 24, f. 8r)



(Fig. 4 - T1V2 - MS 24, f. 18v)

A segunda forma de letra inicial (T2) é muito mais rebuscada, conta com folheamento a ouro, fundo em vermelho e/ou azul, filigranas que ocupam parcialmente o fólio, e motivos fitomórficos e/ou zoomórficos de várias cores no interior da letra (ff. 7r, 25v, 36v, 64v, 72v, 72r, 77v, 80v, 89r, 91r). Este segundo tipo (T2) normalmente indica o início de capítulos, como o começo do bestiário (f. 7r) ou o tratado dos *Vermibus* (f. 72r), as únicas exceções desta regra são o início do tratado do *Pica*³⁹¹ (Magpie/Pêga) e do início do tratado da árvore *Peridens*³⁹². O terceiro tipo (T3) consiste de uma letra inicial vermelha ou azul simples com ocasionais filigranas de pequeno tamanho, aparece apenas em alguns tratados³⁹³ e se diferencia por aparecer no meio do texto. O quarto tipo (T4) consiste de letras iniciais bastante filigranadas azuis ou vermelhas que se intercalam no manuscrito. Aparecem a partir do f. 94r, com o início do *Lapidarium*.

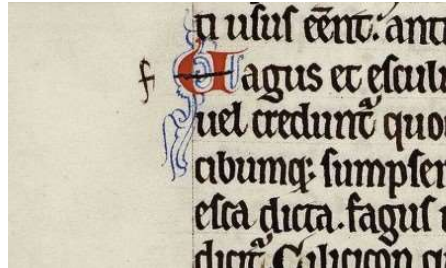
³⁹¹ Esta anormalidade pode ser explicada por uma indicação de anormalidade em relação à figura do *Pica* e sua iluminura, que será explorada no capítulo 3.

³⁹² A árvore *Peridens* precede imediatamente o início do tratado das serpentes e está intimamente ligada ao dragão e sua metáfora, portanto faz sentido que a letra capitular seja neste tratado.

³⁹³ Com grandes diferenças entre a T1 e T2, a letra T3 é bastante simples e aparece de forma escassa. Tal fenômeno pode indicar que alguns espaços para as iniciais foram deixados incompletos no século XIII e portanto essas iniciais possivelmente foram iluminadas no século XIV junto com a adição do *Lapidarium*.



(Fig. 5 - T2 - MS. 24, f. 36v)



(Fig. 6 - T3 - MS. 24, f. 79v)



(Fig. 7 - T4 - MS. 24, f. 101r)

As iluminuras do bestiário são bem definidas e fluidas, Clark e Muratova apontam para ao menos dois responsáveis pelas iluminuras, um mestre e um aprendiz³⁹⁴. O mestre também é creditado com a iluminação de partes do MS. 1511. Além da qualidade artística da iluminação, a utilização das cores pelos coloristas também é digna de nota e de alta qualidade. Nos chama atenção algo no fundo das iluminuras, os vegetais que são representados em segundo plano. Pode-se observar que até o fólio 21r, os vegetais são policromáticos e apresentam uma forma de bulbo (Fig. 2), quase como uma pinha, enquanto posteriormente, a partir da iluminura do porco-espinho (f. 24r), o estilo de ilustração de vegetais muda completamente (Fig. 3). As únicas exceções são no tratado da águia (f. 61v), que por alguma razão apresenta uma mistura dos dois estilos de ilustração de vegetais, e no tratado da pedra *Igniferis*.

³⁹⁴ MURATOVA, Xenia. *Workshop Methods in English Late Twelfth-Century Illumination and the Production of Luxury Bestiaries*. In: CLARK, Willene B.; McMUNN, Meradith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989, p. 55; CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 68.



(Fig. 8 - MS. 24, f. 61v)



(Fig. 9 - MS. 24, f. 24r)

O manuscrito 24 conta com 103 fólhos, dos quais 94 compõe o bestiário e 10 compõe um lapidário que estima-se ser do século XIV. Não é tão raro observar este tipo de associação de manuscritos em códices, Ron Baxter estipula que 10% dos bestiários estão em associação com lapidários, assim como textos médicos (10%), maravilhas e milagres (13%), narrativas bíblicas (10%), vida de santos (27%), sermões (27%), virtude e vício (30%)³⁹⁵. A análise de Baxter envolveu 30 bestiários de diversas famílias e datações, e, apesar de nos fornecer dados iniciais, acaba por não explorar as especificidades de cada bestiário, como já era esperado de uma perspectiva estatística. Muitas vezes os textos eram agrupados posteriormente, ou seja, a anexação do lapidário em um códice contendo um bestiário não necessariamente reflete relação entre ambos os textos, no entanto indica como o códice foi utilizado posteriormente à sua criação. Não era incomum na Idade Moderna combinar em um códice textos medievais para seguir uma lógica moderna, o que nos fornece bastante informação sobre a organização lógica literária e sistematização do conhecimento moderno, mas não nos oferece muito quando o medieval é estudado. Deve-se tratar com muito cuidado quando tenta-se relacionar o bestiário, ou qualquer outro texto medieval, com um outro texto que faz parte do mesmo códice, se atentando para as marcas de produção (especialmente o *binding*), qualidade do fólho, correspondência da escrita e estilo.

Dito isso, é relevante observar que 33% dos textos estão relacionados à *mirabilia* (Milagres e maravilhas) e um modelo de conhecimento aristotélico lógico pré-enciclopédico (textos médicos e lapidários), enquanto outros 94% estão relacionados à teologia e *exempla* (virtude e vício, sermões e narrativas bíblicas). Não sabemos quantos

³⁹⁵ BAXTER, Ron. *Bestiaries and Their Users in the Middle Ages*, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 189.

desses textos foram anexados ainda durante o medievo, mas sabemos que houve uma mudança epistemológica no século XIV, que seguramente teve um reflexo na organização de textos em códices medievais.

Como dito anteriormente, o bestiário de Aberdeen possui 94 fólhos, mas deveria possuir mais. Clark contabilizou a falta completa de 12 capítulos, 2 cenas da criação e 5 capítulos parciais e, quando comparado com o MS. 1511, uma falta total de 34 fólhos, incluindo várias iluminuras³⁹⁶. Observando os 93 fólhos ainda existentes³⁹⁷, o bestiário possui 6 iluminuras da Criação, uma cena de Cristo em Majestade que antecede o texto do bestiário, 35 tratados sobre bestas dos quais são 30 iluminados, 42 tratados sobre aves dos quais 41 são iluminados, 16 tratados sobre serpentes dos quais 16 são iluminados, um capítulo sobre vermes, 5 tratados sobre peixes sem iluminuras, 19 tratados sobre plantas sem iluminuras, 3 tratados sobre o ser humano de acordo com Isidoro que contam com 1 iluminura representando Isidoro escrevendo, 1 tratado sobre rochas que é iluminado.

Foram considerados tratados apenas os trechos que iniciam com algum tipo de letra capitular, inicial ou rubrica que indicam visualmente o *incipit* dos tratados. Existem algumas passagens no manuscrito que não são iniciadas com letras capitulares, iniciais ou rubricas, mas consistem de animais diferentes, como grande parte do capítulo sobre os peixes. Também foram apenas considerados e contabilizados os tratados referentes à porção do manuscrito produzida no século XIII, o lapidário produzido posteriormente ao século XIII e mais tarde anexado ao bestiário não foi contabilizado pois faz parte de um outro contexto de produção e nos fornece informações que não são essenciais para o presente estudo.

Os tratados foram escritos de acordo com seu nome em latim para evitar confusões denominativas linguísticas ou sua impossibilidade, como é o caso de *nicorace*, *bubone* e *noctua* que são todas corujas diferentes. Os tratados são:

³⁹⁶ CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 224.

³⁹⁷ Exclui-se da contabilização os fólhos do lapidário.

Tabela 7
Ordem de tratados do MS. 1511

	<i>Incipit liber de naturis bestiarium</i>		
1.	<i>Leo</i> ^{VI}	37.	<i>Aquilone</i>
2.	<i>Tigris</i>	38.	<i>Accipiter</i>
3.	<i>Pardo</i>	39.	<i>Turure</i> ^{IIIIV}
4.	<i>Pantera</i>	40.	<i>Palma</i>
5.	<i>Elefans</i> ^{II}	41.	<i>Cedro</i>
6.	<i>Castore</i>	42.	<i>Pellicano</i>
7.	<i>Ibex</i>	43.	<i>Nicorace</i>
8.	<i>Yena</i>	44.	<i>Epopo</i>
9.	<i>Bonnacon</i>	45.	<i>Pica</i>
10.	<i>Sime</i>	46.	<i>Corvo</i>
11.	<i>Satiris</i>	47.	<i>Gallo</i> ^{III}
12.	<i>Cervis</i> ^{III}	48.	<i>Strutione</i>
13.	<i>Capre</i>	49.	<i>Vultur</i>
14.	<i>Caprea</i>	50.	<i>Gruis</i>
15.	<i>Monocero</i>	51.	<i>Milvo</i>
16.	<i>Urso</i>	52.	<i>Psitaco</i>
17.	<i>Leucrota</i>	53.	<i>Ibice</i>
18.	<i>Parander</i> ^{II}	54.	<i>Yrundine</i>
19.	<i>Vulpe</i>	55.	<i>Ciconia</i>
20.	<i>Eale</i>	56.	<i>Merula</i>
21.	<i>Lupo</i>	57.	<i>Bubone</i>
22.	<i>Canis</i> ^V	58.	<i>Hupupa</i>
23.	<i>Ove</i> ^{III}	59.	<i>Noctua</i> ^{III}
24.	<i>Vervece</i>	60.	<i>Vespertilione</i>
25.	<i>Agno</i>	61.	<i>Gragulo</i> ^{III}
26.	<i>Hyrco</i> ^{III}	62.	<i>Lucinia</i>
27.	<i>Apro</i>	63.	<i>Ansere</i>
28.	<i>Iuvenco</i> ^{III}	64.	<i>Ardea</i>
29.	<i>Equo</i> ^{II}	65.	<i>Perdice</i> ^{IIIIV}
30.	<i>Musione</i>	66.	<i>Altione</i>
31.	<i>Muribus</i>	67.	<i>Fulica</i>
32.	<i>Mustela</i>	68.	<i>Fenice</i> ^{IV}
33.	<i>Talpa</i>	69.	<i>Caladrio</i>
34.	<i>Ericiis</i>	70.	<i>Coturnice</i>
35.	<i>Formicus</i>	71.	<i>Cornice</i>
	<i>Incipit de Avibus</i>	72.	<i>Cigno</i>
36.	<i>Columbe</i> ^V	73.	<i>Anatibus</i>
		74.	<i>Pavone</i>
		75.	<i>Aquila</i>
		76.	<i>Apibus</i>
		77.	<i>Peridens</i>
			<i>Incipit de Serpentibus</i>
		78.	<i>Draconibus</i>
		79.	<i>Basilisco</i>
		80.	<i>Vipera</i>
		81.	<i>Aspide</i>
		82.	<i>Scitalis</i>
		83.	<i>Anphivena</i>
		84.	<i>Ydro</i>
		85.	<i>Boa</i>
		86.	<i>Iaculo</i>
		87.	<i>Sirenis</i>
		88.	<i>Seps</i>
		89.	<i>Lacerto</i>
		90.	<i>Salamandra</i>
		91.	<i>Saura.</i>
		92.	<i>Stellio</i>
		93.	<i>Serpentibus</i>
			<i>Incipit de Vermibus</i>
			<i>Incipit de Piscibus</i>
		94.	<i>Balenda</i> ^{II}
		95.	<i>Serra</i> ^I
		96.	<i>Delfinibus</i> ^I
		97.	<i>Porcis Marinis</i> ^I
		98.	<i>Cocodrillo</i> ^I
			<i>Incipit de Arboribus</i>
		99.	<i>Ficu</i> ^I
		100.	<i>Rubus</i> ^I
		101.	<i>Sicomorus</i> ^I
		102.	<i>Nux</i> ^I
		103.	<i>Nux</i> ^I
		104.	<i>Ilex</i> ^I
		105.	<i>Fagus</i> ^I
		106.	<i>Pistatia</i> ^I
		107.	<i>Abies</i> ^I
		108.	<i>Cedrus</i> ^I
		109.	<i>Cipressus</i> ^I
		110.	<i>Juniperus</i> ^I

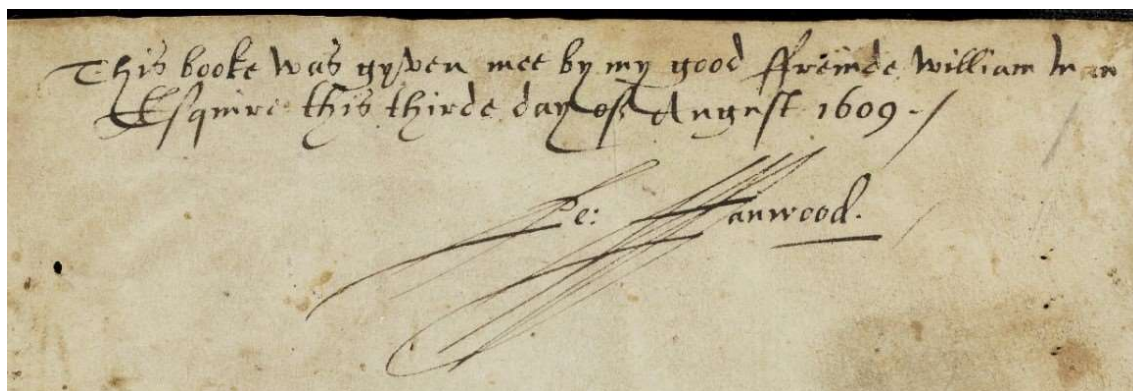
111.	<i>Platanus^I</i>	116.	<i>Vimen^I</i>	119.	<i>Ysidorus</i>
112.	<i>Quercus^I</i>	117.	<i>Bruxus^I</i>		<i>de Membris</i>
113.	<i>Fraxinus</i>	118.	<i>Ysidorus</i>		<i>Hominis^I</i>
	^I		<i>de Natura</i>	120.	<i>De Etate</i>
114.	<i>Ulmus^I</i>		<i>Hominis</i>		<i>Hominis^I</i>
115.	<i>Salix^I</i>			121.	<i>Igniferis</i>

Legenda: I - Sem iluminura; II - Sem iluminura: Fólio perdido; III - Iluminura excisada; IV - Duas iluminuras sobre o mesmo tratado; V - Três iluminuras sobre o mesmo tratado; VI - Espaço vazio não iluminado.

Ms Ashmole 1511

O manuscrito Ashmole 1511 se encontra na Bodleian Library, parte da Universidade de Oxford, Inglaterra. O manuscrito foi datado, assim como seu manuscrito irmão MS. 24, em 1200-1210³⁹⁸ e também faz parte da Segunda Família de bestiários.

A trajetória do manuscrito é conhecida a partir de 1550, quando William Wryght pároco de Chipping Wycombe anota seu nome, profissão e ano no f. 8r do manuscrito, entre as cenas da Criação e Cristo em Majestade. Uma inscrição no f. 1r (Fig. 10) diz “This booke was gyven mee by my good freinde William Man Esquire this thirde day of August 1609. Pe: Manwood”³⁹⁹ indicando que em algum momento, o manuscrito já estava nas mãos de William Mann e foi doado para Peter Manwood em 1609.



(Fig. 10 - MS. 1511, f. 1r)

³⁹⁸ CLARK, Willene. *A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation*, 2006, p. 223.

³⁹⁹ Bodleian MS. Ashmole 1511, f. 1r.

Peter Manwood foi um proeminente membro da sociedade inglesa no fim século XVI e início do século XVII, participando de atividades políticas e membro da Sociedade de Antiquários de Londres⁴⁰⁰. Em uma das coleções de documentos de manuscritos da British Library, a coleção Lansdowne, há uma carta de Peter Manwood para Robert Cotton requisitando um livro sobre a vida de Henrique VIII⁴⁰¹. Cotton foi um famoso antiquarista e colecionador de livros e manuscritos, e seu grande acervo atualmente compõe parte do acervo da British Library. A correspondência entre ambos permite estabelecer Manwood dentro de uma pequena, mas significativa rede de colecionadores ingleses de manuscritos da qual o proprietário anterior, William Man Esq., pode ter participado. Em 1623 o bestiário já estava na coleção de John Tradescant, coleção esta que se tornou posse de Elias Ashmole, outro conhecido antiquarista inglês. Após a morte de Ashmole, toda sua coleção foi doada para a Universidade de Oxford, onde hoje se encontra no Bodley Museum⁴⁰².

Infelizmente o MS. Ashmole 1511, assim como o bestiário de Aberdeen, não teve seu local de produção identificado conclusivamente. Diversas estimativas sobre o local de produção dos manuscritos foram feitas, Xenia Muratova sugere que os manuscritos foram produzidos em Lincoln⁴⁰³ baseando-se na análise do estilo das iluminuras. Nigel Morgan⁴⁰⁴ em seu estudo sobre manuscritos produzidos na Inglaterra propõe London e Oxford como possíveis centros de produção dos manuscritos MS. 24 e MS. 1511, enquanto Clark⁴⁰⁵ indica a região do sul da Inglaterra, em especial Canterbury.

Assim como o MS. 24, o MS. 1511 é um manuscrito muito rico, todas as iluminuras são folheadas a ouro e as cores são vivas e fortes, possivelmente contando com cores como o azul ultramarino. Alguns detalhes no folheamento a ouro deste manuscrito o diferenciam do MS. 24, existem alguns desenhos geométricos (Fig. 11) e florais em várias iluminuras que passam quase despercebidos, é um tipo de decoração bastante sutil que não aparece desta forma em nenhum outro bestiário que pudemos analisar.

⁴⁰⁰ <<http://www.historyofparliamentonline.org/volume/1558-1603/member/manwood-peter-1571-1625>>. Acessado em: 23/06/2019 às 16:20.

⁴⁰¹ BL. MS. 89/95: 6 Jul 1606.

⁴⁰² As informações da proveniência são um texto resumido baseado na pesquisa de Willene Clark e Xênia Muratova. Ver: CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 223; MURATOVA, Xenia. *Etude du manuscrit*, in: **Bestiarium. Fac-simile du manuscrit du bestiaire Ashmole 1511 conservé a la Bodleian Library d'Oxford**, Paris, 1984.

⁴⁰³ XENIA, Muratova. *Bestiaries: an aspect of medieval patronage*, In: Sarah Macready & F.H. Thompson, ed., *Art and patronage in the English Romanesque*, London: Society of Antiquaries, 1986, 120.

⁴⁰⁴ MORGAN, Nigel. **Early Gothic Manuscripts**, Tomo I, 1983, p. 94.

⁴⁰⁵ CLARK, Willene. op. cit., 2006, p. 71.



(Fig. 11 - MS 1511, f. 23v)

O estilo do desenho nas miniaturas é bastante similar ao MS. 24, Clark e Muratova afirmam que ao menos um dos iluminadores participou da produção de ambos manuscritos⁴⁰⁶. O estilo geral, no entanto, difere um pouco do MS. 24, apresentando um padrão de desenho um pouco mais esguio quando representando humanos, também utiliza mais o cabelo ruivo enrolado que o loiro. No geral, algumas diferenças podem ser observadas, como o posicionamento das mãos.

No que concerne ao estilo de desenho, no rosto vemos a maior diferença. No MS. 24 observamos a face um pouco mais curta e arredondada com bochechas avantajadas, já no MS. 1511 o rosto é mais alongado e fino, um tanto quanto desproporcional ao restante do corpo. Notadamente, observa-se também que ambos os homens representados na iluminura do MS. 1511 são ruivos, ao contrário do MS. 24 que são loiros. O posicionamento do corpo do homem à esquerda no MS. 1511 é ligeiramente diferente do mesmo homem no MS. 24. No primeiro, seu corpo está voltado para frente com as pernas abertas em uma posição estável, no segundo as pernas estão em uma posição que pode indicar movimento, com a perna direita à frente da esquerda e o pé virado para fora. Observa-se também como ambas iluminuras se comportam em relação à moldura: no MS. 1511 os corpos são restritos pela moldura policromática, mas as armas se projetam para fora dos limites da caixa. No MS. 24, os limites impostos pela moldura são parcialmente

⁴⁰⁶ CLARK, Willene. *A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation*, 2006, p. 240; MURATOVA, Xenia. *Workshop Methods in English Late Twelfth-Century Illumination and the Production of Luxury Bestiaries*. In: CLARK, Willene B.; McMUNN, Meredith T. (eds.). *Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989, p. 56.

ignorados pelos pés e armas que se sobrepõe à moldura, mas sem invadir o espaço exterior.



(Fig. 12 -MS. 1511, f. 17r)



(Fig. 13 - MS. 24, f. 11r)

Essas pequenas diferenças no desenho ocorrem recorrentemente quando compara-se ambos manuscritos, mas não acredita-se aqui que essas dissimilaridades são significativas ao ponto de considerá-las mudanças relacionadas à função ou uso, creditamos estas modificações ao estilo dos iluminadores que, nesta iluminura, aparenta ser dois iluminadores diferentes. Não iremos nos aprofundar nas claras modificações de pigmentos utilizados na pintura da iluminura pois possivelmente os responsáveis pelos desenhos não eram encarregados de colorir os desenhos visto que existem instruções em francês arcaico no MS. 24 que indicam quais cores utilizar⁴⁰⁷.

A representação das plantas também é bastante similar ao MS. 24, pudemos identificar dois estilos predominantes: o primeiro estilo (Fig. 14) apresenta os vegetais com um traço oval ou redondo, com pinturas monocromáticas trabalhando em conjunto com espaço negativo ou a cor branca; o segundo estilo (Fig. 15) é mais fluido, policromático e se assemelha bastante com o segundo estilo do MS. 24. As únicas exceções para essa mudança são as iluminuras da *Igniferis*, última iluminura do bestiário, e na iluminura do lobo, que apresenta diversas diferenças em relação às outras iluminuras dos MSS. 1511 e 24. As implicações dessa relação de correspondência entre a ilustração de vegetais nos MSS. 24 e 1511 serão abordadas com maior profundidade mais a frente.



(Fig. 14 - MS. 1511, f. 25r)



(Fig. 15 - MS. 1511, f. 77v)

Duas iluminuras, no entanto, chamaram nossa atenção, a primeira é uma das iluminuras da Fênix, como se vê abaixo:

⁴⁰⁷ CLARK, Willene. *A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation*, 2006, p. 275.



(Fig. 16 - MS. 1511, f. 68r)

Podemos perceber que há uma inscrição feita no folheamento a ouro, inscrição essa que não encontra-se em nenhum outro bestiário, nem mesmo no MS. 24. Apesar de inicialmente difícil de compreender, um simples tratamento de imagem com a negatificação das cores nos permite ler com facilidade a frase *PED IP ETIAM*. A tradução da palavra *IP* provou-se difícil de encontrar, mas com o auxílio de dicionários latinos pudemos chegar à seguinte frase: *Levanto-me Novamente*. A frase, mesmo não sendo encontrada no texto, está de acordo com o tratado da Fênix que diz que a ave é capaz de renascer das cinzas. Apesar de ser um detalhe bastante interessante que inclui a palavra *IP*, pouco utilizada, ainda não pudemos extrair dessa inscrição qualquer informação relevante para a questão do patrocínio. A frase, no entanto, nos revela o quão singular é cada bestiário, cuja especificidade pode se apresentar em pequenos detalhes como este.

A segunda iluminura que nos chama atenção é a da Águia e se encontra no fólio 74r:



(Fig. 17 - MS. 1511, f. 74r)

Nesta iluminura, o modelo de desenho é o mesmo do MS. 24 e de vários outros bestiários da Segunda Família, mostra a águia pescando peixes em um corpo não especificado de água, no segundo quadro mostra a águia mergulhando em um poço que, segundo o texto, recupera suas forças. Na parte de cima há um grande sol dourado e vermelho que, de acordo com o bestiário, a águia voa em sua direção quando está velha e seus olhos pouco enxergam, a força do sol limpa seus olhos e a águia então volta a enxergar como antes.

O que nos chamou atenção e que também não se encontra em nenhum outro bestiário está dentro do sol:



(Fig. 18 - MS. 1511, f. 74v)

Podemos identificar o rosto de um homem no centro do sol, seus cabelos são médios e encaracolados. Como podemos observar, este rosto é mais ovalado que outros representados no bestiário e o cabelo também difere um pouco. Infelizmente não podemos afirmar que o mesmo ocorre no MS. 24, pois o lugar em que o sol ficava sofreu danos e reparos que impossibilitam determinar a recorrência do rosto.

Sóis são representações relativamente comuns na arte medieval, em iluminuras e até mesmo em bestiários, apenas no MS. 1511 encontramos 3 (ff. 52v, 68v e 83v). Mas sóis com rostos são mais difíceis de serem encontrados, normalmente estão associados a manuscritos astronômicos ou heráldicos e são chamados de sol em esplendor como nesta iluminura:



(Fig. 19 - MS. 55.K.2 [Rossi 17], f.10r)⁴⁰⁸

A singularidade desta ornamentação em relação a representação solar neste bestiário e em outros manuscritos nos leva a crer que a mesma tem como função representar alguém relevante na produção do MS. 1511, como seu patrono ou responsável pela produção. A partir do busto podemos obter algumas informações relevantes, como de seu cabelo. A hipótese de que o busto representa algum eclesiástico responsável pela produção encontra dificuldades uma vez que o busto não apresenta um dos marcadores de identidade clerical, a tonsura. A ausência de atributos reais como a coroa, capa ou cetro, também nos leva a crer que não se trata de uma representação real. Resta-nos considerar a possibilidade de representar alguém da alta aristocracia, baronato ou uma representação de um eclesiástico de alta influência que por alguma razão não foi desenhado com a característica tonsura ou um clérigo laico.

Outras ornamentações relevantes no manuscrito são as letras capitulares e iniciais, existindo duas formas de letras, T1 e T2. A letra T1 é uma letra inicial monocromática azul ou vermelha com filigranas azuis ou vermelhas que contrapõe a cor base da letra, é bastante comum e utilizada para o início de tratados. A letra T2 é policromática, grande, e normalmente possui folheamento a ouro, caracteriza o início de capítulos.

⁴⁰⁸ Roma, Biblioteca Corsiniana, MS. 55.K.2 (Rossi 17).



(Fig. 20 - T1 - Ms. 1511, f. 17v)



(Fig. 21 - T2 - MS. 1511, f. 85r)

Encontramos 132 tratados no MS. 1511, e estes foram descritos aqui de acordo com seu nome em latim para evitar confusões denominativas linguísticas ou sua impossibilidade de compreensão, como é o caso de *nicorace*, *bubone* e *noctua* que são todas corujas diferentes. Os tratados são:

Tabela 8

Ordem de tratados do MS. 1511

1. <i>Leo</i>	30. <i>Vervece</i>	55. <i>Epopo</i>
2. <i>Tigris</i>	31. <i>Agno</i>	56. <i>Pica</i>
3. <i>Pardo</i>	32. <i>Hyrco</i>	57. <i>Corvo</i>
4. <i>Pantera</i>	33. <i>Apro</i>	58. <i>Gallo^{III}</i>
5. <i>Antalops</i>	34. <i>Iuvenco</i>	59. <i>Strutione</i>
6. <i>Unicorne</i>	35. <i>Bos</i>	60. <i>Vultur</i>
7. <i>Lince</i>	36. <i>Camelo</i>	61. <i>Gruis</i>
8. <i>Grife</i>	37. <i>Dromedario</i>	62. <i>Milvo</i>
9. <i>Elefans</i>	38. <i>Asino</i>	63. <i>Psitaco</i>
10. <i>Castore</i>	39. <i>Onagro</i>	64. <i>Ibice</i>
11. <i>Ibex</i>	40. <i>Equo</i>	65. <i>Yrundine</i>
12. <i>Yena</i>	41. <i>Musione</i>	66. <i>Ciconia</i>
13. <i>Bonnacon</i>	42. <i>Muribus</i>	67. <i>Merula</i>
14. <i>Sime</i>	43. <i>Mustela</i>	68. <i>Bubone</i>
15. <i>Satiris</i>	44. <i>Talpa</i>	69. <i>Hupupa</i>
16. <i>Cervis</i>	45. <i>Ericiis</i>	70. <i>Noctua</i>
17. <i>Capre</i>	46. <i>Formicus</i>	71. <i>Vespertilione</i>
18. <i>Caprea</i>		72. <i>Gragulo^{III}</i>
19. <i>Monocero</i>	<i>Incipit de</i>	73. <i>Lucinia</i>
20. <i>Urso</i>	<i>Avibus</i>	74. <i>Ansere</i>
21. <i>Leucrota</i>		75. <i>Ardea</i>
22. <i>Cocodrillo</i>	47. <i>Columbe^V</i>	76. <i>Sirena</i>
23. <i>Manticora</i>	48. <i>Aquilone</i>	77. <i>Cinnemologus</i>
24. <i>Parander</i>	49. <i>Accipitre</i>	78. <i>Perdice^{III IV}</i>
25. <i>Vulpe</i>	50. <i>Turure^{IV}</i>	79. <i>Altione</i>
26. <i>Eale</i>	51. <i>Palma</i>	80. <i>Fulica</i>
27. <i>Lupo</i>	52. <i>Cedro</i>	81. <i>Fenice^{IV}</i>
28. <i>Canis^V</i>	53. <i>Pellicano</i>	82. <i>Caladrio</i>
29. <i>Ove</i>	54. <i>Nicorace</i>	83. <i>Coturnice</i>

84. <i>Cornice</i>	104. <i>Saura.</i>	114. <i>Sicomor</i>
85. <i>Cigno</i>	105. <i>Stellio</i>	<i>us^I</i>
86. <i>Anatibus</i>	106. <i>Serpenti</i>	115. <i>Nux^I</i>
87. <i>Pavone</i>	<i>bus</i>	116. <i>Nux^I</i>
88. <i>Aquilla</i>	<i>Incipit de</i>	117. <i>Ilex^I</i>
89. <i>Apibus</i>	<i>Vermibus</i>	118. <i>Fagus^I</i>
90. <i>Peridens</i>	<i>Incipit de</i>	119. <i>Pistatia^I</i>
<i>Incipit de</i>	<i>Piscibus</i>	120. <i>Abies^I</i>
<i>Serpentibus</i>		121. <i>Cedrus^I</i>
91. <i>Draconibus</i>	107. <i>Balena^{II}</i>	122. <i>Cipressu</i>
92. <i>Basilisco</i>	108. <i>Serra^I</i>	<i>s^I</i>
93. <i>Vipera</i>	109. <i>Delfinibu</i>	123. <i>Juniperu</i>
94. <i>Aspide</i>	<i>s^I</i>	124. <i>Platanus^I</i>
95. <i>Scitalis</i>	110. <i>Porcis</i>	125. <i>Quercus^I</i>
96. <i>Anphivena</i>	<i>Marinis^I</i>	126. <i>Fraxinus</i>
97. <i>Ydro</i>	111. <i>Cocodril</i>	<i>I</i>
98. <i>Boa</i>	<i>lo^I</i>	127. <i>Ulmus^I</i>
99. <i>Iaculo</i>	<i>Incipit de</i>	128. <i>Salix^I</i>
100. <i>Sirenis</i>	<i>Arboribus</i>	129. <i>Vimen^I</i>
101. <i>Seps</i>		130. <i>Bruxus^I</i>
102. <i>Lacerto</i>	112. <i>Ficu^I</i>	131. <i>Ysidorus</i>
103. <i>Salaman</i>	113. <i>Rubus^I</i>	<i>de Natura</i>
<i>dra</i>		<i>Hominis</i>
		132. <i>Igniferis</i>

Legenda: I - Sem iluminura; II - Sem iluminura: Fólio perdido; III - Iluminura excisada; IV - Duas iluminuras sobre o mesmo tratado; V - Três iluminuras sobre o mesmo tratado; VI - Espaço vazio não iluminado.

Quando comparados os tratados entre os MSS. 24 e 1511 observa-se uma diferença no número presente que se explica pela perda de alguns fólhos do MS. 24, mas acredita-se que pela semelhança entre os manuscritos todo os tratados presentes no MS. 1511 também fizeram parte do MS. 24.

Após apresentados os manuscritos vemos que alguns detalhes sobressaem-se, como particularidades raramente vistas ou que não são vistos em nenhum outro manuscrito. Uma dessas particularidades já foi referida acima quando apontamos o curioso rosto dentro do sol na iluminura da águia, mas em vista do caráter *sui generis* dos MS. 24 e MS. 1511, podemos apontar ao menos mais seis pontos que chamam nossa atenção e possivelmente podem auxiliar no estudo dos usos e patrono(s) desses manuscritos. A primeiro ponto é referente às plantas e seu estilo, que pode nos auxiliar a compreender a produção de ambos bestiários. Como dito, a mudança no estilo de

iluminação das árvores muda a partir da iluminura do porco-espinho⁴⁰⁹ e apenas algumas vezes retorna às iluminuras posteriores, uma delas sendo a iluminura da águia. Desta forma, ao identificar a recorrência de um padrão iconográfico de motivos secundários em ambos bestiários, podemos atestar que existe uma estabilidade em representações iconográficas de segundo plano, estabilidade que se mantém inclusive na mudança de estilos a partir do fôlio do porco-espinho. Essa estabilidade indica que a importância das árvores para a composição das iluminuras era bastante importante para ambos iluminadores, corroborando com a tese de Clark e Muratova de que ambos bestiários foram produzidos em um mesmo *scriptorium* e possivelmente por pessoas que se envolveram em ambos os projetos.

Clark afirma⁴¹⁰, ao analisar as representações das árvores, afirma que há uma relação entre os manuscritos 24 e 1511 e o Saltério da Cantuária⁴¹¹. De fato, podemos observar que existe tal vínculo, mas como vemos nas figuras 20, 21 e 22, diferentes manuscritos do século XIII podem apresentar ilustrações de árvores em uma maneira similar, especialmente quando são desenhos composicionais secundários.



(Fig. 22 - BnF. lat. 8846 f. 1v)

⁴⁰⁹ As iluminuras se encontram nos f. 24r no MS. 24, e f. 36r no MS. 1511.

⁴¹⁰ CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 59, 70-71.

⁴¹¹ BnF, lat. 8846. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10551125c.image>>.



(Fig. 23 - BL. MS. Arundel 157 f. 10v)

Essa possibilidade de conexão com diferentes outros lugares é atestada pela própria Clark que afirma que

No Bestiário de Aberdeen, mesmo as árvores delgadas com galhos retorcidos encimados por cachos de folhas estilizadas têm suas origens na arte romana, por exemplo, os carvalhos agrupados em galhos sinuosos no famoso painel Symmachi de um díptico romano de marfim do século IV.⁴¹²

A arte romana, cristã primitiva e bizantina contribuem com vários designs para a tradição das ilustrações do bestiário da segunda família. A maioria deles parece ter sido transmitida por *Physiologus* e outros manuscritos da Antiguidade tardia e do início da Idade Média, objetos portáteis e arte romana ainda visíveis na Europa. Alguns projetos podem ter sido trazidos para a Inglaterra por artistas-viajantes medievais na Itália e na Terra Santa. Alguns designs, como “tapetes” de mosaico de animais e peixes no “círculo” de Aberdeen / Ashmole, foram provavelmente baseados em mosaicos ainda visíveis em vilas romanas no norte da Europa.⁴¹³

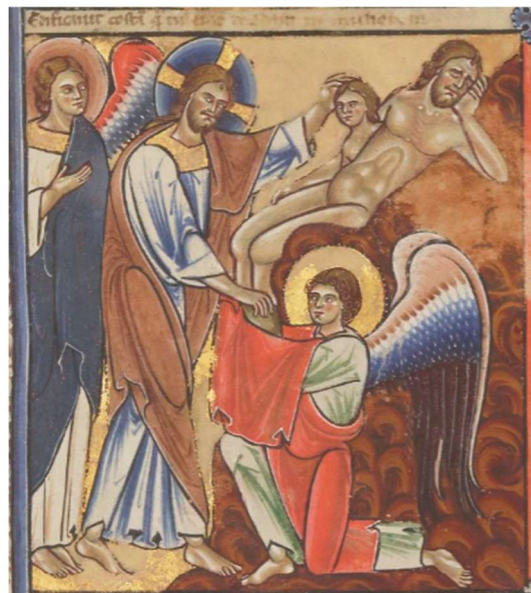
⁴¹² Original: “In the Aberdeen Bestiary even the slender trees with twisting branches topped by bunches of stylized leaves have their origins in Roman art, for example the clustered oak trees on sinuous branches in the famous Symmachi panel from a fourth-century Roman ivory diptych”. Trad. Própria. CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 59.

⁴¹³ Original: “Roman, Early Christian, and Byzantine art contribute a number of designs to the tradition of the Second-family bestiary illustrations. A majority of these appear to have been transmitted through *Physiologus* and other late Antique and early medieval manuscripts, portable objects and Roman art still visible in Europe. Some designs could have been brought to England by medieval artist-travellers in Italy and the Holy Land. Some designs, like animal and fish mosaic “carpets” in the Aberdeen/Ashmole “circle”, were probably based on still visible mosaics in Roman Villas in northern Europe.”. *Ibid.*, p. 58.

Apesar de observarmos semelhantes exemplos de estilos de árvores, como no MS. Arundel 157, a iluminura da criação de Adão e Eva presente tanto no Saltério da Cantuária quanto nos MSS. 24 e 1511 nos chama atenção por sua proximidade.



(Fig. 24 - Aberdeen Univ. Lib. Ms. 24 f. 3r)



(Fig. 25 - BnF. lat. 8846 f. 1v)



(Fig. 26 - Bodleian Lib. MS. 1511 f. 7r)

As posições de Adão e Eva são bastante parecidas, Adão estão sobre uma massa que se refere ao firmamento (terra e água) vermelha-marrom com os mesmos motivos espiralados, sobre ela descansa ou dorme sobre sua mão esquerda espalmada que se apoia com o tríceps na massa abaixo do mesmo. Sua mão direita descansa sobre sua perna, no caso do Saltério e do MS. 1511 a pena é a direita, enquanto no MS. 24 é a esquerda. Todos as três personagens possuem cabelos grandes e castanhos. Jesus veste um tecido vermelho

sobre a túnica azul, enquanto no MS. 24 as cores são invertidas. As grandes mudanças estão nas formas gestuais de Jesus, onde no Saltério sua mão esquerda toca a cabeça de Eva, no MS. 24 a mesma mão toca o braço de Eva enquanto levanta a direita em um claro gesto de comunicação ativa, já no MS. 1511 Jesus se curva em direção à Eva e seus gestos aparentam representar um diálogo mais intimista e paternalista. Junto com a semelhança junta-se a similaridade de representação do corpo humano, onde a parte da barriga acima do umbigo é desenhada em uma tripartição que forma uma forma triangular. Apesar das grandes semelhanças que fortalecem a teoria de Clark sobre a localização da produção dos bestiários em Canterbury. Além disso, outro detalhe nos chama atenção, a aparição do pássaro *Magpie* (Pica) na iluminura de criação das aves e peixes no Saltério e no MS. 1511.

Outro ponto que nos chama atenção são as marcas de *pouncing*, que são resultado de uma técnica de transferência de desenhos. O funcionamento desta técnica se dava dessa forma: assim que definia-se qual o desenho que queria-se transferir para outro manuscrito para criar assim uma duplicata e transformar a original em modelo, vários furos eram feitos com um objeto pontiagudo seguindo as linhas do desenho para poder-se iniciar a transferência; feitos os furos, colocava-se o novo pergaminho onde seria transferida a imagem e um fino pó, como o de carvão, era despejado sobre a imagem modelo, desta forma o pó atravessava a imagem através dos furos e marcava o pergaminho abaixo, criando uma cópia⁴¹⁴. Clark identifica cerca de dezessete iluminuras com marcas de *pouncing* no bestiário de Aberdeen. Tais furos podem ser compreendidos como marcadores que nos auxiliam a delinear uma teoria sobre os usos dos bestiários pois são evidências claras que o MS. 24 foi utilizado como manuscrito-modelo para a produção de ao menos um outro manuscrito. Isso o coloca diretamente sob o poder de escribas monásticos ou livreiros/iluminadores profissionais laicos, mas invariavelmente o situa, ao menos durante parte de sua existência, dentro de um *scriptorium*.

⁴¹⁴ BENTON, Janetta Rebold – *Materials, Methods, and Masterpieces of Medieval Art*. ABC-CLIO, 2009, p. 43.



(Fig. 27 - Aberdeen Univ. Lib. Ms. 24 f. 3r)

Outro aspecto que nos chama atenção e cujas implicações serão devidamente abordadas no último capítulo é a iluminura e letra capitular do tratado da Pêga. Iniciando no manuscrito Aberdeen Bestiary Ms. 24, podemos observar na iluminura do fólio 37r a representação de uma grande árvore com seis galhos, onde quatro Pêgas nas cores preto e branco estão pousados de forma simétrica. Sob a árvore, há um homem de cabelo ruivo curto segurando um arco de qual acaba de lançar uma flecha direcionada a um dos pássaros. O homem veste uma túnica vermelha ricamente decorada com a cor branca, por baixo dessa, usa uma blusa larga azul que sobre seus braços até os punhos, sua calça é azul e usa botas laranjas. A árvore é azul e possui as folhas vermelhas, o fundo da iluminura é decorado com folheamento de ouro polido, mas é perceptível alguns pontos de desgaste do folheamento, onde observa-se uma cor ocre avermelhada⁴¹⁵. Seu pé direito atravessa a moldura que define a centralização da iluminura e chega até a parte superior de uma palavra, a moldura é levemente vermelha com decorações brancas com ziguezagues e pontos. É possível identificar furos que seguem as linhas definidoras da representação do caçador, esses furos são decorrentes da referida técnica de *pouncing*.

A Pêga do manuscrito Ms. 1511 é representada de forma bastante similar, as principais diferenças são: a posição do caçador, que é representado de forma que seus pés apontam para frente e seu torso para trás como em uma estranha pose de caça; a túnica do caçador possui mangas longas; seu cabelo não é ruivo; seu arco ainda está tensionado;

⁴¹⁵ Esta cor ocre é resultado de uma técnica de aplicação da folha de ouro.

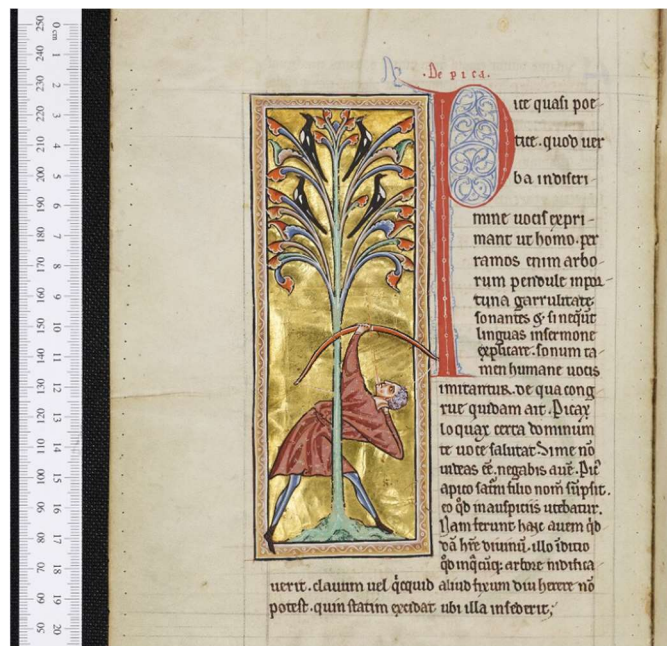
e a flecha possui um formato triangular na ponta. Das principais semelhanças, cabe apontar que o mesmo pé do caçador está atravessando a moldura e a árvore e as Pêgas são de uma semelhança enorme. Como veremos no último capítulo, essa representação de um caçador na iluminura das Pêgas foge totalmente do modelo estabelecido pois não se relaciona com nenhum outro bestiário e nem faz referência ao texto, indicando que a iluminura possui um discurso supra textual.



(Fig. 28 -, MS. 24, f. 36v)



(Fig. 29 - MS. 24, Fólío 37r)



(Fig. 30 - MS. 1511 f. 48v)

Além das iluminuras, outro elemento aponta para a peculiaridade deste tratado nos MSS. 24 e 15111, a letra capitular que destaca-se por seu tamanho e qualidade. Ao observar os manuscritos por completo, vemos que letras grandes como as apresentadas neste tratado são empregadas apenas para apontar a abertura de seções, como o início do bestário, a seção das aves, das serpentes, dos vermes, peixes, natureza do homem e partes do homem (apenas no MS. 24). Tais letras são as que chamamos anteriormente de T2. Fazendo uma breve comparação, vemos que a única inconsistência neste sistema de organização se encontra no fólio referente à Pêga. A evidente organização, pensada previamente à manufatura dos bestiários, nos aponta que a utilização de uma letra capitular não corresponde à uma inconsistência, mas, pelo contrário, atesta para a importância da iluminura e de seu tratado por uma razão que será explorada mais a frente.

Por fim, algo que nos chama a atenção é a recorrência do design de um homem ruivo que constantemente encontra-se representado nas iluminuras. No MS. 24 aparece cinco vezes, das quais quatro está representado em gestos violentos de caça ou portando armas de alguma forma, apenas uma a personagem está desarmada e aparentemente morta. Com exceção da iluminura da Pêga (f. 37r) e da *Asp*⁴¹⁶, da qual apenas manuscrito o manuscrito Morgan MS. M. 81 apresenta uma iluminura correspondente com as dos MSS. 24 e 1511, todos seguem um modelo de iluminuras pré-existente e sua composição

⁴¹⁶ Apenas um manuscrito apresenta uma iluminura da *asp* que corresponde com as dos MSS. 24 e 1511, este é o manuscrito Morgan MS. M. 81.

não indica mudanças, o que nos chama atenção é apenas a recorrência da personagem ruiva. No MS. 1511 outro personagem bastante similar aparece de forma corriqueira, aparecendo um total de dez vezes. Diferentemente do MS. 24, quase todos os personagens representados no MS. 1511 tem o mesmo rosto, mas de forma similar este personagem é identificado não só pelas características fisionômicas que lhe são conferidas no desenho, mas também por suas roupas, indicando que ou existe um modelo de representação masculina que circunda ambos os manuscritos que cumpre uma função, ou indica um indivíduo específico.



(Fig. 31 - MS. 1511 f. 80v)



(Fig. 32 - MS. 1511 f. 66r)



(Fig. 33 - MS. 24, f. 12v)

Univ. Lib. MS. 24 - Bestiário de Aberdeen

Bestiário de Aberdeen (Aberdeen Bestiary), Univ. Lib. MS. 24, manuscrito inglês. Manuscrito datado: século XIII (1200-1210). Lapidário, manuscrito inglês. Manuscrito datado: século XIV

ff. 103. Pergaminho, boa qualidade, alguns fôlios amarelados, mutilações em algumas iluminuras e excisões em 8 iluminuras (ex. ff. 31r e 28v). Restauração em alguns fôlios (ex. ff. 61r). Fôlios organizados em cadernos. 15 cadernos existentes⁴¹⁷. Sem reclames. 12 capítulos foram perdidos totalmente, 5 parcialmente e 2 dias da Criação⁴¹⁸.

Empaginação: f. medido: 22r: 1 col., 29 Lr/ 28 Le, L: 210mm, A: 302mm⁴¹⁹. Média de 29 linhas escritas por fôlio. *Picotamento:* Visível. *Justificação:* plumbagina com linhas visíveis (por ex. f. 23r).

Escrita: Gótica *textura formata*; Correções com letras sobreescritas, riscos em tinta vermelha e preta, raspagem contemporâneas à escrita do manuscrito. Ao menos 3 mãos (ff. 1r-18v; 19r-93v; 94r-103v).

Ornamentação Principal: Letras iniciais/capitulares *champie* divididas em quatro tipos (T1, T2, T3 e T4) e um tipo possui duas variações (T1V1 e T1V2). T1 corresponde às letras iniciais que iniciam tratados, são folheadas a ouro com coloração monocromática no interior (azul ou vermelho) e filigranas brancas (ex. f. 5v). T2 corresponde às letras capitulares que iniciam capítulos (ex. f. 72v), são grandes, policromáticas e folheadas a ouro. T3 corresponde às letras iniciais vermelhas monocromáticas simples (ex. f. 100v). T4 corresponde às letras iniciais monocromáticas (azuis ou vermelhas) com filigranas (ex. f. 96v). As letras iniciais podem ser observadas em quase todas os fôlios do manuscrito. A variação T1V1 corresponde às letras iniciais T1 com filigranas policromáticas exteriores longas (ex. f. 8r). A variação T1V2 corresponde às letras iniciais T1 com filigranas policromáticas exteriores curtas (ex. f. 18v). Caldeirões monocromáticos vermelho ou azul em disposições alternadas, aparecem a partir do f. 96v. O bestiário conta com 87 iluminuras (não conta-se as 10 excisadas), e o lapidário possui 2.

História do Códice: Bestiário datado do século XIII; lapidário datado do fim do século XIII ou início do século XIV. *Origem:* Desconhecida. *Proveniência:* Royal Library de Londres. *Marcas de uso/posse:* Numeração à lápis com algarismos arábicos f. 1r, diversas anotações marginais, desgaste no canto inferior direito. *Correlação com outros manuscritos:* Se relaciona textual e imagetivamente com o manuscrito MS. Ashmole 1511; se relaciona textualmente com os bestiários da Segunda Família; se relaciona imagetivamente com os manuscritos MS. Ashmole 1511, MS. Ashmole 764; MS. Harley 3244 e MS. Harley 4751.

Descrição Interna:

⁴¹⁷ <<https://www.abdn.ac.uk/bestiary/codicology.php#folio-marks>>. Acesso em: 23/06/2019 às 01:20.

⁴¹⁸ CLARK, Willene. *A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation*, 2006, p. 223.

⁴¹⁹ Medição feita por Clark em: CLARK, Willene. op. cit., 2006, p. 223.

1. (ff. 1r- 94r) <Bestiário>.
2. (ff. 94r-103v) <Lapidário>.

MS. Ashmole 1511

Bodleian MS. Ashmole 1511, manuscrito inglês. Manuscrito datado: século XIII (1200-1210).

ff. 105. Pergaminho, boa qualidade, alguns fólhos amarelados. Restauração em alguns fólhos⁴²⁰. Fólhos organizados em cadernos. Sem reclames.

Empaginação: f. medido: 13v: 1 col., 30 Lr/ 30 Le, L: 189mm, A: 277mm⁴²¹. Média de 30 linhas escritas por fólho. *Picotamento:* Visível. *Justificação:* plumbagina com linhas visíveis (por ex. f. 11r).

Escrita: Gótica *textura formata*; Correções com letras sobrescritas (f. 28r), sub pontuação (f. 29r), raspagem contemporâneas à escrita do manuscrito, correção de frase no rodapé (f. 19r). Ao menos 2 mãos (ex. f. 19r, 29r).

Ornamentação Principal: Letras iniciais/capitulares *champie* divididas em dois tipos (T1, T2). T1 corresponde às letras iniciais que iniciam tratados, são monocromáticas azuis ou vermelhas com filigranas azuis ou vermelhas, as cores se alternam em cada tratado (ex. F. 17v). T2 corresponde às letras capitulares que iniciam capítulos (ex. f. 72v), são grandes, policromáticas e folheadas a ouro (exceção f. 48v) e filigranas brancas (ex. f. 92r). Caldeirões monocromáticos pretos (ex. f. 42v). O bestiário possui 133 iluminuras.

História do Códice: Bestiário datado do século XIII; *Origem:* Desconhecida. *Proveniência:* Coleção de Elias Ashmole. *Marcas de uso/posse:* Desenho de uma igreja à lápis no f. 1r, anotação de Peter Manwood nos ff. 1r e 1v, anotação de William Wryght no f. 8r, diversas anotações marginais, desgaste no canto inferior direito. *Correlação com outros manuscritos:* Se relaciona textual e imageticamente com o manuscrito MS. 24; se relaciona textualmente com os bestiários da Segunda Família; se relaciona imageticamente com os manuscritos MS. 24, MS. Ashmole 764; MS. Harley 3244 e MS. Harley 4751.

⁴²⁰ LEE, Linda. The conservation of pleated illuminated vellum leaves in the Ashmole Bestiary. **The Paper Conservator**, v. 16, n. 1, p. 1992, p. 46.

⁴²¹ Medição feita por Linda Lee, responsável pelo restauro do manuscrito em 1987. LEE, Linda. The conservation of pleated illuminated vellum leaves in the Ashmole Bestiary. **The Paper Conservator**, v. 16, n. 1, p. 1992, p. 46.

Capítulo 5 - *Patrocinium e Auctoritas*

Como vimos no primeiro capítulo, existem diversos bestiários que foram organizados em diferentes famílias. Cada um desses bestiários foi produzido por uma razão, um propósito que norteou sua produção e definiu como ele seria antes mesmo de ser. Quais eram os critérios empregados para a criação de um bestiário? Por qual motivo os bestiários eram produzidos? Por que bestiários da Segunda Família são tão numerosos? Qual era a função dos bestiários? Qual era a função das imagens em bestiários? Todas essas perguntas nos atormentaram durante a pesquisa e neste capítulo buscamos respondê-las, iniciando em respostas gerais que posteriormente irão nos auxiliar a responder as questões que norteiam essa pesquisa: Quem mandou fazer estes manuscritos e porquê.

Clark sugere que o papel do bestiário provavelmente estava relacionado à uma educação básica de conhecimentos morais cristãos, seja de crianças ou de *layman*⁴²². Ron Baxter acredita que alguns poderiam ser destinados à educação privada, especialmente os de luxo⁴²³. A proposta de uso de bestiários feita por Clark toma como base o estudo de diferentes manuscritos da Segunda Família cujas margens estão tomadas por notas. Clark aponta que o conteúdo pedagógico dos bestiários era sua *raison d'être*, indicando que havia valor pedagógico e mnemônico tanto nas imagens quanto no texto. Como dissemos anteriormente, durante o século XIII houve um grande crescimento na cultura intelectual medieval que por sua vez teve como base um crescente número de pessoas letradas. Clark afirma que “Os professores no crescente número de escolas elementares na Inglaterra normalmente eram padres paroquiais ou clérigos seculares.”⁴²⁴ e que “Nas casas burguesas onde um familiar letrado - normalmente a mãe - poderia ensinar as crianças, e nas casas da classe superior e aristocracia, onde muitas vezes tutores eram contratados, o bestiário também poderia ser utilizado tanto na sala de aula quanto em leituras familiares.”⁴²⁵. Vemos novamente o papel da mulher como central no estímulo da intelectualidade que necessariamente passava por uma fase básica antes de se desenvolver em diferentes círculos como o universitário ou cortesão. Conforme apontado por Clark,

⁴²² CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 98.

⁴²³ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**. Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 209.

⁴²⁴ Original: The teachers in the growing number of elementary schools in England were usually parish priests or secular clerics.” Trad. própria. CLARK, Willene. op. cit., p. 101.

⁴²⁵ Original: “In the bourgeois homes where a literate parent - usually the mother - might teach the children, and in upper-class and aristocratic households, where tutors were often hired, the bestiary could also be used for both classroom and family readings.” Trad. própria. CLARK, Willene. op. cit., p. 104.

vemos um registro de pagamento feito no Close Rolls de Henrique III (1207-1272) que nos informa a respeito da educação de Eduardo I e Jacobus.

Pro filio N. de Molis. — Quia rex vult quod Jacobus, primogenitus filius Nicholai de Molis, nutriatur⁴²⁶ cum Edwardo filio regis, mandatum est Hugoni Giffard et Bernardo de Sabaud' quod eum recipiant, et ei cum uno vadletto, custode suo, necessaria inveniant. Teste ut supra.
Et mandatum est Eboracensi⁴²⁷ archiepiscopo, Karleolensi⁴²⁸ episcopo et W. de Cantilupo⁴²⁹ quod id fieri permittant. Teste ut supra.⁴³⁰

Este é um registro de que houve uma educação conjunta entre o primogênito de Nicholas de Molis e o príncipe Eduardo, filho de Henrique III, e que posteriormente Jacobus foi enviado para ser educado por Hugo Giffard e Bernardo de Sabáudia. O registro foi feito por volta de 29 de junho de 1243 e apesar de não utilizar-se a palavra educação, usa-se *nutriatur* (nutrição intelectual). Nicholas de Molis (Nicolas de Moels) foi um importante indivíduo na administração de Henrique III, sendo responsável, entre outros, pelos cargos de embaixador, *sheriff*, condestável, senescal da Gasconha e escrivão. Além dos cargos oficiais jurídico-administrativos, participou de diversas guerras ao lado de Henrique III e João sem Terra. Seu filho, chamado Jacobus nos Close Rolls e traduzido para o inglês como James, morreu por volta de 1252-3⁴³¹. Bernardo de Sabáudia era condestável⁴³² do castelo de Windsor em 1242⁴³³ e bastante querido pela família real visto que era chamado de “our beloved and faithful [Bernard de Sabaudia]”⁴³⁴ e sua família era financeiramente auxiliada. De forma similar, Hugh de Giffard era bastante querido pela família real, chamado também de “faithful”, mas, ao contrário dos

⁴²⁶ Adota-se essa tradução de “educado” pois imagina-se que transmite a idéia melhor que “nutrido”, similar à tradução do francês “élever”.

⁴²⁷ Referente à Diocese de York.

⁴²⁸ Referente à Carlisle.

⁴²⁹ Referente à Canterbury.

⁴³⁰ Original: Para o filho de N. de Molis. — É de vontade do rei que Jacobus, filho primogênito de Nicolai de Molis, educado com Edwardo filho do rei, comanda-se que Hugoni Giffard e Bernardo de Sabaud'[ia] o recebam [...]. É comandado que o arcebispo Eboracensi, bispo Karleolensi e W. de Cantilupo e que o façam permitir. Trad. própria. **Close Rolls of the reign of Henry III (1242-1247)**. Londres: Public Record Office, 1916, p. 124.

⁴³¹ COKAYNE, George, E. (ed.). **Complete Peerage of England, Scotland, Ireland, Great Britain and the United Kingdom, Extant, Extinct, Or Dormant**. London: G. Bell & sons, ed. 2, Vol. 9, 1898, pp. 2-3.

⁴³² Ver também: BOND, Shelagh. *The Medieval Constables of Windsor Castle*. **The English Historical Review** v. 82, n.323, 1967, pp. 225-249.

⁴³³ DEVON, Frederick (ed.). **Issues of the Exchequer: Being a Collection of Payments Made Out of His Majesty's Revenue, from King Henry III to King Henry VI Inclusive**. J. Murray; 1837, p. 170.

⁴³⁴ Na mesma fonte vemos menções à translado da esposa de Bernardo para Inglaterra. Como o nome indica, Bernardo veio de Sabódia (Savoy) e provavelmente fazia parte dos cortesãos e parentes trazidos por Eleanor de Provanca quando casou com Henrique III. DEVON, Frederick (ed.). **Issues of the Exchequer: Being a Collection of Payments Made Out of His Majesty's Revenue, from King Henry III to King Henry VI Inclusive**. J. Murray; 1837, p. 164.

dois primeiros, não detinha nenhum cargo administrativo aparente, sendo responsável apenas pela educação de Eduardo I:

Henry, by the grace of God, & c. — Pay out of our Treasury to Hugh Giffard and Master William Brun, 2001., for the support of Edward our Son, and his attendants residing with him in our castle of Windsor. Witness ourself, at Merewell, the 4th day of May, in the 26th year of our reign.⁴³⁵

Vemos neste que havia outra pessoa responsável pela educação de Eduardo I, Mestre William Brun, que aparentemente também não colecionava cargos administrativos. Outro registro da corte de Henrique III nos chama atenção, neste um pedido é feito pelo rei Henrique III para que Thomas, mestre da escola de Reading, aceite Radulfo de Gorges, criança da casa real, e o filho de Willelmi de Egremund (Egremont) e sejam nutridos, instruídos e trabalhem:

Pro Radulfo de Gorges. — Rex rogat Thomam rectorem scholarum Rading' quod Radulfum de Gorges, puerum regis, una cum filio Willelmi de Egremund admittat nutriendos et instruendos, et rex de sustentatione eorundem ei sufficienter providere simul et laborem suum condigne respiciet. Teste ut supra.⁴³⁶

Vemos que crianças cujas famílias faziam parte da aristocracia recebiam educação formal, às vezes com as próprias crianças da casa real, de diferentes qualidades e localidades, como apontado pela educação supervisionada por mestres e administradores no castelo de Windsor e por mestres na escola monástica de Reading, escola esta que notavelmente possuía, ainda no século XII, um bestiário em sua biblioteca⁴³⁷. Essa relação onde membros da corte e mestres/professores da corte são responsáveis pelo ensino de jovens laicos é mais aprofundadamente estudada por Stephen Jaeger, que afirma que:

Os mestres do aprendizado antigo eram cortesãos na sua condição de professores e professores na sua condição de cortesãos. [...] O declínio do aprendizado antigo nas escolas coincide com a ascensão de uma educação que ora devemos chamar “cortês” e não mais “para a corte”. [...] A corte valorizou os *mores* que cultivava; apropriou-se deles e os transformou em cortesia, amalgamando-os com os ideais sociais dos nobres leigos. É bem possível que o súbito florescimento da cultura cortês esteja diretamente ligado ao desgaste dessa disciplina nas escolas catedrais.⁴³⁸

⁴³⁵ DEVON, Frederick (ed.). **Issues of the Exchequer: Being a Collection of Payments Made Out of His Majesty's Revenue, from King Henry III to King Henry VI Inclusive**. J. Murray; 1837, pp. 162-163.

⁴³⁶ **Close Rolls of the reign of Henry III (1242-1247)**. Londres: Public Record Office, 1916, p. 402.

⁴³⁷ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 163.

⁴³⁸ JAEGER, Stephen. **A Inveja dos Anjos: As escolas catedrais e os ideais sociais na Europa medieval (950-1200)**. DIAS, Nelson Corrêa (trad.). Campinas: Kírion, 2019, p. 339-340.

A partir de seu estudo centrado na educação medieval Jaeger aponta que a delegação da educação de crianças após o século XII sofreu um impacto grande da sociedade cortês que neste momento começava a surgir nas cortes medievais. Os jovens, especialmente os primogênitos, eram instruídos não apenas nas lições referentes ao estudo das artes, mas também do que Jaeger chama de *mores*. Ao passo que a educação formal institucionalizada se transformava em um estudo bastante aprofundado a respeito das coisas, *res*, que compreendia o estudo sistemático das sete artes liberais, direito, medicina e teologia. Jaeger aponta que o conflito entre dois tipos de estudo, o antigo (estudo das *mores*) e o novo, personificado em Pedro Abelardo⁴³⁹, aconteceu ainda no século XI e empurrou os professores do sistema antigo para o refúgio ainda não tocado das cortes. Afirma que:

O aprendizado antigo foi posto para fora das catedrais ao mesmo passo em que a Igreja se separava do Estado e a educação mudava da disciplina pessoal para o estudo da razão, da organização e da sistematização. [...] Na prática, o cultivo da virtude tendia a se tornar um objetivo em si mesmo e um pré-requisito para o avanço na hierarquia, o que se traduzia, na prática, em cultura exterior, elegância e asseio.⁴⁴⁰

Mutuamente, o ensino antigo desenvolve e se aproveita da cultura cortesã que sob sua asa floresce nos séculos XII em diante. Vemos nesta relação a explicação para as relações explicitadas anteriormente pelas fontes, eram necessários diferentes tipos de professores que pudessem ensinar tanto o básico das artes quanto as *mores*, características cívicas de polidez, cortesia e educação. Quanto à possíveis professores de artes, vemos nos Close Rolls de Henrique III uma menção ao pagamento, em 1247, de Girardo de Broyl.

Rex thesaurario et camerariis suis, salutem. Liberate de thesauro nostro Bernardo de la Prad' xxiiij. libras et . . . ab eo ad opus nostrum, videlicet pro quolibet dolio triginta et septem solidos, et eidem xx. solidos pro uno dolio vini de prisca, ix. libras et xij. solidos pro vj. doliis vini videlicet pro quolibet dolio xxxij. solidos, et eidem xx. solidos pro uno dolio vini de . . . de . . . xj. libras et xij. solidos pro vj. doliis vini pro quolibet dolio xxxvij. solidos, et eidem quadraginta solidos pro . . . , et . . . xl. solidos pro ij. doliis vini de prisca, et Petro de Gisor' et socio suo xxj. libras et dimidiam marcam pro . . . quatuor marcas, et Girardo de Broyl xij. libras et x. solidos pro vj. doliis vini pro quolibet dolio xl die Octobris. . . . Galfrido de Lucy custodi foreste de Porecestr' quod in eadem foresta faciat habere H Nicholao Balistar' id quod ad regem terra que fuit Martini de quod ei de terra ilia seisnam habere faciat Teste ut supra. ...constat regi per in ... m rex fieri fecit abbati et canoni. ...et judicio noluerit stare vel de mandatum est vicecomiti habere faciat. Teste [Unfinished.].

⁴³⁹ Ibid., p. 249.

⁴⁴⁰ Ibid., p. 336.

Este registro cita pagamentos referentes à carregamentos de tonéis de vinho para Bernardo de la Prad', Petro de Gazor' e Girardo de Broyl. Apesar de não podermos afirmar que são a mesma pessoa, há indícios que apontam um mesmo Girardo de Broyl (Gerardo de Brolio ou Gerardo de[i] Bruil) como um eclesiástico de Clermont ligado às universidades e responsável pela tradução de vários livros clássicos, inclusive *De Animalibus* e *De generatione et corrouptione* de Aristóteles⁴⁴¹.

De forma similar ao que nos foi apresentado, eram enviados diversos cortesãos para serem educados na corte sob a responsabilidade de Thomas Becket⁴⁴², nome de grande relevância para a história medieval inglesa. Os jovens eram indicados para educados e servirem, pois “[...] a instrução e serviço na corte eram idênticos.”⁴⁴³, como vemos também na carta para o reitor da escola de Reading. Essas lições de *mores* eram indubitavelmente essenciais para um jovem cortesão que aspirava se relacionar na corte pois, como disse Jaeger, era pré-requisito para o avanço na hierarquia. Navarro afirma também que

[...] as boas maneiras e virtudes do próprio príncipe dependiam em grande parte da formação de seus mestres e preceptores. Os tratados tratam dessas profissões porque são responsáveis por valorizar os pontos fortes e corrigir os pontos fracos dos bebês / crianças. Essa função deve recair sobre leigos ou eclesiásticos com características bem definidas. Aqui também se estimam as virtudes da moderação, da discrição e da sabedoria, mas, sobretudo, a exemplaridade moral e cristã, porque os mestres cuidaram da formação corporal, intelectual e espiritual dos príncipes.⁴⁴⁴

Mais especificamente voltados aos textos, estes estavam “íntimamente identificados com a moral cristã, compreendiam a relação com Deus, o regimento ou controle de si mesmo e a capacidade de governar os súditos do reino.”⁴⁴⁵ e incluíam não só a categoria de *speculum* analisada por Navarro, mas também uma multiplicidade de

⁴⁴¹ GILSON, Étienne; THÉRY, Gabriel (eds.). *Archives d'histoire doctrinale et littéraire du moyen âge*. Paris: J.Vrinvol. 63, 1997.

⁴⁴² JAEGER, Stephen. **A Inveja dos Anjos: As escolas catedrais e os ideais sociais na Europa medieval (950-1200)**. DIAS, Nelson Corrêa (trad.). Campinas: Kírion, 2019, p. 345.

⁴⁴³Ibid., p. 345.

⁴⁴⁴ Original: “[...] las buenas costumbres y las virtudes del mismo príncipe dependieron en gran parte de la formación impartida por sus maestros y preceptores. Los tratados se ocupan de estos oficios porque ellos son los encargados de potenciar las fortalezas y corregir las debilidades de los infantes/infantas. Esa función debía recaer en laicos o eclesiásticos con características bien definidas. Aquí también se estiman las virtudes de la moderación, discreción y la sabiduría pero, por sobre todo, la ejemplaridad moral y cristiana porque los maestros atendían a la formación corporal, intelectual y espiritual de los príncipes.”. Trad. Própria. NAVARRO, Andrea. *Educar al príncipe y edificar los grupos de poder de la casa, la corte y el reino de Castilla, siglos XIII-XV*. IN: GUIANCE, Ariel (ed.) **Cultura Letrada e Identidades Sociales en el Mundo Medieval Siglos IV-XV**. IMHICIHU-CONICET: Buenos Aires, 2019 p. 241.

⁴⁴⁵ Original: “íntimamente identificados con la moral cristiana, comprendían la relación con Dios, el regimiento o control de sí mismo y la capacidad de regir a los súbditos del reino.”. Ibid., p. 203.

obras, como também as chamadas anteriormente de “empenhadas” e “semi-empenhadas”. Vemos que mesmo os romances cortesês poderiam ser utilizados, e possivelmente o eram, como uma forma de aprendizado das *mores* cortesãs.

Sabendo disso, voltamos à nossa pergunta inicial respondida por Clark: Qual a função de bestiários? Ora, se eram de caráter pedagógico, onde se inserem na lógica de Jaeger? Eram parte do ensino antigo, *mores*, ou novo? Analisando uma das raízes dos bestiários, o *Physiologus*, e seu conteúdo explicitamente moral, podemos considerar que o mesmo possivelmente fazia parte do ensino *mores* que encontrava refúgio nos locais ainda que não haviam sido tocados totalmente pela escolástica, mosteiros e corte. Clark chega a sugerir que bestiários de luxo poderiam ter entre os patronos dos manuscritos “[...] bispos cujas famílias, meninos, muitas vezes filhos de príncipes e aristocratas, foram educados para carreiras de destaque na Igreja”⁴⁴⁶. De fato, tal possibilidade é bastante verossímil visto que a função primária do bestiário, educação moral, seria melhor aproveitada por indivíduos investidos na educação moral. Bestiários, ao contrário dos Aviários, não tinham um público bem definido, poderiam ser utilizados tanto na edificação de monges e *lay brothers* como os Aviários⁴⁴⁷ ou na educação de jovens da corte. Qualquer indivíduo poderia se beneficiar dos ensinamentos presentes em bestiários visto que eram, no geral, instruções morais cristãs básicas. Podemos delimitar a audiência a partir do estudo da materialidade, textualidade e iconografia de cada bestiário, pois são esses três elementos que nos comunicam por quem e como era consumido. Baxter aponta que certas mudanças em bestiários, observando local de produção, cronologia e materialidade, podem apontar que eram utilizados como fonte de *exempla* em sermões. Em sua análise estatística, Baxter chega a conclusão de que **alguns** bestiários podem ter sido utilizados como *summae* de materiais de sermão organizadas de acordo com a cronologia da Criação⁴⁴⁸. Diane Heath concorda com Baxter e acrescenta ao alcance dos bestiários, especialmente em Canterbury e Christ Church, em sua tese de doutorado.

Esta pesquisa sobre iniciais habitadas e zoomórficas destacou a evidência da Igreja de Cristo de que o bestiário era parte de um conhecimento e compreensão comunal da criação. O bestiário não era meramente utilizado para lições elementares de latim adequadas para crianças em idade escolar, nem apenas útil como *exempla* para sermões. Em vez disso, fazia parte do *sensus spiritualis* e

⁴⁴⁶ Trad. Própria: “[...] bishops whose households young boys, often the sons of princes and aristocrats, were schooled for prominent careers in the Church.”. CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 112.

⁴⁴⁷ CLARK, Willene B. The illustrated medieval aviary and the lay-brotherhood. *Gesta*, v. 21, n. 1, 1982, p. 63.

⁴⁴⁸ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998, 194.

seus capítulos eram idealmente adequados para meditação espiritual. Este estudo postula que as alusões às referências alegóricas do bestiário faziam parte das práticas de leitura dinâmica que incluíam a iluminação dos artistas monásticos das obras da Igreja de Cristo; os animais bestiários eram portadores de significado tanto visuais quanto textuais.⁴⁴⁹

Vemos que o alcance dos bestiários era bastante grande, especialmente considerando a capacidade de comunicação através dos sermões. Baxter também nos chama atenção para o período de excelência da produção de bestiários, século XIII, que coincide com o surgimento e crescimento das ordens mendicantes. Apesar de haverem poucos bestiários nas listas de livros de ordens mendicantes, os Agostinianos detinham, de acordo com Baxter, 15,2% do total de bestiários produzidos, o que, apesar de ser um número significativo, corresponde a um total de cinco bestiários e que não faz frente aos 22 em listas Beneditinas⁴⁵⁰. Assim, podemos concordar com os autores e autoras supracitados que os bestiários eram textos polivalentes e de múltiplas audiências cuja função principal era pedagógica, seja ela direta (lendo/ouvindo) ou indireta (sermões).

No entanto, nos cabe refletir o motivo de um livro pedagógico, possivelmente utilizado também como fonte de *exempla*, ter sido produzido em tão alta qualidade e luxuosidade como são os MSS. 24 e 1511 e os outros dezessete bestiários de variadas famílias. Pode-se supor que os usos de manuscritos luxuosos se diferenciavam bastante dos mais simples, não só em usuários/consumidores do produto, mas possivelmente também na forma de uso. Quando tratando de bestiários, vemos que existem um número reduzido de cópias de luxo sobreviventes, considerando apenas a Segunda Família de bestiários, a família com maior número de manuscritos de luxo, podemos observar que existem 11 manuscritos de luxo de um total de 49 manuscritos, logo 22,5% dos bestiários da segunda família são de luxo. Caso o número de manuscritos seja dividido em datas, 7 dos 11 manuscritos de luxo foram produzidos entre 1180 e 1250 (63,5%)⁴⁵¹. Este número

⁴⁴⁹ Original: “This research into inhabited and zoomorphic initials has highlighted the Christ Church evidence that the bestiary was part of a communal knowledge and understanding of creation. The bestiary was neither merely utilised for elementary ‘Latin lessons suitable for schoolchildren, nor just useful as exempla for sermons. Instead it was part of the *sensus spiritualis* and its chapters were ideally suited to spiritual meditation. This study posits that allusions to the bestiary’s allegorical references were part of the dynamic reading practices that included the monastic artists’ illumination of Christ Church works; bestiary animals were visual as well as textual bearers of meaning.” Trad. Própria. HEATH, Diane. **The Bestiary in Canterbury Monastic Culture 1093-1360**. (Tese de Doutorado, University of Kent), 2015, p. 250.

⁴⁵⁰ Obviamente estes números não correspondem à totalidade de bestiários existentes ou já produzidos, corresponde apenas aos bestiários efetivamente listados e que podem ser contabilizados como participantes de uma biblioteca.

⁴⁵¹ A contagem de manuscritos participantes da Segunda Família de bestiários e a seleção de manuscritos de luxo foi feita por Willene B. Clark em: CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 85.

é bastante reduzido, e menor ainda nas outras famílias, tanto em exemplares quanto em período de produção, fazendo com que a produção desses bestiários de luxo se torne um fenômeno bastante localizado. Visto esses números, podemos reduzir não apenas a possibilidade de patrocinadores para estes manuscritos, mas também de seus consumidores primários, aqueles que tinham contato com o manuscrito. Ao analisar o MS. 24, Clark afirma que “The Aberdeen bestiary, with academic glossing and stress accents throughout, also has the look of a teacher’s book.”⁴⁵², apontando assim para o uso pedagógico de um tutor, e não para o uso conjunto de monges. É importante ressaltar que a riqueza do bestiário não é necessariamente determinante para apontar se foi ou não o livro de um professor, como exemplo temos o MS. Mogan 81, conhecido como Worksop Bestiary, que foi presenteado para o priorado de Radeford por Philippus Apostolorum, cânone de Lincoln⁴⁵³, mas o luxo é determinante para apontar que tipo de pessoa eram seus patronos e usuários.

Para compreender melhor os consumidores e patronos de bestiários, em especial dos MSS. 24 e 1511, devemos nos voltar para uma de suas características mais marcantes, as numerosas iluminuras presentes em cada tratado. Nesta análise nos vemos em uma nova pergunta: Qual a função das iluminuras em bestiários? Podemos adiantar nossa resposta ao concordar com as palavras de Clark, que afirma que “Como um texto ilustrado, o bestiário teria sido útil para um professor que tentasse focar a atenção dos alunos jovens, ou de alunos adultos sem instrução, em aprender e lembrar instruções sérias.”⁴⁵⁴. Podemos inferir que as imagens em bestiários tinham papel complementar, auxiliavam a focar a atenção do estudante e função mnemônica ao ilustrarem parte do texto, ajudando assim sua recordação. Mas seriam essas as únicas funções das imagens?

O estudo da imagem conta com um debate atual bastante profundo e prolífero, cujo auge foi o chamado “Pictorial turn” que se opôs ao “Linguistic turn” nas Ciências Sociais. Diversos autores como W. T. J. Mitchell, Emmanuel Alloa e Ernst Gombrich, dedicaram seus estudos na construção de um campo de estudo da imagem. Neste estudo, ao buscar, entre outros, na imagem um ponto de apoio evidencial para o tratamento da relação de patrocínio de bestiários no medievo ocidental, necessariamente entramos,

⁴⁵² CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 112.

⁴⁵³ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**. Phoenix Mill: Sutton, 1998, 195.

⁴⁵⁴ Trad. Própria: “As an illustrated text the bestiary would have been helpful to a teacher trying to focus the attention of the young, or of uneducated adult pupils, on learning and remembering serious instructions.”. CLARK, Willene. op. cit., p. 111.

ainda que superficialmente, no debate da imagem. Para nós é relevante tratar da comunicação imagética, como se dá e como se relaciona com outras formas de comunicação, como a textual ou verbal.

Ralf Bohnsack aponta que “A compreensão por meio de imagens, quer dizer, por meio de imagens interiores, acontece de forma pré-reflexiva. [...] A compreensão da imagem é realizada por meio do conhecimento implícito ou ateórico, como denominado por Karl Mannheim”⁴⁵⁵. Isto quer dizer que o entendimento feito através de imagens é feita antes mesmo da reflexão deliberada a respeito da imagem pois é feita através de processos implícitos e ateóricos que

[...] estruturam, sobretudo, as ações habituais ou rotineiras. Esse conhecimento é transmitido, por um lado, através de narrações e descrições, ou seja, de forma metafórica e por intermédio de metáforas que representam graficamente as cenas sociais. Entretanto o conhecimento ateórico, o conhecimento sobre o “habitus”, é transmitido principalmente através da própria imagem, através da iconicidade. A transmissão do conhecimento ateórico é realizada sobretudo pela linguagem figurativa (*Bildlichkeit*), no sentido atribuído por Gottfried Boehm, que define linguagem figurativa da seguinte forma: “imagem e fala participam em um mesmo nível da linguagem figurativa” (1978: 447). E esse nível da linguagem figurativa pertence ao domínio do conhecimento implícito.⁴⁵⁶

Considerando que esse conhecimento ateórico é correspondente ao conhecimento sobre o *habitus*, Bohnsack afirma que a diferença entre o conhecimento explícito e conhecimento implícito/ateórico “é equivalente à distinção tecida por Erwin Panofsky entre iconografia e iconologia.”⁴⁵⁷. A iconografia para Panofsky está inserida em uma das categorias da tripartição de sua análise imagética, o tema secundário. Enquanto o primeiro tema ocupa-se da identificação das formas puras e da descrição pré-iconográfica, no tema secundário são identificadas as estórias e alegorias que consiste na descrição e classificação das imagens, logo, “Iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagens das obras de arte em contraposição à sua forma.”⁴⁵⁸. Por sua vez, a iconologia corresponde à terceira categoria de Panofsky: o significado intrínseco/conteúdo, que interpreta os valores simbólicos expressos nos temas anteriores⁴⁵⁹. Oskar Bätschmann resume essa diferença entre iconografia e iconologia como “Iconographic analysis ultimately establishes the text or the concept referred to by

⁴⁵⁵ BOHNSACK, Ralf. *A interpretação de imagens e o método documentário*. *Sociologias*, n. 18, 2007, p. 289-290.

⁴⁵⁶ *Ibid.*, p. 289-290.

⁴⁵⁷ *Ibid.*, p. 290.

⁴⁵⁸ PANOFSKY, Erwin. *Iconografia e iconologia*. In: **O significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 47.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 54.

an image, iconology instead tries to deduce the form and content of the image from political, poetical, religious, philosophical and social convictions and tendencies.”⁴⁶⁰. Logo, visto que o conhecimento implícito refere-se à captação da mensagem através do *habitus* e este está correlacionado com a distinção feita por Panofsky, podemos inferir que o conhecimento implícito não faz parte da interpretação, mas de um processo descritivo e classificatório visual que opera através do *habitus*.

A respeito deste, Panofsky afirma que “*Habitus* enquanto conceito pode referir-se tanto a fenômenos individuais quanto a fenômenos coletivos relativos ao meio social (*milieu*), por exemplo, o *habitus* proletário ou burguês.”⁴⁶¹. Esse conceito escolástico posteriormente foi apropriado e desenvolvido por Bourdieu como um “sistema de duráveis, móveis disposições, estruturas estruturadas predispostas para funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios que geram e organizam práticas e representações”⁴⁶². Pode-se considerá-lo, além do que foi dito no capítulo 2, como um segundo sentido do agente que o faz agir de certas maneiras frente à situações sociais e interagir com o meio social, seja de forma pensada ou não. São os hábitos mentais que regem a ação⁴⁶³ e estruturam a relação social dos *champs*. O conhecimento atóxico é aquele que é reconhecido pelos hábitos mentais. Bohnsack aponta também que a busca iconológica (*ikonologischen Sinngehalt*) de Panofsky “deve levar em conta o *habitus* dos produtores de imagens”⁴⁶⁴, dividindo esses produtores em duas categorias: “os produtores de imagem que reproduzem (*abbildenden Bildproduzentinnen*)” que são os artistas que fazem parte da produção da imagem, e os “produtores de imagem reproduzidos (*abgebildeten Bildproduzentinnen*)” que são os sujeitos-atores que atuam diante da imagem. Concordando com Panofsky, as abordagens semióticas de Eco e Barthes que advogam pela “necessidade de nos colocarmos aquém do nível conotativo a fim de melhor explicitar a singularidade e a particularidade da imagem. [...] No processo de decodificação da mensagem gráfica é necessário deter-se primeiramente na análise dos códigos conotativos ou iconográficos.”⁴⁶⁵. Similarmente, a perspectiva de Nelson Goodman estabelece a imagem e seu estudo dentro da teoria de signos (semiótica), onde

⁴⁶⁰ BÄTSCHMANN, Oskar. *Text and image: Some general problems*, **Word & Image: A Journal of Verbal/Visual Enquiry**, 4:1, 1988, p. 12.

⁴⁶¹ BOHNSACK, Ralf. *A interpretação de imagens e o método documentário*. **Sociologias**, n. 18, 2007, p. 292.

⁴⁶² BOURDIEU, Pierre. **The Field of Cultural Production**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993, p. 5.

⁴⁶³ PANOFSKY, Erwin. *Renaissance and renaissances in western art*. Routledge, 2018, p. 14.

⁴⁶⁴ BOHNSACK, Ralf. op. cit., p. 292.

⁴⁶⁵ Ibid., p. 295.

postula que “A imagem é um signo visual (denso e irregular) cujo significado real depende do conhecimento dos códigos que atualiza”.⁴⁶⁶ Nota-se que, como se trata de uma perspectiva semiótica, ambos os autores referem-se à imagem como um recipiente discursivo criptografado e cuja decodificação (prática) requer a chave do nexo entre capital⁴⁶⁷ e *habitus*.

Contrapondo-se à Panofsky e toda a concepção da compreensão imagética perpassar pelo *habitus*, está Max Imdahl e o seu “método icônico”. Imdahl critica a reduzida significação atribuída por Panofsky à forma e à composição da imagem, que teriam sido reduzidas à função de proporcionar o reconhecimento de sua composição natural e de suas narrações iconográficas. Bohnsack afirma que “[...] Ao invés da redução ao “olhar que reconhece” (wiedererkennendes Sehen), Imdahl propõe o “olhar que olha” (sehendes Sehen), ou seja, o olhar que considera a totalidade ou a integralidade da imagem e não somente suas particularidades.”⁴⁶⁸. Afirma também que “A complexidade dos significados sobrepostos dificilmente é apreendida verbalmente, e a compreensão do sentido da linguagem intersubjetiva só é possível a partir da visualização da imagem.”⁴⁶⁹. A perspectiva de Imdahl oferece algo que era negada à imagem por Panofsky, a autossuficiência comunicativa, e não apenas compulsoriamente através do *habitus*. Esta adquirida autossuficiência reconhece a capacidade da imagem de comunicar algo que outrora não poderia ser comunicado de forma não visual, sugerindo assim que seu valor pode ser independente de fatores externos à imagem. Imdahl em seu “método icônico” toca profundamente a relação entre imagem e texto e busca emancipar a primeira da última. Admitindo a possibilidade de um meio termo entre Panofsky e Imdahl através da adoção de um modelo fenomenológico, Vlad Ionescu aponta que

Imagens são construções socioculturais complexas que exigem uma alfabetização e uma correlação com outros sentidos e modos de interpretação. No entanto, a homologação da visualidade e da imagem a outros meios de mediação de sentido (como textos, gráficos, práticas) acarreta o risco de ignorar uma diferença, nomeadamente que a visualidade e a imagem se referem

⁴⁶⁶ Trad. Própria: “The image is a visual sign (dense and irregular) whose actual meaning depends on knowledge of the codes it actualises”. IONESCU, Vlad. *What do you see? The phenomenological model of image analysis*: Fiedler, Husserl, Imdahl. **Image and Narrative**, v. 15, n. 3, 2014, p. 96.

⁴⁶⁷ Capital nas teorias Bourdieu designa, em termos gerais, a forma de conhecimento, competências ou disposições que permitem decodificar e compreender relações e/ou objetos.

⁴⁶⁸ BOHNSACK, Ralf. *A interpretação de imagens e o método documentário*. **Sociologias**, n. 18, 2007, p. 294.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p. 298.

a tipos distintos de intuições que correspondem a diferentes tipos de consciência.⁴⁷⁰

Ionescu chama nossa atenção para o fato de que as imagens, e a contemplação de imagens, baseiam-se um tipo diferente de “intuições” das “intuições” requeridas por textos pois mediam a informação de forma diferente, no entanto, seu método ainda mantém a relevância da relação entre imagem e *habitus* visto que as imagens “[...] dependem de um código que atualizam, a visualidade das imagens está subordinada à sua performatividade comunicativa. E para a teoria da imagem essa performatividade é relacional porque as imagens são interpretadas como em uma interação constante com o contexto social que elas mediam”⁴⁷¹. Diferentemente do que veremos mais a frente, Ionescu defende que é possível ler a imagem assim como lemos um texto, visto que “ele pode ser decodificado se o visualizador reconhecer seu código subjacente.”⁴⁷². Por fim, sua hipótese final ao aplicar o método fenomenológico é de que:

[...] as imagens incluem elementos que modulam a referência textual e que é essa modulação que justifica a apresentação visual. É preciso aprender a identificar aqueles elementos em uma imagem que resistem ativamente à subordinação da imagem ao texto. Aprender a “ler” uma imagem, na verdade, significa deixar de tratar a imagem como um texto.⁴⁷³

Esta perspectiva corresponde à elementos que, quando consideramos o texto, são supratextuais, mas que cumprem uma função de composição e/ou discurso próprio da visualização, modulando assim o discurso textual. A leitura da imagem dentro da metodologia fenomenológica é como em Imdahl, autossuficiente pois produz um discurso visual próprio que independe do texto e só é capaz de ser expressado através da imagem, sendo assim só é capaz de ser “lido” dentro das estruturas imagéticas.

⁴⁷⁰ Original: “Images are complex socio-cultural constructs that demand a literacy and a correlation to other senses and modes of interpretation. Nevertheless, the homologation of visuality and imagery to other means of mediating meaning (like texts, charts, practices) entails the risk of ignoring a difference, namely that visuality and imagery refer to distinctive types of intuitions that correspond to different types of consciousness.”. Trad. Própria. IONESCU, Vlad. *What do you see? The phenomenological model of image analysis*: Fiedler, Husserl, Imdahl. **Image and Narrative**, v. 15, n. 3, 2014, p. 94.

⁴⁷¹ Trad. Própria: “[...] depend on a code that they actualise, the visuality of images is subordinated to their communicative performativity. And for the picture theory this performativity is relational because images are interpreted as in a constant interaction to the social context that they mediate.”. IONESCU, Vlad. *What do you see? The phenomenological model of image analysis*: Fiedler, Husserl, Imdahl. **Image and Narrative**, v. 15, n. 3, 2014, p. 97.

⁴⁷² Trad. Própria: “it can be decoded if the viewer acknowledges its underlying code.”. Ibid., p. 104.

⁴⁷³ Original: “[...] images include elements that modulate the textual reference and that it is this modulation that justifies the visual presentation. One has to learn how to identify those elements within an image that actively resist the subordination of the image to the text. Learning how to ‘read’ an image actually means ceasing to treat the image as a text.”. Trad. Própria. Ibid., p. 105.

Essa discussão a respeito da imagem nos mostra quão profunda a reflexão acerca da análise imagética pode se tornar ao qual, complementamos com as especificidades da imagem medieval, a qual carece de aprofundamento em certas especificidades que a caracterizam. A imagem muito mudou do medievo até a contemporaneidade, mudou bastante dentro da própria Idade Média, experimentando estilos, filosofias, perspectivas e influências diferentes, mas seu preceito básico não se modifica durante o medievo, a imagem se mantém uma forma de comunicação. Para que a imagem pudesse ter sua mensagem compreendida através da contemplação, *contemplatio*, do indivíduo medieval, consideramos que era necessário que houvesse uma espécie de conhecimento prévio para acessar e processar a imagem, assim compreendê-la e apreender sua mensagem simbólica. Por ter seu caráter funcional e devocional, sobre os quais veremos mais à frente, a imagem medieval pode ser melhor compreendida sob a perspectiva de Panofsky e do conceito de *habitus*, conceito que traça um paralelo importante com o conceito de *mental set* de Ernst Gombrich⁴⁷⁴.

Uma vez que depende de um conhecimento prévio, a compreensão da imagem depende, portanto, de um *mediador*. O mediador é aquele que irá transmitir o conhecimento (capital), que no caso medieval se dava, mas não se limita à tal, através da participação das liturgias cristãs que eram transmitidas por aqueles que detinham o conhecimento religioso, os clérigos. Seja em forma verbal ou escrita, o conhecimento deve ser adquirido para que o observador possa decodificar a imagem e adquirir seu significado. Independente da obra de arte, miniatura ou mural, se mantêm a necessidade de compreender a imagem, ou ela perde sua função comunicativa.

Estelle Alma Maré⁴⁷⁵ nos mostra a partir da análise de uma cena em uma porta de bronze medieval e da arte contemporânea que a intencionalidade de comunicação da imagem visual requer um conhecimento prévio que lhe confira o sentido da mensagem (ou seja, se torne significado). Seja no medievo, quando os eclesiásticos formavam uma classe social hierarquicamente superior relativa à episteme moral religiosa cristã frente aos iletrados, ou na contemporaneidade, onde os críticos da arte e historiadores da arte detêm o *logos* vindo da teoria crítica da arte, a arte não se auto-explica, sendo necessária um conhecimento prévio que a localize dentro de um conceito e funcione como transmissor de mensagem. Apesar de tal, afirma que a arte visual não se torna inútil, visto

⁴⁷⁴ NETO, Liszt Vianna. *Habitus e o Ponto de Inflexão de Panofsky: Teoria e Metodologia da História da Arte no Século XX. Anais do IV Encontro de História da Arte: A Arte e a História da Arte entre a Produção e a Reflexão*, 2008, p. 815.

⁴⁷⁵ Ver: MARÉ, Estelle Alma. *Can One "Read" a Work of Visual Art?.* *Juncture*, n. 6, 2006, pp. 63-74.

que ela é capaz de transmitir a mensagem de formas diferentes da verbal ou escrita, entre outras qualidades.

A necessidade de um mediador que conceda o conhecimento prévio (capital inicial) capaz de decodificar a imagem à um indivíduo é absolutamente determinante para a compreensão e eficácia de uma imagem. Estelle Maré afirma que “In this respect, history offers a parallel in Christian narrative art which needed an intermediary in the person of a theologian to explain the meaning to illiterate believers.”⁴⁷⁶. Esse teólogo que aqui chamamos de clérigo, visto que nem todos os mediadores eram teólogos no sentido de formação universitária, ocupava verdadeiramente a posição de mediador pois além de mediar as relações entre Deus e laicos, mediava também a interação entre a imagem e indivíduo iletrado. Esse papel era cumprido por obrigação do trabalho, é serviço do clérigo e de qualquer cristão dividir a Palavra, o conhecimento sacro, mas também por necessidade de controle das interpretações para que se mantivessem sempre dentro da ortodoxia. Maré aponta que “Gombrich (1982: 155-157) observa em sua discussão sobre a declaração do Papa Gregório de que a arte religiosa não pode funcionar sem o auxílio de um contexto específico, uma inscrição ou título e uma codificação que se refere ao tratamento iconográfico convencional.”⁴⁷⁷.

Além da chave epistemológica para decifrar a imagem, devemos considerar também outro aspecto determinante para a compreensão da imagem, o *habitus*, hábito mental. Assim que a imagem é decodificada, a mensagem chega à audiência que a partir de pré-determinações sócio-culturais e de predicados individuais, como a vivência, põe-se a interpretá-la. Estas pré-determinações e predicados individuais são o que Panofsky poderia chamar de hábito mental e Gombrich de *mental set*. Corroborando conosco, Maria Lourençoni aponta que “Na interpretação da imagem é preciso que o leitor perceba os efeitos de sentido, pois seu discurso se constitui dentro de determinadas condições ideológicas, sociais, culturais que presumem um motivo para a existência de um sentido amplo.”⁴⁷⁸. Similarmente, Barthes aponta que a noção de percepção do sentido conotado

⁴⁷⁶ MARÉ, Estelle Alma. *Can One “Read” a Work of Visual Art?*. *Juncture*, n. 6, 2006, pp. 68.

⁴⁷⁷ Trad. Própria: “Gombrich (1982: 155-157) notes in his discussion of Pope Gregory’s statement that religious art cannot function without the aid of a specific context, an inscription or title, and codification which refers to conventional iconographic treatment.”. MARÉ, Estelle Alma. *Can One “Read” a Work of Visual Art?*. *Juncture*, n. 6, 2006, pp. 67.

⁴⁷⁸ LOURENÇONI, Maria Ângela. *Semiologia e a Leitura de Imagens na Relação Ensino-Aprendizagem*. *Intellectus*, ano. VI, n. 12, 2010, p. 82.

da mensagem imagética que, por serem polissêmicos, dependem de diferentes influências de percepção individual incutidas no indivíduo pela experiência⁴⁷⁹.

Portanto, observa-se que a relação definida entre imagem e texto é um tanto quanto complexa e que a capacidade imagética de comunicar depende, *a priori*, do capital epistemológico, e a interpretação carece de certas predefinições mentais, *mental set*. No caso do estudo de manuscritos, que é nosso objetivo, observa-se que essa relação é estabelecida entre imagem e texto, onde um a imagem e texto se relacionam em um mesmo suporte que é o fôlio. Observando essa dependência geral da imagem sobre o texto e sua aparente incapacidade de sobreviver sem uma relação simbiótica com o texto, Barthes questiona “A imagem duplica algumas das informações fornecidas no texto por um fenômeno de redundância ou o texto adiciona uma nova informação à imagem?”⁴⁸⁰ Respondendo sua pergunta, Barthes apresenta duas possíveis relações entre texto e imagem⁴⁸¹: *relay* (complementaridade) e *anchorage* (texto apoia a imagem, limita e direciona seu sentido)⁴⁸². Na relação de *relay* vemos que existe uma possibilidade para que a imagem possa complementar o texto, oferecendo assim elementos que o texto não pode oferecer, no entanto, não é no *relay*, cuja raridade é atestada por Barthes, que acreditamos estar a resposta para a pergunta de Barthes, é no sentimento.

A imagem durante o medievo, como dito, era na maioria das vezes de caráter cristão, e uma de suas características constituintes é a capacidade de mover, no sentido emocional, o observador. Hans Belting, teórico da imagem medieval, caracteriza essa relação emocional entre observador e objeto como “Exchange of gazes”⁴⁸³, estado de contemplação e piedade trocados entre observador e imagem. Belting chama atenção para esse sentimento que, transmitido pelas imagens e através das imagens, fazia parte de um movimento piedoso que encontra sua máxima na humanização de cristo e nas ordens mendicantes do século XIII⁴⁸⁴. Lourençoni também aponta Que na ação de contemplação da imagem “se processa uma ação que corresponde à aproximação, em seguida, a

⁴⁷⁹ Ver: BARTHES, Roland. *Image-music-text*. Macmillan, 1977.

⁴⁸⁰ Trad. Própria: “Does the image duplicate certain of the informations given in the text by a phenomenon of redundancy or does the text add a fresh information to the image?”. BARTHES, Roland. *Image-music-text*. Macmillan, 1977, p. 155.

⁴⁸¹ Ambas categorias podem ser comparadas à sistematização tripartida de Radan Martinec e Andrew Salway que apontam para a existência de três *status*: Equivalente e independente (não há interação e não há modificação); Equivalente e dependente (interação causa modificação mútua); Desigual (um elemento fica subordinado ao outro). Ver: MARTINEC, Radan; SALWAY, Andrew. *A system for image-text relations in new (and old) media*. *Visual communication*, v. 4, n. 3, p. 337-371, 2005.

⁴⁸² BARTHES, Roland. *Image-music-text*. Macmillan, 1977, p. 156.

⁴⁸³ BELTING, Hans. *The Image and Its Public in the Middle Ages: Form and Function of Early Paintings of the Passion*. New Rochelle, NY: AD Caratzas, 1990, p. 56.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 56.

catalisadora interação se firmaria pela “capacidade de sedução, de persuasão, de desejo estimulado pelo encontro e capacidade de empatia estética e visual”⁴⁸⁵. Portanto, a imagem, ao contrário do texto, tem a capacidade de mover emocionalmente o observador, Gottfried Boehm aponta que “[...] as imagens são ao mesmo tempo mais e menos do que a linguagem discursiva. Menos, porque elas não podem pretender a generalização descontextualizada da linguagem. Mais, porque elas tornam evidente uma lógica que não é mais restrita à dimensão opositiva dos signos”. Para compreender a imagem presume-se a capacidade de sentir, mas, sem pretensão de respostas, devemos levantar o questionamento sobre o quão independente é essa capacidade de comoção da imagem em oposição aos hábitos mentais, a imagem toca os observadores em aspectos psicológicos básicos e universais? Ou a comoção que causa depende necessariamente de um *mental set* específico? Nossa retrospectiva do estudo da imagem aponta para o decisivo papel dos hábitos mentais.

Reconhece-se a que a funcionalidade primária da imagem é a comunicação de uma mensagem⁴⁸⁶, mas durante o medievo esta mensagem normalmente está relacionada à educação. Essa aplicação da imagem medieval é amplamente conhecida devido à uma fonte medieval: As cartas de Gregório Magno para Serenus de Marselha no século VII. As cartas foram enviadas por Gregório em razão da destruição de imagens sacras por Serenus, que alegava que as mesmas eram motivo de adoração por parte dos fiéis e deveriam ser destruídas para evitar a idolatria. Gregório interpõe contra a destruição das imagens sagradas e diz a Serenus que as imagens serviam para instruir os iletrados, que as liam como um letrado lê um texto, e que as imagens auxiliavam a fixar a história sagrada e as Escrituras na memória dos iletrados.

Pois uma coisa é adorar uma imagem, outra através da história de uma imagem para aprender o que deve ser adorado [...]. Pelo que a escrita oferece a quem a lê, uma imagem oferece ao ignorante que a olha, pois nela o ignorante vê o que deve seguir, nela lê quem não conhece letras; de onde, especialmente para os gentios, uma imagem fica no lugar da leitura.⁴⁸⁷

⁴⁸⁵ LOURENÇONI, Maria Ângela. *Semiologia e a Leitura de Imagens na Relação Ensino-Aprendizagem. Intellectus*, ano. VI, n. 12, 2010, p. 84.

⁴⁸⁶ Restringe-se aqui, por motivos metodológicos e teóricos, o estudo da imagem em miniaturas e murais, e exclui-se as esculturas e *woodcarving*.

⁴⁸⁷ Trad. Própria: “For it is one thing to adore a picture, another through a picture's story to learn what must be adored [...]. For what writing offers to those who read it, a picture offers to the ignorant who look at it, since in it the ignorant see what they ought to follow, in it they read who do not know letters; whence especially for gentiles a picture stands in place of reading.”. CHAZELLE, Celia. *Pictures, books, and the illiterate: Pope Gregory I's letters to Serenus of Marseilles*, *Word & Image: A Journal of Verbal/Visual Enquiry*, 6:2, 1990, p. 139.

Em adição ao papel pedagógico da imagem, sua segunda função era não-comunicativa e consistia em auxiliar a memória. Hugo de São Vítor ainda no século XII afirma que:

Pois uma coisa é adorar uma imagem, outra através da história de uma imagem para aprender o que deve ser adorado [...]. Pelo que a escrita oferece a quem a lê, uma imagem oferece ao ignorante que a olha, pois nela o ignorante vê o que deve seguir, nela lê quem não conhece letras; de onde, especialmente para os gentios, uma imagem fica no lugar da leitura.⁴⁸⁸

Conforme explicitado nas palavras de Gregório, a função das imagens cumpre, *a priori*, um papel pedagógico. Sua função pedagógica parte do pressuposto que as imagens seriam o “texto” dos iletrados, possuindo assim uma mensagem que poderia ser compreendida pelo observador através da interação visual. Seu segundo papel era relacionado com a memorização de lições, como informa Hugo de São Vítor, onde as imagens funcionavam como marcadores mnemônicos cuja visualização poderia ser utilizada como forma de acessar o conhecimento mentalmente.

Mary Carruthers aponta que essas duas funções não eram dissociadas, visto que durante o período medieval o conhecimento era aprendido e memorizado através do reconhecimento de *padrões*. Isso resulta em um funcionamento da memória baseado em disposições que eram seguidas e repetidas pela linguagem escrita, oral e imagética. Neste aspecto mnemônico, imagem não carece de mediação textual pois não se propõe a cumprir sua função comunicativa, mas de sistematização mental. Carruthers afirma que

Eles [desenhos] não são apenas “auxílios” para a compreensão, como poderíamos dizer, implicando com isso seu papel subserviente à linguagem e também que eles são, de alguma maneira básica, desnecessários para o conhecer. Eles são exercícios e exemplos a serem estudados e lembrados tanto quanto o são as palavras. Palavras e imagens *juntas* são dois “modos” da mesma atividade mental — invenção. Além da aquisição de um repertório de palavras — os *dicta et facta memorabilia* —, as crianças também reuniam em suas memórias um repertório de imagens.⁴⁸⁹

A respeito da função da imagem devocional, Panofsky a considera um amálgama entre os conceitos de *imago*, imagem de funcionalidade direcionada ao culto que

⁴⁸⁸ Original: “[...] it is a great value for fixing a memory-image that when we read books, we strive to impress on our memory ... the color, shape, position, and placement of the letters, ...in what location (at the top, the middle or bottom) we saw [something] positioned, in what color we observed the trace of the letter or the ornamented surface of the parchment. Indeed I consider nothing so useful for stimulating the memory as this.”. Trad. Própria. CARRUTHERS, Mary J. **The book of memory: A study of memory in medieval culture**. Cambridge University Press, 1992, p. 10.

⁴⁸⁹ CARRUTHERS, Mary. **A técnica do pensamento: meditação, retórica e a construção de imagens (400-1200)**. Trad. José Emílio Maiorino. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 210.

representa a pessoa que retrata, e *historia*, que consiste de uma imagem de cena histórica que era mais vívida pois podia narrar e ensinar. Seu esquema tripartido da funcionalidade imagética forma-se a partir das categorias “Representar – instruir – tocar emocionalmente”⁴⁹⁰, que apontam para a capacidade de representação da imagem, de sua função pedagógica e emocional, as quais já abordamos anteriormente. Essas categorias foram posteriormente repensadas por Belting que, também ecoando a tradicional visão de Gregório Magno ao impor a função de instrução ao observador, afirma que existem ao menos três funções gerais que podem ser propostas para imagens durante o medievo:

[...] no primeiro caso a noção refere-se muito geralmente à função psicossocial da imagem devocional, e no segundo caso à conexão de imagens individuais com certas funções específicas, no terceiro caso designa função, no nível semântico, a relação de um significado particular com uma forma pictórica particular. O significado é então uma função da forma pictórica, e a forma pictórica é sua expressão. Esse estado de coisas ocorre quando uma imagem, sem se explicar, como no segundo caso, por estar ligada a finalidades externas, se destina a comunicar significados específicos que não são compreendidos *eo ipso*.⁴⁹¹

Vemos que a tripartição de Belting conta com um certo grau de generalizações quando comparadas às categorias de Panofsky, mas que neste caso consideramos positivas e libertadoras da imagem. A primeira categoria refere-se às funções sócio-psicológicas que estão atreladas ao *mental set*, nesta incluem, por exemplo, o domínio sensorial. A segunda categoria abre a análise imagética para as funções particulares que apesar de ainda estarem ligadas aos hábitos mentais, podem apresentar diversas funções, como a função identitária e política da heráldica. Por fim, a terceira e última função estabelecida por Belting é a função da forma pictórica que sem dúvida dialoga com os apontamentos de Imdahl.

É bem verdade que as funções da imagem medieval gravitam entre dois pólos, comunicação pedagógica e memória, que estão alicerçadas sobre uma mesma base. No

⁴⁹⁰ Trad. Própria: “Represent - instruct - emotionally attune [...]”. BELTING, Hans. **The Image and Its Public in the Middle Ages: Form and Function of Early Paintings of the Passion**. New Rochelle, NY: AD Caratzas, 1990, p. 55.

⁴⁹¹ Original: “[...] in the first case the notion refers very generally to the social-psychological function of the devotional image, and in the second case to the connection of individual images with certain specific functions, in the third case function designates, on the semantic level, the relationship of a particular meaning with a particular pictorial form. The meaning is then a function of the pictorial form, and the pictorial form is its expression. This state of affairs occurs when an image, without explicating itself, as in the second case, by being linked to external purposes, is intended to communicate specific meanings that are not understood *eo ipso*.”. Trad. Própria. BELTING, Hans. **The Image and Its Public in the Middle Ages: Form and Function of Early Paintings of the Passion**. New Rochelle, NY: AD Caratzas, 1990, p. 62.

entanto, suas funções, que podem ser múltiplas e simultâneas, tem potencial para uma variedade muito maior pois dependem muito de como é empregada, de sua intenção de uso, mas também de como é percebida, onde entram também os hábitos mentais.

Carruthers aponta para a centralidade da imagem enquanto recurso mnemônico em diferentes tipos de códices medievais, um deles sendo o bestiário. Afirma que “A importância dada a que se aprendesse a visualizar enquanto se lia (silenciosamente ou em voz alta) é enfatizada pelo fato de que vários livros de leitura padrão, de nível elementar, de época medieval, são também livros de imagens; o Bestiário, o *Aratus* ou o livro das constelações, e uma série de “livros de gravuras” narrativos [...]”⁴⁹². Sua categorização do bestiário como um livro medieval de leitura padrão dentro do contexto educativo e pedagógico pode ser questionado, mas o que nos interessa neste momento é apontar como essas imagens (e também o texto) apresentam.

Bem, considerando as diferentes interações e dependências, texto e imagem formam uma unidade dialética que, especialmente recorrente em manuscritos medievais, forma o que chamou-se aqui de relação texto-imagem. No entanto, simultaneamente à formação da unidade dialética, existem particularidades específicas de cada unidade formativa do texto-imagem, ou seja, o *texto* e a *imagem*. Suas diferenças permitem que sua utilização mútua não seja necessariamente tautológica, mas complementar. Existem relações hierárquicas que permeiam a relação texto-imagem, mas uma vez que há um texto e uma imagem em um manuscrito medieval, é mister compreender que a relação entre as partes é fundamental para a formação de uma unidade dialética de características específicas.

A relação texto-imagem ocorre em manuscritos medievais pelo motivo anteriormente explicitado, o texto é o *mediador* do conhecimento e a imagem não pode ser compreendida sem que o leitor/consumidor tenha um conhecimento prévio sobre o que a imagem pretende representar para que então, o leitor/consumidor possa compreendê-la e refletir sobre sua mensagem. Uma imagem que não tinha sua mensagem compreendida pelo leitor/consumidor, tornava-se inútil em vista de sua função comunicativa. Um dos desdobramentos possíveis da incompreensão da imagem medieval é a iconoclastia, desdobramento observável nas cartas do Papa Gregório I para Serenus.

Se a imagem não pode, ou não deveria, ser compreendida sem o auxílio de um conhecimento prévio, fica clara sua relação com o texto em manuscritos medievais. A

⁴⁹² CARRUTHERS, Mary. *A técnica do pensamento: meditação, retórica e a construção de imagens (400-1200)*. Trad. José Emílio Maiorino. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 204.

existência do manuscrito e de miniaturas ou iluminuras é *sine qua non* à presença de textos que mediam o conhecimento. No entanto, o contrário não é verdadeiro, é possível observar a ocorrência e recorrência de manuscritos puramente textuais que existem sem a presença de imagens. Como vimos, é absolutamente plausível sugerir que imagens também são mediadoras de conhecimento visto que elas possuem um papel comunicativo, mas sua mediação depende de uma anterior feita por vias orais, escritas ou do *mental set*, portanto, podemos classificar o texto é um mediador *primário* e independente, enquanto a imagem é um mediador *secundário* e dependente. A dependência da imagem em relação ao texto estabelece uma hierarquia do conhecimento, ou ao menos, hierarquiza a mediação do conhecimento. Esta dependência e hierarquização molda a unidade dialética anteriormente mencionada e dificultam a dissociação entre a imagem e o texto.

A relação imagem-texto presente em bestiários faz parte de uma tradição muito mais ampla e difundida durante o medievo, onde as figuras ou imagens eram utilizadas para explicar e transferir o conhecimento que, na maioria dos casos, era de teor teológico controlado pela Igreja. Duby, tratando neste caso sobre a arquitetura, diz que as figuras das fachadas de edificações religiosas eram colocadas “à vista dos que não sabiam ler, como uma transposição visual do seu saber.”⁴⁹³. Partindo do pressuposto de difusão do conhecimento (capital) doutrinário, podemos apontar a adoção de uma função pedagógica da imagem durante o medievo, desta forma, o bestiário e suas iluminuras também são reflexos deste método cognitivo medieval que combina elementos comunicativos-mnemônicos imagéticos com mediadores textuais/orais da gnosis. Jean-Claude Schmitt defende que a relação entre texto e imagem remonta ao Papa Gregório Magno, onde o mesmo defende que a imagem é o texto para aqueles que são iletrados⁴⁹⁴. No entanto, Schmitt acrescenta que a imagem é definida por referências à escrita, e pensada inteiramente a partir da leitura de um texto (ao qual adicionamos o hábito mental), o que se aplica também à bestiários. Ausente de um *mediador* (texto/oral ou hábito mental) que a explica, a imagem referente pode se tornar incompreensível, a não ser que a imagem refira-se à temas extra-textuais que dialoguem com o *mental set* do consumidor, seja esse diálogo feito através de vieses políticos, culturais e/ou sociais. Por exemplo, o tratado do abutre no bestiário de Aberdeen Ms. 24⁴⁹⁵ trata em seu texto, entre outras coisas, da

⁴⁹³ DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel. **História Artística da Europa: a Idade Média**. Tomo I. São Paulo, 2002, p. 65.

⁴⁹⁴ SCHMITT, Jean-Claude. **O Corpo das Imagens: Ensaio Sobre a Cultura Visual na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 97.

⁴⁹⁵ O texto do abutre inicia no fôlio 44r e termina no fôlio 45r, sua iluminura está presente no fôlio 44v.

descrição da reprodução da ave. A reprodução do abutre é descrita como um caso específico onde as aves não precisam engajar na cópula, ou seja, a ave tem seus filhotes, mas se mantém pura abstinência de sexo. Tal característica é utilizada no texto como uma crítica àqueles que não acreditam que Maria, a mãe de Jesus, possa ter tido seu filho sem ter se corrompido à carnalidade do ato sexual, utilizando como argumento que tal possibilidade existe na natureza, criada por Deus, e logo, a castidade de Maria é inquestionável. Esta é apenas uma das características moralizadas do abutre, sendo a outra ambígua, uma metáfora tanto para Cristo quanto para pecadores, mas sua iluminura representa apenas dois abutres cruzados, um para cada lado, dentro de um círculo e com suas cabeças voltadas um para o outro e seus bicos quase se tocando. Em uma análise iconográfica superficial da iluminura, podemos sugerir que a imagem representa a relação entre dois abutres no não engajamento da cópula, podendo então sugerir que seus corpos virados de forma contrária um ao outro simulam a separação corporal e carnal, desnecessária para eles, mas suas cabeças estão voltadas uma para a outra num sinal de relação espiritual.

Entretanto, só podemos ter esta e outras percepções metafóricas da ave, ou outro animal, quando temos acesso ao conhecimento que neste caso é textual, e por isso, neste caso, a imagem está sujeita ao texto, que media o conhecimento transmitido nos tratados do bestiário. No entanto, existem diferentes casos que devem ser analisados de forma individual, como o caso de animais que não são moralizados. Há o caso de animais cujo valor simbólico é de amplo conhecimento no cristianismo (*mental set*), como é o caso da pomba ou dragão, cujas imagens sob observação de um cristão podem ser imediatamente compreendidas como possuidoras de um significado específico. No entanto, em quase todos os casos, a iluminura segue o direcionamento fornecido pelo texto, podendo ser compreendida ou não com a ausência do texto, mas a iluminura só poderá ser compreendida de forma completa e correta se há acesso ao texto, mesmo que a imagem faça alusão à conhecimentos prévios. Em bestiários, em especial, a imagem acompanha o texto, sendo comunicativamente subordinada à ele, e na maioria das vezes ilustra a porção descritiva do tratado, e não sua moralização.

A imagem em manuscritos e sua compreensão então são sujeitas à uma explicação que é ditada pelo texto, possuindo assim uma condição indissociável. A imagem deve então deter-se ao que existe no texto, para que possa assim ser compreendida. No entanto, uma imagem, diferentemente de um texto, não consegue transmitir múltiplas cenas, ou seja, retornando ao caso do abutre, como o iluminador poderia em uma iluminura

representar diversas passagens do tratado da ave? Não poderia, e, portanto, apenas algumas passagens são representadas. Pastoureau diz que os:

[...] Iluminadores são conduzidos a fazer uma escolha, deixar de lado algumas páginas do texto, condensar outras; então, com o que eles escolheram, ou compartimentar a página (caso mais frequente), ou fundir em uma só cena os diferentes personagens, atributos, comportamentos, histórias e crenças sobre o animal. Fazendo isso, eles fabricam uma espécie de imagem sintética, fiel ao espírito do texto, mas que não são uma pura e simples ilustração da letra.⁴⁹⁶

Diferentemente de Pastoureau, acredita-se aqui que a continuação e propagação de modelos e tradições iconográficas e imagéticas era mais determinante para uma reprodução imagética nos bestiários do que propriamente a escolha do iluminador⁴⁹⁷, a qual poderia ser mais propensa a mudanças de acordo com a escolha do(a) patrono(a). Podemos observar que as iluminuras são uma imagem sintética, remetente ao texto, mas não uma simples ilustração da narrativa textual, elas constroem uma narrativa sintética própria, edificada e suportada pela narrativa textual, constituindo assim dois elementos distintos, porém indissociáveis. A imagem, de certa forma limitada dentro dos moldes da possibilidade de representação (*anchorage*), deve, portanto, sintetizar em sua narrativa uma das passagens sustentadas pelo texto.

Devemos retornar à função geral da imagem, neste caso iluminuras, já tratada anteriormente, a função didática. Se o papel da iluminura em bestiários era de transmitir de forma visual o conhecimento transmitido no texto, e a iluminura era uma síntese de passagens selecionadas, logo, a iluminura possui uma importância tão grande quanto o texto, apesar de depender do mesmo.

Considerando que o papel do bestiário possivelmente estava relacionado à uma educação básica de conhecimentos morais cristãos, e visto que Gregório afirma que a imagem é como o texto para o iletrado⁴⁹⁸ e que esta era sustentada por um mediador textual (ou oral), pode-se supor que caso os textos fossem lidos para iletrados, as imagens serviriam como um elemento mnemônico para ambos narrador e ouvinte, o mesmo seria

⁴⁹⁶ “[...] les enlumineurs sont conduits à faire des choix, à laisser de côté certains passages du texte, à en condenser d’autres; puis, avec ce qu’ils ont retenu, soit à compartimenter la page (cas le plus fréquent), soit à fusionner en une seule scène les différents caractères, attributs, comportements, récits et croyances concernant cet animal. Ce faisant, ils fabriquent une sorte d’image de synthèse, fidèle à l’esprit du texte mais qui n’est pas l’illustration pure et simple de sa lettre.”. Tradução Própria PASTOUREAU, Michel. **Bestiaires du Moyen Âge**. Paris: Seuil, 2011, p. 42.

⁴⁹⁷ Não que a mesma não existisse, mas pressupõe uma questão de individualidade e liberdade artística, discussão esta que é recorrente e palco de diversos debates na História da Arte e História Medieval.

⁴⁹⁸ SCHMITT, Jean-Claude. **O Corpo das Imagens: Ensaio Sobre a Cultura Visual na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 96.

verdadeiro caso o texto fosse consumido apenas pelo letrado. Em ambos os casos, a iluminura tem um papel conflituoso, está necessariamente submetida ao texto, mas ao mesmo tempo, está em um mesmo patamar de importância pois sintetiza parte do texto e oferece amplitude mnemônica. Sua limitação física e material aliada com a necessidade de representar uma passagem textual que se deseja dar um suporte visual ou um aprofundamento narrativo fazem com que a passagem iluminada seja hierarquicamente mais importante que as outras.

Pelo seu poder de síntese, ênfase, e aproximação com o iletrado, a iluminura será então uma forma de ressaltar aquilo considerado mais importante no texto. Logo, uma iluminura raramente vai representar algo que não é respaldado pelo texto ou não possui significado metafórico relevante, exceto quando tal representação é requisitada, ou seja, quando há valor exterior ao manuscrito. Considerações sobre importância de mensagens transmitidas pela iluminura podem mudar de acordo com função, época e destino do bestiário, e, portanto, deve-se compreender e estudar justamente as mudanças imagéticas (e textuais) presentes em diferentes bestiários, e seu subsequente significado.

Considerando a função da imagem medieval, podemos apontar ao menos duas funções que repetem-se durante as reflexões aqui apresentadas: comunicação didática e auxílio da memória, onde ambas, em graus variados, submetem-se ao conhecimento mediado pelo texto. No entanto, vemos também que existe uma fluidez na função da imagem que, assim como um ferrofluido que se movimenta é moldado pela influência relativa dos campos eletromagnéticos, é moldada pelos campos culturais e sociopolíticos que exercem diferentes forças polarizadas sobre a imagem que gravita sob a influência de uma autoridade. Panofsky aponta que, "A imagem devocional mudou continuamente de acordo com a expectativa e as necessidades do espectador."⁴⁹⁹, já Belting afirma que "A forma como a imagem foi recebida mudou, e a própria imagem se adaptou a essa mudança. Pois era um produto social que pressupunha e respondia às expectativas mentais e visuais de seu público."⁵⁰⁰. O âmbito sociocultural da recepção da imagem pela audiência é capaz de modular a imagem até que a mesma seja capaz de responder suas necessidades e ocupar funções requeridas por tais círculos.

⁴⁹⁹ Trad. Própria: "the devotional picture continually changed in accordance with the viewer's expectation and needs.". BELTING, Hans. **The Image and Its Public in the Middle Ages: Form and Function of Early Paintings of the Passion**. New Rochelle, NY: AD Caratzas, 1990, p. 44.

⁵⁰⁰ Trad. Própria: "The manner in which the image was received changed, and the image itself adapted to this change. For it was a social product which presupposed and responded to the mental and visual expectations of its public.". Ibid., p. 14.

Essas imagens poderiam cumprir funções secundárias que vão além da pedagógica, onde um conjunto de variantes pode influenciar na definição de sua função, como formato, suporte, produção, produtor, consumo, patrocinador(a), etc, onde todas essas variantes modificam a forma que a imagem é construída e percebida. A existência de agentes políticos medievais em miniaturas, murais, pinturas e esculturas nos indica que o discurso imagético pode ser modificado e adaptado para a exposição de individualidades pessoais e *auctoritas* de atores em uma complexa malha política medieval. Identificados por seus atributos como brasões heráldicos, mais recorrentes após o século XIV⁵⁰¹, ou objetos simbólicos de atribuição histórica à realeza como o cetro, coroa, globo e manto. Os bestiários, apesar de seu suposto caráter pedagógico, não eram imunes à estas interferências e modificações. Como veremos, imagens heráldicas também eram ilustradas em miniaturas de bestiários, aludindo assim à um contexto sócio-político supra-textual que liberta a imagem do texto sem que isso prejudique a comunicação da mensagem, ela apenas não poder ser decodificada através do texto, mas através do conhecimento sócio-cultural e dos hábitos mentais.

Ron Baxter afirma que as mudanças textuais, imagéticas e na ordem dos tratados em bestiários são resultado das mudanças no uso do bestiário. Afirma que:

Uma das principais preocupações do presente trabalho é mostrar que as variações no conteúdo, particularmente entre bestiários de luxo do final do século XII e do século XIII, eram muitas vezes ditadas pelas necessidades dos usuários e não podem ser simplesmente ligadas a considerações de recensão textual, junto com a suposição associada que os produtores de Bestiaries simplesmente copiaram quaisquer modelos com os quais eles estavam familiarizados, ou que por acaso tinham em mãos.⁵⁰²

Sua proposta baseia-se na análise de padrões de consumo cujos dados são posteriormente cruzados com os dados de mudanças e modificações. Essa metodologia é bastante confiável, mas por sua dependência em uma proveniência (local de produção, usuários e patrono) relativamente completa, torna-se bastante limitada. O próprio autor afirma que sua aplicabilidade não se estende à manuscritos da Segunda Família pela estabilidade da família (poucas mudanças) e baixa evidência de consumo, preferindo

⁵⁰¹ PASTOUREAU, Michel. Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental. Le Seuil, 2015, p. 245.

⁵⁰² Original: "A major concern of the present work is to show that variations in content, particularly among late twelfth and thirteenth-century luxury Bestiaries, were often dictated by the needs of users and cannot simply be tied to considerations of textual recension, along with the associated assumption that the producers of Bestiaries simply copied whatever models they were familiar with, or happened to have at hand." Trad. Própria. BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 128.

assim comparar a estrutura da Segunda Família com o livro XII de Isidoro e o de outras famílias para então estabelecer um vínculo com listras de bibliotecas monásticas para estabelecer o uso. O estudo de Baxter é de grande importância pois nos permite seguramente reconhecer um padrão no modelo de uso de bestiários, assim sanando a questão do uso dos bestiários.

Baseando-nos nessa análise, que já nos supre com uma prospectiva resposta, podemos então fazer um estudo não só do uso, mas também da audiência de manuscrito que apresentam poucas variações, como o caso dos MSS. 24 e 1511. Nosso objetivo aqui é muito mais responder à quem estes manuscritos estavam destinados que pressupor o uso que foi feito deles, apesar de podermos com o auxílio de Baxter e outros pesquisadores supor como foram utilizados. Para responder esses questionamentos, utilizamos três indicadores: marcadores de transmissão; marcadores mnemônicos e marcadores de público. Com isso, corroboramos com a proposta que de os bestiários de Segunda Família eram produzidos para um público relativamente bem definido. É importante compreender que o que chamamos aqui de “público definido” corresponde ao que no capítulo 3 chamamos de *récepteurs*, sendo que os *récepterus* primários seriam leitores que adquiriram o conhecimento através do texto e o transmitia para os *récepteurs* secundários que ouviam o texto.

Clark afirma que existem evidências de transmissão oral “[...] no Bestiário de Aberdeen, onde em cada página há palavras acentuadas para leitura em voz alta.”⁵⁰³, assim como no MS. 1511, onde encontra-se “[...] o maior número de glosas, de vários tipos, aparece em Ashmole 1511.”⁵⁰⁴, e nisso baseia sua afirmação de que o MS. 24 tem a aparência de um livro de professor. Diante dessas afirmações, chama-nos atenção o fato de que as palavras no MS. 24 eram acentuadas para leitura oral, e com isso temos nosso primeiro ponto a respeito da audiência do bestiário de Aberdeen: o manuscrito era marcado para ser lido em voz alta, logo sua audiência não era letrada. Como vimos anteriormente, a sociedade medieval nos séculos XII e XIII ainda era uma sociedade centrada na transmissão e leitura oral performática que passava pela transição para a transmissão escrita, nisto inclui-se a educação que era, de forma geral, feita de forma oral. Se os bestiários são considerados livros pedagógicos básicos, devemos considerar que

⁵⁰³ Trad. Própria: “[...] in the Aberdeen Bestiary, where on every page there are words accented for reading aloud.”. CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 107.

⁵⁰⁴ Trad. Própria: “[...] the largest number of glosses, of various kinds, appear in Ashmole 1511.”. Ibid., loc. cit.

existem marcadores de oralidade ainda presentes no texto do bestiário, e de fato encontramos algumas passagens que podem nos indicar essa prioridade da oralidade.

Ouçã o que o profeta diria. É fato que Deus te instrui a seguir o exemplo daquela abelhinha e imitar sua maneira de trabalhar. Veja como é trabalhador, o quanto é amado⁵⁰⁵

Essa frase presente no bestiário de Aberdeen repete-se em outros bestiários de Segunda Família e aponta para uma audiência que: interage com o texto através da leitura ou através de um intermediário. A frase dirige-se à audiência pedindo que escutem (*audis*) o que o profeta disse, referindo-se à citação de Provérbios no fólio anterior, e pede que vejam (*vide*) como a abelha trabalha. Apesar de por si só não ser uma evidência definitiva de que o bestiário era lido de forma oral, a frase indica que o bestiário segue uma tradição pedagógica de leitura oral, o que é corroborado pela historiografia que considera a educação medieval como sendo baseada essencialmente na oralidade. Jean Batany aponta que “Nas escolas, o mestre ‘lia’, o aluno o ‘escutava’. Os milhares de sermões conservados em latim eram depois frequentemente copiados por escrito, e não antes de terem sido pronunciados.”⁵⁰⁶ A este exercício somavam-se as tábuas de cera que serviam para treinar a escrita a partir da leitura oral de um *praeceptor*⁵⁰⁷ e os exercícios orais da *quaestio* e *disputatio* das universidades, o ambiente pedagógico medieval era oral. Neste contexto, Camille lembra que Walter J. Ong identifica que “A cultura de manuscritos ainda altamente orais sente que ter escrito uma série de coisas preparadas para serem lembradas oralmente foi por si só, melhorando intelectualmente.”⁵⁰⁸ Não obstante, os centros literários da corte também baseavam-se na oralidade, em um primeiro momento o latim era lido em voz alta para os membros da cortes que poderiam compreender os sons das palavras mas não lê-las, e posteriormente o vernáculo que encontra no romance cortês espaço prolífico. Ademais, Haijo Westra aponta que “Um dos resultados dos modos medievais de mecenato foi a mediação entre a atividade literária oral e textual,

⁵⁰⁵ Original: *Audis quid dicat prophetus: Mittit utique te ut apicule illius sequa\ ris exemplum, imiteris operationem. Vide quam laboriosa quam grata\ sit, fructus eius ab omnibus desideratur et queritur* – Tradução inglesa fornecida pela Biblioteca de Aberdeen: “Hear what the prophet would say. It is a fact that God instructs you to follow the example of that little bee and imitate its way of working. See how industrious it is, how much it is loved.”. Trad. Própria. MS. 24, f. 64v.

⁵⁰⁶ BATANY, Jean. *Escrito/Oral*. IN: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário analítico do ocidente medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 437.

⁵⁰⁷ CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 102.

⁵⁰⁸ Trad. Própria: “Still highly oral manuscript culture feels that having written series of things readied for oral recall was of itself, intellectually improving.”. CAMILLE, Michael. *Seeing and reading: some visual implications of medieval literacy and illiteracy*. **Art History**, v. 8, n. 1, 1985, p. 30.

porque proporcionava a recompensa pela recitação oral e era a condição *sine qua non* da produção literária textualizada.”⁵⁰⁹. A produção literária baseava-se amplamente na transmissão oral da mensagem, mas era a escrita que carregava a *auctoritas*. Podemos afirmar que a sociedade medieval, até o final do século XIII e XIV, era uma sociedade tradicionalmente oral que baseava-se na autoridade literária textual e no objeto-memória. Este último tinha como função, como vimos anteriormente nas cerimônias de dom, substituir a violência como marcador mnemônico em ritos predominantemente orais que exigiam testemunhas, assim o objeto se torna a testemunha e se mantém assim mesmo quando ocorre a mudança do oral para o escrito. Camille aponta que “[Michael] Clanchy associa o uso de selos com este desejo contínuo de sinais físicos de testemunho e até mesmo o próprio documento escrito foi usado para servir à 'função ancestral de um objeto simbólico'.”⁵¹⁰

A memória era de suma importância durante o medievo, onde textos não eram amplamente e rapidamente disponíveis como os temos na atualidade, e durante a idade Média foi especialmente desenvolvida pelos homens e mulheres que estavam envolvidos com a educação formal, seja básica ou superior. Baseada em *Rethorica ad Herennium*, obra atribuída a Cícero, o método de memorização medieval baseava-se na construção de um local (*loci*) mental, como uma construção, onde vários cômodos eram preenchidos com ornamentos, imagens, pessoas e discursos que poderiam ser lembradas sequencialmente, especialmente ao atribuí-los à *imagines agentes*, figuras corporais “engajadas em ações ou possuindo características marcantes”⁵¹¹. Esses *imagines agentes* eram “Infundidos de animação, dando uma impressão de gesto, às vezes extravagante e até violento, eles [imaginam os agentes] insinuam significantes sutis, nos deslumbram com sua estranheza e nos obrigam a buscar a alegoria”. este desejo contínuo de provas físicas de dar testemunho e até mesmo o próprio documento escrito foi usado para servir 'a função antiga de um objeto simbólico'. ”⁵¹². Como vimos anteriormente, Hugo de São

⁵⁰⁹ Trad. Própria: “One result of medieval modes of patronage was mediation between oral and textual literary activity, because it provided the reward for oral recitation and it was the *sine qua non* of textualized literary production.”. WESTRA, Haijo J. *Literacy, Orality and Medieval Patronage: A Phenomenological Outline*. **The Journal of Medieval Latin**, v. 1, 1991, p. 52.

⁵¹⁰ Trad. Própria: “[Michael] Clanchy associates the use of seals with this continued desire for the physical tokens of bearing witness and even the written document itself was used to serve 'the ancient function of a symbolic object'.”. CAMILLE, Michael. op. cit., p. 27.

⁵¹¹ ROWLAND, Beryl. **The art of memory and the Bestiary**. In: CLARK, Willene B.; McMUNN, Meradith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989, p. 13.

⁵¹² Trad. Própria: “Infused with animation, giving an impression of gesture, at times flamboyant and even violent, they [*imagines agentes*] hint at subtle significant, dazzle us with their strangeness, and compel us to search out the allegory.”. ROWLAND, Beryl. **The art of memory and the Bestiary**. In: CLARK,

Vítor utiliza este mesmo recurso da memória-imagem para lembrar-se de passagens. No Bestiário do Amor de Richard de Fournival (s. XIII) encontramos a seguinte passagem na introdução:

Portanto Deus, que ama o homem de tal maneira que deseja suprir todas as suas necessidades, deu-lhe uma faculdade mental particular chamada Memória. Esta Memória tem duas portas: Visão e Audição. E para cada uma dessas duas portas um caminho leva, a saber, Representação e Descrição. A Representação serve aos olhos e a Descrição aos ouvidos. Como alguém pode ir para a Casa da Memória através da Representação e Descrição é evidente nessa Memória, que guarda o tesouro do conhecimento adquirido pela mente do homem em virtude de sua inteligência, torna o passado como se estivesse presente. Isso acontece por Representação e Descrição. Pois quando alguém vê a Representação de uma história de Tróia ou de algum outro lugar, vê os feitos desses heróis do passado como se eles estivessem presentes. E assim é com a Descrição. Quando alguém ouve a leitura de um romance, ouve as aventuras como se as tivesse visto no presente. E como se está convertendo o passado em presente por meio dessas duas coisas, a saber, Representação e Descrição, é claramente evidente que por meio dessas duas coisas se pode ter acesso à Memória. E eu, de cuja memória você não pode partir, amor formoso, doce, sem que o traço do amor que eu tinha por você seja sempre aparente para que eu não pudesse ser completamente curado desse amor sem ao menos um vestígio de sua ferida, por melhor que eu poderia me conter, gostaria de viver para sempre em sua memória, se isso pudesse acontecer. Portanto, eu lhe envio essas duas coisas em uma. Pois eu te envio nesta composição tanto a Representação quanto a Descrição para que, quando eu não estiver em sua presença, esta composição irá, por sua imagem e sua palavra, restaurar-me a sua presente lembrança. E vou mostrar como essa composição tem Representação e Descrição. Que descreve em palavras é óbvio, porque toda escrita é realizada para revelar a palavra e ser lida. Quando é lida, a escrita volta à forma de palavra. É óbvio, além disso, que contém uma representação, pois nenhuma letra existe a menos que seja pintada. Além disso, essa composição é de tal natureza que precisa de imagens, pois animais e pássaros são naturalmente mais reconhecíveis quando representados do que quando descritos.⁵¹³

Willene B.; McMUNN, Meradith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989, p. 20.

⁵¹³ Original: “Wherefore God, who so loves man that He wants to provide for his every need, has given him a particular faculty of mind called Memory. This Memory has two doors: Sight and Hearing. And to each of these two doors a pathway leads, namely Depiction and Description. Depiction serves the eye and Description serves the ear. How one may repair to Memory’s House through Depiction and Description is evident in that Memory, which guards the treasury of knowledge acquired by the mind of man by virtue of his intelligence, renders the past as if it were present. This happens by Depiction and Description. For when one sees the depiction of a history of Troy or of some other place, one sees the deeds of those past heroes as if they were present. And so it is with Description. When one hears a romance read, one hears the adventures as if one saw them in the present. And because one is converting past to present by these two things, namely Depiction and Description, it is clearly apparent that by these two things one can have access to Memory. And I, from whose memory you cannot depart, fair, sweetest love, without the trace of the love I had for you being ever apparent so that I could not be completely cured of that love without at least a trace of its wound, however well I might contain myself, I should like to live forever in your memory, if that could be. Wherefore I send you these two things in one. For I send you in this composition both Depiction and Description so that when I am not in your presence this composition will by its picture and its word restore me to your present remembrance. And I shall show you how this composition has Depiction and Description. That it describes in words is obvious, because all writing is performed to reveal the word and to be read. When it is read, the writing then reverts to word-form. It is obvious, besides, that it contains depiction, for no letter exists unless painted. Also, this composition is of such a nature as to need pictures, for animals and birds are naturally more recognizable when depicted than when described.”. Trad. Própria.

Visão e Audição são as duas portas da casa da Memória que podemos acessar ao trilhar o caminho da Representação e da Descrição que no Bestiário do Amor são alcançadas através da imagem e do texto. Neste caso a importância e necessidade da memória existe pois imagem e texto servem para que a *réceptrice* seja capaz de lembrar de Richard, mas para nós é relevante saber que Richard considera a imagem e o texto igualmente essenciais para acessar a memória, o que significa que: nesse sentido a imagem mental ocupa a função de marcador mnemônico tão importante quanto o texto. Essa imagem mental era construída a partir de criações mentais, mas também de observações e contemplações de imagens presentes em manuscritos.

Camille, concordando com Hugo de São Vítor, aponta que essa função da imagem era verdadeira também para imagens marginais ou letras capitulares quando afirma que “This is a useful way too, to think of the decorated initial in the twelfth century which must also have functioned as a mnemonic trigger to regulate the reading performance of the liturgy [...]”⁵¹⁴, essa função mnemônica, como previamente apontada, liberta a imagem da dominação do texto e a insere em um outro domínio, campo este que Camille chama de *non-meaning* (ausente de sentido), que opera através do que Ong chama de psicodinâmicas da oralidade, que em suma são elementos psicológicos que agem no consciente e inconsciente e que funcionam através da oralidade, no caso específico desta pesquisa podemos traçar uma relação conceitual entre o que previamente chamamos de hábito mental (Panofsky), *mental set* (Gombrich) e psicodinâmicas [da oralidade] de Ong.

Mesmo tendo se libertado do texto e podendo ser compreendida independentemente, a imagem de função mnemônica, como marginálias e letras decoradas, ainda tinham seu uso (auxiliar a memória) dependente de uma performance oral, como a de um pastor⁵¹⁵, ou seja a imagem enquanto recurso mnemônico visual por ser inseparável de seu teor comunicativo, ainda envolvia os outros sentidos como som e gestualidade⁵¹⁶. Logo, a ferramenta imagética seria melhor aproveitada por aqueles que fossem comunicar uma mensagem e precisavam de auxílio do método de exercitar a memória. Estes não se limitavam à apenas um tipo de profissional, mas aqui chamo

BEER, Jeanette MA. **Beasts of Love: Richard de Fournival's Bestiaire D'amour and a Woman's Response**. University of Toronto Press, 2003, pp. 1-2.

⁵¹⁴ CAMILLE, Michael. *Seeing and reading: some visual implications of medieval literacy and illiteracy*. **Art History**, v. 8, n. 1, 1985, p. 29.

⁵¹⁵ Ibid., p. 36.

⁵¹⁶ Ibid., p. 43.

atenção para o bestiário que como vimos tem em seu texto, e agora também em suas imagens e letras iniciais, evidências de oralidade.

Clark afirma que “Numa época em que os livros eram feitos à mão e caros, a memória era uma ferramenta de aprendizagem essencial, e a lição lida em voz alta pelos professores e recitada pelos alunos auxiliava na memorização.”⁵¹⁷, e por tal razão os bestiários seriam tão um instrumento bastante completo para lições, suas propriedades mnemônicas favoreciam o aprendizado não só da moral cristã, mas também de um método que seria útil aos *récepteurs* por toda a vida. Carruthers postula que:

Um bom exemplo é o Bestiário, que, ao longo de sua existência medieval, não foi tanto um livro de história natural quanto um livro de leitura-e-memória, que proporcionava alguns dos “lugares comuns”, os blocos fundacionais, da mnemônica inventiva. A descrição da criatura é chamada de *pictura*, e, enquanto o leitor “pinta” mentalmente seu retrato a partir da descrição dada nas palavras, vinculam-se máximas às características da imagem. Dessa maneira, cada *pictura* completa no Bestiário proporciona a organização dos temas morais — sua *forma* ou *ratio*, para usar outras duas palavras técnicas que são sinônimas no contexto prático do trabalho de memória. Logo, o Bestiário, além de ser um compêndio de conteúdo moralizado, também ensina uma técnica inventiva e cognitiva particular, a qual (como os medievalistas reconhecerão) é uma das maneiras mais comuns, da Idade Média, de se fazer uma composição.⁵¹⁸

A caracterização dos bestiários enquanto textos formativos moralizantes e mnemônicos o posiciona em um local bastante privilegiado, era capaz de educar o leitor em duas bases importantes para sua formação, apelando assim para o olho e orelha⁵¹⁹, Representação e Descrição. Beryl Rowland aponta que o bestiário tinha uma função similar ao sermão ao fixá-lo na memória⁵²⁰, Clark sugere que poderia ser usado na educação básica e na casa de aristocratas⁵²¹, Baxter sugere o uso variável mas que pende para a produção de sermões⁵²², afirmação que Diane Heath concorda⁵²³. Longe de buscar limitar os usos de um manuscrito tão polivalente quanto o bestiário, passaremos ao último

⁵¹⁷ Trad. Própria: “In an era when books were handmade and expensive, memory was an essential learning tool, and the lesson read aloud by the teachers and recited by the pupils assisted memorization.”. CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 102.

⁵¹⁸ CARRUTHERS, Mary. **A técnica do pensamento: meditação, retórica e a construção de imagens (400-1200)**. Trad. José Emílio Maiorino. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 206.

⁵¹⁹ ROWLAND, Beryl. **The art of memory and the Bestiary**. In: CLARK, Willene B.; McMUNN, Meredith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989, p. 16.

⁵²⁰ Ibid., p. 12.

⁵²¹ CLARK, Willene. op. cit., p. 214.

⁵²² BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 212.

⁵²³ HEATH, Diane. **The Bestiary in Canterbury Monastic Culture 1093-1360**. (Tese de Doutorado, University of Kent), 2015, p. 255.

ponto de análise para que possamos explicar nosso posicionamento concordante com a historiografia especializada.

Para abordar audiência de imagens medievais, é quase obrigatório antes esclarecer que seu consumo é amplamente influenciado por seu tamanho. As miniaturas, por definição, são pequenas imagens que ocupam espaços designados na composição do fólio de um manuscrito. Sua pequenez não permite, *a priori*, que grandes grupos observem a imagem, sendo assim é destinada à observadores individuais ou pequenos grupos por uma simples questão de grandeza. Nada impede que as miniaturas sejam expostas para um público reduzido, mas claramente a forma de observação entre um mural ou um vitral é diferente de uma miniatura, mesmo quando a última é apresentada para um público. Diversos observadores podem examinar uma dada miniatura, mas estabelece-se uma relação diferente com a imagem, pois a observação de diferentes pessoas de forma simultânea e coletiva é dificultada por sua grandeza. Portanto, estabelece-se que a diferença espacial (relativo à distância e grandeza) entre manuscritos e outros tipos de imagens medievais resulta em uma forma diferente de observação, seja ela individual ou coletiva.

Considerando que os códices até meados dos séculos XIII e XIV normalmente encontravam-se em instituições religiosas, podemos afirmar que manuscritos ao mesmo tempo poderiam se encontrar no mesmo espaço que imagens maiores como vitrais e murais, mas simultaneamente situavam-se em espaços diferentes. Seu espaço compartilhado é o edifício religioso, pois a arte encontra na liturgia medieval um espaço de proliferação, mas sua localização dentro do edifício implica acessibilidade, essa que não é compartilhada entre ambos e nos leva a refletir sobre o público. O público que era capaz de visualizar murais e vitrais era totalmente diferente do que tinha acesso à manuscritos, pois a localização dos murais e vitrais permitia que sua visualização fosse feita de maneira pública. O acesso restrito às miniaturas sugere que a leitura dos mesmos era feita de forma individual ou em pequenos grupos.

Definido que o público era restrito a indivíduos e/ou pequenos grupos, vemos no tratado da víbora no bestiário um marcador do gênero do público:

O homem tolera suas travessuras e sua tendência feminina para a trivialidade. Você pode, ó mulher, não apoiar o seu homem.⁵²⁴

⁵²⁴ Original: *Ille tua mala portat et levitatis femineae facilitatem, tu virum tuum non potes mulier sustinere.* Tradução fornecida pela Biblioteca de Aberdeen. Tradução inglesa: “The man puts up with your mischief and your feminine tendency towards triviality. Can you, o woman, not stand by your man.”. Trad. Própria. MS. 24, f. 67r.

O que essas palavras deveriam significar para nós senão que devemos tolerar o comportamento do nosso parceiro [...].⁵²⁵

A primeira passagem não trata **sobre** uma mulher, ela dialoga diretamente **com** a mulher. Neste caso, a mulher, bastante criticada no texto, faz parte do público-alvo deste tratado que também dialoga abertamente com o homem ao pedir que ele respeite mais sua esposa. A segunda passagem deixa claro que o tratado está se dirigindo à uma audiência que possivelmente é casada, deixando aberta a possibilidade que até mesmo o escritor do tratado seja casado (isso se explica num contexto pré Reforma Gregoriana). Também no tratado da Pomba Branca (originalmente do Aviário de Hugo de folieto) o texto dialoga explicitamente com a mulher quando diz

Aprendam, mulheres, quão grande é a graça da viuvez, quando ela é proclamada até entre os pássaros.⁵²⁶

Os bestiários da Segunda Família possuem uma variedade de tratados que abordam a vida que após a Reforma Gregoriana podemos chamar de secular, mas que antes se confundia entre clérigos e seculares. Esse texto que, ao nosso ver, expõe uma ambiguidade pode ser explicado por ser descendente de textos autoritativos mais antigos como Isidoro e o *Physiologus*, mas o que nos chama atenção é que frente à tantas mudanças que, como apontadas por Baxter, refletem o uso, passagens sobre casamento, filhos e traição se misturam com tratados a respeito de virtudes monásticas. Ora, se Baxter conclui que as mudanças são resultado do uso (e usuários) de tais manuscritos, logo, podemos concluir que a estabilidade textual também é resultado de uso e seus usuários. Isso coloca o público do bestiário como sendo mulheres e homens casados, assim como homens solteiros, o que é bastante curioso visto que apenas um bestiário foi sugerido como pertencente de um contexto não institucional (MS. Bodley 764).

Este marcador de público (*récepteurs*) apesar de não mudar em nada as sugestões de público previamente mencionadas, quando vista em conjunto com os outros dois marcadores, oralidade e mnemônico, corroboram com a teoria de Baxter e Diane Heath de que os bestiários tinham como função intelectual principal servir como um livro

⁵²⁵ Original: *Quid sibi sermo huiusmodi vult nisi ferendos esse mores coniugum*. Tradução fornecida pela Biblioteca de Aberdeen. Tradução inglesa: “What should these words signify to us if not that we should put up with the behaviour of our partner [...]”. Trad. Própria. MS. 24, f. 66v.

⁵²⁶ Original: *Discite mulieres quanta sit viduitatis gratia que etiam in avibus predicatur [...]*. Tradução fornecida pela Biblioteca de Aberdeen. Tradução inglesa: “Learn, you women, how great is the grace of widowhood, when it is proclaimed even among the birds.”. Trad. Própria. MS. 24, f. 32r.

auxiliar na construção de sermões, quase *summae* diz Baxter. Mesmo que alguns bestiários tenham utilizado partes do Aviário em sua composição, como é o caso dos MSS. 24 e 1511, estes eram diferentes do Aviário, cujo público alvo era bem definido como os *lay brothers*⁵²⁷ e seu conteúdo era direcionado à vida monástica. Vemos essa diferença marcada não apenas nos textos mais amplos do bestiário, mas também através da supressão de certos tratados pelos compiladores dos MSS. 24 e 1511, que retiraram do aviário os tratados mais teologicamente complexos⁵²⁸.

A partir dessa análise dos usuários dos MSS. 24 e 1511, podemos postular que esses bestiários eram verdadeiramente polivalentes. Eram capazes de instruir na arte da memória, nos preceitos morais básicos do cristianismo, dialogavam com ambos homens e mulheres, laicos ou clérigos. A especificidade de cada manuscrito não é definida por seu gênero, mas por sua capacidade de ser altamente moldável ao uso e usuário, responsável por modular texto e/ou imagem a depender da vontade do patrono, *auctoritas*. Propomos que no caso específico dos MSS. 24 e 1511, seus usuários eram clérigos que poderiam usar os tratados como fontes para a construção de sermões e discursos imagéticos marginais (*marginalia*). Na construção de sermões não era necessário que houvesse uma citação direta aos animais, a correlação entre animal e moral cumpre em conjunto com a maioria das imagens principais e secundárias (letras capitulares) uma função mnemônica. Isso não impede, de forma alguma, que bestiários tenham sido utilizados fora do contexto institucional religioso, vemos nas cortes uma grande presença de bestiários vernáculos em verso que indubitavelmente tomam os bestiários latinos como referência, mas a estatística de uso/usuários conhecidos não contribui com a proposta de uso laico. Até hoje só houve um bestiário latino que foi proposto como tendo sido utilizado por uma família baronial, sobre este e suas implicações veremos mais abaixo.

Em um de seus artigos intitulado *A Baronial Bestiary: Heraldic Evidence for the Patronage of MS Bodley 764*⁵²⁹, Ron Baxter desenvolve a análise de uma iluminura do bestiário Bodley MS. Ashmole 764 (Segunda Família, século XIII) que apresenta a ilustração de uma série de escudos heráldicos. Segundo o autor, o manuscrito foi patrocinado por uma família de barões ingleses em razão da existência destes mesmos elementos heráldicos na iluminura do elefante. De fato, as representações heráldicas são

⁵²⁷ CLARK, Willene. *A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation*, 2006, p. 22.

⁵²⁸ *Ibid.*, p. 244.

⁵²⁹ BAXTER, Ronald. *A baronial bestiary: heraldic evidence for the patronage of ms Bodley 764*. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 50, p. 196-200, 1987.

bastante significativas e acredita-se aqui que o autor tenha analisado corretamente ao admitir a possibilidade de patrocínio por uma família baronial. Apesar de tal sugestão, Baxter aponta a dificuldade de encontrar indicadores de patrocínio laico em bestiários visto que seu conteúdo didático básico o coloca sob a custódia de locais de aprendizagem, como mosteiros e escolas, que normalmente estão ligados à contextos monásticos ou ao menos institucionais religiosos. No entanto, afirma que o MS. Bodley 764 pode ser um exemplar que situe fora da lógica monástica e seja fruto do patrocínio de uma família baronial laica que, como vimos, pode ter empregado um tutor privado.

A heráldica é o que podemos chamar de marcador visual de identidade cujos vários elementos se relacionam e comunicam o *status* e identidade do portador ao observador. Ailes estabelece que “A identificação e a identidade estão no cerne da heráldica. Um brasão pode falar com clareza e eloquência sobre a posição de uma pessoa no tempo e no lugar, de hereditariedade, continuidade familiar e memória ancestral.”⁵³⁰. Esse instrumento de comunicação visual que sintetiza um grande número de informações em um conjunto de elementos imagéticos está conectado “[...] por um lado à transformações da sociedade ocidental ao final do ano mil, por outro, à evolução do equipamento militar entre o fim do século XI e meados do século XII.”⁵³¹. O sistema heráldico se baseia no surgimento de um novo regime de relações sociais⁵³², bastante ligado ao desenvolvimento da corte, que valorizava a identificação familiar e sua história.

Identificação e identidade estão no cerne da heráldica. O brasão de armas diz clara e eloquentemente sobre a posição de alguém no tempo e lugar, de hereditariedade, continuidade familiar, e memória ancestral.⁵³³

Símbolos heráldicos não só tinham a função de identificação pessoal/familiar com um símbolo, mas serviam principalmente para identificá-los como pertencentes à elite nobre, cujos símbolos e famílias poderiam ser traçadas. Portanto, por seu valor identitário, o uso dos brasões se tornou, a partir do século XII, uma forma bastante difundida de se

⁵³⁰ Trad. Própria: “Identification and identity lie at the very heart of heraldry. A coat of arms could speak clearly and eloquently of one’s position in time and place, of heredity, family continuity, and ancestral memory.”. AILES, Adrian. *Heraldry as Markers of Identity in the Medieval Literature. Fact or Fiction*. In: **Marqueurs d’identité dans la littérature médiévale: mettre en signe l’individu et la famille (XIIe-XVe siècles)** Actes du colloque tenu à Poitiers les 17 et 18 novembre 2011, 2011, p. 181.

⁵³¹ Original: [...] d’un part aux transformations de la société occidentale au lendemain de l’an mille, d’autre part à l’évolution de l’équipement militaire entre la fin du XI^e siècle et le milieu du XII^e. Trad. própria. PASTOUREAU, Michel. *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*. Le Seuil, 2015, p. 241

⁵³² *Ibid.*, p. 247.

⁵³³ AILES, Adrian. *Heraldry as Markers of Identity in the Medieval Literature. Fact or Fiction*. In: **Marqueurs d’identité dans la littérature médiévale: mettre en signe l’individu et la famille (XIIe-XVe siècles)** Actes du colloque tenu à Poitiers les 17 et 18 novembre 2011. p. 181.

distinguir, não só em campos de torneiro ou guerra, mas também em documentos, livros, túmulos, etc, como é o caso de iluminações de brasões feita no BL. Royal MS 14 C VII por Matthew Paris.



(Fig. 2 - BL. Royal MS 14 C VII)⁵³⁴

Michel Pastoureau analisa o fenômeno heráldico de acordo com três fases: o primeiro período de gestação (1000 - 1120/1130); o período de surgimento (1120/1130 - 1160/1170); e o período de difusão (1170/1230)⁵³⁵. Tal foi o desenvolvimento dos símbolos heráldicos que durante o século XII e XIII se tornaram verdadeiros sistemas de identificação familiar a pessoal que, devido às proporções, criou sistematizações como vistos em alguns manuscritos como *Armorial Le Breton* e o *Dering Roll*⁵³⁶. Em tais coletâneas heráldicas, produzidas já no século XIII, vemos a representação de diferentes indivíduos e famílias, fictícias ou factuais, reais e de diferentes níveis hierárquicos da nobreza.

Podemos observar este crescente fenômeno a partir das palavras de um de seus críticos, Bernardo de Clairvaux, que diz em um de seus trabalhos destinado à Hugh, primeiro líder dos templários nos meados da criação da Ordem Militar. A obra de pequenas dimensões aborda diretamente questões relacionadas ao cavaleiro de Cristo, como devem se portar e se colocar frente aos muçulmanos, mas também trata, de forma colateral, os cavaleiros seculares:

Vocês [cavaleiros seculares] cobrem seus cavalos com seda, e emplumam suas armaduras com sabe-se lá que tipos de trapos; vocês pintam seus escudos e suas selas; vocês adornam seus freios e esporas com ouro e prata e pedras preciosas, e depois em toda sua glória vocês se lançam para sua ruína com ira

⁵³⁴ O primeiro escudo está invertido para representar a morte de seu dono, neste caso comunica a morte de Haroldo. O segundo escudo é o de Guilherme I. F. 8v. Disponível em: http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=royal_ms_14_c_vii_f008v.

⁵³⁵ PASTOUREAU, Michel. *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*. Le Seuil, 2015, p. 245.

⁵³⁶ Disponível em: http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Add_Roll_77720.

medrosa e tolice destemida. São estes os aparatos de um guerreiro ou não seriam eles os penduricalhos de uma mulher? Vocês acham que as espadas de seus inimigos serão repelidas por seu ouro, poupar suas jóias ou incapaz de penetrar suas sedas? [...] eles [cavaleiros de Cristo] se armar interiormente com fé e externamente com aço ao invés de se decorarem com ouro, uma vez que seu trabalho é instigar medo no inimigo ao invés de incitar sua ganância. Eles procuram cavalos que são fortes e rápidos, ao invés daqueles que são brilhantes e bem tosados, eles colocam suas mentes em batalhar para vencer ao invés de desfilar para uma parada. Eles não pensam em glória e visam serem formidáveis ao invés de extravagantes.⁵³⁷

Fica claro que Bernardo tem algumas críticas à nobreza secular, e deixa explícito o que pensa das roupas e pinturas em escudos carregados pelos cavaleiros durante as cruzadas ao criticar duramente a utilização de adornos e comparar estes aos utilizados por mulheres. Pela data de criação do documento, por volta do segundo quarto do século XII, é provável que ele não estivesse necessariamente se dirigindo à adereços heráldicos, mas sim aos estandartes e cores que influenciaram e formaram a base da heráldica do fim do século XII e início do XIII.

Podemos observar que o bestiário analisado por Baxter apresenta quatro escudos heráldicos que sem dúvida remetem à essa linguagem pictórica de identificação individual-familiar. Visto que a data sugerida para a produção deste bestiário é de 1240-1250⁵³⁸ e que Ailes afirma que “[...] por volta de 1250, as regras e a gramática do arsenal foram estabelecidas firmemente, a heráldica teve seus especialistas no campo, os arautos, e os primeiros registros verdadeiramente armoriais apareceram.”⁵³⁹, é, portanto, insustentável imaginar que o iluminador não estivesse ciente do peso simbólico dos elementos imagéticos que inseriu na iluminura. A única possibilidade de que não seja necessariamente referente à um indivíduo é caso o modelo da iluminura do elefante seja

⁵³⁷ CLAIRVAUX, Bernard. **In Praise of the New Knighthood**. GREENIA, Conrad (trad), BARBER; Malcolm (ed.). Colledgeville: Cistercian Publications, 2000, pp. 2-6. Trad. própria: “*You cover your horses with silk, and plume your armor with I know not what sort of rags; you paint your shields and your saddles; you adorn your bits and spurs with gold and silver and precious stones, and then in all this glory you rush to your ruin with fearful wrath and fearless folly. Are these the trappings of a warrior or are they not rather the trinkets of a woman? Do you think the swords of your foes will be turned back by your gold, spare your jewels or be unable to pierce your silks? [...] they arm themselves interiorly with faith and exteriorly with steel rather than decorate themselves with gold, since their business is to strike fear in the enemy rather than to incite his cupidity. They seek out horses which are strong and swift, rather than those which are brilliant and well-plumed, they set their minds on fighting to win rather than on parading for show. They think not of glory and seek to be formidable rather than flamboyant.*”

⁵³⁸ CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 2441

⁵³⁹ Trad. Própria: “[...] by 1250 the rules and grammar of armory had been firmly laid, heraldry had its experts in the field, the heralds, and the first truly armorial records had appeared.”. AILES, Adrian. op. cit., p. 182.

recorrentemente representada com escudos heráldicos, situação esta que veremos que não é condizente com a realidade.

Apesar disso, existem dois pontos que devemos levantar a respeito da análise e proposta de Baxter. O primeiro ponto situa-se na composição da iluminura. Existem quatro escudos heráldicos, identificados como das famílias Bohun, Montalt, de Clare e Berkeley, como podemos observar na imagem abaixo.



Fig. 1 e 2

(Bodleian MS. Bodley 764, f. 12r)

Sua suposição de que a família Montalt (Mohaut/Muhaut) foram os responsáveis pelo patrocínio deste bestiário baseia-se na centralidade do escudo na iluminura, mas como podemos ver o escudo dos Bohun compartilham tanta centralidade quanto os Montalt, e essa é uma possibilidade admitida pelo próprio autor, fazendo com que a escolha dos Montalt parece-nos um tanto arbitrária. Os Montalt ocupavam uma posição bastante privilegiada na geopolítica inglesa dos séculos XII e XIII pois eram *Marcher Lords*, ou seja, ficavam nas fronteiras do território inglês (ao norte combatiam a Escócia e à Oeste contra a Wales) e lutavam para conquistar terras e mantê-las. Por sua essencial importância para manutenção da ordem e paz do reino, estes lordes gozavam de liberdades especiais que não eram estendidas aos demais barões que não faziam parte da fronteira, essas liberdades normalmente consistiam em vantagens políticas financeiras. Todas as famílias indicadas no Ms. 764 (de Clare, Berkeley, Montalt e Bohun) tiveram grande participação na guerra contra Wales, no entanto, dentre os quatro lordes representados na iluminura, os Montalt eram a família com o menor *status*.

A família Montalt estava intimamente conectada com a região palatina de Chester e seus líderes. Desde 1066, Eustace de Montalt estava ligado à Hugh Lupe (Hugh the Fat)⁵⁴⁰, cuja família eram os d'Avranches⁵⁴¹. Eustace é conhecido como Eustace the Norman, The Norman Hunter, Eustace Montalt. A casa Montalt estava diretamente submetida aos d'Avranches, os primeiros sendo *stewards* dos últimos⁵⁴². A casa e seu território eram de grande importância para o reino inglês por fazerem parte dos Marcher Lords. Enquanto os d'Avranches ocupavam importantes lugares na corte real e doavam quantias para a manutenção do mosteiro de Chester⁵⁴³ (hoje catedral), os Montalt foram responsáveis por fundar a igreja de Neston⁵⁴⁴. Possuíam também um castelo, o Hawarden Castle.

Os Montalt participaram de diversas campanhas contra os irlandeses e, posteriormente, escoceses. Não há registro no Peerage of Ireland de participações na Primeira Guerra Baronial (1215-1217), mas nos registros há um vácuo de mais ou menos 70 anos da família. Pudemos determinar essas datas pois Ralph Montalt doou terras para a fundação da igreja de Neston em 1170, portanto sabemos que ele estava vivo e ativo na época. No entanto, o filho de Robert, irmão de Ralph, e Leucha, Roger, foi atacado por Dafydd ap Llwelyn, de Wales. Considerando que o rei na época era Henry III, considero que o Roger citado data de 1240-1246, época do reinado de Dafyd antes de ser derrotado, e, portanto, temos um vazio de informação de ao menos 70 anos que dificultam maiores datações. O neto de Roger, chamado também Roger, participou da Segunda Guerra Baronial, entre 1264-1267, e inicialmente foi um dos barões a se rebelar contra o rei Henry III⁵⁴⁵, mas já em 1265 Sir Adam Montalt salva a vida de Henry III na batalha de Evesham⁵⁴⁶.

Observando as outras famílias representadas, vemos que os de Clare foram bastante determinantes na história inglesa, eram Earls de Hereford até 1217-1218, quando se tornaram também Earls de Gloucester, título este que foi mantido pela família até 1314. Os Berkeley e os Bohun também eram lordes de grande importância na Inglaterra medieval, portanto, a pergunta que nos resta é: por qual motivo a família menos influente

⁵⁴⁰ COBBE, Catherine. **The English Annual**, London:E. Bull, 1836, p. 77.

⁵⁴¹ O filho de Hugh de Lupe, Richard, morreu no naufrágio do White Ship com o filho legítimo do rei.

⁵⁴² LODGE, John. **Peerage of Ireland**. v. VII, 1789, p. 274.

⁵⁴³ Ibid., loc. cit.

⁵⁴⁴ Ibid., loc. cit.

⁵⁴⁵ Ibid., loc. cit.

⁵⁴⁶ MAY, George. **A Descriptive History of the Town of Evesham, from the Foundation of Its Saxon Monastery, with Notices Respecting the Ancient Deanery of Its Vale**. G. May, 1845, p. 336.

e menos rica teria um manuscrito caro que mostra outras três casas mais poderosas em uma mesma cena? A resposta mais provável para a pergunta seria legitimação de seu poder frente às outras famílias ou, como justifica Baxter, pode indicar a interação entre as quatro famílias durante uma guerra contra Gales em 1244⁵⁴⁷. Além desta, pudemos identificar que os nomes de Robert de Berkley, Thomas de Berkley, Henry de Bohun, Gilbert de Clare e Richard de Clare aparecem como participantes da 1 Guerra Baronial⁵⁴⁸. Roger de Montalt foi dado como participante da 2 Guerra Baronial⁵⁴⁹ e, de acordo com os *Patent rolls of the Reign of Henry III Preserved in the Public*, v. 4⁵⁵⁰, a única família das quatro supracitadas a não participar da campanha na Gasconha foram os de Clare.

Independentemente da conclusão a respeito da razão da ilustração de quatro escudos heráldicos na iluminura do elefante, podemos apontar que não só essa representação é bastante relevante para compreender o patrono do manuscrito, como podemos afirmar que a ilustração dos escudos foi proposital e que podemos encontrar essas mesma estratégia em outros manuscritos. Apesar de Baxter citar que o MS. 764 é o único caso de demonstração de escudos heráldicos em bestiários, não é o que constatamos. Supõe-se que seu acesso a manuscritos tenha sido limitado, pois é possível observar escudos heráldicos em ao menos mais dois manuscritos, MS. 3244 e MS. 4751, em posições similares às do MS. 764.

⁵⁴⁷ BAXTER, Ronald. *A baronial bestiary: heraldic evidence for the patronage of ms Bodley 764*. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 50, 1987, p. 199.

⁵⁴⁸ Ver: BROWNING, Charles H. **The Magna Charta Barons and Their American Descendants [1898]**. Genealogical Publishing Com, 2009.

⁵⁴⁹ LODGE, John. **Peerage of Ireland**. v. VII, 1789, p. 274.

⁵⁵⁰ Great Britain, Public Record Office. **Patent rolls of the reign of Henry III preserved in the Public Record Office: 1216-[1272]**. London: Printed for His Majesty's Stationery Office by Mackie and Co., Volume 4, 1908.



(Fig. 3 - Harley MS. 4751, f. 8r)



(Fig. 4 - Harley Ms. 3244, f. 39r)

Ora, com o auxílio destas duas iluminuras podemos identificar que a miniatura do elefante com o chamado “castelo” nas costas é recorrente, podemos considerá-lo um modelo imagético do tratado do elefante. Em uma pesquisa a respeito do modelo das iluminuras nos tratados do elefante, pudemos reunir seis modelos existentes em 26

manuscritos de diferentes famílias. Desses modelos, um apenas ilustra o elefante, enquanto as outras cinco representam as seguintes passagens textuais: castelo nas costas do elefante; buscam a fruta da mandrágora; dormem em pé; é inimigo do dragão; elefantes parem na água como defesa. Dos seis modelos imagéticos, a representação do elefante com o castelo nas costas é a mais comum, com um total de quinze manuscritos (15/26) utilizando-a, enquanto os modelos seguintes mais comuns são os modelos do dragão e do parto, com um total de três iluminuras cada. É mais do que certo que o modelo do elefante com o castelo nas costas era o mais comum a ser representado em bestiários, em especial em bestiários da Segunda Família visto que dos 15 manuscritos que possuem a referida miniatura, dez ($\frac{2}{3}$) são da Segunda Família. Isso nos informa que manuscritos da segunda família tinham uma maior propensão a utilizar o modelo pictórico do elefante com o castelo e que é usado nos bestiários MSS. 764, 3244 e 4751. No entanto, nem todos possuem marcadores heráldicos na iluminura, o que faz desses três bestiários (quatro se considerarmos o bestiário BnF MS. lat. 3630) únicos em virtude de suas ilustrações heráldicas. Não é apenas a baixa recorrência de escudos heráldicos na miniatura do elefante que revela sua particularidade, mas também suas diferenças internas. Ao observar as iluminuras (fig. 1, 2, 3 e 4) vemos que os motivos heráldicos são diferentes, logo, intencionalmente representam escudos diferentes. Essa intencionalidade na ilustração de escudos heráldicos pode ser explicada como uma alusão ao seu patrono, assim como Baxter sustenta para o MS. 764, ou como símbolos aleatórios retirados da imaginação ou memória do iluminador. Novamente, se considerarmos que a heráldica estava em pleno ascensão e já com um léxico formado, a última possibilidade perde um pouco de sua força.

É cabível supor que a teoria de Baxter sobre o MS. 764 funcione de forma similar aos outros manuscritos já citados, no entanto, isso nos coloca em uma situação única. Vimos que os símbolos heráldicos não fazem parte do modelo pictórico do elefante com o castelo nas costas, são divergências que não são contemplados pelo texto, ou seja, sua mensagem comunicativa não pode ser mediada pelo texto. Essas representações heráldicas são, portanto, elementos supratextuais que informam uma identidade. No caso do Bodley 3244, um compêndio de vários textos, esse elemento supratextual identitário ocorre novamente na introdução de um texto anterior, *Willelmus Peraldus summa de vitiis*, mas, ao contrário de ilustrar símbolos heráldicos ou personagens que possam ser

ligadas à figura de um patrono laico, ilustram um clérigo dominicano o que denuncia o patrocínio religioso dominicano⁵⁵¹.



(Fig. 5 - Ms. 3244, f. 27r)

O segundo ponto está relacionado a uma outra iluminura localizada a poucos fólhos à frente da iluminura do elefante. No fólho 57v do manuscrito podemos ver algo que é singular nos bestiários, lá está a representação heráldica francesa, *azure semé-de-llys or*, que se encontra como plano de fundo para a iluminura da águia. A carga simbólica presente nesta iluminura é evidente, a águia, símbolo imperial e da realeza, está associada com a coroa francesa. Clark afirma que talvez seja uma referência à águia como rei das aves⁵⁵², e de fato podemos observar no texto do tratado que, apesar da omissão da última parte sobre o abandono parental e não reconhecimento de filhos, o texto refere-se à águia como “Regalia avis”. No entanto, considerando que os primeiros usos da flor-de-lis como símbolos reais remontam à 1209-1211 em um selo real de Luis VIII⁵⁵³ filho de Felipe Augusto e sua associação anterior, ainda durante o reinado de Felipe, ao culto real à

⁵⁵¹ CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 233.

⁵⁵² CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 241.

⁵⁵³ PASTOUREAU, Michel. *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*. Le Seuil, 2015, p. 115.

Virgem através da Notre Dame de Paris⁵⁵⁴. O símbolo heráldico francês como plano de fundo transmite uma mensagem que poderia ser compreendida durante a metade do século XIII. Pastoureau nos diz que

[...] a águia é na Idade Média quase sempre associada com a idéia de autoridade e soberania. Por isso sua presença em várias insígnias de poder (cetros, globos, tronos, bandeiras, escudos heráldicos). [...] ela entra em competição com o leão, seu rival na terra. Ambos são símbolos de força, poder, vitória.⁵⁵⁵

Sabe-se que o leão é um símbolo heráldico da família real inglesa Plantageneta desde o final do século XII com a adoção de *gueules deux lion passant*⁵⁵⁶ por Ricardo Coração de Leão, e sabe-se também que esse é um manuscrito da segunda família, portanto feito na Inglaterra, durante o segundo ou terceiro quarto do século XIII (1225-1275). A oposição entre águia e leão nos remete ao conflito secular entre França e Inglaterra que remete ao domínio normando pós invasão de 1066. Lembrando um pouco a visão de Merlin à respeito da luta dos dois dragões, um branco e outro vermelho, temos no campo geopolítico europeu medieval uma nova luta onde a águia azul francesa combate o leão rubro da Inglaterra. Como vimos, a vantagem francesa começa a tomar forma com Felipe Augusto ainda no começo do século XIII, portanto é no mínimo curioso encontrar uma representação heráldica da realeza francesa em um manuscrito produzido na Inglaterra entre 1240 e 1250 cujo patrono é apontado como sendo de uma família de *Marcher Lords* relativamente de baixo calão e que, durante a maior parte de sua existência, apoiou a coroa inglesa. É difícil precisar uma motivação para esse motivo heráldico francês no MS. 764 e sua conexão com os barões representados, mas foi em 1264 que estoura a Segunda Guerra Baronial entre Henrique III e uma série de barões, entre eles inicialmente estavam os Montalt, liderados por Simon de Montfort, este nascido francês⁵⁵⁷. Outra possível relação era a existência de diversos cortesãos e cortesãs franceses na corte de Henrique III vindos na comitiva de Eleanor de Provence, esposa de Henrique III. Outra possibilidade a ser considerada é de que essa decoração de flor-de-lis foi adicionada posteriormente, visto que as decorações heráldicas da flor-de-lis sobrepõem outros traços da iluminura, como os traços das águias e nuvens.

⁵⁵⁴ Ibid., p. 113.

⁵⁵⁵ Original: “[...] l’aigle est au Moyen Âge presque toujours associé à l’idée d’autorité et de souveraineté. D’où sa présence sur des nombreux insignes du pouvoir (sceptres, globes, trônes, bannières, armoiries). Tradução própria. PASTOUREAU, Michel. **Bestiaires du Moyen Âge**. Paris: Seuil, 2011, p. 143.

⁵⁵⁶ Ibid., p. 65.

⁵⁵⁷ MADDICOTT, John. *Who was Simon de Montfort, earl of Leicester?*. **Royal Historical Society (London, England). Transactions of the Royal Historical Society**, v. 26, 2016, p. 44.



Fig. 6 - Bodleian MS. Bodley 764, f. 57v.

Em nenhuma outra iluminura de águias presentes em bestiários de qualquer família encontra-se um fundo heráldico semelhante, em virtude disso esta iluminura se torna única, portanto dificilmente é ausente de sentido. Por outro lado, o plano principal que representa a ave é um recorrente modelo imagético, assim como o elefante com o castelo nas costas.

No primeiro caso apontado as duas iluminuras e subsequentes teorias aparentam ser conflitantes: como poderia o mesmo manuscrito ser patrocinado por dominicanos e por famílias laicas? A resposta se encontra na diferença entre patrocinador e usuário e na relação entre patrocínio e autoridade. O mesmo vale para a representação do símbolo heráldico da casa real francesa na iluminura da águia. Luxford afirma que “[...] tumbas e outros objetos comemorativos eram perfeitamente suficientes para anunciar o lugar de seus patronos em um continuum de apoio material e moral, e eram valiosos para conventos como ambos enfeites e demonstrações de fé na integridade monástica”⁵⁵⁸. Ademais, afirma que “a expressão por meio do patrocínio de associações históricas e

⁵⁵⁸ Original: tombs and other commemorative objects were perfectly sufficient to advertise their patrons' place in continuum of material and moral support, and were valuable to convents as both embellishments and demonstrations of faith in monastic integrity. Trad. própria. Luxford, p. 44.

dinásticas pode ter valor prático como também simbólico. Isso emerge com clareza incomum nos registros medievais tardios de disputas sobre o direito de portar brasões específicos. [...] eles mostram como atos passados de patrocínio podem ser interpretados como dinásticos em que os litigantes têm uma parte.”⁵⁵⁹. Quando observamos o MS. 3244 como um campo de expressão de poder e identidade, assim como temporalmente comemorativo (passado, presente e futuro) de uma dinastia e uma ordem, vemos que o manuscrito é capaz de comportar duas fontes autoritativas, laica e religiosa, para seu patrocínio que, como vimos, conta com várias fases e agenciadores. Não é necessariamente conflitante que vejamos ambos Dominicanos quanto as famílias laicas sendo homenageadas visualmente no bestiário, pois é possível que ambos tenham sido autoridades em seu próprio sentido, assim como foram Charles V e Jean de Vaudetar⁵⁶⁰. Com a base teórica do patrocínio, podemos então apontar que ambos centros gravitacionais autoritativos exerceram influência na produção do compêndio, resultando assim em uma múltipla polissemia supratextual que poderia ser compreendida por inúmeras partes uma vez que sua operação realizava-se através de elementos socioculturais, políticos e relativos aos hábitos mentais, assumindo assim um papel similar à, por exemplo, livros de círculos capetianos que Zweig qualifica como “[...] um programa que ressoa com várias partes”⁵⁶¹. Como veremos abaixo, esta polissemia supratextual e múltiplas influências autoritativas pode ser encontrado também no MS. 764. De maneira análoga, o caso da iluminura da águia nos aponta para o mesmo caminho, obviamente as implicações serão diferentes caso as flores-de-lis tenham sido colocadas após a produção do manuscrito, mas, caso seja esta a situação, mostra o quanto a heráldica dialoga com as temporalidades na iluminura e atesta a atemporalidade da autoridade e suas relações de oposição ou concordância intra-imagéticas, intra-textuais e supra-objeto, um diálogo direto com o observador mediado por conhecimentos advindos do hábito mental e da experiência. Assim como nos supracitados manuscritos, também é possível observar nos manuscritos MSS. 24 e 1511 elementos autoritativos que apontam para

⁵⁵⁹ Original: [...] the expression through patronage of historical and dynastic associations could have practical as well as symbolic value. This emerges with unusual clarity in late medieval records of disputes about entitlement to bear particular coats of arms. [...] they show how past acts of patronage could be construed as dynastic ones in which the litigants had a share. LUXFORD, Julian. *The Construction of English Monastic Patronage*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 45.

⁵⁶⁰ PERKINSON, Stephen. *Portraits & Their Patrons: Reconsidering Agency in Late Medieval Art*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 274.

⁵⁶¹ Original: “[...] a program resonating with multiple parties.” ZWEIG, Benjamin. *Picturing the Fallen King: Royal Patronage and the Image of Saul’s Suicide*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 172.

possibilidade da existência de diferentes patronos responsáveis pela produção de tais bestiários, um deles possivelmente sendo laico. Nossa proposta é que nesses manuscritos podemos observar evidências visuais de elementos autoritativos ao observar os tratados da Pêga⁵⁶², que sobressaem-se pelo tamanho de sua iluminura, que é amplamente maior que a maioria das outras iluminuras de pássaros, e pela grandeza de sua letra capitular.

Esses pássaros endêmicos do continente europeu, fazem parte de contos folclóricos e superstições de certas regiões da Europa⁵⁶³, indicando que havia uma interação, ao menos de observação, entre essa espécie e humanos. De acordo com as informações recolhidas por Carol Neuman de Vegvar, durante o medievo as Pêgas sofreram mudanças em seu significado simbólico, fontes clássicas como Ovídio⁵⁶⁴ e Plínio, o Velho tratam o pássaro como um animal bastante vocal e, em conjunto com autoridades como Isidoro de Sevilha e Hugo de Folieto, seu significado simbólico adquire um tom positivo ou neutro. Posteriormente, com Hildegarda de Bingen (s. XII) e Alexander Neckham (s. XII-XIII), a Pêga é vista de forma negativa, visão esta que reverbera até o fim do medievo e início da modernidade ao tratar a Pêga como um animal que traz má sorte e rouba coisas⁵⁶⁵.

Ao observar as iluminuras das Pêgas nos MSS. 24 e 1511 em comparação com outras miniaturas dos próprios manuscritos, vemos que tanto a iluminura quanto a letra capitular são incompatíveis com sua aparente relevância simbólica. Quando comparamos as miniaturas dos MSS. 24 e 1511 com outros manuscritos vemos que ambos elementos imagéticos são particulares desses manuscritos e não aparecem em nenhum outro que se tem notícia⁵⁶⁶. Como podemos observar nas iluminuras dos manuscritos Cambridge,

⁵⁶² Se reconhece melhor o pássaro pelo seu nome em inglês, *Magpie*, mas a espécie tratada aqui é o pêga-europeu, nome científico *Pica-pica*.

⁵⁶³ SWAINSON, Charles. **Provincial Names and Folk Lore of British birds**. English Dialect Society, Londres:Trübner and Co, 1885, p. 218.

⁵⁶⁴ Dante quando trata das Pegas faz uma referência direta com Ovídio. Diz que: “E se alguém quiser encontrar um argumento contrário no que refere Ovídio no quinto livro das Metamorfoses sobre pegas falantes, responderemos que ele o faz em sentido figurado, aludindo a outro ato. E se alguém afirmar como ainda hoje haja pegas e outros passaros que falam, diremos que isto é falso, pois tal ação não é um falar mas um imitar de nossas vozes. Estes pássaros se esforcem em nos imitar enquanto produtores de sons, e não enquanto falantes. Por isso, se alguém disser em voz alta “pega” e ouvir em resposta a mesma palavra “pega”, tal resposta terá sido apenas uma reprodução ou imitação do (ALIGHIERI, Dante et al. **Dante: De vulgari eloquentia**. Cambridge University Press, 1996, 1.2.7.

⁵⁶⁵ VEGVAR, Carol Neuman de. *Birds of a Feather: Magpies in the Bayeux Tapestry?*. In: FREDERICK, Jill; HYER, Maren Clegg (eds.). **Textiles, Text, Intertext: Essays in Honour of Gale R. Owen-Crocker**. Boydell and Brewer: Suffolk, 2016, p. 92.

⁵⁶⁶ Em apenas um manuscrito, Oxford, Bodleian Library MS. Bodl. 602 (s. XIII) é que vemos um motivo similar na iluminura da coruja no f. 64v.

University Library Ii.4.26⁵⁶⁷, London, British Library Harley MS 3244⁵⁶⁸, London, British Library Harley MS 4751⁵⁶⁹, Oxford, Bodleian Library MS. Bodley 764⁵⁷⁰, Paris, Bibliothèque Nationale lat. 6838B⁵⁷¹, New York, Morgan Library M. 81⁵⁷², New York, Morgan Library MS M. 890⁵⁷³, existe um modelo pictórico similar que é seguido por todos esses manuscritos de diferentes famílias. Outros manuscritos como Paris, Bibliothèque Nationale lat. 3630⁵⁷⁴, Canterbury, Cathedral Library Lit.D.10⁵⁷⁵, Kongelige Ms. Gl. kgl. S. 1633 4⁵⁷⁶ e J. Paul Getty Museum, MS. 100⁵⁷⁷, este mesmo modelo pictórico, onde, em um pequeno espaço, as Pêgas são iluminadas sozinhas ou em dupla, destes apenas duas iluminuras representam uma Pêga sobre uma árvore⁵⁷⁸ bem definida, MS. 6838b (sem ascendente imagético aparente) e MS. 890 (grupo imagético dos MSS 24 e 1511). Ainda sim, nestes manuscritos citados os pássaros ocupam um pequeno espaço do fólio e são desenhados de forma bem simples, se diferenciando bastante das iluminuras dos Ms. 24 e 1511.



(Fig. 7 - BL. Harley MS. 3244, f. 55v)



(Fig. 8 - BL. Harley 4751, f. 48v)

⁵⁶⁷ Disponível em: <<https://cudl.lib.cam.ac.uk/view/MS-II-00004-00026>>.

⁵⁶⁸ Disponível em: <http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=harley_ms_3244>.

⁵⁶⁹ Disponível em: <http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Harley_MS_4751>.

⁵⁷⁰ Disponível em: <<https://iiif.bodleian.ox.ac.uk/iiif/viewer/e6ad6426-6ff5-4c33-a078-ca518b36ca49#c=0&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-6985%2C-512%2C20555%2C10227>>.

⁵⁷¹ Disponível em: <<http://mandragore.bnf.fr/jsp/switch.jsp?division=Mix&cote=Latin+6838+B>>.

⁵⁷² Disponível em: <<https://www.themorgan.org/collection/medieval-and-renaissance/manuscript/msm81>>.

⁵⁷³ Disponível em: <<https://www.themorgan.org/manuscript/159535>>.

⁵⁷⁴ Disponível em: <<http://mandragore.bnf.fr/jsp/switch.jsp?division=Mix&cote=Latin+3630>>.

⁵⁷⁵ Disponível em: <<https://ims.canterbury-cathedral.org/viewpicture.tlx?advsearchid=1604207385&pictureid=58545544127>>.

⁵⁷⁶ Disponível em: <<http://www5.kb.dk/permalink/2006/manus/221/eng/>>.

⁵⁷⁷ Disponível em: <<https://www.getty.edu/art/collection/objects/240115/unknown-maker-northumberland-bestiarium-english-about-1250-1260/>>.

⁵⁷⁸ BnF Ms. lat. 6838b e Canterbury Ms. Lit. D 10.



(Fig. 9 - Bod. MS. Bodley 764, f. 76r)



(Fig. 10 - BnF MS. lat. 6838b, f. 26r)



(Fig. 11 - Camb. CUL MS. li 4.26, f. 40r)



(Fig. 12 - Morgan M. 81, f. 53v)



(Fig. 13 - Morgan M. 890, f. 13r)



(Fig. 14 - Morgan M. 81, f. 53v)

Pastoureau afirma que o tamanho das iluminuras em bestiários opera através de uma disposição de hierarquia simbólica, moral e animal, refletindo assim um sistema de

valores hierárquicos intrínsecos da sociedade medieval⁵⁷⁹. Essa relação relaciona-se ao vínculo entre imagem e texto presente em bestiários medievais, onde a imagem, grande parte das vezes, reflete o conteúdo presente no texto. Portanto, considerando que em outros onze bestiários a imagem da Pêga ocupa um espaço perceptivelmente menor que nos MS. 24 e MS. 1511, podemos interpretar essa diferença à luz das definições de Pastoureau à respeito da hierarquização das imagens e sua relevância. A visível diferença de tamanho entre as iluminuras dos onze bestiários de controle supracitados em comparação com as iluminuras dos MSS. 24 e 1511 nos leva a entender que nestes últimos a iluminura da Pêga está profundamente evidenciada, permitindo que seja visualizada melhor de maiores distâncias, e conseqüentemente em um grau hierárquico simbólico superior do que em outros manuscritos.

Simultaneamente, as iluminuras da Pêga nos referidos bestiários se sobressaem das demais imagens dentro dos próprios manuscritos, ocupando um espaço dentro dos fólhos que se compara apenas à Pomba, *Hoopoe* e Águia, sendo proporcionalmente maior do que as demais. Sobre essa correspondência, nota-se que o tratado do *Hoopoe* é bastante ligado à família, assim como a águia, cujo animal dialoga também com a elite. Portanto, podemos atestar que o tamanho das iluminuras nos manuscritos MSS. 24 e 1511 são excepcionalmente maiores que as demais seja em comparação com imagens dos próprios manuscritos, ou em comparação com outros manuscritos, reforçando a ideia de que especificamente estas iluminuras são hierarquicamente superiores às outras.

Além do tamanho incomum, outro elemento as diferencia das demais, a presença de um caçador. A presença deste novo elemento, que não se repete neste tratado em nenhum outro manuscrito, poderia estar relacionada à manuscritos de luxo, mas como podemos observar no MS. 81, também de luxo, o caçador não aparece. Somos capazes de apontar que aparição do caçador independe da luxuosidade do manuscrito, e está intimamente relacionada ao grupo dos MSS. 24 e 1511, o que reforça a teoria de Muratova de que não só são *manuscrits frères*, mas possivelmente feitos em um mesmo *workshop*.

No entanto, a recorrência do motivo do caçador, presente apenas em um *workshop*, não explica sua existência e seu significado. A discrepância clara entre a grande utilização do espaço limitado nos fólhos dos bestiários para a iluminura da Pêga em contraste com outras aves dos bestiários MSS. 24 e 1511 e também com as imagens dos outros onze bestiários indica que a representação do caçador possui um significado

⁵⁷⁹ PASTOUREAU, Michel. **Bestiaires du Moyen Âge**. Paris: Seuil, 2011, p. 39.

que se agrega ao da Pêga, extrapolando assim os vistos em outros bestiários. O significado do caçador é agregado ao da Pêga em virtude de não ser um elemento secundário ou simplesmente composicional, é um elemento primário pois é o caçador que realiza a ação, o gesto, e interage com a Pêga.

Considerando a relação extremamente próxima entre texto e imagem, devemos nos voltar ao texto do tratado da Pêga para tentar identificar se nele há algo que explique a aparição do caçador, e o texto segue assim:

Do Pêga, Pêgas são como poetas, porque eles pronunciam palavras, com um som distinto, como homens; pendurados em galhos de árvores eles tagarelam rudemente, e mesmo que não consigam colocar suas línguas em torno de palavras, eles mesmo assim imitam a linguagem humana. Sobre o assunto, alguém apropriadamente disse: ‘O Pêga tagarela, firme na voz, te saúda como senhor. Se você não me ver, você negará que sou um pássaro.’ [Marcial, Epigramas, 14:76]. O pica-pau, picus, ganha seu nome de Picus, filho de Saturno, porque ele o usou para tomar augúrios. Pois eles dizem que esse pássaro tem algo divino sobre ele; a prova disso é, se um pica-pau se aninha em qualquer árvore, um prego ou qualquer coisa fixada no tronco não ficará lá por muito tempo, mas vai cair assim que o pássaro senta em seu ninho.⁵⁸⁰

Primeiramente, podemos observar que o tratado versa sobre dois pássaros diferentes, a *Pica* (Pêga) e o *Picus* (Pica-Pau), indicando que o tratado do segundo foi absorvido pelo primeiro, McCulloch confirma em sua classificação que a descrição do *Picus* foi unida à da *Pica*⁵⁸¹, mas são animais diferentes. Reitero aqui que a mesma foi absorvida a partir da indicação da falta do *incipit* do *Picus*, *incipit* este que é comum no começo de tratados de bestiários. É necessário ressaltar que apesar de McCulloch apontar que essa absorção do tratado do *Picus* ocorre em bestiários da primeira família e do tipo *H* (Pseudo Livro de São Victor), podemos observar que a mesma também se repete no bestiário de Aberdeen, Ms. 1511, ambos da segunda família, e todos os outros aqui citados para análise comparativa.

⁵⁸⁰ O texto foi traduzido do inglês, disponibilizado pela biblioteca de Aberdeen, com eventuais consultas ao texto em latim. Texto em inglês: “Of the magpie Magpies are like poets, because they utter words, with a distinct sound, like men; hanging in the branches of trees, they chatter rudely, and even if they cannot get their tongues round words, they nevertheless imitate human speech. On this subject someone aptly said: 'The chattering magpie, firm of voice, greets you as lord. If you do not see me, you will deny that I am a bird' (Martial, Epigrams, 14: 76). The woodpecker, picus, gets its name from Picus son of Saturn, because he used it for taking auguries. For they say that this bird has something divine about it; the proof of this is, if a woodpecker nests in any tree, a nail or anything fixed in the trunk will not stay there for long, but will fall out as soon as the bird sits in its nest.” Tradução Própria. Fólios 36v e 37r, Bestiário de Aberdeen MS. 24.

⁵⁸¹ MCCULLOCH, Florence. **Medieval Latin and French Bestiaries**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1962, p. 190.

Pouco é dito especificamente sobre a Pêga, que faz um barulho semelhante aos humanos, limitando-se a uma citação de um texto de Marco Valério Marcial, um romano. É impossível detectar no texto qualquer menção à um caçador, mas temos, no entanto, uma menção dentro da citação de Marcial sobre um lorde. Recorrendo ao que já foi dito anteriormente sobre a relação entre texto e imagem, há uma necessidade de que a iluminura, por mais sintética e narrativamente independente que seja, tenha o texto como base, o que pode ou não ter ocorrido na iluminura da Pêga nos Ms. 24 e Ms. 1511. Se considerarmos que o homem representa um caçador, não possuímos referência textual a ele, mas se considerarmos que é um lorde, o texto embasa a imagem, representando a passagem do texto em que uma Pêga fala com o lorde, mas, diferentemente do texto, é vista pelo humano.

As duas possibilidades nos levarão à um caminho semelhante. Considerando que o homem representado é um caçador, devemos analisar os elementos que compõe este quebra-cabeças imagético, iniciando pela flecha. No Ms. 1511, vemos que a flecha é triangular padrão como conhecemos, mas o mesmo não ocorre no Ms. 24. É possível ver claramente que a flecha lançada pelo caçador no bestiário de Aberdeen não é uma flecha comum, mas uma flecha com a cabeça larga com uma ponta fina, bastante diferente de uma cabeça de flecha comum, com formato triangular. Este formato distinto acusa que o desenho da cabeça da flecha não foi um elemento negligenciado, pelo contrário, era intenção do iluminador representar um tipo específico de flecha, que possivelmente está intimamente associada à sua ação, a caça de pássaros. Oliver Jessop em seu artigo *A New Artefact Typology for the Study of Medieval Arrowheads* classifica as diferentes flechas utilizada durante o medieval, utilizando uma catalogação cronológica e as dividindo em diversas categorias de acordo com sua utilização, forma, etc. Uma das flechas catalogadas é a H5, que corresponde exatamente à flecha representada na iluminura do Ms. 24, onde Jessop diz que apesar da falta de evidência arqueológica por causa de seu material, a catalogação da mesma foi possível a partir da representação da mesma em iluminuras medievais. O autor sugere que ela poderia ter sido utilizada para caçar pássaros pequenos, e sua forma seria ideal pois atordoaria o pássaro, ou o mataria com o menor dano possível à sua carne⁵⁸². A data cuja a cabeça de flecha H5 foi classificada fica entre os séculos XII e XIII.

⁵⁸² JESSOP, Oliver. *A new artefact typology for the study of medieval arrowheads*. **Medieval Archaeology**, v. 40, n. 1, 1996, p. 199.

Se a flecha é característica da caça de animais de pequeno porte e pássaros pequenos, devemos considerar que o homem na iluminura estava de fato caçando. No entanto, devemos refletir sobre a efetividade da caça. Ora, a Pêga é um pássaro pequeno, com pouquíssima carne, portanto, a caça do mesmo exige um esforço grande para um retorno nutricional pequeno, logo, sua caça sob uma perspectiva nutritiva pode ser ineficaz. Devemos então presumir que pode haver outro motivo por trás da caça da Pêga, motivo este que talvez indique a demonstração de poder e *status* através da caça.

Sabemos que durante o medievo a caça teve papel fundamental na vida dos humanos, mas teve para elite uma função simbólica especialmente importante para as elites. A caça de grandes animais, como o veado, possuía um grande valor simbólico para a elite medieval, e por isso foram protegidos em reservas de caça. No entanto, pouco se fala sobre a caça de pequenos animais como os pássaros. Os pequenos pássaros eram caçados e consumidos pela elite como símbolos hierárquicos de poder e luxuosidade, e podemos dar tal sugestão a partir de alguns estudos zooarqueológicos. Dale Serjeantson indica em seu estudo zooarqueológico *Dainty Dish* que ossos de aves de pequeno porte foram recuperados nos dois sítios analisados, St. Gregory Priory (séculos XIV - XVI) e Little Pickle (século XVI) uma das aves encontrada foi a Pêga. Um dos métodos apresentados para a caça destes pequenos animais era algo que o autor chama de *bird bolt*, um tipo de seta destinado à caça destes animais, que imediatamente nos faz lembrar da flecha H5 representada na iluminura do Ms. 24. Por fim, o autor conclui que o consumo destes animais era limitado à refeições de alto nível e status social⁵⁸³. Na Hungria, obtemos resultados semelhantes de estudos zooarqueológicos, onde também foram encontrados vestígios de Pêgas próximos à residência real em Buda⁵⁸⁴ (datação estimada séculos XIII e XIV). Podemos presumir então, que o consumo de pequenas aves selvagens está relacionado à um status social do consumo. Vegvar cita também a possibilidade de as Pêgas terem feito parte da alimentação Anglo-Saxã⁵⁸⁵. Tal prestígio é resultado de um conjunto de diversos fatores, como disponibilidade de carne doméstica, exclusividade do pássaro pequeno e liberdade de caça. A Pêga, assim como diversos outros pássaros de

⁵⁸³ SERJEANTSON, Dale. *A dainty dish: consumption of small birds in Late Medieval England*. In: Buitenhuis, H. and Prummel, W. (eds.) – **Animals and Man in the Past: Essays in Honour of Dr. A.T. Clason**. Groningen: ARC-Publicaties: Archaeological Research and Consultancy Publication, 41, 2001 p. 273.

⁵⁸⁴ GÁL, Erika. *Fine Feathers Make Fine Birds: The Exploitation Of Wild Birds In Medieval Hungary*. **ANTÆUS**, n. 33, 2015, p. 364.

⁵⁸⁵ VEGVAR, Carol Neuman de. *Birds of a Feather: Magpies in the Bayeux Tapestry?*. In: FREDERICK, Jill; HYER, Maren Clegg (eds.). **Textiles, Text, Intertext: Essays in Honour of Gale R. Owen-Crocker**. Boydell and Brewer: Suffolk, 2016, p. 90.

pequeno porte, poderia ser caçada com o intuito de consumi-la pelo valor simbólico atrelado ao seu gênero de ave selvagem pequena. Logo, presume-se que o ato de caçar uma Pêga é, por definição, um ato simbólico de elite.

Se considerarmos a segunda opção, de que aquele homem representado na iluminura é um lorde, e não só um caçador, podemos chegar à mesma conclusão, a representação imagética de um lorde caçador ou um caçador cumpre um mesmo papel, identificar e retratar um padrão da elite medieval que não observa-se em outro bestiário.

Portanto, podemos propor três pontos cruciais sobre as iluminuras do tratado da Pêga no Ms. 24 e Ms. 1511: há uma referência à um comportamento da elite; as iluminuras e letras capitulares apresentam dimensões desproporcionais quando comparadas à outros bestiários e outras iluminuras do próprio bestiário (hierarquia); o mediador da mensagem não é o texto. O elemento do caçador em conjunto com o restante da iluminura foge da relação entre imagem e texto e estabelece uma conexão supra-textual que pode ser identificada pelo leitor(a) através de conhecimentos pré-adquiridos que não são transmitidos pelo texto, ou mesmo pelo bestiário. Esses elementos nos apontam para uma operação que reconhece nessas particularidades exibições do patrocínio de ambos manuscritos. A existência do elemento supratextual do caçador na iluminura da Pêga, que não aparece em outros bestiários, pode indicar que este componente está ali como uma referência similar ao que vimos no MS. 764, uma referência ao seu patrono que se sente através de modificações autorizadas baseadas na autoridade e audiência. Neste caso, isso implicaria que não só seu patrono faz parte da elite medieval, mas que além disso aponta que o manuscrito foi modulado através da qualidade autoritativa do patrono e que essa autoridade poderia ser percebida pelos *récepteurs* primários, secundários ou outros que dispusessem do capital cultural e *habitus* para decodificar os signos simbólicos pictóricos através de complexas “convenções visuais codificadas”⁵⁸⁶.

Sabemos que ambos MSS. 24 e 1511 foram produzidos no começo do século XIII, entre 1200 e 1220⁵⁸⁷ e que podem ter sido produzidos em Canterbury ou Lincoln. Nossa pesquisa favorece o argumento de Clark com base nos argumentos apresentados no capítulo 4, onde vimos que existe uma relação imagética entre os MSS. 24 e 1511 e os manuscritos conhecidos como Eadwine Psalter e Paris (Canterbury) Psalter cuja produção foi atribuída à cidade inglesa. Além disso soma-se o fato de que a Catedral de Canterbury,

⁵⁸⁶ KUMLER, Aden. *The patron-function. Patronage: Power and Agency in Medieval Art*, v. 316, 2013, p. 312

⁵⁸⁷ CLARK, Willene. *A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation*, 2006, p. 223, 239.

a abadia de Santo Agostinho (também em Canterbury) e o priorado de Santa Maria em Dover (bastante próximo de Canterbury) eram centros de produção de manuscritos de luxo⁵⁸⁸. Clark aponta que esses locais possuíam um total de 10 bestiários, enquanto Baxter afirma que são 12. Heath afirma que os bestiários Oxford, Bodley Laud Misc. 247 and London, BL Stowe 1067 fazem parte desse grupo de manuscritos pois existe “[...] evidence to demonstrate that they were both from Christ Church Cathedral Priory, Canterbury”⁵⁸⁹. Dos doze bestiários presentes em Canterbury, Heath⁵⁹⁰ e Baxter⁵⁹¹ apontam que Adam, sub prior da abadia Agostiniana, tinha consigo três bestiários de famílias diferentes, reforçando o ponto de que bestiários diferentes tinham conteúdos e usos diferentes. A tese de Heath corrobora com a hipótese já levantada por Clark sobre a existência um *milieu* de produção e consumo de bestiários em Canterbury, a qual nós também concordamos.

Observados a data e possível local de produção dos MSS. 24 e 1511, propomos que ambos bestiários foram produzidos em comemoração à Thomas Becket e foram produzidos para servirem como presentes à outros centros de culto, um desses centros em St. Albans recebeu o MS. 24. Como veremos, nesta teoria sugerimos que o caçador não é o único elemento que expressa autoridade e, portanto, indica traços de um patrono, mas se encontra na totalidade da composição da iluminura. Esta proposta depende das seguintes prerrogativas: a produção de ambos manuscritos se deu simultaneamente, explicando assim a similaridade de designs composicionais como as árvores e participação de um mesmo mestre que orientou a produção de ambos; e que ambos foram produzidos em Canterbury.

Durante a pesquisa sobre o modelo imagético da Pêga em bestiários, foi necessário consultar uma quantidade grande de manuscritos e observar todos suas iluminuras disponíveis para assim constatar que a representação de um caçador na miniatura da Pêga é de fato particular dos MSS. 24 e 1511. No entanto, recentemente tivemos acesso à um bestiário B-I com tratados do Aviário que possuem em uma de suas iluminuras a representação de um caçador que utiliza arco e flecha contra uma coruja. Esta iluminura encontra-se no Oxford, Bodleian Library MS. Bodl. 602, no fólio 64v.

⁵⁸⁸ CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 71.

⁵⁸⁹ HEATH, Diane. **The Bestiary in Canterbury Monastic Culture 1093-1360**. (Tese de Doutorado, University of Kent), 2015, p. 253.

⁵⁹⁰ *Ibid.*, p. 255.

⁵⁹¹ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 197.



(Fig. 15 - MS. Bodley 602)

Pela similaridade que não se encontra em nenhum outro manuscrito, podemos sugerir que o manuscrito Bodley 602 foi influenciado por um dos MSS. 24 e 1511 ou manuscrito descendente. Visto que apenas o MS. 24 apresenta marcas de *pouncing*, o que testa sua utilização como livro modelo e faz dele mais provável de ser o ascendente do MS. 602. Como podemos ver, este arqueiro apresenta algumas diferenças quando comparado aos MSS. 24 ou 1511: Aqui o arqueiro usa uma roupa amarela em conjunto com um adereço de cabeça e aparenta estar descalço, o que difere bastante das ricas e ornadas túnicas azul e vermelha no MS. 24. No entanto o gestual do homem representado é bastante similar, atira uma flecha em uma ave pousada em uma árvore, sua perna esquerda está dobrada enquanto a direita se estica e foge um pouco do espaço designado para a miniatura, a mão que segura o arco se prende firmemente no centro da arma enquanto o gesto da outra mão ilustra a ação de lançar uma flecha, nos passando a sensação de ação recém realizada.

O que separa ambos manuscritos é seu local de produção designado, Canterbury para o MS. 24 e Catedral de St. Albans para o MS. 602, no entanto ambos locais compartilham uma história que pode aproximá-los. Em 1170 Thomas Becket foi assassinado por três lordes que puseram fim a uma longa e complicada relação entre o Arcebispo de Canterbury, canonizado em 1173 (São Tomás de Cantuária), e Henrique II

rei da Inglaterra e outrora amigo de Becket. Sua morte, fruto de uma disputa política entre A Igreja e o rei (Investidura) causou uma grande comoção popular na Inglaterra, que levou à canonização de Beckett em apenas três anos. Vimos anteriormente que durante os séculos XII e XIII houve uma profunda intensificação da peregrinação no Ocidente medieval e um dos primeiros santos a serem venerados e motivo de grandes peregrinações foi Becket, um santo verdadeiramente inglês. Após a canonização em 1173, um grande fogo destruiu parte da Catedral que aproveitou a oportunidade para reconstruir a capela da Trindade como um local para um novo santuário para Becket, ao qual seu corpo foi transferido no dia 7 de Julho de 1220⁵⁹². Esse evento foi integrado e movimentado por tramas e interações políticas entre diversos atores no cenário geopolítico inglês e europeu que, se reorganizava após a morte do rei João em 1216 e o final da Primeira Guerra Baronial⁵⁹³. O grande evento foi de grande importância para a Igreja e para a Coroa pois apontava para uma relação restabelecida após diversos atritos, e colocava Canterbury como centro político-religioso e peregrino da Inglaterra. Para alcançar esse objetivo houveram grandes investimentos financeiros, esses gastos ainda eram pagos durante o período de Boniface of Savoy (Arcebispo de Canterbury em 1245-1270)⁵⁹⁴, e investimentos políticos-religiosos que envolviam tanto a doação para o santuário de Becket quanto o presenteamento de relíquias para outras instituições e indivíduos importantes⁵⁹⁵. Becket, devidamente santificado, era patrono de diversos locais além da Catedral de Canterbury onde fora morto, era patrono de um hospital em Canterbury (Hospital of St. Thomas, Canterbury) que é dito que foi fundado pelo próprio Becket⁵⁹⁶, foi patrono também de um hospital que em 1225 foi erguido em Hereford. Mary Clay afirma que:

Mais ou menos na mesma época [1225], um hospital de St. Thomas estava sendo construído em Hereford, por um dos Warennes, cujo pai havia se oposto veementemente ao então impopular chanceler. A nova devoção a São Tomás foi acesa em chamas pela magnífica cerimônia de 1220 sobre a remoção de seu

⁵⁹² BROWN, Sarah. **York Minster: An Architectural History C 1220-1500**. Swindon, UK: English Heritage, 2003, p. 13.

⁵⁹³ Ver: EALES, Richard. *The political setting of the Becket translation of 1220*. **Studies in Church History**, v. 30, p. 127-39, 1993.

⁵⁹⁴ REAMES, Sherry L. *Reconstructing and interpreting a thirteenth-century office for the translation of Thomas Becket*. **Speculum**, v. 80, n. 1, 2005, p. 119.

⁵⁹⁵ REAMES, Sherry L. *Reconstructing and interpreting a thirteenth-century office for the translation of Thomas Becket*. **Speculum**, v. 80, n. 1, 2005, p. 149.

⁵⁹⁶ CLAY, Rotha Mary. **The mediaeval hospitals of England**. Methuen & Company, 1909, p. 8.

corpo para seu maravilhoso santuário. Logo depois disso, um hospital foi fundado em Bee, e o patrocínio anexado à Sé de Norwich.⁵⁹⁷

A presença de um hospital em nome de Thomas Becket em Herefordshire é bastante relevante. Previamente citada, a Catedral de St. Albans é localizada em Herefordshire, lá encontram-se um mural e um vitral que representam Becket, dessa catedral veio Benet de St. Albans que foi responsável pela biografia de Becket e também dessa mesma catedral veio Walter de Colchester, um dos mestres artesãos responsáveis pela criação do santuário de Becket⁵⁹⁸. A Catedral de St. Albans também foi uma das instituições que receberam uma relíquia de Becket ainda em 1173, como fica atestado pelo relicário ainda existente nos tesouros da catedral⁵⁹⁹ e talvez isso explique o motivo de ser um dos locais mais visitados por peregrinos ingleses nos séculos XII e XIII⁶⁰⁰. Heath sugere a possibilidade de que a popularidade do santo no começo do século XIII e pela a grande circulação de peregrinos em Canterbury proporcionou fundos suficientes para a produção de manuscritos de luxo, assim como incentivou a produção de objetos-presente em homenagem ao santo para serem presenteados aos locais de culto.⁶⁰¹

Considerando as informações fornecidas, propomos que ambos MSS. 24 e 1511 foram produzidos para serem presenteados durante um importante evento religioso e político que aconteceu em homenagem à Thomas Becket e sob sua proteção, logo, Becket é um dos patronos dos bestiários aqui estudados. Podemos até mesmo considerar a imagem da Pêga em sua completude, mantendo o que foi dito sobre o caçador, mas considerando também que a presença de quatro Pêgas pode ter um sentido extratextual que neste contexto poderia dizer algo aos observadores. Quando em 1380⁶⁰² a cidade de Canterbury estabelece um brasão de armas, busca na heráldica real seu primeiro elemento, o leopardo, enquanto seu segundo elemento remete à Becket. Lê-se o brasão como *Argent Three Cornish Choughs Two and one Sable Beaked and Legged Gules on a Chief of the Last a Leopard Passant Gardant Or.*

⁵⁹⁷ Original: “About the same time [1225] a hospital of St. Thomas was being built at Hereford, by one of the Warennes, whose father had bitterly opposed the then unpopular Chancellor. The new devotion to St. Thomas was fanned into flame by the magnificent ceremony of 1220 on the removal of his body to its wonderful shrine. Soon after this, a hospital was founded at Bee, and the patronage annexed to the See of Norwich.”. Trad. Própria. Ibid., p. 267.

⁵⁹⁸ WALL, James Charles. *Shrines of British saints*. Methuen & Company, 1905, pp. 164.

⁵⁹⁹ Ver: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/464490>>.

⁶⁰⁰ CLAY, Rotha Mary. *The mediaeval hospitals of England*. Methuen & Company, 1909, p. 6.

⁶⁰¹ HEATH, Diane. *The Bestiary in Canterbury Monastic Culture 1093-1360*. (Tese de Doutorado, University of Kent), 2015, p. 206.

⁶⁰²

Disponível

em:

<https://www.canterbury.gov.uk/info/20071/lord_mayor_and_sheriff/112/civic_history_and_traditions/2>



(Fig. 16 - Brasão de Canterbury)⁶⁰³

Fica claro para nós que em 1380 já havia um brasão de armas para Thomas Becket, brasão este que não necessariamente era o verdadeiro símbolo heráldico de Becket visto que não há provas contundentes de que ele portava brasões, mas a possibilidade existe visto que um de seus assassinos, Reginald FitzUrse, é representado ainda no século XII com insígnias heráldicas⁶⁰⁴. A questão complica-se quando consideramos que após a proclamação de 1538 pelo rei Henrique VIII a grande maioria das referências à Becket foram perseguidas e destruídas por motivações políticas⁶⁰⁵, portanto as informações que temos hoje sobre os brasões de Becket são apenas conjecturas de uma possível concessão póstuma, como era o caso da concessão de símbolos heráldicos à personagens históricos ou ficcionais como o Rei Arthur. Seja esse motivo imagético de três *choughs* originalmente de Becket ou que lhe foi atribuído, não podemos apontar com certeza a origem dessa representação, apenas uma lenda que diz que no momento da morte de Becket um corvo invade o local e molha suas perna e bico com sangue, deixando-os vermelhos e se transformando assim em *choughs*. De qualquer forma, os *choughs* são, assim como os corvos e as Pêgas, pássaros cujos hábitos estão associados com práticas oportunistas, como alimentar-se de carniça. Dessa forma, visto a proximidade entre *choughs*, podemos sutilmente insinuar, uma vez que bestiários não tinham uma séria aspiração de representar a forma natural dos animais, que a Pêgas podem ser uma referência heráldica à Becket visto que o caçador ao matar a quarta Pêga deixa na imagem apenas três. Temos ciência de que essa observação é bastante frágil e pelas dificuldades

⁶⁰³ Disponível em: <http://www.civicheraldry.co.uk/weald_downs.html>.

⁶⁰⁴ SMITH-HUMPHERY, Cecil. *Heraldry Associated with the Martyrdom of Archbishop Thomas Becket*. **The Heraldry Society**, v. 7, n. 2, 1971. Disponível em: <<https://www.theheraldrysociety.com/articles/heraldry-and-the-martyrdom-of-archbishop-thomas-becket/>>.

⁶⁰⁵ *Ibid.*, loc. cit.

previamente apresentadas se torna difícil buscar um aprofundamento com um mínimo de rigor teórico e metodológico, mas configura o que Kumler afirma ser um “instinto aprendido”⁶⁰⁶ para reconhecer patronos.

Essa sugestão também não é totalmente leviana, ao identificar e montar os diversos elementos que compõe o quebra-cabeças do patrocínio dos MSS. 24 e 1511, (proximidade imagética com o MS. 602, dispositivos orais e mnemônicos que favoreciam um uso relacionado à construção de sermões, luxuosidade e representação de um patrono) a imagem formada aponta para a existência de duas autoridades: Thomas Becket e um homem da elite (secular ou religiosa) não identificado que se relacionam através do dom e do patrocínio. Em ambos os casos esses patronos podem ser identificados através das modificações textuais e imagéticas, se tornando assim o que chamamos de patrono fantasma. Lhes consideramos fantasmas pois sentimos e vemos sua presença através de elementos desviantes do modelo, mas sua identificação nominal por vezes nos escapa dos olhos e/ou da compreensão, ou mesmo que haja um indivíduo definido, sua autoridade atua postumamente através dos vivos.

Baxter estipula que a média de bestiários em bibliotecas monásticas era próximo de 3 a cada 1000 volumes (0,3%), valor este que varia de acordo com a Ordem estudada, por exemplo, os Agostinianos tinham uma relação de 2,3 bestiários a cada 1000 manuscritos (0,23%) enquanto os Beneditinos tinham por volta de 2,6/1000 (0,26%)⁶⁰⁷, o que nos mostra que bestiários não eram manuscritos produzidos numa larga escala, pelo contrário, sua produção era pontual. A data designada para a produção de ambos manuscritos conta com uma diferença de 10 anos, datação esta que não faz sentido quando pensamos na porcentagem de produção pois seria bastante improvável que dois manuscritos *frères* de luxo (Tabela 6) fossem produzidos em um mesmo local com 10 anos de separação, lembrando que a taxa de produção de manuscritos de luxo na Segunda Família é de apenas 22%. Ainda sim, mesmo desconsiderando a datação, a produção de dois manuscritos iguais por pessoas diferentes é virtualmente impossível visto que diferentes patronos exercem diferentes graduações e tipos de autoridade e, portanto modulam o manuscrito de forma diferente, corroborando assim com nossa idéia de que ambos manuscritos foram produzidos ao mesmo tempo sob a autoridade dos mesmos patronos, desconhecido e Becket.

⁶⁰⁶KUMLER, Aden. *The patron-function. Patronage: Power and Agency in Medieval Art*, v. 316, 2013, p. 310

⁶⁰⁷BAXTER, Ron. *Bestiaries and Their Users in the Middle Ages*, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 181.

Anteriormente apontamos que o processo de criar um objeto patrocinado requer uma rede de agenciadores que executam as diferentes fases de produção até que se chegue ao patrono, este último poderia atuar em qualquer uma ou várias das funções (ou em nenhuma delas, sendo o apenas *récepteur*), mas o patrono necessariamente exercia influência sobre a produção da obra, conscientemente ou não, assim como a audiência (mas apenas o patrono exercia *auctoritas*). Enquanto campo polissêmico, a obra poderia ter mais de um patrono visto que diferentes autoridades poderiam ser exercidas sem necessariamente serem conflitantes (ou sendo intencionalmente conflitantes, o que também parece ser uma possibilidade interessante). Matthew Paris, monge da Catedral de St. Albans afirma que “uma obra é atribuída à pessoa em cuja autoridade é feita.”⁶⁰⁸, independentemente de estar vivo ou não, logo, a caracterização de patrono é determinada através da autoridade. Kumler estabelece a relação entre *patrocinium* e as relações santo patrono e comunidade e/ou jurisdição, como igreja ou santuário, e seguindo essa linha de pensamento Schleif aponta aproximação entre o termo medieval *auctor* e patrão enquanto lorde que oferece proteção aos vassallos. *Auctor* é aquele que detém *auctoritas* e a exerce sobre a obra de forma autoritativa⁶⁰⁹ causando uma modificação visível no objeto. Como aponta Luxford, “Os artistas exerceram uma espécie de patrocínio por meio de sua participação inimitável em um ato de criação que celebra e honra a Deus.”⁶¹⁰, dessa forma artistas e escritores também poderiam ser chamados de patronos quando considerada e **reconhecida** sua autoridade, afirmação essa corroborada pela pesquisa de McGrady. Visto que o patrono é considerado aquele que detém e exerce autoridade, independente de onde vêm, Luxford apresenta o conceito de “patrocínio interno” que consiste no consumo interno (como um mosteiro) de um objeto que foi produzido neste mesmo local por autoridades que podem ser locais ou não⁶¹¹ conceito ao qual Baxter completa “É claro a partir disso [*ex libris*] que classificar um livro como um presente não significa necessariamente que ele foi produzido externamente”⁶¹².

⁶⁰⁸ LUXFORD, Julian. *The Construction of English Monastic Patronage*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, 2013, p. 35.

⁶⁰⁹ SCHLEIF, Corine. *Seeking Patronage: Patrons and Matrons in Language, Art, and Historiography*. **Patronage: Power & Agency in Medieval Art**, 2013, p. 211.

⁶¹⁰ Trad. Própria: “Artists exercised a sort of patronage through their inimitable share in an act of creation that celebrated and honoured god.”. *Ibid.*, p. 49.

⁶¹¹ *Ibid.*, p. 34.

⁶¹² Trad. Própria: “It is clear from this [*ex libris*] that to class a book as a gift did not necessarily mean that it was produced externally”. BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 146.

A fala de Baxter faz a importante conexão entre produção e dom, à qual adicionamos a esfera do patrocínio. Tal como vimos anteriormente nesta dissertação, o presenteamento possuía duas esferas: o dom e contradom maussiano medieval onde a honra é o capital simbólico e sua acumulação almeja a integridade, e o dom e contradom *donatio pro anima* (que opera na lógica do dom [*caritas*] e contradom [*donatio*] caridoso) onde o sacrifício material e imaterial se transforma no capital simbólico da *donatio pro anima* que almeja a salvação. No que concerne o objeto trocado, na relação de dom e contradom objetos alienáveis eram trocados para que pudessem proteger os inalienáveis que carregavam identidade individual ou coletiva (familiar), já na *donatio pro anima*, os objetos dados eram preferencialmente objetos inalienáveis pois tinham maior valor sacrificial, logo, a inalienabilidade do objeto ao ser definida pela identidade do doador impressa no objeto, carrega o status social do agente⁶¹³. Esses itens inalienáveis que constantemente eram doados para instituições caridosas consistiam principalmente de terras, e itens sacros, como relíquias⁶¹⁴. É importante observar que a sacralidade do dom caridoso (*caritas*) adquiria, através da *donatio*, a condição de ato público, servia assim para propósitos políticos e sociais onde estabelecia vínculos de dominação sobre as instituições e indivíduos mediadores, e simultaneamente violava a terceira dimensão, o público, de forma similar ao que ocorre no dom, constituindo assim uma camada sacra da sociabilidade lúdica competitiva, característica cultural definidora do que Huizinga chama de *homo ludens*⁶¹⁵.

Absolutamente conectados pelo objeto, a modulação autoritativa do item através do patrocínio é responsável por criar objetos inalienáveis que, por sua vez, podem ser utilizados na *donatio pro anima*, guardados ou transmitido de pessoa por pessoa no seio familiar. Ora, Duby nos diz que presentes eram comuns durante o medievo como uma forma de estabelecer e manter laços, é verdadeiro também que os processos de dom contavam com uma profundidade política e religiosa que criava diversos fronts de atrito e proximidade entre doador-receptor-mediador-público que estimulavam o dom agressivo e competição por patrocínio nas cortes⁶¹⁶. Logo, as redes de patrocínio eram estimuladas pelas redes de dom, criava-se para doar.

⁶¹³ COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007, p. 16.

⁶¹⁴ Ver: GEARY, Patrick J. **Living with the Dead in the Middle Ages**. Cornell University Press, 1994.

⁶¹⁵ HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. Editora Perspectiva SA, 2020.

⁶¹⁶ DUBY, Georges. **The early growth of the European economy: Warriors and peasants from the seventh to the twelfth century**. Cornell University Press, 1978, p. 52.

O que pretendemos mostrar é que no nosso caso específico, a comemoração de 50 anos da morte de Becket e a remoção de seu corpo para um novo santuário possuem um caráter espiritual e político que configura um palco ideal para a troca de presentes por seu referido caráter público e intensamente político. Nesse sentido fica mais claro que a supracitada entrega de relíquias de Becket fez parte de um programa arquitetado pela elite clerical de Canterbury, cujo líder era Stephen Langton. Se relíquias foram entregues neste grande evento, é concebível que manuscritos foram igualmente presenteados pois se qualificam como bens inalienáveis por excelência ao contemplar grande parte das definições de itens inalienáveis de Weiner⁶¹⁷: códices são repositórios de conhecimento (capital cultural), requerem conhecimento especial para produzir (capital cultural), são singulares, eram dados e recebidos em cerimônias, poderiam ser utilizados para autênticas indivíduos e grupos, e têm baixa circulação (normalmente ficavam confinados à bibliotecas).

Além de serem grandes repositórios de capital cultural, também tinham valor como capital simbólico ao conferirem prestígio no *champ* intelectual ao dono, como foi o caso do projeto de Carlos V. De acordo com as palavras de Nicole Guenther Discenza:

Na análise de Bourdieu, "capital simbólico" é a soma de objetos ou qualidades que trazem prestígio e poder ao seu titular aos olhos dos outros. Esses objetos podem hoje incluir um escritório de canto com janela ou um carro caro, ou, na Idade Média, uma grande casa ou a posse de objetos raros, como manuscritos; qualidades valiosas podem incluir conhecimento de etiqueta ou senso de estilo ou, na Idade Média, a habilidade de ler latim. A educação e o gosto artístico contribuem para o "capital cultural", o conhecimento e as habilidades que trazem um capital simbólico para um titular individual. O capital cultural pode dar aos indivíduos acesso a determinados mercados da sociedade, bem como fornecer-lhes algo para comerciar.⁶¹⁸

⁶¹⁷ Trad. própria: "Not subject to mundane exchange transactions; Rarely circulate or do not circulate widely; Considered to be repositories of knowledge; Require special knowledge to produce; Production usually highly gendered; Often singularities; Used in ceremonies of authentication and commemoration; Used to authenticate individual as well as collective identities; Important for both the establishment and the defeat of hierarchy." MILLS, Barbara J. *The establishment and defeat of hierarchy: Inalienable possessions and the history of collective prestige structures in the Pueblo Southwest*. **American anthropologist**, v. 106, n. 2, p. 238-251, 2004, p. 240.

⁶¹⁸ Original: "In Bourdieu's analysis, "symbolic capital" is the sum of objects or qualities that bring the holder prestige and power in the eyes of others. Such objects might today include a corner window office or an expensive car, or, in the Middle Ages, a large household or the possession of rare objects such as manuscripts; valuable qualities might include knowledge of etiquette or a sense of style, or, in the Middle Ages, the ability to read Latin. Education and artistic taste contribute to "cultural capital," the knowledge and skills which bring an individual holder symbolic capital. Cultural capital can give individuals access to particular markets in society as well as provide them with something to trade." Trad. Própria. DISCENZA, Nicole. *Wealth and Iwsdom: Symbolic Capital and the Ruler in the Translational Program of Lfred the Great*. **Exemplaria**, v. 13, n. 2, 2001, p. 437.

A função do livro era tão quista pelos mosteiros e demais instituições religiosas medievais que criou-se uma política chamada *de acquisitione* para adquirir mais livros para estas instituições em troca de missas para os doadores⁶¹⁹, efetivamente estabelecendo o livro como um desejável bem inalienável adquirido através de complexas operações de dom e contradom que envolvem em sua trama redes de patrocínio para efetivamente produzir os livros. Considerando o valor do livro na lógica da *donatio pro anima*, a função primária dos bestiários MSS. 24 e 1511 enquanto auxiliador na construção de sermões e instrução da técnica mnemônica fizeram deles objetos desejáveis. Similarmente, dos doze manuscritos que temos disponíveis as informações de produção, três podem ser identificados como produzidos para serem presentes.

1. New York, Morgan Library M. 81 - Worksop bestiary (Radeford)⁶²⁰.
2. MS. BnF nouv. Acq. lat. 873 - Adam Augustine Abbey, Canterbury (tinha 3)⁶²¹.
3. Oxford, Bodleian Library MS. Bodley 764 - Família Mohaut⁶²².
4. Cambridge, Gonville and Caius College MS 109/178 - Ric[hard]. De Petro de Guysburne (Guisborough) foi o primeiro dono (*domni*)⁶²³.
5. Cambridge, Gonville and Caius College MS 372/621 - Presente de Johannes Milham para a comunidade⁶²⁴.
6. London, British Library Harley MS 3244 - Produção de Dominicanos⁶²⁵.
7. London, British Library Royal MS 12.F.xiii - Rochester Cathedral⁶²⁶.
8. Wormsley Lib MS. Bm. 3731 - Abbey of Salvatorberg⁶²⁷.
9. New York, Morgan Library MS M. 890 - Fountains Abbey (York)⁶²⁸.
10. Oxford, Bodleian Library MS. Douce 88 A - Thomas de Whatton (rector de Speldhist, provavelmente escola Kent)⁶²⁹.
11. Oxford, St. Johns College MS. 61 - Holy Trinity Priory, York⁶³⁰.
12. Oxford, St. Johns College MS. 178 - Westminster⁶³¹.

⁶¹⁹ HEATH, Diane. **The Bestiary in Canterbury Monastic Culture 1093-1360**. (Tese de Doutorado, University of Kent), 2015, p. 94.

⁶²⁰ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 195.

⁶²¹ Ibid., p. 199.

⁶²² Ibid., p. 199.

⁶²³ CLARK, Willene. **A Medieval Book of Beasts: The Second-Family Bestiary, Commentary, Art, Text and Translation**, 2006, p. 228

⁶²⁴ Ibid., loc. cit.

⁶²⁵ Ibid., p. 233.

⁶²⁶ Ibid., p. 236

⁶²⁷ Ibid., p. 238.

⁶²⁸ Ibid., p. 239.

⁶²⁹ Ibid., p. 242.

⁶³⁰ Ibid., p. 243.

⁶³¹ Ibid., p. 64, 245.

Os três manuscritos são: New York, Morgan Library M. 81, MS. BnF nouv. Acq. lat. 873⁶³² e Cambridge, Gonville and Caius College MS 109/178. Outros bestiários também foram produzidos para serem presenteados, como é o caso do Bestiário de Thaon ou do de Pierre de Beuvais (s.XIII) que dedicou um bestiário (de Beuvais) em verso para Philip de Dreux, bispo de Beauvais⁶³³. Esse gênero de conhecimento moral sistematizado era valorizado até mesmo pela realeza, visto que Afonso X (s. XIII) mandou traduzir um lapidário de Abolays⁶³⁴. Portanto, o bestiário é um bem cultural inalienável produto do saber intelectual e religioso (capital cultural) cujo valor reside na didática moral de alto valor mnemônico e espiritual que, como afirma a dedicatória do Morgan MS. 81⁶³⁵, poderia ser usado para a edificação (*pro edificatio*) de clérigos. À essas virtudes, os MSS. 24 e 1511 somam suas qualidades materiais, que sem dúvida impressionaram grandemente seus contempladores, e as identidades dos patronos inseridos na materialidade do objeto, fazendo destes bestiários objetos de alto valor sacrificial. Por tais razões propomos que os MSS. 24 e 1511 foram produzidos em Canterbury pelos mesmos patronos com o intuito de serem dados em uma cerimônia que opera através da lógica do dom e contradom religioso da *donatio pro anima* em um intrincado jogo político.

Por fim, o que caracteriza a qualidade dos MSS. 24 e 1511 como objetos que possivelmente foram patrocinados postumamente por Thomas Becket e por um homem desconhecido, e posteriormente doados para instituições religiosas, são suas características de bens inalienáveis que encontram sua maior expressão na modulação autoritária dos manuscritos, criando assim desvios textuais e imagético supratextuais que apenas podem ser compreendidos através de conhecimentos predefinidos que permitam decodificar essas mudanças e conectá-las à indivíduos ou grupos. Heath aponta que “Presentes de alto status, como bestiários de luxo, trariam favores régios, eclesiásticos e aristocráticos altamente valorizados, além de disseminar influência cultural, assim como indica o número de relicários e relíquias Becket produzidos.⁶³⁶, em nossa análise eram os padrões que, através do patrocínio e do dom, buscavam se aproximar, contestar ou

⁶³² HEATH, Diane. **The Bestiary in Canterbury Monastic Culture 1093-1360**. (Tese de Doutorado, University of Kent), 2015, p. 255.

⁶³³ MUIR, Lynette R. **Literature and Society in Medieval France: The Mirror and the Image 1100–1500**. Macmillan International Higher Education, 1985, p. 112.

⁶³⁴ GALVÁN FREILE, Fernando. **La producción de manuscritos iluminados en la Edad Media y su vinculación a las monarquías hispanas**. 2001, p. 42.

⁶³⁵ BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998, p. 195.

⁶³⁶ Trad. Própria: “High status gifts such as deluxe bestiaries would bring highly valued regal, ecclesiastic, and aristocratic favour as well as disseminate cultural influence just as the number of Becket reliquaries and relics produced indicates.”. HEATH, Diane. **The Bestiary in Canterbury Monastic Culture 1093-1360**. (Tese de Doutorado, University of Kent), 2015, p. 206.

legitimar sua autoridade através desses objetos. Esses padrões chamamos aqui de padrões-fantasma, conceito que qualificamos como sendo padrões que não podem ser conclusivamente identificados através de atribuições nominais convencionais, mas podem ser percebidos através do discernimento da função-padrão e da modulação autoritativa do objeto.

Conclusão

O objetivo principal deste estudo foi explorar a relação entre patrocínio e dom durante o medievo, que se dá através da modulação autoritativa de imagens, textos e/ou materiais dos objetos patrocinados. Nem todo objeto patrocinado era doado, e nem todo objeto dado foi produto de uma rede de patrocínio, mas ambos patrocínio e dom só ocorrem quando existem modulações codificadas vítimas da autoridade que inserem no objeto a identidade de um ou mais patronos aos quais chamamos aqui de patronos fantasmas. Estes patronos fantasmas são assim chamados pois não tem necessariamente um nome definido e muitas vezes não podem ser identificados por estudos contemporâneos porque não dispomos das chaves epistemológicas e culturais necessárias para decifrar as mudanças do objeto. Patronos fantasmas muitas vezes não têm nomes, o que pode ser difícil de se conceber vista a importância da atribuição nominal na sociedade Ocidental após a modernidade⁶³⁷. Ao observar que percepção da identidade do patrono e/ou doador era central para a operação de ambas práticas, compreende-se que as modificações autoritativas identitárias do objeto poderiam ser decodificadas e compreendidas pelos pares medievais através de conhecimentos derivados de estruturas sociais, culturais, políticas, religiosas, intelectuais, etc, configurando o que Bohnsack chama de conhecimento conjuntivo, onde “O conhecimento comunicativo diz respeito ao conhecimento generalizado e muitas vezes estereotipado: são os conhecimentos institucionalizados. [e] o conhecimento conjuntivo, subjacente aos nomes próprios, é um conhecimento [...] relativo às particularidades individuais e específicas assim como às características típicas do meio social.”⁶³⁸.

O que chama-se de patrono fantasma são, portanto, percepções de modificações patronais autoritativas que inferem uma marcação identitária sobre o objeto, mas que não podem necessariamente ser aferidas à um ou outro indivíduo. Fantasma pois estará para sempre assombrando a obra que foi responsável por modificar, para sempre ligado à ela, mas invisível aos olhos daqueles que não sabem mais enxergá-lo como sujeito nominal, apenas percebê-lo através de seu vulto. Os patronos morrem no momento que suas marcas identitárias que outrora os caracterizavam deixam de ser compreendidas em função de mudanças socioculturais que ele, incapacitado de produzir novas mudanças no objeto, já

⁶³⁷ Como explorada a “função-autor” por Foucault, Barthes e Chartier.

⁶³⁸ BOHNSACK, Ralf. *A interpretação de imagens e o método documentário*. *Sociologias*, n. 18, 2007, p. 299.

não pode mais ser compreendido. É uma morte gradual e silenciosa, mas diferentemente de seus patronos ou doadores, nem toda obra nasce marcada pela inexorável certeza da morte, o que as mantém vivas é a memória, é a transmissão geracional da capacidade de decodificação dos signos, como através de livros ou família.

Se o denominador comum entre patrono e doador é a **autoridade**, o que define o objeto material relativo à essas práticas é seu teor **identitário**. Diferentemente do conceito moderno, essa referência identitária não necessariamente alude à um indivíduo, mas refere-se também à grupos sociais, familiares e ideológicos⁶³⁹, especialmente na esfera aristocrática medieval. Considerando que a essência do objeto é a identidade do patrono, apagar a identidade do patrono é apagar a essência do objeto pois assim perde sua função identitária, seu propósito. Obviamente nem todos os objetos têm marcas de identidade, nem por isso deixa ter função ou utilidade para análises históricas, mas não as tem no âmbito identitário. No entanto, um objeto pré-existente pode adquirir novas ou adicionais marcas identitárias após sua produção através de modificações personalizadas, o que requer modificação na materialidade do próprio objeto. O patrono, portanto, não é um indivíduo ou grupo, mas uma **condição performática do sujeito** que é determinada por sua capacidade autoritativa de modificar, conscientemente ou não, um objeto. Por seu caráter condicional, o patrono não necessariamente está ligado à uma categoria da rede de produção do objeto (iniciador, idealizador, financiador e público [*récepteurs*]) pois existe além delas e através delas.

Portanto, é impensável que um objeto patrocinado não tenha sido modulado pela autoridade do patrono, impondo nela suas vontades e identidades. Essas modulações podem ser observadas, como bem aponta Baxter, através de mudanças textuais e imagéticas que traem diretrizes pré-estabelecidas. Por conseguinte, é igualmente impossível que um objeto que apresenta particularidades e modificações de um modelo existente não tenha sido modulado pelo patrono. Uma dificuldade se apresenta à nós quando levamos em conta as modulações, diferentemente da cultura impressa da atualidade que preza por cópias idênticas, não há no medievo cópias iguais de qualquer manuscrito, por mais que sejam parecidos, como são os MSS. 24 e 1511, estes manuscritos ainda apresentarão pequenas mudanças que são naturais do processo de cópia e ilustração. Erik Kwakkel afirma que “[...] os escribas deixaram sua marca pessoal no design do manuscrito como resultado de seu treinamento, formação cultural e localização

⁶³⁹ PERRY, Ryan M. *Objectification, Identity and the Late Medieval Codex*. 2010, p. 315.

geográfica. Da mesma forma, o leitor afetou o design do livro por meio de sua própria formação cultural e pelo uso pretendido do manuscrito.”⁶⁴⁰. Igualmente, devemos considerar que as modificações identitárias não são as únicas possíveis em manuscritos onde os *récepteurs*, público, e forma de uso também são determinantes na construção de um códice, portanto, como podemos definir quais são as modificações naturais, patronais e de uso? Visto que ambos audiência (*récepteur*) e patrono são capazes de produzir uma modificação no objeto, é importante frisar que, apesar de poder serem a mesma pessoa, existe uma diferença entre ambos que reside no consumo. Portanto as determinações sobre a origem de determinadas modulações só podem ser feitas através do estudo contínuo de manuscritos particulares e tradições imagéticas e textuais em conjunto com o estudo integrado das estruturas socioculturais e psicológicas do período, culminando assim na determinação da função da imagem e texto, caso as modificações desviante e extra-textuais não sejam explicadas através da variação natural da transmissão de modelos ou de usos e audiências, existem grandes chances de que sua *raison d'être* encontre-se na existência um patrono.

Essa forma de análise de manuscritos dialoga com M. Johnson e M. Dussen cuja abordagem busca “[...] evitar uma marca solipsista de estudo de manuscrito “puro” como um fim em si mesmo e, em vez disso, permitir que análises de manuscritos informem e sejam informadas por outras linhas acadêmicas de investigação — dessa forma, em última análise, colocando os estudos de manuscritos em diálogo com a história cultural.”⁶⁴¹. Para tal análise, utilizamos os MSS. 24 e 1511 como fontes principais para conduzir um estudo a respeito de suas modificações imagéticas e características textuais, concluindo assim que certas modificações são referentes à modulações patronais.

A partir do estudo da iluminura da Pêga (*Pica*) e suas características particulares, caçador e letra capitular, pudemos atestar que essas modificações não dialogam com o texto e não tem caráter funcional a partir das três principais funções da imagem medieval (cognitiva, memória e emoção), mas configura uma quarta função variada e supra-textual. Usufruidando da literatura disponível pudemos estabelecer Canterbury como um pólo de

⁶⁴⁰ Original: [...] scribes left their personal stamp on the manuscript’s design as a result of their training, cultural background, and geographical location. Similarly, the reader affected the design of the book through his or her own cultural background and by the intended use of the manuscript. Trad. própria. KWAKKEL, Erik. *Decoding the material book: cultural residue in medieval manuscripts*. IN: JOHNSTON, Michael; VAN DUSSEN, Michael (Ed.). **The Medieval Manuscript Book**. Cambridge University Press, 2015, p. 60.

⁶⁴¹ Original: [...] avoid a solipsistic brand of “pure” manuscript study as an end in itself and instead to allow analyses of manuscripts to inform and be informed by other academic lines of inquiry – thereby ultimately putting manuscript studies into dialogue with cultural history. Trad. Própria. Ibid., p. 2.

produção de bestiários e possivelmente centro da produção dos bestiários MS. 24 e 1511 e assim, contando com as datações pré-estabelecidas, pudemos integrar o estudo sociocultural ao material imagético-textual dos manuscritos, onde evidências nos levam a crer que ambos manuscritos tiveram como circunstância de produção a comemoração da morte de 50 anos e traslado do corpo do santo Thomas Becket, um dos patronos dos MSS. O segundo patrono identificado não pode ser identificado, mas atribui-se a ele as modificações na iluminura da Pêga. A associação entre estudo material, imagético, textual e sociocultural na análise dos MSS. 24 e 1511 nos permitiu vislumbrar a complexa operação que arquitetou a produção de ambos manuscritos que reúne-se sob a égide do patrocínio, do dom e contradom laico e da *donatio pro anima* que relaciona-se à *caritas*. Essas práticas não resumem-se à, mas necessariamente dialogam com a autoridade individual ou grupal do cuja influência no âmbito do patrocínio chamamos de patrono fantasma.

Portanto, esta pesquisa conclui-se com a realização de uma aproximação entre diferentes teorias através do estudo de dois bestiários medievais que, durante a Idade Média Ocidental, tiveram uma profunda conexão com a autoridade. Este estudo não busca colocar um ponto final em nenhuma das referidas teorias ou mesmo no estudo de bestiários, mas aponta para o começo de uma perspectiva que concilia o patrocínio e as relações de dom e contradom através da autoridade e sua relevância na produção e consumo de manuscritos medievais.

Referências Bibliográficas

Fontes Manuscritas

Aberdeen, Aberdeen University Library, MS. 24, *Aberdeen Bestiary*. Disponível em:

<<https://www.abdn.ac.uk/bestiary/ms24>>.

BnF, lat. 8846. Disponível em

<<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b10551125c.image>>.

Bern, Burgerbibliothek, Cod. 318, f. 17r. Disponível em: <[https://www.e-](https://www.e-codices.unifr.ch/en/bbb/0318/17r/0/Sequence-34)

[codices.unifr.ch/en/bbb/0318/17r/0/Sequence-34](https://www.e-codices.unifr.ch/en/bbb/0318/17r/0/Sequence-34)>.

Cambridge, University Library Ii.4.26. Disponível em:

<<https://cudl.lib.cam.ac.uk/view/MS-II-00004-00026>>.

Canterbury, Cathedral Library Lit.D.10. Disponível em: <<https://ims.canterbury-cathedral.org/viewpicture.tlx?advsearchid=1604207385&pictureid=58545544127>>.

Kongelige Ms. Gl. kgl. S. 1633 4º: Disponível em:

<<http://www5.kb.dk/permalink/2006/manus/221/eng/>>.

J. Paul Getty Museum, MS. 100: Disponível em:

<<https://www.getty.edu/art/collection/objects/240115/unknown-maker-northumberland-bestiary-english-about-1250-1260/>>.

Lisboa, Torre do Tombo, PT/TT/MSML/CE10/38, Ordo Iudiciarius. Disponível em:

<<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6462524>>.

London, British Library MS. Lansdowne MS. 383. Disponível em

<http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Lansdowne_MS_383>.

London, British Library Harley MS 3244. Disponível em:

<http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=harley_ms_3244>.

London, British Library Harley MS 4751. Disponível em:

<http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Harley_MS_4751>.

London, British Library Royal MS 14 C VII. Disponível em:

<http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=royal_ms_14_c_vii_f008v>.

London, British Library Stowe MS 1067. Disponível em:

<http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Stowe_MS_1067>.

London, British Library Add Roll 77720, “Dering Roll”. Disponível em:

<http://www.bl.uk/manuscripts/FullDisplay.aspx?ref=Add_Roll_77720>.

London, London Metropolitan Archives, COL/CH/01/001/A, London *Charter*, 1066.

Disponível em: <<https://earlyenglishlaws.ac.uk/laws/texts/wl-lond/view/#edition/translation>>.

Oxford, Bodleian Library MS. Bodley 764. Disponível em:

<<https://iiif.bodleian.ox.ac.uk/iiif/viewer/e6ad6426-6ff5-4c33-a078-ca518b36ca49#?c=0&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-6985%2C-512%2C20555%2C10227>>.

Oxford, Bodleian Library MS. Bodl. 1511. Disponível em:

<https://medieval.bodleian.ox.ac.uk/catalog/manuscript_290>.

Oxford, Bodleian Library MS. Bodl. 602. Disponível em:

<https://medieval.bodleian.ox.ac.uk/catalog/manuscript_1614>.

Paris, Bibliothèque Nationale lat. 6838B. Disponível em:

<<http://mandragore.bnf.fr/jsp/switch.jsp?division=Mix&cote=Latin+6838+B>>.

Paris, Bibliothèque Nationale lat. 3630. Disponível em:

<<http://mandragore.bnf.fr/jsp/switch.jsp?division=Mix&cote=Latin+3630>>.

New York, Morgan Library M. 81. Disponível em:

<<https://www.themorgan.org/collection/medieval-and-renaissance/manuscript/msm81>>.

New York, Morgan Library MS M. 890. Disponível em:

<<https://www.themorgan.org/manuscript/159535>>.

MET Museum. Disponível em:

<<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/464490>>.

Vatican, Cod. Palat. lat. 1074. Disponível em:

<<https://opac.vatlib.it/mss/detail/Pal.lat.1074>>.

Fontes Primárias

Agregador de Bestiários. Disponível em: <bestiary.ca>.

Bíblia ACF.

Enciclopédia Filosófica de Stanford. Disponível em:

<<https://plato.stanford.edu/entries/medieval-literary/#Sum>>.

History of Parliament. Disponível em:

<<http://www.historyofparliamentonline.org/volume/1558-1603/member/manwood-peter-1571-1625>>.

Henry I's Coronation Charter. Disponível em:

<<https://earlyenglishlaws.ac.uk/laws/texts/hn-cor/view/#edition/translation>>.

Magna Carta. Disponível em:

<http://magnacarta.cmp.uea.ac.uk/read/magna_carta_1215/Clause_13>.

Tapeçaria de Bayeux. Disponível em: <[https://www.hs-](https://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost11/Bayeux/bay_tama.html)

[augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost11/Bayeux/bay_tama.html](https://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost11/Bayeux/bay_tama.html)>.

London, National Archives, DL 25/1274/1016, Selo de Robert de Amundeville.

<<https://discovery.nationalarchives.gov.uk/details/r/C16100023>>.

Oxford, Bodleian Library, Ch. Oxon. Oseney 142, "Magna Carta of 1217". Disponível

em: <<https://www.bl.uk/collection-items/magna-carta-with-the-seal-of-cardinal-guala-1217>>.

Paris, Musée des Archives Nationales, AE/I/25/6, Armorial Le Breton. Disponível em:

<<http://www2.culture.gouv.fr/Wave/image/archim/Pages/03082.htm>>.

ARISTÓTELES. **História dos Animais** (trad. Maria de Fátima Sousa Silva) Tomo I - II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

ANSELM, Saint; DAVIES, Brian; EVANS, Gillian R (eds.). **The major works**. Oxford University Press, USA, 1998.

ALIGHIERI, Dante et al. **Dante: De vulgari eloquentia**. Cambridge University Press, 1996.

CLAIRVAUX, Bernard. **In Praise of the New Knighthood**. GREENIA, Conrad (trad), BARBER; Malcolm (ed.). Colledgeville: Cistercian Publications, 2000.

Grã-Bretanha, Public Record Office. **Close Rolls of the reign of Henry III (1242-1247)**. Londres: Public Record Office, 1916.

Great Britain, Public Record Office. **Patent rolls of the reign of Henry III preserved in the Public Record Office: 1216-[1272]**. London: Printed for His Majesty's Stationery Office by Mackie and Co., Volume 4, 1908.

- COKAYNE, George, E. (ed.). **Complete Peerage of England, Scotland, Ireland, Great Britain and the United Kingdom, Extant, Extinct, Or Dormant**. London: G. Bell & sons, ed. 2, Vol. 9, 1898.
- CURLEY, Michael J. **Physiologus: A Medieval Book of Nature Lore**. University of Chicago Press, 2009.
- DEVON, Frederick (ed.). **Issues of the Exchequer: Being a Collection of Payments Made Out of His Majesty's Revenue, from King Henry III to King Henry VI Inclusive**. J. Murray; 1837.
- LIEBERMANN, Felix. The Text of Henry I.'s Coronation Charter. **Transactions of the Royal Historical Society**, v. 8, 1894.
- LODGE, John. **Peerage of Ireland**. v. VII, 1789.

Fontes Secundárias

- ABELSON, Paul. **As Sete Artes Liberais**. Kírion: Campinas, 2019.
- ABULAFIA, Anna Brechta Sapir; ABULAFIA, Anna. **Christians and Jews in the Twelfth-century Renaissance**. Routledge, 2013.
- AILES, Adrian. *Heraldry as Markers of Identity in the Medieval Literature*. Fact or Fiction. In: **Marqueurs d'identité dans la littérature médiévale: mettre en signe l'individu et la famille (XIIe-XVe siècles) Actes du colloque tenu à Poitiers les 17 et 18 novembre 2011**. p. 181-191.
- ALLEN, John R. **Early Christian Symbolism in Great Britain and Ireland Before the Thirteenth Century**. Londres: Whiting & Co., 1887.
- ANDERSON, M. D. **Animal Carvings in British Churches**. Cambridge: Cambridge University Press, 1938.
- ANGENENDT, Arnold. *Donationes pro anima: Gift and Countergift in the Early Medieval Liturgy*, p. 131-155. In: DAVIS, Jennifer R.; MCCORMICK, Michael (Ed.). **The long morning of medieval Europe: new directions in Early Medieval studies**. Ashgate Publishing, Ltd., 2008.
- AERTSEN, Jan A. *Platonism*. IN: PASNAU, Robert (org.). **The Cambridge History of Medieval Philosophy** v. 1, 2011.
- BARDZELL, Shaowen. **Hospitality and gift exchange: Reciprocity and its roles in two medieval romance narratives**. Indiana University, 2004.

- BARTHES, Roland. *The death of the author*. **Contributions in Philosophy**, v. 83, p. 3-8, 2001.
- BARTHES, Roland. **Image-music-text**. Macmillan, 1977.
- BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Globo, 2006.
- BATANY, Jean. *Escrito/Oral*. IN: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval**. São Paulo: Editora Unesp, pp. 429-442, 2017.
- BÄTSCHMANN, Oskar. *Text and image: Some general problems*, **Word & Image: A Journal of Verbal/Visual Enquiry**, 4:1, 1988, pp. 11-24.
- BAXANDALL, M. **Painting and experience in fifteenth century Italy: a primer in the social history of pictorial style**. Oxford University Press, USA, 1988.
- BAXTER, Ronald. *A baronial bestiary: heraldic evidence for the patronage of ms Bodley 764*. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 50, p. 196-200, 1987.
- BAXTER, Ron. **Bestiaries and Their Users in the Middle Ages**, Phoenix Mill: Sutton, 1998.
- BEER, Jeanette MA. **Beasts of Love: Richard de Fournival's Bestiaire D'amour and a Woman's Response**. University of Toronto Press, 2003.
- BELTING, Hans. **The Image and Its Public in the Middle Ages: Form and Function of Early Paintings of the Passion**. New Rochelle, NY: AD Caratzas, 1990.
- BENTON, Janetta Rebold. **Materials, methods, and masterpieces of medieval art**. ABC-CLIO, 2009.
- BENNETT, Judith M. *Conviviality and Charity in Medieval and Early Modern England: Reply*. **Past & Present**, n. 154, p. 235-242, 1997.
- BENTON, John F. *The court of Champagne as a literary center*. **Speculum**, v. 36, n. 4, p. 551-591, 1961.
- BERNAL, Martin. **Black Athena: The Fabrication of Ancient Greece, 1785-1985**. Rutgers Univ Press, 1987.
- BISSON, Thomas N. **The crisis of the twelfth century: Power, lordship, and the origins of European government**. Princeton University Press, 2015.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Zahar, 2002
- BOND, Shelagh. *The Medieval Constables of Windsor Castle*. **The English Historical Review** v. 82, n.323, 1967, pp. 225-249.

- BOHNSACK, Ralf. *A interpretação de imagens e o método documentário*. **Sociologias**, n. 18, p. 286-311, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **The Field of Cultural Production**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Richard Nice (trad.). Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BRIGGS, Charles F. *Literacy, reading, and writing in the medieval West*. **Journal of medieval History**, v. 26, n. 4, p. 397-420, 2000.
- BROWNING, Charles Henry. **Magna Charta Barons and Their Descendants**. 1969
- BRUNDAGE, James A. **Medieval Canon Law**. Routledge, 2014.
- BRUCKNER, Matilda T. *Chretien de Troyes*. IN: GAUNT, Simon; KAY, Sarah (Ed.). **The Cambridge Companion to Medieval French Literature**. Cambridge University Press, pp. 79-94, 2008.
- BUHRER, Eliza. *From caritas to charity: How loving God became giving alms*. In: **Poverty and prosperity in the Middle Ages and Renaissance**, 2012.
- BUMKE, Joachim. **Courtly Culture: Literature and Society in the High Middle Ages**. Univ of California Press, 1991.
- CABRÉ, Lluís; PUJOL, Josep. *The Books of the Kings of Aragon: From James II to Alfonso IV*. **Digital Philology: A Journal of Medieval Cultures**, v. 8, n. 2, p. 192-212, 2019.
- CAMILLE, Michael. *Seeing and reading: some visual implications of medieval literacy and illiteracy*. **Art History**, v. 8, n. 1, pp. 26-49, 1985.
- CARLEY, James. **Books seen by Samuel Ward 'in bibliotheca regia' circa 1614**, The British Library Journal, 16, pp. 89-98, 1990.
- CARVALHO, Joaquim Félix. *Sacramentalidade da fé e simbólica eucarística*. **Theologica**, v. 43, p. 65-102, 2008.
- CARRUTHERS, Mary. **A técnica do pensamento: meditação, retórica e a construção de imagens (400-1200)**. Trad. José Emílio Maiorino. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- CARRUTHERS, Mary J. **The book of memory: A study of memory in medieval culture**. Cambridge University Press, 1992.
- CASKEY, Jill. *Medieval Patronage & Its Potentialities*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, pp. 3-30, 2013.

- CAVALLO, S. **Charity and Power in Early Modern Italy: Benefactors and Their Motives in Turin, 1541-1789**, Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CHARTIER, Roger. **O que é um autor: Revisão de uma genealogia**. São Carlos: Edufscar, 2012.
- CHAZELLE, Celia. *Pictures, books, and the illiterate: Pope Gregory I's letters to Serenus of Marseilles*, **Word & Image: A Journal of Verbal/Visual Enquiry**, 6:2, pp. 138-153, 1990.
- CHINCA, Mark; YOUNG, Christopher. *Orality and Literacy in the Middle Ages: A Conjunction and its Consequences*. In: CHINCA, Mark; YOUNG, Christopher. **Orality and Literacy in the Middle Ages: Essays on a Conjunction and its Consequences in Honour of DH Green**. p. 1-15, 2005.
- CLARK, Willene B. **A medieval book of beasts: the second-family bestiary: commentary, art, text and translation**. Boydell press, 2006.
- CLARK, Willene B., McMUNN, Meradith T. (eds.). **Beasts and birds of the Middle Ages: the bestiary and its legacy**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989
- CLARK, Willene B. *The illustrated medieval aviary and the lay-brotherhood*. **Gesta**, v. 21, n. 1, p. 63-74, 1982.
- CLAY, Rotha Mary. **The mediaeval hospitals of England**. Methuen & Company, 1909.
- COLLINS, Arthur H. *Some Twelfth-Century Animal Carvings and their Sources in the Bestiaries*. **Connoisseur**, n.106, pp. 238-243, 1940.
- COTTS, John D. **Europe's long twelfth century: order, anxiety and adaptation, 1095-1229**. Macmillan International Higher Education, 2013.
- COWELL, Andrew. **The Medieval Warrior Aristocracy: Gifts, Violence, Performance, and the Sacred**. Boydell & Brewer, 2007.
- DA COSTA NUNES, Ruy Afonso. *Platonismo e Aristotelismo no século XII (I)*. **Revista de História**, v. 37, n. 75, p. 33-54, 1968.
- DA SILVA, Amós Coêlho; MONTAGNER, Airto Ceolin. **Dicionário latino-português**. Ed. do Autor, 2005.
- DALTON, Heather et al. *Frederick II of Hohenstaufen's Australasian cockatoo: Symbol of detente between East and West and evidence of the Ayyubids' global reach*. **Parergon**, v. 35, n. 1, pp. 35-60, 2018.
- DAVIS, Adam J. *The social and religious meanings of charity in medieval Europe*. **History Compass**, v. 12, n. 12, pp. 935-950, 2014.

- DAVIES, Brian; LEFTOW, Brian (eds.). **The Cambridge Companion to Anselm**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DE GRAY BIRCH, Walter (Ed.). **The Royal Charters of the City of Lincoln, Henry II to William III**. University Press, 1911.
- DEMAITRE, Luke. *Theory and practice in medical education at the University of Montpellier in the thirteenth and fourteenth centuries*. **Journal of the history of medicine and allied sciences**, v. 30, n. 2, p. 103-123, 1975.
- DEROLEZ, Albert. *Codicologie ou archéologie du livre?*. In: **Scriptorium**, Tomo 27 n°1, 1973. pp. 47-49.
- DINES, Ilya. *The Copying and Imitation of Images in Medieval Bestiaries*. **Journal of the British Archaeological Association**, v. 167, n. 1, p. 70-82, 2014.
- DISCENZA, Nicole. *Wealth and Iwsdom: Symbolic Capital and the Ruler in the Translational Program of Lfred the Great*. **Exemplaria**, v. 13, n. 2, pp. 433-467, 2001.
- DOWNS, David J. **Alms: Charity, Reward, and Atonement in Early Christianity**. Baylor University Press, 2016.
- DRUCE, Georges. *The Symbolism of the Crocodile in the Middle Ages*. **Archeological Journal**, n. 67, pp. 285-317, 1910.
- DUBY, Georges. **The early growth of the European economy: Warriors and peasants from the seventh to the twelfth century**. Cornell University Press, 1978.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário medieval**. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel. **História artística da Europa: a Idade Média**. Tomo I. São Paulo, 2002.
- FARMER, Sharon A. **Surviving poverty in medieval Paris: Gender, ideology, and the daily lives of the poor**. Cornell University Press, 2005.
- EALES, Richard. *The political setting of the Becket translation of 1220*. **Studies in Church History**, v. 30, p. 127-39, 1993.
- ECO, Umberto. **Arte e Beleza na Estética Medieval**. Rio de Janeiro: Record, 4ª ed., 2018.
- EDWARDS, A. S. G. *Manuscripts and Readers*. IN: BROWN, Peter (org.) **A Companion to Medieval English Literature and Culture c. 1350–c. 1500**, p. 91-106, 2007.
- ELEY, Penny. *Author and Audience in the Roman de Troie*. IN: BUSBY, Keith et al. (Ed.). **Courtly Literature: Culture and Context: Selected Papers from the 5th**

- Triennial Congress of the International Courtly Literature Society, Dalfsen, the Netherlands, 9-16 August, 1986.** John Benjamins Publishing, 1990, pp. 179-191.
- EVERGATES, Theodore. **Henry the Liberal: Count of Champagne, 1127-1181.** University of Pennsylvania Press, 2016.
- FOSSIER, Robert. **O trabalho na Idade Média.** Editora Vozes Limitada, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce qu'un auteur?.** 1969.
- FOUILLOY, Hugh of, CLARK, Willene (trad. & ed.). **The Medieval book of birds: Hugh of Fouilloy's Aviarium.** Binghamton: Medieval & Renaissance Texts & Studies, 1992.
- GÁL, Erika. *Fine Feathers Make Fine Birds: The Exploitation Of Wild Birds In Medieval Hungary.* **ANTÆUS**, n. 33, pp. 345-369, 2015.
- GALLOWAY, Andrew. **Medieval Literature and Culture.** Continuum, 2006.
- GEARY, Patrick J. **Living with the Dead in the Middle Ages.** Cornell University Press, 1994.
- GODELIER, Maurice. **The Enigma of the Gift.** SCOTT, Nora (trad.). Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- GEORGE, Wilma. *The Yale.* **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, XXXI, pp. 275-278, 1968.
- GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**, (trad. Eduardo Brandão), São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GILSON, Etienne; THÉRY, Gabriel (eds.). **Archives d'histoire doctrinale et littéraire du moyen âge.** Paris: J.Vrinvol. 63, 1997.
- GOMBRICH, Ernst Hans. **Art and illusion.** New York: Pantheon Books, 1961.
- GOMBRICH, Ernst H. **Os usos das imagens: estudos sobre a função social da arte e da comunicação visual.** Bookmann, 2012.
- GREIMAS, A. J. **Sémantique Structurale: Recherche de Méthode.** Paris, 1986.
- GUERREAU-JALABERT, Anita. *Caritas y don en la sociedad medieval occidental.* **Hispania**, v. 60, n. 204, p. 27-62, 2019.
- GREEN, Judith A. *'A Lasting Memorial': The Charter of Liberties of Henry I.* In: FLANAGAN, M.; GREEN, Judith (Ed.). **Charters and charter scholarship in Britain and Ireland.** Springer, 2005.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- GREEN, Judith A. *Henry I and the Origins of the Court Culture of the Plantagenets*. In: **Plantagenêts et Capétiens: confrontations et héritages**. 1994. p. 485-495.
- Gregory, C. A. **Gifts and Commodities**. London: Academic Press Inc., LTD., 1982.
- HARVEY, Sally. **Domesday: Book of Judgement**. Oxford University Press, USA, 2014.
- HASKINS, Charles Homer. **A ascensão das universidades**. Santa Catarina: Livraria Danúbio, 2015.
- HASKINS, Charles Homer. **The renaissance of the twelfth century**. Harvard University Press, 1927.
- HELMHOLZ, Richard H. *Magna Carta and the ius commune*. **The University of Chicago law review**, p. 297-371, 1999.
- HILSDALE, Cecily J. Gift. **Studies in Iconography**, v. 33, p. 171-182, 2012.
- HINTON, David A. **Archaeology, economy and society: England from the fifth to the fifteenth century**. Routledge, 2002.
- HUGHES, J. Donald. *Europe as consumer of exotic biodiversity: Greek and Roman times*. **Landscape Research**, v. 28, n. 1, p. 21-31, 2003.
- HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. Editora Perspectiva SA, 2020.
- IONESCU, Vlad. *What do you see? The phenomenological model of image analysis: Fiedler, Husserl, Imdahl*. *Image and Narrative*, v. 15, n. 3, p. 93-110, 2014.
- JAEGER, Stephen. **A Inveja dos Anjos: As escolas catedrais e os ideais sociais na Europa medieval (950-1200)**. DIAS, Nelson Corrêa (trad.). Campinas: Kírion, 201
- JAEGER, C. Stephen. *Pessimism in the twelfth-century "Renaissance"*. **Speculum**, v. 78, n. 4, p. 1151-1183, 2003.
- JAMES, M. R. **The Bestiary**, Roxburghe Club, London: Oxford University Press, 1928.
- JAMROZIAK, Emilia. *Networks of markets and networks of patronage in thirteenth-century England*. **Thirteenth Century England**, p. 41-49, 2005.
- JOHNSTON, Michael; VAN DUSSEN, Michael (Ed.). **The Medieval Manuscript Book**. Cambridge University Press, 2015.
- JURASINSKI, Stefan; OLIVER, Lisi; RABIN, Andrew. **English Law Before Magna Carta: Felix Liebermann and Die Gesetze Der Angelsachsen**. Brill, 2010.
- KAELBER, Lutz. *Other-and inner-worldly asceticism in Medieval Waldensianism: a Weberian analysis*. **Sociology of religion**, v. 56, n. 2, p. 91-119, 1995.
- KAY, Sarah. **Courtly Contradictions: The Emergence of the Literary Object in the Twelfth Century**. Stanford University Press, 2001.

- KAY, Sarah. *'The English bestiary', the continental 'Physiologus', and the intersections between them.* **Medium Aevum**, v. 85, n. 1, p. 118-142, 2016.
- KUMLER, Aden. *The patron-function.* **Patronage: Power and Agency in Medieval Art**, v. 316, p. 73-104, 2013.
- KWAKKEL, Erik. *Decoding the material book: cultural residue in medieval manuscripts.* IN: JOHNSTON, Michael; VAN DUSSEN, Michael (Ed.). **The Medieval Manuscript Book.** Cambridge University Press, 2015.
- LARSON, Atria A., **Master of Penance: Gratian and the Development of Penitential Thought and Law in the Twelfth Century.** Washington: The Catholic University of America Press, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média.** Rio de Janeiro: José Olympio, 9ª ed., 2018
- LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do ocidente medieval.** São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- LOURENÇONI, Maria Ângela. *Semiologia e a Leitura de Imagens na Relação Ensino-Aprendizagem.* **Intellectus**, ano. VI, n. 12, 2010, pp. 76-94
- LUXFORD, Julian. *The Construction of English Monastic Patronage.* IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, pp. 31-53, 2013.
- JESSOP, Oliver. *A new artefact typology for the study of medieval arrowheads.* **Medieval Archaeology**, v. 40, n. 1, pp. 192-205, 1996.
- MADDICOTT, John. *Who was Simon de Montfort, earl of Leicester?.* **Royal Historical Society (London, England). Transactions of the Royal Historical Society**, v. 26, pp. 43-58, 2016.
- MAGNANI, Eliana. *Les médiévistes et le don. Avant et après la théorie maussienne.* **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre (BUCEMA)**, n. Hors-série n° 2, pp. 1-15, 2008.
- MAGNANI, Eliana. *Le don au moyen âge.* **Revue du MAUSS**, n. 1, p. 309-322, 2002.
- MÂLE, Émile. **L'Art Religieux du XIIIe siècle en France.** Paris: Librairie Armand Colin, 3 ed., 1910.
- MARVIN, William Perry. **Hunting Law and Ritual in Medieval English Literature.** DS Brewer, 2006.

- MARÉ, Estelle Alma. *Can One "Read" a Work of Visual Art?*. **Juncture**, n. 6, 2006, pp. 63-74.
- MARENBON, John. *The Twelfth Century*. IN: MARENBON, John. **Routledge History of Philosophy medieval philosophy**.
- MARRONE, Steven P. *Medieval Philosophy in Context*. IN: MCGRADY, A. S. **Cambridge Companion to Medieval Philosophy**, Cambridge, 2003.
- MAUSS, Marcel. **The gift: The form and reason for exchange in archaic societies**. Routledge, 2002.
- MARTINEC, Radan; SALWAY, Andrew. *A system for image-text relations in new (and old) media*. **Visual communication**, v. 4, n. 3, p. 337-371, 2005.
- MAY, George. **A Descriptive History of the Town of Evesham, from the Foundation of Its Saxon Monastery, with Notices Respecting the Ancient Deanery of Its Vale**. G. May, 1845.
- MCCARTHY, Connor. *The World of Medieval England*. IN: SAUNDERS, Corinne (Ed.). **A Companion to Medieval Poetry**. John Wiley & Sons, 2010.
- MCCASH, June Hall. *The Role of Women in the Rise of the Vernacular*. **Comparative literature**, v. 60, n. 1, p. 45-57, 2008.
- MCCULLOCH, Florence. **Medieval Latin and French Bestiaries**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1962.
- MCGRADY, Deborah. **The Writer's Gift Or the Patron's Pleasure?: The Literary Economy in Late Medieval France**. Toronto: University of Toronto Press, 2019.
- MEALE, Carol M. *Women's Voices and Roles*. IN: BROWN, Peter (Ed.). **A Companion to Medieval English Literature and Culture, C. 1350-c. 1500**. John Wiley & Sons, p. 74-90, 2007.
- MERMIER, Guy R. *The Phoenix: Its Nature and Its Place in the Tradition of the Physiologus*. In: CLARK, Willene B., McMUNN, Meradith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, pp. 69-87, 1989.
- MILLS, Barbara J. *The establishment and defeat of hierarchy: Inalienable possessions and the history of collective prestige structures in the Pueblo Southwest*. **American anthropologist**, v. 106, n. 2, p. 238-251, 2004.
- MINNIS, Alastair. **Medieval theory of authorship: scholastic literary attitudes in the later Middle Ages**. University of Pennsylvania Press, 2012.
- MOISA, Maria. *Conviviality and charity in medieval and early modern England*. **Past & Present**, n. 154, p. 223-234, 1997.

- MORGAN, Nigel. **Early Gothic Manuscripts**, Tomo I, 1983.
- MORRIS, William A. The office of sheriff in the Anglo-Saxon period. **The English Historical Review**, v. 31, n. 121, p. 20-40, 1916.
- MUIR, Lynette R. **Literature and Society in Medieval France: The Mirror and the Image 1100–1500**. Macmillan International Higher Education, 1985.
- MURATOVA, Xenia. *Workshop Methods in English Late Twelfth-Century Illumination and the Production of Luxury Bestiaries*. In: CLARK, Willene B.; McMUNN, Meredith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 53-68, 1989.
- MURATOVA, Xenia. *Bestiaries: An Aspect of Medieval Patronage*, In: Sarah Macready & F.H. Thompson, ed., *Art and patronage in the English Romanesque*, London: Society of Antiquaries, pp. 118-144, 1986.
- MURATOVA, Xenia. *Etude du manuscrit*. IN: **Bestiarium. Fac-simile du manuscrit du bestiaire Ashmole 1511 conservé a la Bodleian Library d'Oxford**, Paris, 1984.
- NASCIMENTO, Aires A.; MEIRINHOS, José F. (coords.) **Catálogos dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto**. Porto: ICEP, 1997.
- NAVARRO, Andrea. *Educar al príncipe y edificar los grupos de poder de la casa, la corte y el reino de Castilla, siglos XIII-XV*. IN: GUIANCE, Ariel (ed.) **Cultura Letrada e Identidades Sociales en el Mundo Medieval Siglos IV-XV**. IMHICIHU-CONICET: Buenos Aires, 2019.
- NETO, Liszt Vianna. *Habitus e o Ponto de Inflexão de Panofsky: Teoria e Metodologia da História da Arte no Século XX*. **Anais do IV Encontro de História da Arte: A Arte e a História da Arte entre a Produção e a Reflexão**, pp. 812-821, 2008.
- NICHOLAS, David. *Lords, Markets and Communities*. IN: NOBLE, Thomas, ENGEN, Thomas (eds.). **European transformations: the long twelfth century**. University of Notre Dame Press, 2011
- NICHOLAS, David M. **The growth of the medieval city: from late antiquity to the early fourteenth century**. Routledge, 2014.
- NOVIKOFF, Alex J. **The medieval culture of disputation: pedagogy, practice, and performance**. University of Pennsylvania Press, 2013.
- OLESON, Tryggvi J. *Polar bears in the middle ages*. **Canadian historical review**, v. 31, n. 1, p. 47-55, 1950.
- ONG, W. J. **Orality and Literacy: The Technologizing of the World**. Londres, 1982.

- PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média**. Martins Fontes, 2001.
- PANOFSKY, Erwin. **O significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- PANOFSKY, Erwin. **Renaissance and renaissances in western art**. Routledge, 2018.
- PAQUIER, Marie-Catherine. *Buying monastic products, gift or purchase?*. **Journal of Management, Spirituality & Religion**, v. 12, n. 3, p. 257-286, 2015
- PASTOUREAU, Michel. **Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental**. Le Seuil, 2015.
- PASTOUREAU, Michel. **Bestiaires du Moyen Âge**. Paris: Seuil, 2011.
- PERKINSON, Stephen. *Portraits & Their Patrons: Reconsidering Agency in Late Medieval Art*. IN: HOURIHANE, Colum. *Patronage. Power & Agency in Medieval Art*, University Park, pp. 257-274, 2013.
- PERRY, Ryan MM. **Objectification, Identity and the Late Medieval Codex**. 2010.
- PIRENNE, Henri; MIGUEL, Carlos Montenegro. **As cidades da idade média**. 1989.
- RASHDALL, Hastings. **The universities of Europe in the middle ages**. Clarendon Press, 1895.
- RAWCLIFFE, Carole. *The hospitals of later medieval London*. **Medical History**, v. 28, n. 1, p. 1-21, 1984.
- REALE, Giovanni; ANTÍSERI, Dario. **História da filosofia: Patrística e Escolástica**, v. II,. (Trad. Ivo Storniolo), São Paulo: Paulus, 2003.
- REAMES, Sherry L. *Reconstructing and interpreting a thirteenth-century office for the translation of Thomas Becket*. **Speculum**, v. 80, n. 1, p. 118-170, 2005.
- RICOEUR, Paul. **Memory, History, Forgetting**. University of Chicago Press: Chicago, 2004,
- ROBERTSON, Kellie. **Nature Speaks: Medieval Literature and Aristotelian Philosophy**. University of Pennsylvania Press, 2017.
- ROCHA, Ana Rita Saraiva da. **A assistência em Coimbra na Idade Média: dimensão urbana, religiosa e socioeconómica (séculos XII a XVI)**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.
- ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Penguin UK, 1998.
- ROSENTHAL, Joel T. **The Purchase of Paradise: The social function of aristocratic benevolence, 1307-1485**. Routledge, 2013
- ROSS, Ellen M. **The Grief of God: Images of the Suffering Jesus in Late Medieval England**. Oxford University Press, 1997.

- ROWLAND, Beryl. *The art of memory and the Bestiary*. In: CLARK, Willene B.; McMUNN, Meredith T. (eds.). **Beasts and Birds of the Middle Ages: The Bestiary and Its Legacy**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 12-25, 1989.
- SCATTERGOOD, John. *Alliterative Poetry and Politics*. IN: SAUNDERS, Corinne (Ed.). **A Companion to Medieval Poetry**. John Wiley & Sons, 2010.
- SCHMITT, Jean-Claude – *O Corpo das Imagens: Ensaio Sobre a Cultura Visual na Idade Média*. Bauru: EDUSC, 2007.
- RUBIN, Miri. **Charity and community in medieval Cambridge**. Cambridge University Press, 2002.
- RUIZ, Teófilo. *The Business of Salvation: Castilian Wills in the Late Middle Ages*, in D. J.Kagay and T.M. Vann (eds.), **On the Social Origins of Medieval Institutions: Essays in Honor of Joseph F. O’Callaghan**. Leiden: Brill, pp. 63–90, 1998.
- SADLER, Gregory. *Interpreting Anselm of Canterbury as a Virtue Ethicist*. **St. Anselm Journal**, v. 14, n. 2, pp. 97-116, 2019.
- SAINT ALBERTUS (MAGNUS); STADLER, Hermann. **Albertus Magnus De animalibus libri XXVI: nach der Cölner Urschrift**. Aschendorff, 1916.
- SAUNDERS, Corinne (Ed.). **A Companion to Medieval Poetry**. John Wiley & Sons, 2010.
- SAUNDERS, O. E. **A History of English Art in the Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 1932.
- SCHLEIF, Corine. *Seeking Patronage: Patrons and Matrons in Language, Art, and Historiography*. **Patronage: Power & Agency in Medieval Art**, p. 206-32, 2013.
- SERJEANTSON, Dale. *A dainty dish: consumption of small birds in Late Medieval England*. In, BUITENHUIS, H. and PRUMMEL, W. (eds.) **Animals and Man in the Past: Essays in Honour of Dr. A.T. Clason**. Groningen: ARC-Publicaties: Archaeological Research and Consultancy Publication, 41, pp. 263-274, 2001.
- SILBER, Ilana F. *Gift-giving in the great traditions: the case of donations to monasteries in the medieval West*. **Archives Européennes de Sociologie/European Journal of Sociology/Europäisches Archiv für Soziologie**, pp. 209-243, 1995.
- SMITH-HUMPHERY, Cecil. *Heraldry Associated with the Martyrdom of Archbishop Thomas Becket*. **The Heraldry Society**, v. 7, n. 2, 1971. Disponível em: <<https://www.theheraldrysociety.com/articles/heraldry-and-the-martyrdom-of-archbishop-thomas-becket/>>.

- STOUDT, Debra; FERZOCO, George; KIENZLE, Beverly. **A Companion to Hildegard of Bingen**. BRILL, 2013.
- SWEETINBURGH, Sheila. **The role of the hospital in medieval England: gift-giving and the spiritual economy**. Four Courts Pr Ltd, 2004.
- SWANSON, Robert Norman. **The twelfth-century renaissance**. Manchester University Press, 1999.
- TEODORESCU, B.; CALIN, R. A.; BUSU, O. V. *Communication Gift Code*. **New Approaches in Social and Humanistic Sciences**, v. 1, p. 503-506, 2016.
- THOMAS, Hugh M. **The secular clergy in England, 1066-1216**. Oxford University Press, USA, 2014.
- VALE, Malcolm. **Medieval Courts and Culture in North-West Europe, 1270-1380**. 2001.
- VAN CAENEGEM, Raoul Charles (Ed.). **English Lawsuits from William I to Richard I: Henry II and Richard I (nos. 1-346)**. The Society, 1990.
- VAN LEEUWEN, Marco HD. *Logic of charity: poor relief in preindustrial Europe*. **Journal of interdisciplinary history**, p. 589-613, 1994.
- VEGVAR, Carol Neuman de. *Birds of a Feather: Magpies in the Bayeux Tapestry?*. In: FREDERICK, Jill; HYER, Maren Clegg (eds.). **Textiles, Text, Intertext: Essays in Honour of Gale R. Owen-Crocker**. Boydell and Brewer: Suffolk, 2016.
- WALL, James Charles. **Shrines of British saints**. Methuen & Company, 1905.
- WATT, Ian. **Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe**. Zahar, 1997.
- WEINER, Annette B. **Inalienable possessions: the paradox of keeping-while giving**. Univ of California Press, 1992.
- WHITE, T. H. **The Book of Beasts**. London: Dover Publications, 1954.
- WITT, Alan Nicholas. **Frontier theory and the Reconquista: The role of laws in defining the frontiers of medieval Spain**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Rhode Island. Kingston, 2014.
- WESTRA, Haijo J. *Literacy, Orality and Medieval Patronage: A Phenomenological Outline*. **The Journal of Medieval Latin**, v. 1, p. 52-59, 1991.
- WOLFE, Cary. *Moving forward, kicking back: The animal turn*. **Postmedieval**, v.2, issue 1, pp. 1-12, 2011.
- WOODFIELD, Richard. *Ernst Gombrich: Iconology and the 'linguistics of the image'*. **Journal of Art Historiography**, n. 5, pp. 1-25, 2011.

- YAPP, Brunsdon. **Birds in Medieval Manuscripts**. London: British Library, 1981
- ZIEMAN, Katherine. *Reading, Singing and Understanding: Constructions of the Literacy of Women Religious in Late Medieval England*. IN: JONES, Sarah Rees et al. (Ed.). **Learning and literacy in medieval England and abroad**. Brepols, 2003, pp. 97-120.
- ZWEIG, Benjamin. *Picturing the Fallen King: Royal Patronage and the Image of Saul's Suicide*. IN: HOURIHANE, Colum. **Patronage. Power & Agency in Medieval Art**, University Park, pp. 151-174, 2013.